

**Anderson Pereira Portuguez
Ricardo Lanzarini
Rosselvelt José Santos
(organizadores)**

**Cultura, Natureza e Saberes na
Dinâmica Territorial do Turismo**



Anderson Pereira Portuguez
Rcardo Lanzarini
Rossvelt José Santos
(organizadores)

Cultura, Natureza e Saberes na
Dinâmica Territorial do Turismo

Ituiutaba, MG
2019



© Anderson Pereira Portuguese, Ricardo Lanzarini, Rosselvelt José Santos, 2019.

Editor da obra: Mical de Melo Marcelino.

Arte da capa: Anderson Pereira Portuguese.

Diagramação: Anderson Ferreira de Azevedo Filho.

Editora Barlavento

CNPJ: 19614993000110. Prefixo editorial: 68066 / braço editorial da Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àsé Babá Olorigin.

Rua das Orquídeas, 399, Residencial Cidade Jardim, CEP 38.307-854, Ituiutaba, MG.
barlavento.editora@gmail.com

Conselho Editorial da E-books Barlavento – Grupo Turismo:

Dra. Mical de Melo Marcelino (Editora-chefe)

Profa. Maria Izabel de Carvalho Pereira (Revisora).

Pareceristas:

Prof. Dr. Anderson Pereira Portuguese

Prof. Dr. Ricardo Lanzarini

Prof. Dr. Rosselvelt José Santos

Prof. Dr. Antonio de Oliveira Júnior

Profa. Cláudia Neu

Prof. Dr. Giovanni F. Seabra

Prof. Mestre Bruno de Freitas

Prof. Dr. Jean Carlos Vieira Santos

Cultura, natureza e saberes na dinâmica territorial do turismo.
Anderson Pereira Portuguese / Ricardo Lanzarini / Rosselvelt José Santos (org). Ituiutaba: Barlavento, 2019, 430 p.

ISBN: 978-85-68066-85-0

1. Cultura. 2. Natureza. 3. Turismo. .

I. PORTUGUEZ, Anderson Pereira. II. LANZARINI, Ricardo

III. SANTOS, Rosselvelt José Santos.

Todos os direitos desta edição foram reservados aos autores, organizadores e editores. É expressamente proibida a reprodução desta obra para qualquer fim e por qualquer meio sem a devida autorização da E-Books Barlavento. Fica permitida a livre distribuição da publicação, bem como sua utilização como fonte de pesquisa, desde que respeitadas as normas da ABNT para citações e referências.

APOIADORES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – ITUIUTABA**



PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO E CULTURA - UFU



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
GEOGRAFIA DO PONTAL – ICH/UFU**



EDITORA BARLAVENTO

APRESENTAÇÃO

A obra reúne 15 textos, onde o turismo é analisado em suas manifestações. Nas escritas incorporam-se a natureza, a cultura e os saberes locais, nos convidando a pensar as dinâmicas decorrentes das práticas turísticas, a rigor, caracterizadas nos territórios e suas especificidades locais.

O desenvolvimento nem sempre equilibrado, por vezes sustentável, comparece nas análises, sobretudo como desafio. Tal provocação permeia o pensamento manifestado em temas relacionados à imperiosa necessidade de avaliar a preservação dos lugares e de seus componentes naturais e culturais.

O turismo que se pratica no espaço, demanda lugares, envolvendo comunidades e povos tradicionais. Em decorrência desse reconhecimento, apresentam-se propostas, proposições, principalmente sobre o desenvolvimento turístico, reivindicando a manutenção natural da vida e respeito a cultura daqueles que vivem em seus territórios. Discute-se a dinâmica do turismo e a sua capacidade de incorporar modos de vida, evidenciando a urgência de políticas públicas sobre sustentabilidade, comumente desenvolvimento sustentável.

No livro, os textos contribuem para registrar diferentes maneiras de pensar, conceber e pôr em prática novas formas de desenvolvimento para o turismo. Comenta-se sobre a necessidade de dialogar com os sujeitos sociais. Nesse procedimento, procura-se apresentar, defender e socializar o aprendizado pleno da cidadania. Revelam-se também realidades criadas e recriadas a partir de saberes e fazeres, implicando em espaços para o trabalho conjunto das pessoas. O debate também proporciona várias informações, experiências complexas, propondo maior interação, avaliando a necessidade da participação dos moradores nos projetos turísticos.

As reflexões avançam promovendo também uma maior conscientização para a defesa dos patrimônios culturais e naturais locais. O objetivo é fomentar o debate sobre o bem público e despertar para atos que propendam o bem comum. Nesse sentido, a troca de experiências pode se constituir em importantes saídas para a efetivação de práticas conjuntas e articuladas com as demandas dos lugares.

Cabe lembrar que os trabalhos expressos nesta coletânea, consideram os territórios decorrentes das práticas sociais. Proporcionam uma leitura dos lugares, considerando o uso do natural e do cultural. Conduzem suas análises dando atenção as expectativas dos envolvidos, abarcando diferentes modos de vida. Estudam as ações nos ambientes de modo a não confundir o desenvolvimento das atividades turísticas como negação dos atributos locais.

Portanto, o turismo analisado proporciona uma visão de conjunto, preconizando a necessidade do fortalecimento de ações locais e do seu potencial em se agregar as diversas redes organizacionais. Metodologicamente observa-se a capacidade dos autores (as) aglutinarem conhecimentos de várias ciências, constituindo-se em procedimentos interdisciplinares. A investida no estudo das práticas turísticas é sem dúvida uma abordagem necessária para se compreender os processos de desenvolvimento do turismo que incluem a natureza, a cultura e os diversos saberes sociais, capturados em distintos lugares do território brasileiro.

Boa leitura!

Rosselvelt José Santos
Março de 2019

SUMÁRIO

Capítulo 1 Turismo, cultura e meio-ambiente: os geoparques e o desenvolvimento local <i>Almir Félix Batista de Oliveira, Marcos Antônio do Nascimento</i>	11
Capítulo 2 Turismo e desenvolvimento sustentável como pano de fundo dos conflitos e da mobilização pela inclusão social em Natal/RN <i>Andréa V. Sousa dantas</i>	40
Capítulo 3 A geodiversidade da chapada Diamantina BA e o potencial de desenvolvimento do geoturismo: desafios e possibilidades <i>Natalia Petri da Silva, Adriana Sartório Ricco</i>	71
Capítulo 4 Ações de pré-planejamento ambiental para uso de trilhas ecológicas no parque das dunas, Natal/RN: desafios e perspectivas para inserção do ecoturismo no roteiro turístico natalense <i>Henrique Clementino de Souza</i>	97
Capítulo 5 Turismo e meio ambiente no Nordeste brasileiro: da inserção dos <i>resorts</i> ao discurso empresarial verde, <i>marketing</i> turístico ou consciência ambiental? <i>Frederico do Nascimento Rodrigues, Eustógio W. C Dantas</i>	122
Capítulo 6 A contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo: um estudo no projeto geoparque Seridó/RN <i>Almir Félix Batista de Oliveira, Daene Silva de Moraes Lima, Idiamara Nascimento de Freitas</i>	155

Capítulo 7 Turismo e experiências com o sagrado em terreiros de candomblé <i>Anderson Pereira Portuguez, Fernando Luiz Araújo Sobrinho.....</i>	178
Capítulo 8 Identidade local ilhéu e turismo em Fernando de Noronha (PE) <i>Miguel Ângelo Portela Pinheiro.....</i>	204
Capítulo 9 Turistificação do patrimônio cultural de Belém- PA <i>Cleber Augusto Trindade Castro, Maria Goretti da costa Tavares.....</i>	218
Capítulo 10 Zonas livres: liberdade e anonimato no contexto das viagens <i>Ricardo Lanzarini.....</i>	244
Capítulo 11 Ecaraynha: a invenção turística do sítio Gamboa do Jaguaribe – Natal/RN <i>Maria Rafaella Marques de Paiva, Andréa Virgínia Sousa Dantas.....</i>	278
Capítulo 12 A Cerâmica da Serra da Capivara - Pi: Sustentabilidade e Turismo <i>Paulo dos Santos Pires, Marinês da Conceição Walkowski, Glaubia dos Santos.....</i>	308
Capítulo 13 Formação profissional do turismólogo no ensino superior: análise da percepção da academia e mercado turístico do RN <i>Deise Cristina Gomes da Silva, Maria Valéria Pereira de Araújo, Max Leandro de Araújo Brito.....</i>	334

Capítulo 14 Ensino superior em turismo no Brasil: currículo, formação e prática profissional <i>Paula Dutra Leão de Menezes</i>	357
Capítulo 15 O turismo no município serrano de Portalegre/RN: análise de documentos oficiais e hierarquias de valores <i>Sidcley D'sordi Alves Alegrini da Silva, Gilton Sampaio de Souza, Marcos José de Souza Cipriano</i>	387
Sobre os Organizadores	417
Sobre os Autores	419

CAPÍTULO 1

TURISMO, CULTURA E MEIO-AMBIENTE: OS GEOPARQUES E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

Almir Félix Batista de Oliveira
Marcos Antônio do Nascimento

Introdução

Nas últimas décadas, principalmente a partir das lutas iniciadas e das bandeiras levantadas pelos ecologistas e preservacionistas da natureza e da realização de eventos¹ cuja pauta implicava a discussão de temas relacionados à necessidade urgente de garantir a salvaguarda do meio ambiente e em decorrência disso, a possibilidade de manutenção da vida na Terra, uma temática ganhou bastante evidência, a temática da sustentabilidade, ou como mais comumente é conhecida, do desenvolvimento sustentável.

Em uma rápida consulta ao sitio do *World Wide Fund for Nature* ("Fundo Mundial para a Natureza") ou WWF, como é mais conhecido, encontramos a seguinte definição para o termo desenvolvimento sustentável: “é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro”. Temos presente nessa definição não só a ideia de manutenção da

¹ As ações desenvolvidas pelos ambientalistas na Europa com a criação dos chamados Partidos Verdes, as lutas contra os armamentos nucleares, as denúncias contra a ação predatória do planeta pelo sistema capitalista, a realização de conferências organizadas pela ONU, as chamadas Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em especial a de Estocolmo em 1972 e a Rio-92, são exemplos disso.

vida atual, como a preocupação com a existência de um futuro para a humanidade.

Essa preocupação com a sustentabilidade ou com o desenvolvimento sustentável nos levou/ nos leva a necessidade de reflexão em relação a todas as ações referentes às nossas vivências/convivências no planeta. Essas reflexões têm ecoado por todos os lados e em todos os segmentos, seja no plano político, social, econômico ou cultural.

No plano político foi necessário adequar o discurso do desenvolvimento local/regional à prática/promoção do desenvolvimento sustentável, da preocupação com a natureza em todos os seus aspectos e sua conservação. No plano social, a necessidade de, através da sustentabilidade, proporcionar a incorporação de todos os agentes/atores nos processos de tomada de decisão, principalmente no que diz respeito á suas próprias vidas. Acerca do plano econômico aumentaram as cobranças em relação ao papel desempenhado pelos entes privados de uma forma geral e pelas grandes empresas, em particular, mesmo que os casos desastrosos como o do Rio Doce em Minas Gerais ou as ações do agronegócio continuem a acontecer diariamente. Por fim, em termos culturais, ficam os exemplos² de formas antigas de boa convivência entre o ser humano e a natureza e a certeza de que as mesmas podem ser retomadas na perspectiva de proteção (preservação e/ou conservação).

O presente artigo terá por objetivo examinar (investigar, caracterizar e compreender) as relações existentes ou possíveis de serem estabelecidas pelo Turismo (enquanto prática social,

² O plantio e cultivo de produtos agrícolas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sem a utilização de agrotóxicos que contaminam os alimentos a área plantada. Formas de plantio realizadas que aproveitam a geografia do lugar e simplesmente não mudam tudo em nome de uma maior produtividade e do lucro.

econômica, cultural e política), em relação à cultura (e as suas representações) e a natureza (principalmente em sua vertente abiótica, a geodiversidade e o patrimônio geológico), com vistas ao planejamento para o Desenvolvimento Local de forma sustentável, através da criação, efetivação e manutenção dos chamados Geoparques e em específico das ações efetivadas para a constituição do Geoparque Seridó, no Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil. A metodologia utilizada para tal tarefa consistirá no levantamento bibliográfico produzido sobre as possíveis associações entretidas entre as referidas temáticas (Turismo, Cultura, Natureza, Desenvolvimento Local etc.) e da análise das ações de efetivação do Geoparque.

Desenvolvimento Local Sustentável: Uma Necessidade Urgente

O desenvolvimento de determinados lugares/localidades, sejam esses(as) vilarejos ou povoados, de cidades ou municípios, de regiões e nesse sentido, o desenvolvimento de estados, enquanto divisões político-geográficas ou de nações inteiras, sempre ou na maioria das vezes foi mensurado pelo ganho econômico-financeiro que estes poderiam auferir a partir do desempenhar de funções econômicas, tanto pelos entes públicos como privados, o que levaria conseqüentemente, conforme uma antiga receita preconizada no Brasil por um conhecido ex-ministro da fazenda com a máxima de “esperar o bolo crescer” para quem sabe, se realizar a divisão entre todos, garantindo assim melhorias na qualidade de vida das pessoas.

Passado alguns anos, tanto no nosso país como em diversos outros lugares do mundo, o que se pode constatar é que, apesar de momentos de crescimento econômico, nem ocorreu a divisão tão aguardada e propalada, nos sendo apresentado um aumento no

processo de exploração³, levada a cabo não somente contra as pessoas, mas também contra a natureza, pois era preciso buscar retirar tudo quanto fosse possível desta, para garantir o desenvolvimento. Na perspectiva de contraposição a esta forma de desenvolvimento, comumente conhecido como modelo economicista, surgiram outras formas de pensar a respeito do mesmo e as tentativas de por em prática essas novas formas. Uma delas foi/é a ideia do desenvolvimento local sustentável.

De uma forma geral a ideia de desenvolvimento local sustentável baseia-se na procura pela *democratização* (garantindo a participação ativa dos cidadãos) e *inovação na gestão pública* (com efetivas formas de controle social), expressas nos processos de *tomadas de decisão*, asseguradas pela *mobilização dos diversos grupos* (por vezes anteriormente considerados marginais) pertencentes à determinada sociedade e preocupados com o bem comum, garantindo assim a *inclusão social*, levando ao *fortalecimento*, a *diversificação* e a *consolidação da economia local*, bem como procurando comprometer-se com a *proteção ambiental* e o *uso racional dos diversos recursos naturais (bióticos e abióticos)*, possibilitando assim, se combater de forma eficaz a pobreza e a degradação do meio ambiente em todas as suas especificidades. Nessa perspectiva, o que se almeja é,

(...) um desenvolvimento local com inclusão social, em que haja cooperação, criação e alargamento de esferas públicas, em que diferentes atores políticos, econômicos, sociais dialoguem de maneira transparente a partir de seus próprios interesses em conflito, buscando construir um novo desenvolvimento local em conjunto (DANIEL, 2002 apud SOMEKH, 2010, p. 18).

³ Referimo-nos aqui as questões de exploração econômica dos países periféricos pelos países centrais componentes do sistema capitalista.

Essa nova ideia de desenvolvimento, centrada na democratização, na inclusão social, na proteção da natureza e na valorização da comunidade tem por propósito que todos os cidadãos, independente de classe, sexo e cor, possam ter uma existência digna, acesso aos direitos civis, possam desfrutar de uma educação de qualidade e possam usufruir de oportunidades que garantam o trabalho e uma renda digna correspondente às atividades laborais que desenvolvam. É possível, assim, pensar e ver efetivada uma maior justiça social, fugindo ao modelo clássico em que muitos devam ser explorados para a obtenção de lucros e dividendos por uns poucos.

Essa maneira de pensar, conceber e pôr em prática novas formas de desenvolvimento busca favorecer o exercício pleno da cidadania, construindo espaços para o trabalho conjunto, para formas de maior interação, proporcionando e consequentemente garantindo uma maior participação. Promovendo também uma maior conscientização para a defesa do bem público e desperta para ações que visem o bem comum, o compartilhar de experiências, a autonomia e uma nova forma de gestar a coisa pública. Nesse sentido, uma das grandes saídas encontradas para a efetivação do modelo de desenvolvimento local sustentável foi e ainda é através da montagem e fortalecimento de redes organizacionais com o objetivo de congregar todos os atores sociais envolvidos para proporcionar as devidas e necessárias mudanças. Em assim sendo, concordamos com Buarque (1999):

As experiências bem-sucedidas de desenvolvimento local (endógeno) decorrem, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expresso por uma mobilização, e, principalmente, de convergência importante dos atores sociais do município ou comunidade em torno de determinadas prioridades e orientações básicas de desenvolvimento. (BUARQUE, 1999, p. 10)

Portanto, as ações de mobilização e de organização dos diversos atores sociais pertencentes às localidades tornam-se questão crucial a ser considerada nos processos de desenvolvimento local sustentável para além do crescimento econômico, buscando a utilização correta dos recursos naturais e das competências e habilidades dos participantes.

O Turismo Como Vetor/Ação De Desenvolvimento

O contexto pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente com o processo de expansão econômica verificado em países como os Estados Unidos e os principais países europeus, a exemplo da Inglaterra, da França e Alemanha, decorrente das políticas econômicas baseadas nos pressupostos *keynesianos* (no que concerne aos gastos governamentais, como a não obrigatoriedade do aporte de grandes gastos dos governos para pagamento da dívida pública propiciando baixo endividamento), das baixas taxas de juros nominais e reais, possibilitando grandes investimentos (a exemplo do Plano Marshall para reconstrução da Europa) e a geração do chamado pleno emprego, efetivou uma nova forma de fazer turismo, o chamado Turismo de Massa.

Se o surgimento dessa nova forma havia se dado por volta de um século antes, com a primeira viagem contando com um grande número de participantes e organizada pelo inglês Thomas Cook, foi com o fim da Segunda Grande Guerra e as condições daí decorrentes, que essa prática pôde se expandir e chegar a todos os lugares do planeta. Um mundo em que as crises passaram a ser menos frequentes e que a estabilidade financeira parecia ser duradoura, foi também o mundo dos grandes transportes de massa, como o avião, do princípio dos grandes empreendimentos hoteleiros e da busca pela baixa dos custos nos destinos turísticos. Com o pleno emprego ou com situações bem próximas a essa

condição surgiram também as férias remuneradas e o tempo livre a ser preenchido.

Se por um lado essa nova indústria do turismo prometia para aqueles que tinham dinheiro para gastar com as viagens, as férias tão sonhadas e desejadas, por outro, essa mesma indústria prometia aos lugares que se fizessem turísticos a possibilidade de desenvolvimento e, assim, talvez fazer parte do seleto grupo dos países/lugares pertencentes ao primeiro mundo. É nessa perspectiva que grandes grupos econômicos passam a investir na construção de conglomerados hoteleiros (de médio e alto padrão) em lugares que contam com paisagens deslumbrantes (principalmente litorâneas, porém não esquecendo as de outros tipos), construção de restaurantes, entre outros, os equipamentos turísticos, no intuito de obtenção de lucro rápido para compensar os investimentos.

Essa forma de atuação e de obtenção de dividendos passa também a ser uma forma abrupta e descontrolada de exploração da natureza com, em muitos casos, a total descaracterização de lugares. Conforma-se também com a exploração da mão-de-obra barata e sem qualificação (e sem políticas para a melhoria desta), bem como na maioria das vezes a descaracterização da cultura dos diversos grupos étnicos que habitam esses locais, pois os mesmos são tratados na maioria das vezes, tanto pelos investidores, quanto pelos próprios turistas que a essas localidades se dirigiam, como exóticos, atrasados, incapazes e sem necessidade alguma de terem seus bens culturais, materiais ou imateriais valorizados.

Em princípio, é também nessa perspectiva que o turismo como prática econômica passa a configurar nos planos de governo com o objetivo de propiciar o desenvolvimento dos mais diversos lugares. Em decorrência das cobranças, principalmente as originárias do setor privado, os diversos governos passam a

investir na construção de infraestrutura básica como aporte para a exploração do setor turístico. Construção e reformas de estradas que levavam aos equipamentos turísticos alguns investimentos destinados a modernização dos aeroportos, incrementos em segurança também limitados a esses locais, alguns cursos na tentativa de qualificação da mão-de-obra, principalmente a partir das reclamações não só do setor, como dos habitantes locais, que não conseguiam empregos mais dignos nos hotéis e nos resorts, além da desoneração de impostos que, quando cobrados, poderiam ter mudado a realizada social de diversas áreas ocupadas pela indústria do turismo.

Na organização política e na luta cotidiana dos diversos grupos pertencentes às diversas localidades, por melhores empregos que, portanto, pudessem lhes proporcionar melhores condições de vida, nas pesquisas realizadas pela academia sobre esses projetos e denunciando o descontrolado processo de exploração da natureza e da cultura pertencente a esses mesmos grupos, nas lutas pela democratização das tomadas de decisão, principalmente aquelas que dizem respeito a toda a comunidade, na experimentação de um tipo de desenvolvimento que não propiciavam avanços gerais ou somente beneficiava a alguns poucos, foi-se forjando uma nova concepção de desenvolvimento buscando valorizar tudo aquilo que era esquecido ou relegado anteriormente. Foi necessário repensar as práticas, reaprender a planejar, redirecionar as ações, reagrupar forças, reorientar os objetivos, para que essa nova concepção, mesmo que não em um primeiro momento, ou até mesmo em um segundo ou terceiro, viesse a se tornar prioritário, pudesse surgir, ganhar força e se tornar uma verdadeira alternativa para as diversas comunidades/sociedades.

As administrações públicas diretas, seus planejadores e gestores, organizações não governamentais, as empresa públicas

(estatais ou de economia mista, que desempenham atividades relacionadas de alguma forma com o turismo), as empresas privadas (trade turístico), associações de classe e grupos comunitários se viram obrigadas a adotar novas práticas e a preservação da cultura e da proteção da natureza tornaram-se temas tão importantes quanto os ganhos financeiros que se buscava obter. Essas mudanças na tentativa de minimização dos impactos negativos gerados pelas práticas turísticas e da maximização dos impactos positivos que tais ações poderiam/podem gerar passou a ser o ideal a ser buscado/concretizado conforme a citação a seguir:

Desse modo entende-se que projetos turísticos que considerem prioritariamente as características locais, como o contexto econômico-sócio-cultural, a capacidade de carga e o sonho coletivo da população local podem contribuir positivamente para o desenvolvimento local e podem minimizar os possíveis impactos negativos da atividade turística. A comprovação de tal desenvolvimento se dará a partir de pesquisas realizadas com a população autóctone no curto, médio e longo prazo. São os sujeitos locais, viventes de determinado lugar, os únicos capazes de constatar se o turismo trouxe ou não melhora para sua qualidade de vida e bem-estar social. (SCÓTOLO & PANOSSO NETTO, 2015, p. 57).

Cada local consiste em um local único, com suas singularidades, com suas características próprias que devem ser levadas em consideração e não as respeitar pode significar a não observância de fatores primordiais para a realização de uma prática correta, menos destrutiva e que explore o potencial do lugar sem descaracterizá-lo, tanto em relação aos seus aspectos culturais, quanto naturais. A participação da população dos lugares turísticos ou com potencial turístico é primordial em todas

as fases constituintes do projeto. Nas tomadas de decisão em relação ao planejamento, à implementação, às ações de avaliação e na contribuição em possíveis necessidades de reorientação da proposta, contribuindo com o *feedback* necessário, afinal trata-se do seu lugar de morada e onde o seu cotidiano acontece. Nessa perspectiva concordamos com Dall'agnol (2012), quando esta afirma:

Para que o desenvolvimento turístico ocorra de maneira adequada, sua abordagem precisa ser multidisciplinar, com profissionais de áreas distintas trabalhando em conjunto, tanto na avaliação dos seus impactos, como no encaminhamento de soluções para o mesmo. Sob este enfoque, a população quando integrada no planejamento turístico de sua localidade, pode contribuir avaliando as insatisfações que esse desencadeia, assim como avaliar suas potencialidades. (DALL'AGNOL, 2012, 14-15)

Turismo, Cultura E Natureza: Inter-Relações

O ato de exploração ou de proteção da natureza pelo ser humano é uma ação cultural. Uma ação cultural posto que quando realizamos um ou outro, o fazemos a partir de uma concepção de mundo, a partir de uma percepção dos papéis que desempenhamos dentro da sociedade, da elaboração/assimilação de conceitos/ideias como geração de riquezas, sustentabilidade, desenvolvimento, meio-ambiente, vivência/sobrevivência, nossa e do planeta, exploração de potencialidade e não simplesmente pela natureza em si. Procuramos agir no sentido de perpetuar nossa existência/espécimes a partir da conservação/preservação planejada dos recursos (incluídos aí os naturais bióticos e abióticos, biodiversidade e geodiversidade, respectivamente) que estão a nossa disposição, mesmo que em muitos casos ou pela

maioria das vezes se mantenha a exploração desenfreada com muito pouca preocupação com o preservar.

A preocupação com a tríade turismo, cultura e natureza tem ocupado um lugar importante nas últimas décadas não somente a partir das pesquisas acadêmicas, mas também como uma forma de promover o desenvolvimento local, garantindo a inclusão social, a participação nas tomadas de decisão e possibilidade de ganhos econômico-financeiros, se não para todos, para algo muito próximo disso. A cultura de um lugar é uma forte marca identitária do mesmo. As manifestações culturais são materializações das memórias das diversas pessoas que compõem uma dada sociedade, podendo ser consideradas elos que promovem ligações entre o passado, o presente e garantias de sentidos de futuro para as mesmas. As manifestações culturais são práticas promovedoras de sentido de orientação, pois compartilhadas entre os membros dos grupos sociais possibilitam relações de agregação e manutenção do funcionamento dos mesmos. Nesse sentido Williams (1992) nos informa que:

[...] há certa convergência prática entre (i) os sentidos antropológico e sociológico de cultura ‘como modo de vida global’ distinto, dentro do qual percebe-se, hoje, um ‘sistema de significações’ bem definido não só como essencial, mas como essencialmente envolvido em *todas* as formas de atividade social, e (ii) o sentido mais especializado, ainda que também mais comum, de cultura como ‘atividades artísticas e intelectuais’, embora estas, devido à ênfase em um sistema de significações geral, sejam agora definidas de maneira muito mais ampla, de modo a incluir não apenas as artes e as formas de produção intelectual tradicionais, mas também todas as ‘práticas significativas’ – desde a linguagem, passando pelas artes e filosofia, até o jornalismo, moda e publicidade – que agora

constituem esse campo complexo e necessariamente extenso (WILLIAMS, p. 13, 1992. Grifos do autor).

Seguindo o raciocínio desse autor, podemos afirmar que a gastronomia, o artesanato, um determinado tipo de música, um determinado tipo de dança, entre várias outras formas de manifestação cultural, para além de constituir elementos de significação, também são definidoras de espaços e lugares, pois são nesses que essas ocorrem e sem mantêm vivas. Citemos, por exemplo, o queijo de minas ou mais precisamente o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas, especificamente nas regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre, no Estado de Minas Gerais. Bem patrimonial de natureza imaterial, alcançou esta condição oficialmente quando, em 2008, teve sua inscrição realizada no Livro de Registro dos Saberes, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Tal patrimônio cultural apresenta-se para além de ser uma forma tradicional de conhecimento na feitura artesanal do queijo, caracteriza-se também por ser algo definidor da identidade cultural desses locais, constituindo-se não somente como uma produção alimentar que garante o aproveitamento da matéria prima produzida e promove o sustento das famílias que o produzem, mas também como uma tradição passada de geração a geração que orgulha e concede uma distinção a quem a realiza.

Os exemplos gastronômicos poderiam ser diversos, principalmente aqueles que são tradições reconhecidas e que ainda não fazem parte oficialmente do rol das práticas culturais declaradas patrimônio nacional ou mesmo local, mas que por este fato não deixam de ser importantes e definidores de identidade para os diversos grupos sociais. Entre outros exemplos de patrimônio cultural reconhecido e que promove a identidade, tanto do lugar, quanto daquelas que a produzem é o registro no Livro de Registro dos Saberes, em 2009, do Modo de Fazer Renda

Irlandesa, cuja referência territorial foi a prática desempenhada em Divina Pastora, em Sergipe, porém comum a outros locais como Laranjeiras e São Cristóvão, cidades próximas ou componentes da região metropolitana da capital Aracaju. Ligada originalmente à aristocracia sergipana, foi apropriada e ressignificada em meados do século passado por artesãs se transformando em uma forma de trabalho e, portanto, uma fonte de ganho e em uma referência cultural.

Completando o arco de preocupação (na perspectiva da tríade anteriormente mencionada) temos a proteção da natureza como algo importante e necessário Brasil um ponto de inflexão e conseqüentemente de mudança foi a realização da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, no ano de 1992, na cidade do Rio de Janeiro, mais comumente conhecida como Rio-92. Evidentemente que surgiram momentos em que a proteção da natureza era algo tido como importante e se quisermos definir um marco inicial ou um mito fundador dessa preocupação em nosso país, poderíamos fazer isso escolhendo a fundação do Jardim Botânico no Rio de Janeiro com a chegada da família real em 1808. Poderíamos utilizar como marco, também, a criação em 1934, por intermédio do Decreto-lei 23.793/34, do Código Florestal Brasileiro. sabe, ainda, a fundação, em 1937, do primeiro parque brasileiro, o Parque Nacional de Itatiaia, entre os estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. Ampliando essa lista, poderíamos usar também a criação do Decreto-Lei nº 25/1937, que para além de instituir o tombamento como instrumento responsável pela preservação da cultura, o mesmo também poderia ser usado para as questões ambientais.

Insistimos na importância da Rio-92, pelo alcance e o sucesso mundial (foram mais de 170 chefes de governo presentes)

que a mesma obteve, pelos documentos e acordos dela derivados⁴ e, no caso brasileiro, por ter influenciado de forma positiva uma série de medidas de preservação/conservação do meio ambiente, entre elas a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. Oficializado no ano de 2000, através da Lei 9.985, é composto por todas as unidades de conservação (UC) federais, estaduais e municipais, categorizadas em 12 tipos e divididas em dois grandes grupos: o primeiro é o de Unidades de Proteção Integral, que tem por objetivo a preservação da natureza e onde só é permitido o uso indireto dos seus recursos naturais, compondo esse grupo os seguintes tipos ou unidades: as estações ecológicas, as reservas biológicas, os parques nacionais, os monumentos naturais e os refúgios da vida silvestre. Por sua vez, o segundo grupo é o de Unidades de Uso Sustentável, cujo principal objetivo é o de compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de partes/porções dos seus recursos naturais e entre estas estão: as áreas de proteção ambiental; as áreas de relevante interesse ecológico; as florestas nacionais; as reservas extrativistas; as reservas de fauna; as reservas de desenvolvimento sustentável e as reservas particulares do patrimônio natural.

Nessa perspectiva é que podemos compreender as possibilidades de proteção no que se refere às UC's, principalmente quando levamos em conta alguns dos seus objetivos para além, é claro, da preocupação com a natureza e seus componentes bióticos, como os relacionados aos componentes abióticos, concretizado na possibilidade de

⁴ Os produtos derivados da Rio-92 foram: duas convenções, uma versando sobre a biodiversidade e a outra sobre as mudanças climáticas ocorridas no planeta e mais três documentos: a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Declaração de Princípios sobre Florestas e a Agenda 21.

proteção dos atributos relevantes de natureza geológica, morfológica, geomorfológica, espeleológica, paleontológica, arqueológica e cultura e as referentes à utilização/exploração de forma sustentável da natureza, tais citadas a seguir: a valorização econômica e social da diversidade biológica; promover a educação ambiental para garantir a preservação; e, possibilitar que os recursos naturais nesses locais protegidos, possam garantir à subsistência de populações que residem nesses ou entorno dos mesmos, preservando, respeitando e valorizando os seus tradicionais conhecimentos e a sua cultura.

Geoparques: Como Tudo Começou

Preocupados em encontrar alguma forma e/ou recurso para promover a gestão sustentável do patrimônio geológico, os geólogos Guy Martini e Nicolas Zouros, em 1996 durante o 30º Congresso Internacional de Geologia, em Pequim na China, tiveram a ideia de criar uma iniciativa que permitisse o desenvolvimento sustentável por meio da proteção e promoção do patrimônio geológico com a finalidade de desenvolver atividades científicas, educativas e turísticas. Com isso, essa estratégia seria também uma garantia para a conservação desses lugares de interesse geológico, bem como seu uso por meio da educação e do turismo.

Em 1997 um importante programa da união europeia de desenvolvimento e cooperação entre zonas rurais (LEADER) possibilitou que quatro territórios europeus (França, Grécia, Alemanha e Espanha) pudessem desenvolver e experimentar o conceito de Geoparque sob a filosofia idealizada pelos geólogos Guy Martini e Nicolas Zouros (MOREIRA, 2011; URQUÍ, 2012). Assim, em 2000, foi criada a Rede Europeia de Geoparques (REG), a primeira do gênero, contando com quatro geoparques: *Réserve Géologique de Haute-Provence* (França),

The Petrified Forest of Lesvos (Grécia), *Geopark Gerolstein/Vulkaneifel* (Alemanha) e *Maestrazgo Cultural Park* (Espanha) (ZOUROS, 2004; MC KEEVER; ZOUROS, 2005).

Desde então, muito tem sido feito para permitir que os geoparques cumpram seu papel de fomentar a educação, conservação e turismo, permitindo assim uma nova forma de gestão territorial multidisciplinar em regiões com patrimônio geológico ímpar, mas associado aos patrimônios biológico e cultural.

O Programa Mundial De Geoparques UNESCO

A geodiversidade influencia profundamente a sociedade, a civilização e a diversidade cultural do Planeta Terra. Mas, até poucos anos atrás, não havia o reconhecimento internacional dessa geodiversidade e tampouco do patrimônio geológico de importância nacional ou regional. A iniciativa da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO de apoiar a criação de geoparques responde à forte demanda expressa por muitos países no sentido de aumentar o valor do patrimônio da Terra, suas paisagens e formações geológicas, que também são testemunhas-chave da história da vida.

Geoparque (ou *geopark*, em inglês) configura como um novo programa da UNESCO (*Global Geoparks*), a exemplo dos programas do Homem e da Biosfera (Man and Biosphere – MAB Programme) e Patrimônio da Humanidade (World Heritage Programme), oficializado em 17 de novembro de 2015. Geoparque é um território com limites bem definidos e que apresenta um notável patrimônio geológico de importância internacional, nacional e/ou regional, ligado a uma estratégia de desenvolvimento sustentável. Ele integra locais de interesse geológico de especial valor científico, mas também educativo

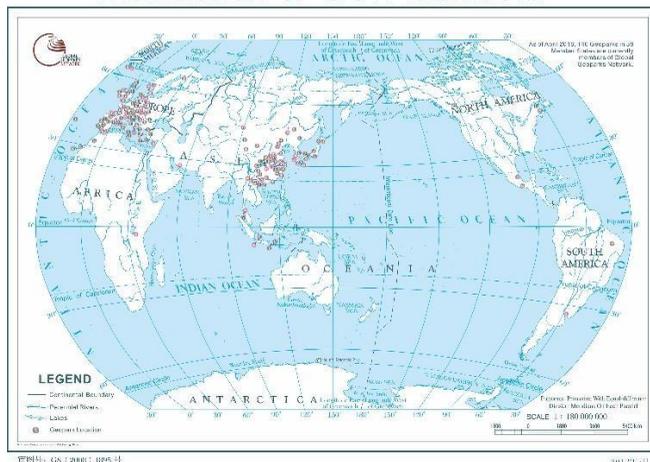
e/ou turístico, conhecidos como geossítios. A presença de valores ecológico, histórico ou cultural também se faz importante e juntos ao geológico permitem a realização de projetos educacionais e/ou turísticos

Geograficamente, um geoparque representa uma área suficientemente grande, com limites bem definidos para servir ao desenvolvimento econômico local, no entanto um geoparque não é uma unidade de conservação, nem uma nova categoria de área protegida. A ausência de um enquadramento legal de um geoparque é a razão do sucesso dessa iniciativa em nível mundial.

Em suma, um geoparque deve (a) Proteger o patrimônio geológico para futuras gerações (geoconservação); (b) Educar e ensinar o grande público sobre temas geológicos e ambientais e prover meios de pesquisa para as geociências; (c) Assegurar o desenvolvimento sustentável por meio do geoturismo, reforçando a identificação da população com sua região, promovendo o respeito ao meio ambiente e estimulando a atividade socioeconômica com a criação de empreendimentos locais, pequenos negócios, indústrias de hospedagem e novos empregos e; (d) Gerar novas fontes de renda para a população local e a atrair capital privado.

Como dito anteriormente 4 geoparques integraram a Rede Europeia de Geoparques, em 2000. Passados 18 anos atualmente o Programa *Global Geoparks* UNESCO, conta com 140 geoparques em 38 países (Figura 1).

Figura 1 - Mapa com distribuição dos 140 geoparques membros do Programa Global Geoparks UNESCO.
Distribution of GGN Members



Fonte: http://www.globalgeopark.org/UploadFiles/2012_5_7/GGN%20Map%202018/GGN_Distribution_2018_Thumbnail.jpg

Com o principal objetivo de estimular a troca de experiências entre países, aproveitando, ao mesmo tempo, os instrumentos financeiros disponibilizados, a Rede Global de Geoparques organiza, a cada dois anos, conferências entre os seus membros e apresentação de novos geoparques aspirantes. Já foram realizadas sete conferências, sendo a 1ª em Pequim, China (2004); 2ª em Belfast, Irlanda do Norte (2006); 3ª em Osnabruck, Alemanha (2008); 4ª em Langkawi, Malásia (2010), a 5ª em Shimabara, Japão (2012), a 6ª em Saint John New Brunswick, Canadá (2014), a 7ª em Torbay, Reino Unido (2016) e a 8ª em Ademello-Brenta, Itália (2018).

A criação de um Geoparque em uma determinada região pode se revelar como um agente transformador da realidade das comunidades que o compõe. Para o *Estado* um Geoparque pode

representar uma alternativa adequada para promover a conservação em consonância com atividades econômicas. Para as *Empresas da Iniciativa Privada* que apoiam o Geoparque o retorno é imediato, pois, propicia maior visibilidade e promoção. A Empresa se beneficia de um maior reconhecimento perante a sociedade com medidas compensatórias mais eficazes e visíveis. E para a *População* um Geoparque pode representar desenvolvimento socioeconômico local, por meio do geoturismo, do comércio, atração do capital privado além do desenvolvimento científico/educativo inerente a função do Geoparque.

O Projeto Geoparque Seridó: Uma Proposta Em Andamento

Dentre as várias propostas de áreas já trabalhadas no Brasil para a criação de geoparques uma que se destaca é o projeto Geoparque Seridó. Principalmente por possuir um dos mais completo e importante patrimônio geológico do Nordeste, com paisagem exuberante formada por granitos, gnaisses, quartzitos e arenitos, tendo ainda a mineração que representa um grande potencial geoturístico, com destaque para o Distrito Mineiro da Brejuí. Sem falar ainda dos sítios paleontológicos e sua megafauna pleistocênica. A região possui uma riqueza cultural ímpar, com registros da presença do homem e de animais pré-históricos, incluindo arte rupestre, além de inúmeros artesanatos em minerais e rochas.

Tendo em vista o caráter excepcional deste patrimônio geológico, associado ao aspecto cultural da região, a área proposta atende as necessidades para criação do Geoparque Seridó (NASCIMENTO; FERREIRA, 2012). Vale salientar que na região existe ainda um Pólo e Conselho de Turismo, fomentado pelo SEBRAE e Secretaria de Turismo do RN, que criaram em 2004 o Projeto Roteiro Seridó e está integrado ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal. A região

também já apresenta painéis interpretativos (geoturísticos) do Projeto Monumentos Geológicos do RN, criado pelo IDEMA/RN para divulgar o patrimônio geológico potiguar. O referido projeto conta com a sinalização de 16 monumentos geológicos, tendo na região Seridó 3 painéis já instalados (Mina Brejuí, Plúton de Acari e Pegmatito de Parelhas).

Na região em lide a economia foi estruturada sobre o tripé composto pela pecuária extensiva, agricultura e mineração, esta última baseada na exploração da scheelita, tantalita, berilo e cassiterita. Mais recentemente novas atividades foram introduzidas e/ou ampliadas, tais como a produção leiteira, a modernização e ampliação da caprino-ovinocultura, a atividade ceramista e o desenvolvimento do setor terciário, com destaque para o comércio e a diversificação de serviços (principalmente o turismo). A população estimada para os 06 municípios que integram o Geoparque Seridó, são eles: Cerro Corá, Lagoa Nova, Currais Novos, Acari, Carnaúba dos Dantas e Parelhas, em 2017 é de 113.352 habitantes, tendo Currais Novos o maior contingente populacional, com 45.228 habitantes. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) tem média de 0,650, tendo Currais Novos o maior valor (0,691) e Lagoa Nova o menor (0,585) (Tabela 1).

Tabela 1 – Dados populacionais, IDH e distâncias envolvendo os municípios do Projeto Geoparque Seridó.

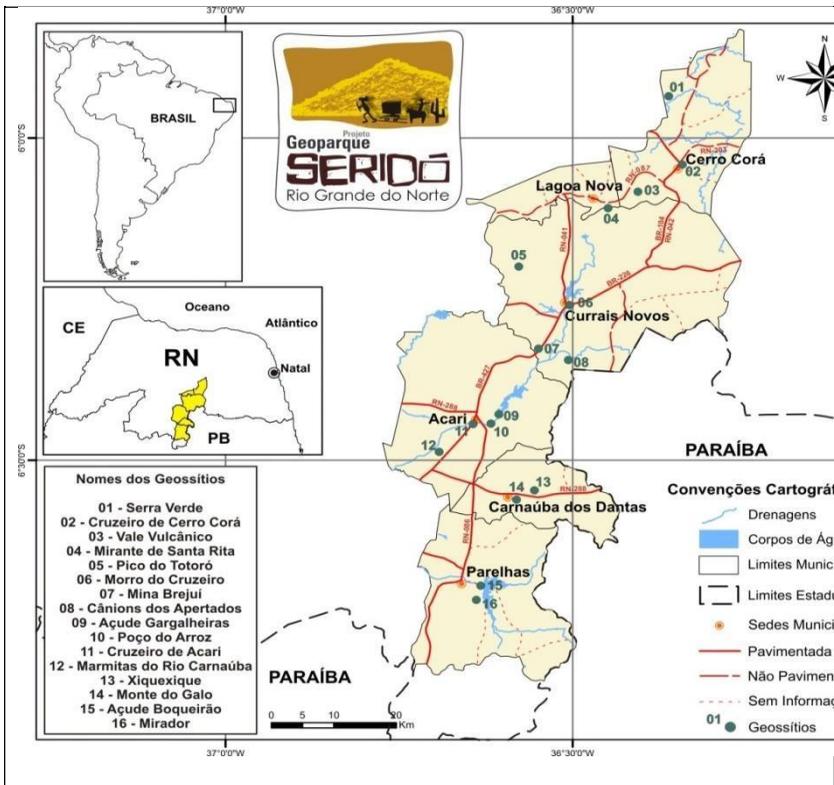
	Área* (km ²)	População* (em 2010)	População* (estimativa em 2017)	IDH municipal (em 2010)*	Distância de Natal (km)
Cerro Corá	393,573	10.916	11.344	0,607	180
Lagoa Nova	176,301	13.983	15.590	0,585	198
Currais Novos	864,349	42.625	45.228	0,691	172
Acari	608,466	11.035	11.333	0,679	201
Carnaúba dos Dantas	246,308	7.429	8.188	0,659	219
Parelhas	513,507	20.354	21.669	0,676	232
Total	2802,504	106.342	113.352	-----	-----
Rio Grande do Norte	52.811,126	3.168.027	3.408.510	-----	-----

***Fonte:** Página do IBGE - Cidades na Internet, disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php> , acessado em 11/12/2017.

O portão de entrada do geoparque, para quem vem de Natal, pode ser considerado a cidade de Currais Novos que está a 172 km da capital potiguar. Parelhas é dentre as cidades da região do Seridó, a mais afastada da capital, distando 232 km. Já a distância

entre os municípios situados em pontos extremos do referido geoparque não ultrapassa os 100 km, como é o caso de Cerro Corá (extremo norte da área) até Parelhas (extremo sul) (Figura 2).

Figura 2 – Mapa de Localização do Geoparque Seridó com os 16 geossítios cadastrados.



Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

A soma das áreas que envolvem os 06 municípios do Geoparque Seridó totaliza 2.802 km² e o mesmo possui 16 geossítios inventariados.

Para uma região que apresenta médios índices de desenvolvimento humano (variação de 0 a 1), população relativamente numerosa e carente de recursos, a implantação de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável, como é o caso de um geoparque, seria mais uma alternativa de geração de renda.

Na região da proposta Geoparque Seridó ocorre um dos mais completo e belo patrimônio geológico encontrado no Nordeste, os quais são decorrentes dos inúmeros processos naturais a que esta região foi submetida ao longo do Tempo Geológico (Figura 3).

O relevo se destaca na paisagem proporcionando cenários exuberantes que permitem a contemplação de novas áreas. Na constituição do relevo, destacam-se serras, picos e afloramentos de rochas, cujos melhores exemplos são: Serra de Santana, Casa de Pedra e Muralha Vulcânica em Cerro Corá; serras do Chapéu, de Acauã, Cânions dos Apertados, Pico do Totoró, em Currais Novos; serras do Bico da Arara, do Pai Pedro, da Rajada, Marmitas do Rio Carnaubinha e Açude Gargalheiras, em Acari; Serra do Xiquexique e Monte do Galo, em Carnaúba dos Dantas; serras das Queimadas e da Coruja, em Parelhas; e as serras de São Bernardo, da Formiga e a Gruta da Caridade, em Caicó. Estes relevos são formados por granitos, gnaisses, quartzitos e arenitos.

Figura 3. Diferentes exemplos do patrimônio geológico encontrado em geossítios do Projeto Geoparque Seridó.



(a) Disjunções colunares em basaltos do Geossítio Vale Vulcânico, em Cerro Corá; (b) Geoforma conhecida como Pedra do Caju no Geossítio Pico do Totoró, em Currais Novos; (c) Um dos salões visitados dentro

do Geossítio Mina Brejuí, em Currais Novos; (d) Visão interna de parte da gruta no Geossítio Gruta da Caridade, em Caicó; (e) Vista aérea de parte do Geossítio Açude Gargalheiras, em Acari; e (f) Visão geral da parte norte da Serra das Queimadas com destaque para o boqueirão no Geossítio Açude Boqueirão, em Parelhas.

A mineração representa um grande potencial geoturístico para a região, destacando-se o Distrito Mineiro da Brejuí, em Currais Novos. Na Mina Brejuí, onde se explora a scheelita desde a década de 40, existem cerca de 60 km de túneis subterrâneos, onde 300 metros destes já são utilizados para visitação. Há também um museu/memorial instalado nas dependências da mina, onde é revelada toda a sua história. Em Parelhas, encontra-se uma enorme diversidade de minerais com destaque para a turmalina, água marinha, granada e ametista, que atraem turistas e comerciantes.

Observam-se registros do homem e de animais pré-históricos, nos inúmeros sítios arqueológicos/paleontológicos da região, destacando a arte rupestre em Carnaúba dos Dantas, com mais de 90 sítios catalogados (dentre eles sítios Xique-Xique I e II, Casa Santa e Pedra do Alexandre), com gravuras e pinturas das tradições Nordeste, Agreste e Itaquatiaras; em Parelhas está localizado o Sítio Mirador, onde foram encontrados vestígios da presença do homem antigo, com datações de 10.000 AP (NASCIMENTO; SANTOS, 2013); em Cerro Corá há o Sítio de Serra Verde; além de outros espalhados pelos municípios de Acari, Currais Novos e Jardim do Seridó.

Convém lembrar, que os geossítios mencionados são apenas uma pequena amostra do que a região do Seridó possui de patrimônio geológico e cultural. Diante desse panorama, ressalta-se a importância de um planejamento prévio e estratégico para o desenvolvimento de ações que visem caracterizar esses

geossítios, como por exemplo, um inventário. Partindo da premissa de que só é possível conservar algo se houver um conhecimento prévio, este inventário e todo o conjunto de atividades voltado à geoconservação da região do Seridó Potiguar irão possibilitar a criação (futura) do Geoparque Seridó.

Considerações Finais

Gostaríamos de retomar algumas questões levantadas e discutidas ao longo do artigo para sintetizarmos o mesmo. Uma primeira questão é a necessidade de ser rever a forma de como tem sido feita a exploração do planeta pelos seres humanos. Por muito tempo e ainda hoje essa exploração teve em demasia um caráter destruidor, em que era preciso aprofundar a retirada ao máximo possível dos elementos que pudessem gerar lucros a alguns poucos. Com o passar do tempo e a partir das experiências de desgaste da natureza somadas as necessidades de inclusão social, melhoria na qualidade de vida dos mais variados grupos étnicos, democratização dos processos de tomada de decisão e respeito a diversidade cultural, fez necessário pensar uma nova forma de desenvolvimento, baseada não só no viés economicista, mas que levasse em conta os fatores mencionados anteriormente, e nesse perspectiva uma forma encontrada foi a do desenvolvimento local sustentável.

Outra questão importante foi que a prática turística ou pelo menos parte desta, também necessitou rever os seus princípios quanto a forma como a mesma era desempenhada. Se a princípio tínhamos um turismo de massa preocupado exclusivamente ou em certa medida com as vontades e desejos dos turistas e a obtenção de lucro a partir da exploração sem controle da natureza ou da descaracterização das culturais locais, com o processo de conscientização da necessidade de proteção e preservação, tanto da natureza, quanto das culturas, foi possível surgir novas práticas

baseadas na sustentabilidade, no respeito, no reconhecimento e na conservação das duas faces da mesma moeda, ou seja, natureza e cultura, provando que o turismo quando bem planejado e gestado pode sim favorecer o desenvolvimento local.

Ainda nesse sentido, outra questão importante é que para a proteção eficaz da natureza não podemos deixar de lado a importância da preservação da cultura existente em determinado lugar que se quer ver desenvolvido, simplesmente pelo fato de muitas dessas culturas, muitas dessas práticas culturais conviverem, existirem e explorarem esses lugares a bastante tempo, sem degradá-los, sem destruí-los, respeitando seus ciclos temporais, suas características peculiares e isso não significa que esses grupos sociais não queiram melhorar de vida, não queiram ter bens materiais, não terem confortos em suas residências ou em suas vidas cotidianas.

Uma terceira questão muito importante e que não poderíamos deixar de comentar é o papel que a constituição e implementação de propostas como as dos geoparques podem significar na luta do bom combate pela proteção da natureza, preservação e reconhecimento da cultura e da diversidade cultural dos lugares e a possibilidade do desenvolvimento sustentável dos mesmos. Uma proposta nova (com menos de 20 anos de existência), que se ampliou de forma rápida pelo mundo, mesmo com um rígido controle por parte da UNESCO, mais especificamente do pessoal do Programa *Global Geoparks* ou da Rede Mundial de Geoparques, em qualificar novas propostas, com a existência atualmente de 127 unidades espalhadas pelo mundo e tendo no Geopark do Araripe como o único, porém esperamos que não por muito tempo, representante no Brasil.

Por fim, porém não menos importante, ainda queremos mencionar a iniciativa tomada por todos os responsáveis para a implementação e reconhecimento da proposta do Geoparque

Seridó no Estado do Rio Grande do Norte. Proposta inovadora tem em seu cerne não somente a proteção da natureza (e isso já é algo de fundamental importância), mas também uma preocupação com a preservação da cultura seridoense, reconhecendo que está é importante e garante identidade para os diversos grupos sociais que aí convivem e buscam protegendo e preservando melhores condições de vida. Acreditamos que isso é possível, viável e que possa se constituir em uma forma de viver, de contar e de fazer outras histórias.

Referências

BUARQUE, Sérgio C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1999.

DALL'AGNOL, Sandra. Impactos do turismo X comunidade local. In: VII SEMINÁRIO DE PESQUISA EM TURISMO DO MERCOSUL, 2012, Caxias do Sul. *Anais*. Caxias do Sul: 2012, Universidade Caxias do Sul, Mestrado em Turismo. Disponível em: Acesso em: 24 nov. 2017.

DOWBOR, Ladislau; POCHMANN, Marcio (orgs.). *Políticas para o desenvolvimento*

local. Sao Paulo: Fundacao Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2010.

MC KEEVER, P.J.; ZOUROS, N. Geoparks: celebrating Earth heritage, sustaining local communities. *Episodes*, v.28(4), p. 274-278, 2005.

NASCIMENTO, M.A.L.; FERREIRA, R.V. Seridó (RN). In: SCHOBENHAUS, C.; SILVA, C.R. (org). *Geoparques do*

Brasil: propostas. Rio de Janeiro: CPRM – Serviço Geológico do Brasil, p. 361-416, 2012.

NASCIMENTO, M.A.L.; SANTOS, O.J. *Geodiversidade na Arte Rupestre no Seridó Potiguar*. Natal: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2013. 62p.

SCÓTOLO, Denise; PANOSSO NETTO, Alexandre. Contribuições do Turismo para o Desenvolvimento Local. In: *CULTUR – Revista de Cultura e Turismo*. Ano 09 - nº 01 – Fev/2015.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ZOUROS, N. The European Geoparks Network. *Episodes*, v.27(3), p. 165-171, 2004.

CAPÍTULO 2

TURISMO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL COMO PANO DE FUNDO DOS CONFLITOS E DA MOBILIZAÇÃO PELA INCLUSÃO SOCIAL EM NATAL/RN

Andréa V. Sousa Dantas

Turismo, Meio Ambiente e Mobilização Social

A relação entre turismo e meio ambiente não é recente. E com razão: os patrimônios naturais e histórico-culturais sempre suscitaram o interesse da parte dos visitantes. São justamente os impactos positivos e negativos das atividades ligadas ao turismo sobre o ambiente natural e sociocultural, sobretudo a partir dos anos 1980 (BROWN, 2000 ; KRIPPENDORF, 2000 ; KOUSIS, 2000 ; RUSCHMANN, 2005), que têm concentrado nas últimas décadas a maior parte das atenções, tanto por parte dos pesquisadores, gestores públicos e profissionais da “indústria turística”, quanto dos próprios turistas.

A preocupação com a preservação ambiental no turismo assume a forma do turismo sustentável, que reflete, na realidade, mudanças mais vastas operadas nos domínios econômico, político e cultural a partir dos anos 1960. Essa relação é promovida pela nova organização da produção e da acumulação do capital e incorporada pelos discursos difundidos internacionalmente em torno do desenvolvimento sustentável, por parte das companhias transnacionais e das organizações internacionais. As mudanças nas condições materiais e os discursos hegemônicos das últimas décadas produzirão no campo do turismo a difusão deste tanto como um motor de

desenvolvimento dos países do Sul, quanto como uma ferramenta de preservação ambiental, principalmente por meio das formas ditas alternativas de turismo, que se opõem ao antigo turismo de massa da era fordista do capitalismo industrial (MOWFORTH, MUNT, 2003; 2015).

Assim, o meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável se encontram no centro de toda discussão política em torno do turismo internacional. Cabe ressaltar que o conceito e os critérios do turismo sustentável são criados e difundidos por indivíduos e organizações do Norte, fora dos territórios locais onde se desenvolvem as atividades turísticas (KOUSIS, 2000 ; VIOLIER, 1999 ; BROWN, 2000 ; MOWFORTH, MUNT, 2003 ; GIAMPICCOLI, 2007). Por outro lado, o turismo sustentável e a proteção ambiental também são uma forma de defesa da população local. Da mesma forma que alguns atores internacionais promovem os valores do desenvolvimento sustentável de forma utilitária, a fim de justificar interferências e influenciar os processos de tomada de decisão nas comunidades do Sul, as populações locais dos Países em Desenvolvimento (PED) podem agir de forma semelhante. Os atores “estatais” e “não-estatais” das sociedades receptoras no Sul frequentemente empregam a ideologia da proteção do patrimônio natural e cultural para assegurar seu controle territorial e justificar pedidos de financiamento a organizações internacionais. Especialmente quando parte da comunidade local é excluída da participação política e das redes de governança. O discurso do desenvolvimento sustentável é, por vezes, o último recurso empregado pela sociedade civil organizada e mobilizada. A manipulação feita pelos povos indígenas da questão ecológica junto aos bancos, investidores e potenciais visitantes internacionais revela-se na maneira pela qual eles mobilizam redes que ultrapassam ou contornam os múltiplos órgãos da

administração local ou estadual/regional, a fim de atingir seus objetivos comunitários.

Estudos que abordam essa questão da mobilização social no cruzamento entre turismo e desenvolvimento sustentável são raros. A socióloga de origem grega Maria Kousis faz uma contribuição relevante nesse sentido. Em um estudo publicado em 2000 em *Annals of Tourism Research*, a socióloga discute a mobilização social em nível local contra os efeitos negativos do turismo de massa sobre o meio ambiente em três países do Mediterrâneo (Grécia, Espanha e Portugal). Entre os resultados encontrados pelo estudo, três são de interesse crucial para essa discussão. A primeira, é que o Estado é geralmente percebido como conivente para com os interesses externos, sendo um dos principais alvos das mobilizações realizadas nos três países estudados. Em segundo lugar, que os movimentos não contestam o turismo em si, mas antes pretendem a uma participação social mais ampla na tomada de decisões sobre turismo e, acima de tudo, uma distribuição mais igualitária dos benefícios gerados. Finalmente, Kousis conclui que o meio ambiente é uma causa utilizada de forma utilitarista pelos residentes que se mobilizam, a fim de atrair uma maior atenção a sua contestação social e, assim, obter uma ajuda financeira de organizações internacionais não governamentais (OING) e outras organizações de ajuda e financiamento internacional, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O fator atenção promove a mobilização de recursos e a consecução de outros objetivos, a maioria dos quais de ordem não econômica, como a maior participação nos processos de tomada de decisão, a preservação da paisagem e dos meios tradicionais de subsistência e a propriedade da terra. Uma descoberta feita pela autora é que a preservação ambiental e patrimonial é mais um meio do que um fim. Grupos que mobilizam protestos raramente reivindicam um

tipo ideal de turismo sustentável, mas sim um maior controle e defesa dos interesses locais (KOUSIS, 2000).

Esses resultados são consistentes com a análise feita em um pesquisa recente realizada na Cidade do Natal, capital do Rio Grande do Norte, em julho de 2014, quando a Copa do Mundo da FIFA foi realizada no Brasil naquele ano. Natal foi escolhida uma das doze cidades sede da Copa do Mundo no Brasil. Várias obras de mobilidade urbana foram planejadas, porém, apenas algumas delas foram realmente executadas. A maioria foi cancelada, seja por falta de recursos financeiros ou, como se descobriria alguns anos mais tarde com a “Operação Lava-Jato”, por causa das grandes somas desviadas por políticos envolvidos no maior processo de corrupção da história do país (SOUSA DANTAS, 2016). Incluindo aqueles usados na construção do novo estádio de futebol de Natal, a Arena das Dunas. Quando questionados sobre seu nível de satisfação com o turismo em Natal, a maioria dos residentes de Natal entrevistados durante a Copa do Mundo afirmou estar insatisfeita. Essa resposta, no entanto, não tinha nada a ver com os impactos negativos do turismo, mas sim com a “fraqueza” do mercado turístico internacional, especialmente após a crise econômica mundial de 2008. Não só o Estado é tido como culpado dessa situação, por causa da sua inatividade na promoção turística internacional e na produção de políticas de incentivo ao turismo, mas também pela falta de visão e diversificação territorial da atividade. Por exemplo, na expansão da oferta turística, que poderia atrair mais visitantes e distribuir os benefícios para uma parcela mais ampla da população. De fato, a limitação espacial das áreas turísticas em Natal acaba excluindo os estratos mais pobres da população natalense dos benefícios produzidos.

Esse estudo é parte de uma pesquisa de campo para a tese de doutorado defendida em dezembro de 2016 na Sciences Po

(Paris, França), dirigida por Catherine de Wenden, como parte do Programa Doutoral em Ciência Política, com especialidade em Relações Internacionais. A tese enfocou a influência de atores internacionais na política nacional de turismo nos países do Sul, tendo como estudo de caso o Brasil, mais especificamente a Cidade do Natal e sua região metropolitana (Região Metropolitana de Natal – RMN). Natal e sua RMN se encontram na encruzilhada entre um dos principais destinos turísticos receptivos brasileiros e um foco da ação direta de grandes atores internacionais, incluindo a FIFA, mas também o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para citar apenas alguns.

Naquela ocasião, nosso interesse portava sobre a relação de poder e influência entre os atores do turismo, uma relação de poder entre os atores locais, com a participação de atores internacionais e a mobilização pelo direito de sediar o turismo como um baluarte do imperativo mundial do desenvolvimento sustentável (SOUSA DANTAS, 2013). Considerando esse contexto de conflitos e mobilização social, tendo como pano de fundo as questões ambientais, não se pode deixar de se interrogar: o turismo, sobretudo o internacional, reforça os conflitos sociais internos e a segregação socioespacial dentro de uma comunidade receptora? Espera-se, ao final desse capítulo, esclarecer um pouco mais sobre o papel de influência desempenhado por cada ator envolvido no turismo, do nível local ao internacional, bem como contribuir para ampliar a literatura sobre o tema das mobilizações sociais em destinos turísticos.

O método empregado foi a pesquisa etnográfica, realizada durante os meses de junho e julho de 2014. A combinação de uma análise interna (o que se pode tirar de uma observação ou entrevista em si) e uma análise externa (o que se pode conhecer além das informações fornecidas em primeira mão) era a regra a

seguir (BEAUD, WEBER, 2003). Foi utilizada uma combinação de diferentes técnicas de pesquisa, como entrevistas em profundidade com atores locais estatais e não estatais; a observação direta; a coleta e análise de dados secundários, como documentos, mapas e dados estatísticos; e a pesquisa bibliográfica.

O papel desempenhado pelo Estado como culpado e alvo das manifestações pôde ser observado principalmente em duas ocasiões dessa investigação de campo, que serão tratadas a seguir: a primeira, durante a observação direta de uma oficina para o desenvolvimento do plano de manejo da APA Bonfim-Guaráiras. Nessa ocasião, as discussões acirradas envolveram, entre outras coisas, a incapacidade do Estado de responder aos interesses de vários grupos sociais residentes naquela área protegida que, por falta de regulamentação legal, está ameaçada pelo turismo por uma infinidade de outras atividades econômicas praticadas na região. A segunda, durante a entrevista feita com o presidente da Associação Potiguar dos Atingidos Pelas Obras da Copa do Mundo (APAC), que ilustra as mobilizações para inclusão no turismo através da causa da proteção ambiental. Em ambos os casos, o turismo e o meio ambiente fornecem o pano de fundo. Ambos representam ferramentas para melhorar as condições de vida e ilustram os conflitos sociais que estão ocorrendo em um território altamente disputado. Os atores estrangeiros acrescentam a essa disputa um elemento adicional de tensão: seja pela imposição de critérios de sustentabilidade, indo de encontro aos desejos e preferências dos povos indígenas; seja por sua associação com atores locais na exploração imobiliária, enfrentando um poder estatal que, ora é conivente, ora é subjogado por demandas que superam sua capacidade de pessoal e de recursos.

Não Mexa No Meu Território! Quando A Proteção Ambiental Se Sobrepõe Aos Interesse Econômicos Locais

Na manhã do dia 29 de julho de 2014, um antigo estudante do Curso de Turismo da UFRN, trabalhando para um dos projetos do Programa Semi-Árido Potiguar (PSP), financiado pelo Banco Mundial, marca um encontro no Centro Pastoral Isabel Gondim no município de Nísia Floresta, pertencente à RMN. Ele tinha sido contatado devido as suas relações com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte (IDEMA) e com a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Rio Grande do Norte (SEMARH). Sabendo do meu interesse em fazer uma entrevista com um ator estatal relacionado com o campo do meio ambiente, ele me convidou para participar de uma oficina a ser realizada no centro administrativo da cidade de Nísia Floresta. Essa oficina teve como objetivo apresentar às partes interessadas – vereadores, gestores públicos, comerciantes, líderes do conselho comunitário de pescadores e pequenos agricultores – o Zoneamento Econômico Ecológico (ZEE) em execução pela empresa de consultoria IBI Engenharia Consultiva. De acordo com o método participativo exigido pelo Banco Mundial, o ZEE e o plano de manejo devem ser desenvolvidos através de um longo processo de oficinas e audiências públicas realizadas nas comunidades incluídas na área de intervenção da APA Bonfim-Guaraíras. É por isso que estavam presentes à oficina vários representantes de entidades da sociedade civil e da gestão pública: o IDEMA, as secretarias de Nísia Floresta do Meio Ambiente, de Urbanismo, de Turismo, o Tribunal de Contas, a Câmara de Vereadores, o ICMBio Flona-Nísia Floresta, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a Comunidade de Pescadores Z-34, a Associação de

Amigos da Lagoa do Bonfim e a Associação de Motoristas de Buggy de Nísia Floresta.

Danilo⁵ havia me explicado que a oficina de discussão do ZEE da APA Bonfim-Guaráiras seria uma boa oportunidade para conhecer a responsável da Gestão Costeira e do Projeto Orla no IDEMA, a sra. Ana Marcelino, a quem ele já me havia recomendado. Também seria uma oportunidade para realizar uma observação direta de uma rede de governança relacionada ao campo da preservação ambiental e verificar seus modos de operação e participação.

De acordo com a Lei Federal que Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985 / 2000), uma Área de Proteção Ambiental (APA) é um tipo de Unidade de Conservação (UC) possuindo uma

área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais. (SNUC – Lei nº 9 985/2000, Art. 15).

A APA Bonfim-Guaráiras tem uma extensão de 42.000 hectares (422 km²) e inclui seis municípios, sendo dois pertencentes à RMN (Nísia Floresta e São José Mipibu). Todos os municípios da APA foram alvo das intervenções do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (hoje em dia Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR) em suas três versões (PRODETUR I, 1996-2001; PRODETUR II, 2005-2009; PRODETUR III, 2010-2018),

⁵ Pseudônimo.

incluídas no Polo Costa das Dunas⁶. A APA foi criada pelo Decreto Estadual nº 14.369 de 22 de março de 1999. Seu conselho gestor foi legalmente estabelecido pelo Decreto nº 22.988/2012. Três outras UCs também fazem parte da APA, tornando sua gestão ainda mais complexa⁷. Cerca de 80% da APA Bonfim-Guarairás localiza-se no município de Nísia Floresta, que passou por grandes transformações urbanas desde a implantação do PRODETUR I (FONSECA, 2005). Além das praias de Pirangi do Sul, Búzios, Barreta e Tabatinga, as dunas e lagoas atraem muitos investidores, tanto locais quanto nacionais e estrangeiros. Estss últimos estão interessados na construção de segundas residências e hotéis-condomínio. As lagoas de Arituba, Carcará e Bonfim são as mais conhecidas e utilizadas para o turismo.

A Lagoa do Bonfim, que dá nome à APA, é uma fonte de água que abastece mais de 240 comunidades na região semidesértica da região agreste do RN, que sofre com períodos de seca severa. Apesar do boom turístico e das intensas atividades econômicas implantadas na região, a APA não possui atualmente, mesmo passados quinze anos da sua criação, um ZEE ou um plano de manejo. Esses instrumentos são fundamentais para a proteção do meio ambiente, promovendo o uso inteligente desse precioso recurso, que é água, para grande parte da população do RN, que não tem o suficiente.

⁶ Os quatro outros municípios incluídos pela APA Bonfim-Guarairás são: Tibau do Sul, Arês, Senador Georgino Avelino e Goianinha.

⁷ As três UCs existentes no interior da APA Bonfim-Guarairás são: (a) a Flona (Floresta Nacional) de Nísia Floresta (UC federal), sob a jurisdição do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio Flona-Nísia Floresta); b) o Parque Estadual Mata da Pipa (UC estatal) ; e c) a Reserva da Fauna de Tibau do Sul - REFAUTS (UC municipal). Existe ainda um posto avançado da reserva da biosfera de floresta atlântica representada pelo Santuário Ecológico de Pipa, no município de Tibau do Sul/RN.

A oficina abriu com um discurso do Sr. Bismarck Pereira, Secretário Adjunto do Meio Ambiente de Nísia Floresta. Depois de apresentar o grupo responsável de consultores, ele passou a palavra a uma representante da SEMARH. Essa, assim como todos os demais oradores que se seguirão (A. Marcelino do IDEMA, os consultores da empresa IBI), irão enfatizar a palavra “conflitos”:

Esta proposta de zoneamento é apenas uma versão preliminar, ok? Eu quero que seja uma discussão muito proveitosa e que nós possamos resolver todos os conflitos. Ou pelo menos começar a falar sobre possíveis conflitos aqui na região e começar a trabalhar para resolvê-los. (Representante da SEMARH, dados de pesquisa, 2014).

A. Marcelino, que assume a palavra, desenvolve a questão do conflito, revelada pela metodologia participativa de planejamento exigida pelo Banco Mundial. A. Marcelino explica que a participação e a inclusão social são fundamentais para definir os instrumentos que visam justamente a harmonizar interesses divergentes.

Se a organização da oficina previa alguns desacordos, o que foi presenciado ultrapassou todas as expectativas. Após os discursos oficiais, os participantes trocaram denúncias e palavras exaltadas, especialmente contra os representantes dos órgãos ambientais e os consultores responsáveis pelo ZEE. O representante da Prefeitura de Nísia Floresta criticou o fato de que o Plano Diretor (PD) e o código ambiental não são levados em consideração na proposta do ZEE. Outras pessoas representando moradores e comerciantes locais alegaram que não haviam sido consultadas, apesar do fato de que, segundo a gestora da SEMARH, eles já se encontravam na segunda fase do trabalho; a

primeira, consistindo em um diagnóstico já realizado no ano anterior, havia seguido o mesmo método participativo.

No meio dessa discussão muito tensa, A. Marcelino me concede uma entrevista particular para discutir do assunto da minha tese de doutorado. Ela fala sobre conflitos intensificados em áreas como a APA Bonfim-Guaraíras, mas também em Tibau do Sul/Pipa (segundo principal destino do RN, localizado no extremo sul do Litoral Oriental) e em Natal por atores internacionais. Os últimos agem com impunidade e se beneficiam de uma política de turismo voltada para o marketing e pouco integrada com outros setores. Ela também relata sobre o órgão ambiental (IDEMA), que se encontra sobrecarregado de todos os lados, por diferentes demandas e pressões (LOLOUM, 2015). Esse aspecto foi tratado com maiores detalhes em minha tese de doutorado, com as contribuições feitas pela Sra. Ana Marcelino sobre a impotência do IDEMA ante a capacidade de mobilização de recursos dos investidores estrangeiros do turismo (ver SOUSA DANTAS, 2016, Capítulo 4). Segundo ela, a Secretaria de Estado de Turismo do Rio Grande do Norte (SETUR) e a política de turismo aplicada contribuem negativamente para priorizar o marketing e as receitas turísticas, constituindo um exemplo da abordagem de planejamento “*Tourism-first*” mencionada por Burns (1999), que privilegia o crescimento econômico pelo turismo em detrimento do desenvolvimento local.

No entanto, não foi a ação de interesses externos que esteve em jogo durante a disputa na reunião, uma vez que nenhum dos participantes se referiu a atores internacionais. A presença de atores internacionais não foi registrada na oficina da APA Bonfim-Guaraíras. Na realidade, nada foi mais eloquente do que o seguinte episódio: no momento em que o debate chegou ao ponto de tensão máxima, A. Marcelino sai da sala e me convoca para começar a entrevista. Ela parecia muito tranquila, ao

contrário da atmosfera tensa da sala de reuniões. A única observação que ela faz sobre isso é que se trata sempre de situação difícil e repetida várias vezes. Ela e sua equipe estavam percorrendo as UCs estaduais para realizar oficinas similares, e no dia anterior, em uma oficina em Tibau do Sul, a atmosfera era ainda mais tensa, afirmou a gestora do IDEMA.

Será essa atitude *blasée* da representante do poder estatal, uma indicação do desprezo e da omissão do Estado denunciadas por vários grupos de mobilização social em Natal? Discutindo esse fato com meu ex-aluno alguns dias depois desse episódio, ele me relata que vários representantes da população local que protestaram no dia da reunião trabalham com o turismo e com outras atividades comerciais, que provavelmente serão afetadas pela regulamentação do território da APA. Na realidade, por trás dessa retórica em favor da população indígena segregada, escondem-se interesses financeiros.

Fazendo um paralelo com outro caso relatado por esta pesquisadora em sua tese de doutorado (SOUSA DANTAS, 2016), onde os critérios de durabilidade impostos pelo BID e pelo Banco Mundial eram contrários às necessidades da população residente⁸, fica claro que tendemos a tomar partido dos residentes. Como afirma Crick, um viés comumente empregado por etnógrafos é o da síndrome do “bom selvagem”:

O antropólogo, lamentando o alvoroço do turismo,
expressando simpatia pela população anfitriã e hostilidade

⁸ Faz-se referência aqui a dois episódios relatados pelas gestoras públicas da SETUR, S. Portela, com relação ao Banco Mundial, e R. Pinheiro, com relação ao BID. Em ambos os casos, as entrevistadas elogiam a boa ação e os rigorosos padrões de sustentabilidade desses dois bancos internacionais, que se recusaram a financiar a construção de rodovias de acesso a dois municípios próximos a Natal desejadas pelas comunidades locais. A justificativa foi a de proteção ambiental.

em relação aos turistas [e, poder-se-ia acrescentar, em relação às agências internacionais e companhias multinacionais do turismo] é, nessa visão, uma voz rousseauiana lamentando o tumulto da civilização tecnológica sobre as formas tradicionais de vida. (CRICK, 1989, p. 312).

No entanto, outras entrevistas realizadas anteriormente com representantes da APAC e de outros movimentos sociais mostraram que as situações nem sempre são tão simples. A noção de “comunidade local” não representa uma entidade única, homogênea, mas sim uma miscelânea de atores e objetivos muito heterogêneos e conflitantes entre si (BRITTON, 1982; MOWFORTH, MUNT, 2003; LOLOUM, 2015), ao quais se acrescentam outros interesses externos. Afinal de contas, o desígnio é sempre o mesmo: alcançar seus objetivos financeiros por meio do turismo. Com a diferença de que as comunidades locais, embora elas não estejam sempre envolvidas na preservação do meio ambiente, de cujos danos elas são em grande parte responsáveis (KOUSIS, 2000), tem outros objetivos não econômicos e legítimos com suas reivindicações. Por exemplo, a inclusão em políticas públicas, o reconhecimento de posse de seu território, a autodeterminação. Além disso, elas são as mais afetadas pelas alterações introduzidas pelas atividades econômicas em seus territórios, gerando uma disputa pelo espaço. Essa é certamente a observação flagrante que emerge da oficina da APA Bonfim-Guaraíras.

Tudo isso perpassa a questão da preservação ambiental, que afeta a inclusão social e o turismo de forma transversal. Assim, quando a população local deixa de participar ou de fazer prevalecer suas preferências nas redes de governança, como no caso observado da APA Bonfim-Guaraíras, ela se mobiliza. O

exercício da influência através do meio ambiente assume, assim, a forma das mobilizações sociais.

Mobilizações Socioambientais Como Forma De Participação E De Inclusão Social: O Caso Da APAC

A data era 26 de julho de 2014, Dia Internacional da Conservação dos Manguezais. Essa data foi escolhida pelo professor Milton França Júnior, popularmente conhecido como Prof. Miltão, para me conceder uma entrevista. Coincide com o dia em que uma manifestação havia ocorrido poucas horas antes em frente à escola municipal Prof^a Francisca Ferreira da Silva, nosso ponto de encontro. Prof. Miltão, professor de educação física que leciona hidroginástica há anos nas Zonas de Proteção Ambiental (ZPA) 7 e 8, também é ativista ecológico e docente dessa escola pública, onde ministra aulas de educação física e educação ambiental.

A ZPA 8 é contígua a uma área densamente urbana de Natal, planejada para preservação natural durante a última revisão de seu Plano Diretor (PD) em 2007. Na época, descobriu-se que eram pagas propinas a alguns vereadores para aprovação de alterações relativas à ZPA 5 em 2004 (na forma de emendas). A maioria dos vereadores recebeu incentivos pecuniários por parte de construtoras e imobiliárias interessadas em construir em uma área de rápido crescimento turístico. Na época, esses vereadores vetaram as emendas feitas pelo prefeito Carlos Eduardo Alves em uma proporção de 13 votos contra e 6 votos a favor. Os mesmos políticos corruptos aprovaram em 2007 um PD de Natal muito diferente da proposta original, permitindo a construção de prédios altos em áreas originalmente destinadas à preservação natural. Batalhas judiciais acontecem até hoje. Por um lado, promotores públicos federais e estaduais pedem a suspensão das obras iniciadas nas ZPAs. Por outro lado, construtores e proprietários

pedem permissão para prosseguir com seus projetos (ARAÚJO, 2015a).

Como consequência, a ZPA 8 e quatro outras ZPAs (6, 7, 9 e 10) estão à espera de regulamentação desde a última revisão do Plano Diretor em 2007 (SOUSA DANTAS, 2016).

A área adjacente ao bairro de Bom Pastor (ZPA 8), contendo uma flora e fauna ameaçadas, típica dos manguezais, contém a fonte de água Bom Pastor, a última das onze fontes que já existiram em Natal. Quando da minha chegada à escola municipal, Prof. Miltão me apresenta Maria José⁹, ativista ambiental ligada ao Movimento Mangue Vivo, um grupo de mobilização ecológica voluntário criado em 2012 por ele mesmo; e o presidente do Conselho Comunitário de Bom Pastor, Silvino⁵, e sua esposa, Emília⁵. Havia ainda a presença de ativistas ligados a outros movimentos, associações e ONGs, tais como a APAC, a ONG Baobá e a ONG SOS Mangue.

A entrevista, em teoria um exercício a *duo*, rapidamente se torna uma mesa redonda de debates, todos falando ao mesmo tempo e querendo fornecer informações para minha pesquisa. Foi uma agradável surpresa em um dia chuvoso e apesar de minha apreensão daquele lugar, conhecido por sua alta taxa de criminalidade e pelo tráfico de drogas. Essa situação foi confirmada pelo Prof. Miltão, que afirmou já ter sido ameaçado de morte por pessoas da comunidade que, segundo ele, querem apossar-se da terra para vendê-la.

Esses conflitos internos sobre a propriedade e o uso da terra são, portanto, mais complexos do que podem ser apreendidos à primeira vista. Eles também questionam a complexidade da preservação ambiental, que se interpõe entre os diversos objetivos e preferências no seio de uma mesma comunidade. Os moradores

⁹ Pseudônimos.

da comunidade do Bom Pastor são constantemente confrontados com o dilema de escolher entre o lucro econômico imediato ou a qualidade de vida a longo prazo. A qualidade de vida só é possível através da preservação dessa área fundamental para a pureza da água e a frescura do ar, estando ligada ainda à sustentabilidade da fauna do mangue consumida e comercializada localmente (peixe, caranguejos, conchas). Os conflitos observados em um dos bairros mais pobres de Natal nos levam a questionar novamente a concepção homogênea de comunidade local (MOWFORTH, MUNT, 2003) e a validade das identidades binárias e antagônicas dos atores do turismo, o que estudos de antropologia e sociologia do turismo colocam cada vez mais em pauta: as dicotomias “local” *versus* “internacional”, “norte” *versus* “sul” e “residente” *versus* “turista” (LANFANT, 1995; GAMBLIN, 2006; 2007; COUSIN, RÉAU, 2009; LOLOUM, 2013; 2015).

Esses são, no entanto, conflitos reforçados pela atividade do turismo internacional, pelo menos em três sentidos. O primeiro, o interesse imobiliário gerado pela ZPA, que impediu sua regulamentação na forma de lei, a única maneira de garantir a proteção do frágil ecossistema daquela área. Vale lembrar que até 2007 o mercado imobiliário e de construção civil estava fortemente voltado para investidores e turistas estrangeiros. Especialmente a ZPA 6, origem do problema e também fonte de criação do Movimento SOS Ponta Negra, zona que concentra a maior parte das atividades e infraestruturas turísticas de Natal¹⁰.

O segundo, a interferência da FIFA sob a forma das obras exigidas para a Copa do Mundo de 2014. Cabe salientar que a política de megaeventos esportivos (captação e implementação da Copa do Mundo FIFA 2014 e dos Jogos Olímpicos de verão no Rio de Janeiro em 2016) foi a principal Política Nacional de

¹⁰ Devido a limitações de espaço, o Movimento SOS Ponta Negra não será tratado aqui.

Turismo conduzida pelo Ministério do Turismo na década de 2010. Uma das várias mobilizações e associações criadas ou coordenadas pelo Prof. Miltão, a Associação Potiguar dos Atingidos Pelas Obras da Copa (APAC), foi criada para impedir a expropriação de residências para ceder lugar a uma das obras previstas para os jogos da Copa do Mundo sediados em Natal. A construção do Complexo Rodoviário Urbana consistia na ampliação da avenida Capitão Mor-Gouveia e a construção de um viaduto, acarretando a expropriação e a destruição de 430 prédios e residências. Simbolicamente criada no dia 10 de dezembro de 2011, data que celebra o Dia Internacional dos Direitos Humanos, a APAC foi resultado de uma reação a esse projeto porque “a prefeitura de Natal não pagava sequer o valor devido aos moradores dessas casas” (Emília, dados de pesquisa, 2014).

Segundo Silva et al. (2013), até o final de 2013, a ação da APAC, juntamente com o Comitê Popular da Copa de 2014, reduziu o número de expropriações de 430 para cinco. No entanto, Silvino, presidente do Conselho Comunitário do Bom Pastor e sua esposa Emília afirmam durante a entrevista realizada em julho de 2014 que não houve e não haverá qualquer tipo de expropriação.

Encorajados por essa vitória, os moradores do Bom Pastor continuaram a mobilizar-se contra outro trabalho para a Copa do Mundo, ainda correndo durante e após a conclusão do mundial. A mobilização realizada no dia 26 de julho de 2014 foi motivada, dessa vez, por uma causa ambiental: os manifestantes exigiam a preservação da fonte de água e do mangue de Bom Pastor ameaçados por obras de drenagem do estádio de futebol Arena das Dunas de construção de um terceiro viaduto do Complexo Rodoviário da Urbana. Pode-se argumentar que essa reivindicação ambiental é baseada em um protesto social envolvendo o turismo. Quando na verdade, trata-se do direito à

preservação da propriedade e ao uso da terra da maneira que melhor convenha aos moradores locais, e não à FIFA e à Prefeitura do Natal. Essa última se encontrava, na opinião dos manifestantes, mais preocupada com o sucesso do evento da Copa do Mundo e com as demandas de mobilidade viária das populações residentes mais abastadas morando nas áreas sul e leste da cidade.

Certamente, os manifestantes denunciavam a escavação muito próxima à fonte de água Bom Pastor, classificada como Área de Proteção Permanente (APP) pelo Código Florestal Brasileiro. O Código Florestal determina que todo o trabalho deve manter a distância mínima de 50 metros de uma APP. Os manifestantes ainda contestavam o corte de árvores antigas na ZPA 8 durante as obras, e que a escavação do túnel para a construção do viaduto causou a formação de cavernas. Uma perda acelerada de material sólido foi observada como resultado de toneladas de água da fonte jorradas diretamente sobre o barranco. Além de danos naturais, o risco de deslizamentos de terra permanece. Foi o que aconteceu, aliás, no bairro pobre de Mãe Luíza, em Natal (cf. Mapa 2), no início da Copa do Mundo (14 de junho de 2014), por causa das fortes chuvas e da degradação ambiental produzida pela ocupação desordenada. Bem como um deslizamento de terra em São Paulo, causado pelas obras da linha 4 do metrô em janeiro de 2007.

Por outro lado, os manifestantes aproveitaram a oportunidade e as vitórias obtidas para solicitar a construção do Ecoparque Bom Pastor dentro do ZPA 8. O projeto do Ecoparque Bom Pastor foi concebido em 2010 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo (SEMURB) para atender às demandas da comunidade de um local de lazer e entretenimento. Além de uma área pública com trilhas e equipamentos para a prática de esportes na natureza, os manifestantes pediram o

estabelecimento de um centro de educação ambiental e científica, com a instalação do equipamento de um planetário adquirido pela Prefeitura do Natal em setembro de 2009, no valor de US\$ 787.000. Esse equipamento não utilizado foi planejado para a Cidade da Criança, um espaço fechado à época à espera de autorizações de renovação, localizado na rica zona leste de Natal¹¹.

Assim, essa mobilização também tem uma motivação utilitarista do meio ambiente, como relatado pelo estudo de Kousis (2000), uma vez que busca, ultimamente, a inclusão da população de Bom Pastor na prática turística e, especialmente, nos lucros gerados pelo turismo. Essa dupla inclusão no turismo seria possível com a criação do primeiro equipamento turístico (o Ecoparque e seu planetário) da zona oeste de Natal. Este projeto contribuiria ainda para a diversificação da oferta turística de Natal nos segmentos de ecoturismo e turismo científico-pedagógico. E, conseqüentemente, seria capaz de mudar toda a configuração econômico-espacial de uma atividade turística que, nesse sentido, encontra-se dividida de forma desigual em Natal:

É assim que eles não veem a zona oeste da cidade como uma área possível para implementar equipamentos turísticos. Dentro dessas ideias de mudanças no projeto, nós cogitamos a possibilidade de trazer o planetário da cidade para cá. Seria o primeiro equipamento turístico da zona oeste. Desde 2009, o equipamento foi comprado e embalado. Quer dizer, tivemos um custo de quase 2 milhões de reais para o tesouro público. E se esse equipamento não tiver um destino, uma utilidade, será dinheiro jogado no lixo. Então, onde eles querem colocá-

¹¹ Após vários anos guardado à espera de uma destinação, o planetário foi finalmente instalado na Base Aérea Espacial da Barreira do Inferno, localizada no município de Parnamirim (também pertencente à RMN).

lo? Na Cidade da Criança. É assim: se você jogar uma gota de água no oceano, o efeito é insignificante. Por outro lado, se você jogar uma gota de água no deserto, isso terá um efeito significativo. Na zona oeste, que não tem turismo, no momento em que trazemos um equipamento como esse aqui, ele cria possibilidades infinitas. Veja bem: a ideia é incluir o planetário na segunda fase do projeto do parque, no topo. É uma área que não tem edifícios, onde há um estuário em frente, há pouca luz. Estas são as condições ideais para criar um parque científico, um núcleo científico, como um planetário. Um observatório, enfim. (Prof. Miltão, dados de pesquisa, 2014).

Como recorda o Prof. Miltão, a atividade turística em Natal é muito concentrada em três áreas: Ponta Negra, localizada na zona sul; as praias dos Artistas, do Meio e do Forte (localização da Fortaleza dos Reis Magos), incluindo a zona leste; e ligando ambas, a Via Costeira, o enclave de luxo e hotéis internacionais da cidade. Essas são, além disso, as áreas mais favorecidas pelos projetos de melhoria urbana do PRODETUR, concentrando a maior parte da população com maiores rendimentos.

Essa constatação nos conduz ao terceiro ponto de conflito social interno reforçado pelo turismo internacional e pela influência de atores externos: a segregação social do turismo, tanto como atividade de lazer da população da zona oeste, quanto como uma área de visitação turística inexplorada por planos e políticas de turismo em Natal.

Não há turismo na vizinhança porque o turismo, na verdade, é voltado para uma elite, né? Para uma classe, a elite. Turismo, nós não temos um costume desta história de turismo.. meio ambiente... como eles chamam isso? Ecoturismo. Não existe, não é? Isso dificilmente existe, certo? Caminhadas na natureza. Eu vou lá, porque eu

quero descobrir esse lugar, é um parque... Nós acabamos de chegar de um parque com uma fonte de água, chamamos isso de olho d'água. Pode se tornar um parque, mas ninguém aqui tem essa cultura, certo? O que é turismo? É a praia. Os hotéis. Via Costeira. Natal conhece apenas isso. (Maria José, dados de pesquisa, 2014).

A região oeste de Natal, ocupando uma área de 4,6 km² às margens do rio Potengi e com uma população de 29.206 habitantes (IBGE, 2010), é a região mais deprimida social e economicamente de Natal. Segundo o Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil, um banco de dados, organizado conjuntamente pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro (FJP), em 2010 o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do município de Bom Pastor foi de 0,645, em uma escala que vai de 0 (o menor nível de IDH) a 1 (o nível mais alto de IDH). Das três dimensões que compõem o IDH (longevidade, renda per capita e escolaridade), a que possui o menor índice é a educação, com um IDH de 0,557.

O IDH de Natal era, na mesma época, de 0,763, e o da RMN, de 0,733. Bom Pastor ocupava a 84^a posição entre as 162 unidades administrativas de Natal. O maior IDH era de 0,948 (bairros da zona sul, principalmente Candelária e Lagoa Nova), e o menor, 0,525 (alguns distritos do município de Ceará-Mirim, pertencente à região metropolitana de Natal). (PNUD, IPEA, FJP, 2010).

Quando a ativista ambiental menciona a falta de costume da prática turística, incluindo o ecoturismo, alguém poderia pensar que ela estava se referindo à comunidade do bairro. Isso também é verdade, porque mais adiante na mesma discussão, ela e dois outros ativistas, a saber, o sr. Silvino, presidente do Conselho

Comunitário de Bom Pastor, e sua esposa Emília, afirmam que, devido à falta de meios financeiros, os moradores de esta comunidade de Natal praticam o “piquenique” em vez de turismo:

Aqui temos o que chamamos de piquenique. Tem o piquenique, que é muito tradicional na comunidade. (Silvino, dados de pesquisa, 2014)

É uma opção de lazer para os moradores, como resultado da falta de meios financeiros. [...] A população, por falta de poder aquisitivo, não tem como ir [praticar o turismo], né? Participar de outras coisas. Ir a Ponta Negra, digamos, uma família para ir com dois ou três filhos, porque custa mais. Se alguma vez uma criança precisa de algo, e os pais não têm os meios para lhe oferecer. Então, essa é uma alternativa, é uma maneira de se unir para passar um dia de relaxamento, de alegria, oferecer às crianças um dia diferente... é isso. (Emília, dados de pesquisa, 2014).

A comunidade do Bom Pastor, por seu baixo poder aquisitivo, vê-se excluída das práticas turísticas. O seu tempo de lazer longe do local de sua residência habitual, coincidindo com a definição de turismo, ou excursão turística da OMT, é classificada por seus habitantes não como turismo ou visita, mas como “piquenique”. Além disso, as pessoas que praticam o “piquenique”, como os habitantes de Bom Pastor, são chamadas pejorativamente de “farofeiras” por pessoas de Natal das classes média e alta. Esses são preconceitos de classe que se refletem na prática do turismo e são, como se pode constatar, fontes de conflito social mais antigas que a chegada do turismo de massa internacional nos anos 1990 e a interferência dos atores externos que se seguiram. Esses últimos, no entanto, reforçam esses conflitos latentes, que é o que se pode inferir a partir das referências feitas por Maria José mais acima aos hotéis da Via Costeira, já que hoje a maioria trabalha em parceria com cadeias

hoteleiras internacionais, ou seja, são equipamentos reservados para um público bastante nacional e internacional, não tendo presença local e poucos clientes regionais.

No entanto, examinando mais profundamente os discursos feitos pelos ativistas, percebe-se que eles também se referem aos gestores públicos, que não estão interessados em outras formas de turismo além do turismo de massa baseado na atração “sol e mar”. Esse tipo de turismo continua focado nas três zonas litorâneas de Natal supra mencionadas e em sua área metropolitana.

Conclusões

Retomando a questão de partida, qual seja, se o turismo internacional reforça os conflitos sociais internos e a segregação socioespacial dentro de uma comunidade receptora, pode-se acrescentar a seguinte reflexão: se o turismo não é mais eficaz na distribuição socioeconômica dos benefícios, não seria mais uma questão de gestão política e social interna que de influências externas adversas? Essa hipótese, que faz consenso nos estudos de planejamento e política de turismo (DE KADT, 1979; CAZES, COURADE, 2004), leva-nos a reconhecer que, afinal de contas, o que os gestores públicos fazem com os recursos para promover uma melhor redistribuição e reinvestimento em áreas carentes, reduzindo a pobreza e contribuindo para uma maior igualdade social, estão fora do escopo do turismo. A “indústria turística” estabelecida em um lugar irá refletir a desigualdade existente ali, uma vez que o turismo se apropria de estruturas e práticas já em vigor antes de sua chegada, controladas pelas elites locais (BRITTON, 1982). Assim, à primeira vista, se o turismo não contribui para melhorar as condições de vida da população residente nos territórios onde ele se desenvolve, não seria essa simplesmente uma questão de má gestão, uma vez que não “são os governos que desempenham o papel central e que possuem o

poder potencial de controlar, planejar e direcionar o crescimento e o desenvolvimento do turismo”? (MOWFORTH, MUN, 2003, p. 252).

Ao localizar o olhar sobre o caso do destino brasileiro de Natal, pôde-se constatar que, se por um lado se pode apontar o dedo para as elites, para as condições internas do destino, como as responsáveis pelas diferenças sociais observadas que o turismo reflete ou intensifica, por outro lado, a participação e a convivência dos atores internacionais são inegáveis. O crescimento do turismo sozinho não desempenha um papel na melhoria das condições de vida de toda a população residente de Natal, mas antes beneficia uma elite econômica aliada ao capital estrangeiro que explora economicamente o setor. Em especial a elite associada aos setores imobiliário e da construção civil, que foram os que mais se beneficiaram do rápido crescimento experimentado pelo setor imobiliário-turístico, antes da crise global de 2008 ter condenado vários dos megaprojetos turístico-residenciais ao abandono.

A associação de elites locais com atores internacionais geralmente produz impactos negativos para aqueles segmentos da população que não compartilham essas alianças e obtêm pouco benefício, exceto os empregos gerados. A comunidade residente do bairro Bom Pastor, localizado na zona oeste de Natal, por exemplo, percebe-se duplamente excluída do turismo na cidade: excluída como área turística de recepção de visitantes e excluída das práticas turísticas. Quando esta foi considerada pelos projetos de infraestrutura do turismo, como parte das obras de mobilidade urbana para a Copa do Mundo, foi para expropriar as pessoas de suas casas, a fim de promover o tráfego rodoviário para visitantes e residentes das áreas mais abastadas de Natal.

De uma outra perspectiva, o caso dos conflitos existentes entre os atores da APA Bonfim-Guarairas, tendo como pano de fundo a questão da gestão e manejo dessa área protegida,

evidencia a complexidade escondida sob clichês binários tão caros às teorias imperialistas. Essas dicotomias expressam mais as convicções subjetivas de seus autores do que reflexões mais profundas, ponderadas por fundamentos empíricos (CRICK, 1989; LANFANT, 1995; GAMBLIN, 2006; 2007; COUSIN, RÉAU, 2009; LOLOUM, 2013; 2015). Além disso, elas não levam em conta a heterogeneidade da comunidade local para além das dicotomias “elite” e “não-elite”, em outras palavras, “centro” e “periferia”. Nem consideram novas classes que possam surgir como resultado do turismo internacional receptivo (LOLOUM, 2013; 2015).

O meio ambiente e o conceito de desenvolvimento sustentável estão no centro das discussões políticas em torno do turismo internacional (MOWFORTH, MUNT, 2003). Na realidade, a sustentabilidade reflete os conflitos existentes entre comunidades locais e atores internacionais. No caso específico dos bancos de financiamento, eles desempenham um papel fundamental na definição e disseminação de boas práticas para a proteção do patrimônio natural e sociocultural (MOWFORTH, MUNT, 2003). Estes são, em última análise, critérios estabelecidos sem levar em conta as especificidades locais e voltados a objetivos de terceiros, como a manutenção da paisagem “virgem” para os visitantes estrangeiros que se dirigem aos destinos do Sul com a imagem romântica de sociedades coabitando em um ambiente natural exuberante e conservado (CAZES, COURADE, 2004; MOWFORTH, MUNT, 2003).

De acordo com a perspectiva dos atores locais envolvidos em mobilizações sociais contra ações e projetos turísticos, o turismo internacional em Natal alternaria entre a indiferença em relação à situação dos moradores locais e a interferência prejudicial. Esse fato, mais uma vez, refere-se às condições internas das sociedades receptoras como determinantes do custo-

benefício que elas tiram do turismo (DE KADT, 1979), especificamente quanto à falta de controle e de planejamento por parte dos atores estatais. Assim, o Estado é apontado como culpado por esses movimentos sociais (KOUSIS, 2000), notadamente por omissão em relação a situações que escapam a seu controle (DE KADT, 1979; LOLOUM, 2015). No entanto, o governo, em todos os níveis da administração pública brasileira, é constantemente pressionado a abandonar o controle político sobre o investimento estrangeiro, limitando-se à tarefa de comercialização e promoção turística, segundo relatou A. Marcelino, gestora entrevistada ligada ao órgão ambiental (IDEMA). A literatura enfatiza que é a situação de dependência dos Estados do sul das operadoras turísticas do Norte que os mantêm “algemados” em relação à imagem que eles querem transmitir de si próprios no mercado internacional (CAIRE, ROULLET-CAIRE, 2003; CAIRE, LE MASNE, 2007; CAZES, 1988).

Mesmo que o turista estrangeiro, igualmente um ator internacional, esteja no centro dessa ingerência que acentua a desigualdade social preexistente, ele é exonerado das responsabilidades de todas as pessoas ouvidas por esta pesquisa. Como previamente comentado, o turismo, incluindo aqueles que o praticam, não é desafiado por problemas percebidos. Os argumentos empregados pelas mobilizações enfocam, em vez disso, sua má administração pública e o compartilhamento desigual de seus benefícios, fazendo eco aos resultados encontrados pelo estudo de Kousis (2000).

A combinação de preferências e objetivos conflitantes, que não podem mais ser classificados nas tradicionais dicotomias “local” e “internacional”, ou mesmo “estatal” e “não estatal”, tem levado a vários conflitos manifestos até o momento. Esses conflitos revelam, por um lado, a heterogeneidade interna dos

stakeholders, em particular do ator estatal. Por outro lado, denunciam a ineficiência dos meios de participação disponibilizados às populações residentes, incluindo as redes de governança. Diante dessa situação, qual o papel a ser desempenhado pela comunidade residente que não pertence à categoria de elites diretamente beneficiadas por essas alianças internacionais?

A única alternativa que lhes resta para se exprimir e defender seus objetivos em relação aos atores mais fortes e influentes é se mobilizar. Os grupos abordados por esta pesquisa, APAC/Mangue Vivo, do bairro de Bom Pastor, defendem um turismo mais socialmente inclusivo e ambientalmente correto, de acordo com os critérios definidos pelas respectivas comunidades. Eles buscam a inclusão nos benefícios do turismo a partir da transformação do meio natural circundante em uma atração turística (o Ecoparque Bom Pastor). Além disso, apesar das mobilizações e protestos, os ativistas não se posicionam contra o turismo. Eles reivindicam a defesa, por parte dos gestores públicos locais, de suas necessidades e preferências em detrimento daqueles de atores eternos à comunidade. Isso representa um desafio nesse sentido, já que vários gestores públicos do turismo são originários de elites econômicas locais e buscam alianças com uma homologia estrutural (LOLOUM, 2015), ou seja, com elites internacionais.

A observação direta da reunião do conselho gestor da APA Bonfim-Guarairas reforçou que a “comunidade local” é um ator heterogêneo (BRITTON, 1982; MOWFORTH, MUNT, 2003; LOLOUM, 2015). No final, o objetivo é o mesmo: alcançar suas metas financeiras através do turismo. Com a diferença de que as comunidades locais, apesar de nem sempre estarem realmente comprometidas com a preservação ambiental, pelas quais são as grandes responsáveis (KOUSIS, 2000), têm outros objetivos não

econômicos e legítimos com suas demandas. Por exemplo, sua inclusão nas políticas de turismo, a propriedade da terra e o exercício de sua autodeterminação. Além disso, elas são as mais afetadas pelas mudanças introduzidas pelas atividades econômicas em seus territórios, o que gera uma disputa pelo espaço.

O exercício da influência por meio da questão ambiental, portanto, toma a forma da mobilização social. Nesse sentido, o turismo sustentável e a proteção ambiental, apesar de serem ferramentas para a ingerência internacional, também representam um meio para as populações locais se defenderem e exercerem uma contra-influência. Da mesma forma que alguns atores internacionais promovem os valores do desenvolvimento sustentável de forma utilitária, a fim de justificar suas interferências e exercer influência sobre os processos de tomada de decisão nas comunidades do Sul, as populações residentes desses países também podem agir de forma semelhante.

Referências

ARAÚJO, R. Plano diretor : sem data para revisão. *Tribuna do Norte*, p. 1. Natal, 29 mar. 2015a. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/plano-diretor-sem-data-para-revisa-o/309801> [Acesso em: 02 ago. 2016].

_____. Cinco ZPAs aguardam por regulamentação. *Tribuna do Norte*, p. 1. Natal, 29 mar. 2015b. Disponível em: <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/cinco-zpas-aguardam-por-regulamentaa-a-o/309800> [Acesso em: 02 ago. 2016].

BEAUD, M., WEBER, F. *Guide de l'enquête de terrain: produire et analyser des données ethnographiques*. Paris: La Découverte, 2003. (Guides Repères).

BRITTON, S. G. The political economy of tourism in the third world. *Annals of Tourism Research*, n. 9, 1982, p. 331-358.

BROWN, F. *Tourism reassessed: blight or blessing?* Oxford: Butterworth-Heinemann, 2000.

BURNS, P. Paradoxes in planning: tourism elitism or brutalism? *Annals of Tourism Research*, n. 26, vo. 2, 1999, p. 329-348.

CAIRE, G., LE MASNE, P. La mesure des effets économiques du tourisme international sur les pays de destination. *Marché et Organisations*, n. 3, vol. 1, 2007, p. 63-88.

CAIRE, G., ROULLET-CAIRE, M. Tourisme durable et mondialisation touristique: une analyse critique de l'AGCS. *Colóquio "Tourisme et développement durable"*. Fort de France, 2003, p. 1-28.

Cazes, G. (1988). Le tourisme Nord-Sud: quoi de neuf? *Autres Temps. Les Cahiers Du Christianisme Social*, n. 18, vol. 1, 1988, p. 20-24

_____, COURADE, G. (2004). Les masques du tourisme. *Tiers-Monde*, n. 178, vol. 2, 2004, p. 247-268.

COUSIN, S., RÉAU, B. *Sociologie du tourisme*. Paris: La Découverte, 2009. (Guides Repères).

CRICK, M. (1989). Representations of international tourism in the social sciences: sun, sex, sights, savings, and servility. *Annual Review of Anthropology*, n. 18, 1989, p. 307-344.

de KADT, E. J. (org.). *Tourism – Passport to development? Perspectives on the social and cultural effects of tourism in developing countries*. Washington: Oxford University Press, UNESCO, BANCO MUNDIAL, 1979.

FONSECA, M. A. P. da. *Espaço, políticas de turismo e competitividade*. Natal: EDUFRN, 2005.

GAMBLIN, S. *Tourisme international, État et sociétés locales en Egypte: Louxor, un haut lieu disputé*. Institut d'études politiques de Paris (IEP Paris), 2007.

_____. Trois expériences égyptiennes de la rencontre touristique. *Autrepart*, n. 40, vol. 4, 2006, p. 81.

GIAMPICCOLI, A. Hegemony, globalisation and tourism policies in developing countries. In: BURNS, P., NOVELLI, M. (orgs.). *Tourism and politics: global frameworks and local realities*. Oxford: Elsevier, 2007, p. 175-191.

KOUSIS, M. Tourism and the environment: a social movements perspective. *Annals of Tourism Research*, n. 27, vol. 2, 2000, p. 468-489.

KRIPPENDORF, J. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. São Paulo: Aleph, 2000. (Série Turismo)

LANFANT, M.-F. Introduction. In: LANFANT, M.-F., ALLCOCK, J. B., BRUNER, E. M. (orgs.), *International tourism: identity and change*. Londres: Sage, International Sociological Association (ISA), 1995, p. 1-23.

LOLOUM, T. *Derrière la plage, les plantations: ethnographie d'une "situation touristique" dans le Nordeste brésilien: le cas de Tibau do Sul, RN*. Université de Lausanne, 2015.

_____. L'Institutionnalisation disjonctive du régime foncier dans un territoire touristique du nord-est brésilien. *Congrès AFSP Paris, 2013*, p. 1-20.

MOWFORTH, M., MUNT, I. *Tourism and sustainability: development and new tourism in the third world*. 2. ed. Londres: Routledge, 2003.

_____, CHARLTON, C. *Tourism and responsibility: perspectives from Latin America and the Caribbean*. Londres: Routledge, 2008.

PNUD, IPEA, FJP. *Atlas do desenvolvimento humano no Brasil*. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>> [Acesso em: 30 maio 2016].

RUSCHMANN, D. van de M. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 12. ed. Campinas: Papirus, 2005. (Col. Turismo).

SILVA, A. F. C. da, CLEMENTINO, M. do L. M., BENTES SOBRINHA, M. D. P., FIGUEIREDO, F. F. Natal-RN: os impactos, processos e dinâmicas na Cidade do Natal. In: *Metropolização e megaeventos: os impactos da copa do mundo e das olimpíadas nas metrópoles brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles, 2013, p. 1-18.

SOUSA DANTAS, A. V. *L'influence des acteurs internationaux sur la politique nationale du tourisme au Brésil*. Institut d'études politiques de Paris (IEP Paris), 2016.

_____. *La Gouvernance nationale du tourisme au Brésil dans un contexte international*. Institut d'études politiques de Paris (IEP Paris), 2013.

VIOLIER, P. Les acteurs du système touristique et leurs logiques spatiales. In: VIOLIER, P. (org.). *L'Éspace local et les acteurs du tourisme*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1999, p. 57-67.

CAPÍTULO 3

A GEODIVERSIDADE DA CHAPADA DIAMANTINA (BA) E O POTENCIAL DE DESENVOLVIMENTO DO GEOTURISMO:DESAFIOS E POSSIBILIDADES¹²

*Natalia Petri da Silva
Adriana Sartório Ricco*

Introdução

A geodiversidade é um termo que começou a ser utilizado por geólogos na década de 1990 para descrever a variedade natural de aspectos geológicos (minerais, rochas e fósseis), geomorfológicos (formas de relevo, processos) e do solo (GRAY, 2004). Em linhas gerais, a geodiversidade consiste em toda a variedade de minerais, rochas, fósseis e paisagens que ocorre na Terra.

A Chapada Diamantina situa-se na região central do estado da Bahia e estende-se por uma área de aproximadamente cem mil quilômetros quadrados, ocupando cerca de 20% daquele estado. Caracteriza-se como uma das regiões do Brasil de rara beleza arquitetônica, com muita tradição histórica, riquezas minerais e uma geodiversidade que se verifica por toda a extensão de seu território. É hoje um patrimônio natural e histórico dos mais importantes para o país configurando-se de um vasto interesse científico e econômico.

Elementos de elevado valor geológico da Chapada Diamantina se apresentam em diferentes formas como serras esculpidas, morros

¹² Parte dos resultados da presente pesquisa foi apresentado no XII Sinageo - Simpósio Nacional de Geomorfologia, realizado no período de 24 a 30 de maio de 2018, na cidade de Crato/CE.

tabulares, cachoeiras, grutas e rios e são responsáveis pelos aspectos paisagísticos, que aliados a um clima ameno de altitude tornam-se de grande valor para a atividade turística.

O geoturismo, ainda pouco explorado no Brasil, é considerado como um segmento sustentável de atividade turística realizada por pessoas que tem o interesse em conhecer aspectos geológicos e geomorfológicos de um determinado local. Para Hose (1995), é a provisão de facilidades interpretativas e serviços para promover o valor e os benefícios sociais de lugares geológicos e geomorfológicos assegurando sua conservação, para uso de estudantes, turistas e outras pessoas com interesse recreativo ou de lazer. Esta atividade está diretamente associada a visitas a locais com patrimônio geológico significativo e, para o aproveitamento do seu grande potencial natural, este patrimônio geológico precisa estar conservado (NASCIMENTO *et al.*, 2008).

O turismo na Chapada Diamantina se constitui como uma das principais atividades econômicas da região em razão da atração de significativo fluxo de visitantes motivados pela beleza e diversidade ambiental local. Nesse sentido, reside aí grande preocupação: toda a beleza cênica produzida pela ação geológica e geomorfológica está associada à questão da fragilidade dos geossítios existentes no Parque Nacional Chapada Diamantina (PNCD), uma vez que os impactos do turismo representam riscos visíveis de desestabilização dos ecossistemas em que se inserem.

Diante do exposto, este trabalho objetivou caracterizar a geodiversidade do PNCD com vistas a abarcar o potencial geoturístico da região, buscando especificamente analisar as possibilidades de desenvolvimento do geoturismo a partir da identificação do seu estágio atual, bem como apontar os desafios enfrentados para a sua preservação e as possibilidades de implantação de um manejo sustentável no local.

Em sua metodologia, este estudo se caracteriza como exploratório-descritivo e os procedimentos para a realização da pesquisa foram os seguintes: 1) Levantamento bibliográfico referente à área de estudo em seus aspectos geológicos e geomorfológicos, bem como teorias que abarcam os conceitos de geodiversidade, geoconservação, geossítios e geoturismo; 2) Pesquisa documental, utilizando-se como fonte o Plano de Manejo do Parque Nacional da Chapada Diamantina; 3) Análise da carta topográfica “Seabra” publicada pelo IBGE (1984), por meio da qual pôde-se observar as cotas altimétricas da área, especialmente dos pontos estudados; 4) Análise das folhas geológicas SC.24-Y-C Jacobina e SD.24-V-A Seabra, para identificação da geologia local; 5) Pesquisa de campo: dados coletados e inventariados com o intuito de identificar feições geológicas e geomorfológicas presentes no PNCD, utilizando-se equipamentos como GPS, martelo geológico, lupa e câmeras fotográficas digitais para registro; 6) Entrevistas dirigidas aos profissionais da área de turismo e guias que atuam no PNC realizadas no período de setembro a novembro de 2017.

Geodiversidade Como Recurso Para O Turismo

Geodiversidade é um conceito relativamente novo. Começou a ser utilizado a partir dos anos 1990, surgindo por ocasião da Conferência de Malvern sobre Conservação Geológica e Paisagística, realizada no Reino Unido (GRAY, 2004).

Segundo definição adotada pela Royal Society for Nature Conservation do Reino Unido, publicada por Stanley em seu relatório informativo de Ciência da Terra, lançado em janeiro de 2001, “a geodiversidade consiste na variedade de ambientes geológicos, fenômenos e processos ativos que dão origem às paisagens, rochas, minerais, fósseis, solos e outros depósitos superficiais que dão o suporte para a vida na Terra”.

De maneira geral, Silva (2008) considera que a geodiversidade abrange a porção abiótica do geossistema (o qual é constituído pelo tripé que envolve a análise integrada de fatores abióticos, bióticos e antrópicos). Esse reducionismo permite, entretanto, ressaltar os fenômenos geológicos em estudos integrados de gestão ambiental e planejamento territorial.

Já Ebehard (1997) define a geodiversidade de forma que cada cenário da diversidade natural (ou paisagem natural) estaria em constante dinâmica por meio da atuação de processos de natureza geológica, biológica, hidrológica e atmosférica.

Em uma concepção mais ampla para o termo “geodiversidade”, Stanley (2001) defende que as paisagens naturais, entendidas como a variedade de ambientes e processos geológicos estariam relacionadas a seu povo e a sua cultura. Desse modo, o autor estabelece uma interação entre a diversidade natural dos terrenos e a sociedade.

Portanto, a diversidade de ambientes físicos, suas características e elementos constituem a geodiversidade do Planeta Terra, os quais apresentam particularidades que simbolizam os registros da história da Terra. Esses locais ou geossítios, dependendo da sua representatividade, importância científica e condições de observação, podem ser considerados um patrimônio (geológico), por onde podemos reconstruir a trajetória histórica da Terra (BRILHA, 2005).

É importante lembrar que o conceito de patrimônio geológico, que é representado pelo conjunto de sítios geológicos (ou geossítios), está estreitamente relacionado com a geodiversidade, contudo, como afirma Nascimento et al (2008), não se deve encarar o patrimônio geológico como sinônimo de geodiversidade.

A geodiversidade, de forma simples, consiste em toda a variedade de minerais, rochas, fósseis, e paisagens que ocorre no

Planeta Terra. Já o patrimônio geológico é uma pequena parcela da geodiversidade apresentando características especiais e que, por conseguinte, deve ser conservado. Assim, a geodiversidade compreende não apenas os testemunhos provenientes de um passado geológico, mas também os processos naturais que atualmente decorrem dando origem a novos testemunhos.

A visitação ao patrimônio geológico pode proporcionar o conhecimento da história evolutiva do planeta e, ao mesmo tempo, da descoberta de algo totalmente novo aos seus sentidos. Nestes locais, é possível o desenvolvimento de estudos científicos, e investigação minuciosa e sistemática em diversos campos do conhecimento (RUCHKYS, 2007). O turismo nestas áreas pode funcionar como alternativa de lazer, recreação e de contemplação da beleza cênica, além de promover a divulgação, proteção e conservação de forma eficiente e atrativa.

A preocupação de alguns pesquisadores na valorização e conservação do patrimônio associado ao meio abiótico vem promovendo a divulgação do geoturismo como um novo segmento do turismo da natureza, ainda que muitos autores prefiram usar o termo geoturismo como um subsegmento do ecoturismo. Antes denominado “turismo ecológico”, o ecoturismo passou a ser definido pela EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente (1994) como:

Segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações (p.17).

O geoturismo é um segmento ainda pouco conhecido no Brasil, embora suas atividades associadas já ocorram há muito tempo. Nascimento et al (2008) afirmam que esse termo passou a

ser divulgado na Europa após aparecer em uma revista de interpretação ambiental, em 1995, sendo definido pelo pesquisador inglês Thomas Hose (1995). Este autor conceitua geoturismo como a provisão de serviços e facilidades interpretativas que permitam aos turistas adquirirem conhecimento e entendimento da geologia e geomorfologia de um sítio (incluindo sua contribuição para o desenvolvimento das ciências da Terra), além de mera apreciação estética.

Mais recentemente, Ruchkys (2007) caracterizou o geoturismo como um

“Segmento da atividade turística que tem o patrimônio geológico como seu principal atrativo e busca sua proteção por meio da conservação de seus recursos e da sensibilização do turista, utilizando, para isto, a interpretação deste patrimônio tornando-o acessível ao público leigo, além de promover a sua divulgação e o desenvolvimento das ciências da Terra” (RUCHKYS, 2007, p. 23).

Contudo, como afirma Nascimento et al (2008), nem todas as definições sobre geoturismo estão diretamente relacionadas com temas geológicos. Em 2001, a National Geographic Society (NSG) em conjunto com a Travel Industry Association (TIA) dos EUA produziram estudo denominado “The Geotourism Study”, que relata os hábitos turísticos dos norte-americanos. Esse estudo define o geoturismo como: “o turismo que mantém ou reforça as principais características geográficas de um lugar – seu ambiente, cultura, estética, patrimônio e bem-estar dos seus residentes.” (STUEVE et al., 2002).

Buckley (2006) assume também a definição de geoturismo da mesma forma que a NSG e TIA, entretanto, relaciona-o ao ecoturismo. Todavia, percebe-se que este segmento está mais

diretamente relacionado com os aspectos geológicos dos destinos turísticos, como abordado por Dowling & Newsome (2006). Para ambos os autores, o prefixo “geo” da palavra geoturismo pertence à geologia e a geomorfologia e aos demais recursos naturais da paisagem, tais como rochas, minerais, fósseis e solos com ênfase no conhecimento dos processos que deram origem a tais materiais. Os mesmos ainda consideram que o geoturismo pode ser tratado como parte do ecoturismo que, portanto, deveria ser considerado como um subsegmento.

Quando falamos de geoturismo, é importante reforçarmos a ideia de sua conservação, que usualmente é chamada de geoconservação. A educação ambiental é o primeiro passo do qual precisamos partir e, segundo Vargas (1999), deve seguir alguns princípios, como o de considerar o ambiente em sua totalidade, constituir-se de um processo contínuo e permanente, ter um enfoque interdisciplinar, examinar as principais questões ambientais do ponto de vista local, regional, nacional e internacional, concentrando-se nas situações ambientais atuais, sem perder de vista também a perspectiva histórica e a complexidade dos problemas ambientais.

A promoção da geoconservação é um dos maiores desafios da comunidade de geociências no século XXI. Isso se faz necessário uma vez que os minerais, as rochas, os fósseis, os solos, o relevo e as paisagens atuais são o produto e o registro da evolução do Planeta Terra ao longo do tempo e, como tal, é parte integrante do mundo natural constituindo-se de recursos não renováveis (RUCHKYS, 2007).

A educação ambiental voltada para o turismo deve envolver a comunidade local, por meio da sensibilização sobre as particularidades dos espaços que habitam e o turista, para que tenha uma participação consciente na proteção do ambiente. Deve ser ministrada em escolas de todos os municípios que apresentem

patrimônio geológico e o programa deve incorporar além da “visão naturalizante” (ciências físicas e biológicas), as dimensões sociais e culturais (ciências humanas). Para despertar o orgulho dos moradores, o programa educação ambiental deve valorizar os temas histórico-culturais associados aos recursos geológicos, abordando temas mais abrangentes como poluição dos recursos hídricos, lixo, má utilização dos solos, resíduos sólidos, etc. Para os turistas, a educação ambiental deve ser realizada de maneira informal, por meio da interpretação ambiental, que, para Tilden (1957, apud NASCIMENTO et al, 2008), objetiva revelar significados e relações através da utilização de objetos originais, de experiência de primeira-mão, bem como de mídia ilustrativa, em vez de simplesmente comunicar informações factuais. Neste caso, a interpretação pode agregar valor ao conhecimento público, despertar o seu interesse e induzi-los a tomar atitudes de respeito e proteção.

No caso do geoturismo, Nascimento et al (2008) afirmam que a interpretação ocupa um lugar de extrema importância, já que o patrimônio geológico tem uma linguagem e terminologia bastante complexa e pouco familiar à maioria das pessoas. Para isto, a linguagem da geologia deve ser traduzida para a linguagem comum, para que o visitante entenda as informações de áreas específicas do conhecimento.

A inclusão da interpretação na prática do geoturismo vai ao encontro das necessidades deste perfil de turista. De acordo com Hose (1997), nos EUA e no Canadá foram realizadas pesquisas sugestivas de que os turistas que procuram o geoturismo são motivados, em particular, por atividades de lazer que envolvam aprendizagem, exploração e descoberta.

Desde fins do século XX, começam a tomar corpo em alguns países atitudes tendentes a valorizar como atrações turísticas locais com ênfase nos aspectos geológicos. Dentre essas

iniciativas, destaca-se o Programa Geoparques (ou em inglês Geoparks) da UNESCO (NASCIMENTO et al, 2008).

Na concepção de Geoparques, o geoturismo é apontado como uma atividade de extrema importância para a conservação do patrimônio geológico e a UNESCO recomenda que, nestas áreas, esta modalidade do turismo seja reconhecida e amplamente difundida e valorizada. O Programa Geoparques vem sendo bem difundido em países que se preocupam com a conservação e a promoção do patrimônio geológico, destacando-se Europa e China.

Uma das primeiras providências para o desenvolvimento deste segmento do turismo no Brasil, é a identificação de aspectos geológicos que sejam – ou possam vir a se tornar – atrações turísticas. Essa tarefa, por si só, num país com as dimensões do Brasil, é muito trabalhosa. Como exemplos reais de ações turísticas associadas à geoconservação já implantados, se destacam o Projeto Caminhos Geológicos do Estado do Rio de Janeiro, o Projeto Sítios Geológicos e Paleontológicos do Estado do Paraná, o Projeto Caminhos Geológicos da Bahia, o Projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte, o Programa Geoecoturismo do CPRM – Serviço Geológico do Brasil, Projeto Mapa Geodiversidade, entre outros.

O Brasil, por sua diversidade, possui inúmeras feições geológicas distintas que podem ser utilizadas com fins turísticos e geoconservacionistas. Cada ponto de potencial geoturístico representa uma área, região, ou feição de dimensões significativas. Pela própria característica de abranger grandes áreas, o geoturismo é inevitavelmente um tema de políticas públicas. São inúmeros os exemplos de locais propícios à prática da atividade geoturística no Brasil. Em várias regiões, o relevo se destaca na paisagem e proporciona cenários únicos, destacando-se as serras, os picos, as chapadas e afloramentos de rochas.

A Chapada Diamantina: Caracterização Geral e Geodiversidade

O Parque Nacional da Chapada Diamantina (PNCD), situado na parte central do Estado da Bahia, com uma área de 8.970km², foi criado em 17 de setembro de 1985 pelo Decreto Federal nº 91.655 com o objetivo de:

Proteger mostras dos ecossistemas da Serra do Sincorá, na Chapada Diamantina, assegurando a preservação dos recursos naturais e proporcionando oportunidades controladas para uso pelo público, educação, pesquisa científica e também contribuindo para a preservação de sítios e estruturas de interesse histórico-cultural existentes na área (SEABRA, 2017, p.6).

Para efeito de estudo e definição, o Plano de Manejo (2007) do parque, elaborado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação (ICMBio) em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis (IBAMA) considerou somente 6 (seis) dos 33 (trinta e três) municípios situados na região, sendo eles: Andaraí, Ibicoara, Itaetê, Lençóis, Mucugê e Palmeiras, pertencentes à microrregião Seabra e mesorregião Centro-Sul-Baiano, abrangendo montanhas, vales e altiplanos da serra do Sincorá.

O atual sistema de áreas protegidas no estado da Bahia é constituído por 41 Unidades de Conservação estaduais e 48 Unidades de Conservação federais (IMA, 2008), dentre Estação Ecológica, Área de Relevante, Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre, Reserva Biológica, Reserva Extrativista e Monumento Natural, além de Unidades de Conservação Municipais.

O PNCD não pertence a nenhuma faixa de fronteira, mas requer considerações sobre o seu enfoque internacional,

especialmente por fazer parte de limites das chamadas Reservas da Biosfera (RB), sistemas de proteção ambiental complementar às redes de Unidades de Conservação (UC) nos países que as adotam como estratégia de proteção da diversidade biológica.

As reservas da biosfera são criadas pela Organização das Nações Unidas para a Ciência, a Educação e a Cultura (UNESCO) com o objetivo de auxiliar o planejamento e a instrumentalização de ações de preservação de biomas ou regiões que são declarados como tal. Assim, as RB são amostras de ecossistemas que promovam a conciliação da conservação da diversidade com o uso sustentável.

Ainda de acordo com o ICMBio (2007), as RB não são consideradas UCs pela Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), mas objetivam adequar-se aos sistemas de proteção ambiental de cada país ou região onde são criadas. Portanto, cada país ou região tem autonomia para indicar como as RB devem ser geridas, observando a existência da rede internacional das Reservas, a qual procura dar diretrizes gerais para que a sua efetiva implantação. Nesse sentido, as diretrizes buscam estimular a adoção de medidas inovadoras e diferenciadas e sobretudo a convivência harmônica entre a sociedade humana e os ambientes naturais.

Conforme dados da UNESCO (2007), atualmente há seis RB no Brasil, quais sejam: I) Amazônia Central, II) Cerrado (primeira etapa), III) Pantanal, IV) Mata Atlântica, V) Caatinga e VI) Cadeia do Espinhaço. O PNCD está incluído nas RB da Caatinga e da Mata Atlântica, constituindo as zonas-núcleo de ambas. Por conceito, a zona-núcleo de uma RB deve abranger UC com rigor máximo na sua proteção. No futuro, as áreas de Cerrado da Chapada Diamantina, onde se encontra o PNCD, comporão, junto com outras regiões, a Fase IV da RB do Cerrado, representando, também, o extremo norte da Cadeia do Espinhaço.

Assim, o Parque passaria a fazer parte de três RB, aumentando ainda mais a sua relevância ambiental.

Geologicamente, a área está situada no domínio dos metassedimentos terrígenos da sinéclise da Chapada Diamantina, sendo caracterizada por dobramentos suaves. As rochas predominantes são arenitos, microconglomerados, conglomerados e raros pelitos, formados em ambiente de rios entrelaçados, e também arenitos finos, siltitos e argilitos, formados em ambientes deltaicos.

O clima é tipicamente tropical úmido e subúmido, localmente influenciado pelo fator altitude, com precipitações máximas no verão e mínimas no inverno e começo da primavera. O período chuvoso é intensificado nos meses de novembro, dezembro e janeiro; entretanto nos meses de março e abril as precipitações são consideráveis.

Seabra (2017) diz que tal fato evidencia a atuação de dois sistemas de circulação atmosférica superpostos: um é de origem continental, responsável pelas chuvas de verão; o outro é extensão do sistema litorâneo, que ali se fortalece por influência do relevo. A barreira representada pela Chapada Diamantina ativa a turbulência, provocando chuvas orográficas. A elevada altitude modera as temperaturas médias anuais.

Por sua vez, as precipitações pluviométricas são acentuadamente superiores às áreas circunvizinhas, onde a semi-aridez é quase uma regra. Em 2015, o efeito do *El Niño* (fenômeno associado ao aquecimento das águas do oceano Pacífico provocando mudanças climáticas no continente americano), associado à degradação ambiental causou um longo período de seca na região, culminando com um incêndio que destruiu 50% da área do Parque Nacional.

Outra característica marcante na região foi o nível de intensidade da ação antrópica sobre o meio natural, a começar

pelo uso intensivo do fogo, que, segundo Seabra (2017), todos os anos devastam a vegetação, depauperam os solos, sacrificam os animais e ameaçam carbonizar os povoados. Ações como coleta de sempre-vivas, criação de animais, caça e, em menor escala, agricultura e turismo desordenado, são apontadas como possíveis causas para os incêndios que atingem o parque (BERLINCK et al. 2010 *apud* MESQUITA et. al, 2011). .

No final do século XX, a decadência das cidades era o reflexo da queda da monoatividade do diamante. Foi então que o turismo começou a se firmar como atividade econômica na Chapada. A indicação ao turismo como alternativa econômica à decadência da atividade mineral e consequente crise vivida pelo município de Lençóis foi sugerida, segundo o Plano de Manejo do Parque (2007), pelo prefeito Olímpio Barbosa Filho, em 1961. A proposta do prefeito, com a criação do Conselho Municipal de Turismo, era adiantada para a época e de difícil exequibilidade, uma vez que a cidade de Lençóis não possuía acesso à estrada (hoje é a BR-242), tampouco apoio do governo do estado para ações de infraestrutura, ou de parte da população local.

O acesso ao Parque Nacional da Diamantina pode ser feito, hoje, por via aérea ou estradas federais e estaduais, partindo-se de todas as capitais brasileiras até Salvador. O modelamento das formações envolve a ação da água, e do clima (ventos), num processo de intemperismo que deu a região feição morfológica característica, com inúmeras cachoeiras, rios, grutas e até alagadiços, que servem atualmente de atrativos para o turismo de vários matizes, seja ele ecológico, de aventura, ou mesmo contemplativo.

Estes atrativos são denominados geossítios, que são definidos como qualquer localidade, área ou território onde é possível identificar interesse geológico–geomorfológico. Aliado às feições geomorfológicas, o processo tectônico favoreceu a

formação de uma sequência sedimentar constituída de conglomerados, arenitos etc, sendo os conglomerados portadores dos diamantes de aluviões (e secundariamente ouro) pertencentes à Formação Tombador.

A exploração mineira formou *rugosidades* (marcas deixadas na paisagem, resultante do modo de desenvolvimento e de produção ao longo do tempo histórico) na região, como as cidades (Igatú, Lençóis e Mucugê, principalmente), mas também deixou outras ‘marcas’, como a vila abandonada dos garimpeiros, nas cercanias de Igatú, transformações causadas ao meio ambiente, que agora servem como atrativos ao turismo, associado aos atrativos naturais, descobertos graças a fase ‘desbravadora’ da mineração.

Assim, a geodiversidade forneceu/produziu a estrutura geológica que englobava as mineralizações, o que levou à exploração do território, com a utilização do bem mineral que serviu para apropriação da região (GIUDICE e SOUZA, 2009).

Deste modo, através da atividade que a geologia e a geomorfologia produziram, a região da Chapada Diamantina é dotada de uma geodiversidade singular, que abrange fantásticas paisagens desde o alto de serras, como rios de pedras coloridas, cascatas, cachoeiras e escorregadeiras naturais, entre outros já citados, que se constituem de atrativos turísticos a serem preservados.

Giudice e Souza (2009) consideram que, geologicamente, a Chapada é produto de uma inversão de relevo, já que corresponde aos remanescentes de uma bacia sedimentar que se instalou sobre o Cráton do São Francisco há cerca de 1.8 bilhões de anos, sendo recoberta, posteriormente, a bacia do Bambuí, de 1,1 a 0,6 bi de anos. Do ponto de vista geomorfológico, se insere em um domínio de planaltos em estruturas dobradas, onde predomina um modelado de aplainamento, subdividido em três unidades

geomorfológicas: Pediplano Degradado Inumado; Superfície de Aplainamento Retocada Desnuda e Superfície de Aplainamento Retocada Inumada (NUNES *et al.*, 1981). Desta forma, a Chapada Diamantina assumiu formas morfológicas condicionadas tanto pela estrutura sedimentar que ‘facilitou’ o seu modelamento, quanto pela tectônica superimposta.

O Geoturismo Na Chapada Diamantina

Durante o trabalho de campo na região do PNCD constatou-se a existência de diversas feições geológico-geomorfológicas (Figura 01 – Mosaico), de importância geoturística:

Coluviões e colúvios: foi possível observar a presença de material coluvial na base dos taludes e colinas formadas por estratificação plano paralela na trilha feita para o Vale do Capão, no município de Palmeiras.

Tálus, Cornija e Morro Testemunho: do alto Morro do Anticlinal do Pai Inácio erodido ao longo do seu eixo (Vale do Cercado) e do Morrão, identificou-se a presença de talus e cornija, ambos bem marcados, representados pelas letras A e B, respectivamente, na Figura 01, item 2. Representado pela letra C, encontra-se o Morro do Morrão, um morro testemunho que situa-se cerca de 10km (em linha reta) ao sul do Pai Inácio, com altura de aproximadamente 210 metros (1418 metros de altitude).

Marmitas: foram observadas estruturas denominadas marmitas que formam os poços de banho do Serrano, em Lençóis. *Ripplemarks*: verificada a presença de *ripplemarks*, que em determinadas estruturas sedimentares permite inferir informações sobre a direção e a origem do fluxo que as originaram. Caracterizam-se por ondulações de pequeno comprimento, associadas a processos eólicos ou marinhos. A região evidencia a Formação Tombador, que segundo Silva-Born (2012) foi caracterizada por depósitos fluviais e eólicos acumulados do

mesoproterozóico, porém recentemente outros autores reinterpretaram os depósitos basais da Formação Tombador na região de Lençóis como originados em ambiente estuarino.

Formação da Flor de Aragonita: no PNCD insere-se a Gruta da Torrinha (coordenadas UTM X 216808 Y 48621218; SIRGAS, 2000, 24L), na qual foi possível observar a cristalização da aragonita, que se irradia a partir de um ponto central ou de um eixo em todas as direções. A Gruta da Torrinha se insere na categoria temática das Coberturas Neoproterozóicas e fica situada na bacia carbonática de Irecê (PEREIRA, 2010). A caverna está instalada nas rochas da Formação Salitre.

Coluna: ainda dentro da Gruta foi possível observar essa formação que ocorre quando a estalactite se encontra com a estalagmite. Agulhas de Gipsita: pôde-se observar os finos tubos constituídos de aragonita transparente, com pequena espessura. Ocorrem aos conjuntos com dezenas ou centenas de agulhas umas próximas às outras. Podem nascer nas paredes, no chão, raramente no teto, como resultado da exsudação (TEIXEIRA, 2003).

Testemunho erosivo da Serra do Sincorá: com 1.120m de altitude e uma altura de 140 metros, o Morro do Pai Inácio é sustentado por arenitos e siltitos, localizado nas coordenadas X 231362 Y 8621406 (SIRGAS 2000, 24L). Constitui um testemunho erosivo preservado ao longo no flanco Ocidental do Anticlinal do Pai Inácio.

Conglomerados com falhas: os conglomerados da região apresentam uma granulometria grosseira, mal selecionada e com arredondamento bem trabalhado. Além disso, a região apresenta algumas falhas por deslocamento lateral, ocasionadas pelo tectonismo (Figura 01; item 9).

Gruta Azul: a Gruta Azul está situada na Fazenda Pratinha, próxima à sede do município de Iraquara. É inundada por águas

azuis transparentes. Nela, foi possível identificar feições cársticas de origem em rochas carbonáticas neoproterozóicas do Grupo Una. Os sedimentos carbonáticos são bastante suscetíveis à dissolução, levando à remoção de conchas e outros fragmentos esqueléticos e ao aumento de porosidade.

Essas e outras formações observadas, como o Morro do Camelo (remanescente erosivo da Serra do Sincorá, esculpido em arenitos e siltitos, cerca de 4km a norte do Morro do Pai Inácio e altitude de 1.050m), a Cachoeira do Sossego (acima do Ribeirão do Meio, cai por cerca de 15 - 20m num remanso de águas escuras), a Cachoeira do Mosquito (com cerca de 50m de altura) entre outras formações geológica-geomorfológicas contribuem servindo de atrativos para o geoturismo.

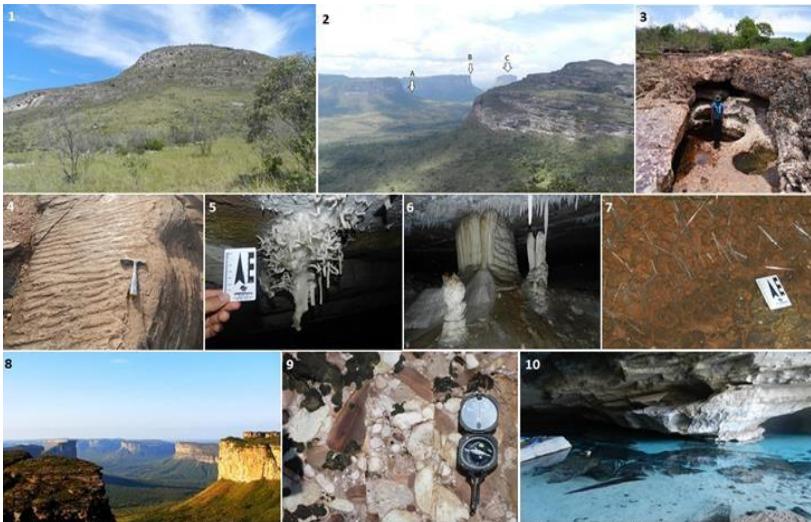


Figura 01 – Mosaico: 1) Colúvio e colúvio de talus; 2) Talus, cornija e morro testemulho (Morelo), representados pelas letras A, B e C, respectivamente; 3) Marmitas observadas no Serrano; 4) Ripplemarks; 5) Formação de Flor de Aragonita; 6) Coluna formada através da união da estalactite com a estalagmite de aproximadamente 4 metros. Caverna da Tominha; 7) Agulhas de Gipsita observadas no chão da caverna; 8) Panorâmica de cima do Morro do Pai Inácio, sustentado por arenitos e siltitos; 9) Conglomerados com falha por deslocamento lateral; 10) Gruta Azul.

Segundo o Plano de Manejo do parque (2007), o turismo começa a se desenvolver na região após a proibição da extração de diamantes (em voga desde 1844), no final do século XX, o que provocou a decadência das cidades ao redor do PNCD. A geodiversidade, que outrora forneceu a estrutura geológica para a atividade mineradora no território e sua apropriação pelo extrativismo (GIUDICE e SOUZA, 2009), passou a ser um potencial para a atividade turística. Nessa diretriz, Ruchkys (2007) aponta que a visitação ao patrimônio geológico pode proporcionar o conhecimento da história evolutiva do planeta e, nestes locais, é possível o desenvolvimento de estudos científicos, e investigação minuciosa e sistemática em diversos campos do conhecimento.

O turismo nestas áreas pode funcionar como opção de lazer, recreação e de contemplação da beleza cênica, além de promover a divulgação, proteção e conservação de formas eficiente e interessante. Mas para que isso seja possível, é imprescindível que o patrimônio geológico seja apresentado aos visitantes de forma interpretativa e ofereça oportunidades para a aprendizagem e o entretenimento. Em nossa visita de campo, não constatamos a presença de nenhuma placa explicativa sobre as feições geológica-geomorfológicas acima descritas como potenciais pontos para visitação. Além disso, as entrevistas realizadas com moradores e profissionais que atuam na atividade turística na região apontam que os problemas causados pelo turismo desenfreado e a falta de cuidados com o patrimônio natural são visivelmente prejudiciais.

O presidente da Associação de Condutores e Visitantes de Lençóis, Nelson Oliveira, relata: “o turismo, hoje, apesar de ser a principal economia da nossa comunidade, traz alguns pontos negativos para a região da Chapada, como os focos de incêndios causados pelo descuido nas trilhas e o lixo que acaba sendo

deixado pelo turista.” O guia e morador de Lençóis, Jonathan Rodrigues, reforça: “o pior impacto é o turismo desenfreado e sem guia. A falta de orientação faz com que o turista pise em qualquer lugar, corte galhos de árvores para fazer apoios [...]”. A agente de turismo local, Vanessa Almeida, depõe: “a atividade turística hoje, infelizmente, traz a exploração desordenada de alguns atrativos e promove serviços irregulares frequentes na região”. O guia turístico e morador de Igatu, Dmitri Almeida, comenta algumas dessas práticas:

“[...] o lixo produzido nas cidades, boa parte vem desse turismo. O crescimento dessa atividade e o surgimento dos aplicativos de trilha levam pessoas despreparadas para as trilhas, criando caminhos vicinais, fazendo fogueira, defecando em local errado, aumentando muito o impacto local.”

Dmitri observa que surgiu também uma ‘classe’ de guias informais, despreparados e sem noção de mínimo impacto, cobrando preços abaixo do mercado e produzindo impacto econômico negativo para guias, agências e associações de guias locais. Ele menciona ainda outros problemas facilmente observados que surgem em cada vila e cidade em particular: “No Vale do Capão, que fica intransitável nos feriados, há muito engarrafamento e o grande número de carros traz uma degradação rápida às estradas e ruas, além também da falta de água”.

Diante desses desafios, iniciativas que associam a conservação do patrimônio geológico-geomorfológico com o turismo possuem muita importância e algumas delas já estão em curso, como o Programa Geoparques da UNESCO. Na região, desenvolve-se especificamente o projeto Geoparque da Serra do Sincorá, elaborado pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM, 2017).

A promoção de uma rede global de geoparques vem se mostrando um mecanismo eficaz de geoconservação em escala planetária. A geoconservação e os geoparques acabam por exercer um papel ativo no desenvolvimento econômico com padrões sustentáveis. Esse projeto propõe o conjunto de práticas que tenham foco na valorização dos elementos da geodiversidade, geração e difusão de conhecimentos vinculados com as Ciências da Terra, proteção do patrimônio geológico e geração sustentável de renda, com base em toda a cadeia envolvida com o geoturismo.

As Possibilidades De Implantação Do Geoparque Nacional

A concepção de geoparque, de acordo com Pereira (2010), traz no seu bojo os conceitos vinculados ao desenvolvimento sustentável e, mais do que impor restrições ao uso e ocupação do solo, os geoparques propõem uma filosofia holística de gestão territorial, considerando a presença, o uso e a convivência harmônica com o Homem.

Deste modo, os geoparques fomentam a identidade territorial, por meio da valorização da imagem do território, e a educação para o desenvolvimento sustentável, também auxiliando na promoção e divulgação da geoconservação, tornando-se peça fundamental para a conscientização ambiental e preservação do meio natural.

Em 2010, a CPRM propôs a elaboração de 37 Geoparques nacionais, sendo 7 dentro do Estado da Bahia, e 3 abrangendo a área da Chapada Diamantina. Mais recentemente, em novembro de 2017, a CPRM, em parceria com a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Estadual de Feira de Santana e o Ministério de Minas e Energia, lançou a proposta do Geoparque da Serra do Sincorá (BA), que abrangem 6.313km², distribuídos pelos municípios de Lençóis, Palmeiras, Mucugê e Andaraí, a partir de inventário de todo patrimônio geológico da área sugerida,

envolvendo a realização de levantamento, avaliação e catalogação, seguida de uma descrição minuciosa dos bens de interesse da área abordada.

Segundo Dowling & Newsome (apud CPRM, 2017), os objetivos da implantação de um geoparque são: 1) Assegurar a proteção do patrimônio geológico e promover o seu uso e conservação; 2) Transferir o valor deste patrimônio geológico para o público em geral, conectando-o diretamente ao turismo, que já se encontra em curso na região; 3) Contribuir para o desenvolvimento sustentável; 4) Promover a identidade da população com o seu território e a sua geologia regional; 5) Difundir as Ciências da Terra, através da interpretação e divulgação dos materiais e processos geológicos; 6) Cooperar ativamente com atividades de pesquisa realizadas por universidades e outras instituições estaduais, nacionais e internacionais.

Modica (apud CPRM, 2017) defende que a geoconservação e os geoparques acabam por exercer um papel ativo no desenvolvimento econômico com padrões sustentáveis. A promoção de uma rede global de geoparques pela UNESCO vem se mostrando como um mecanismo eficaz de geoconservação em escala planetária (UNESCO 2001). Deste modo, as ações práticas empenhadas no inventário do patrimônio geológico de uma região podem, perante a identificação de um patrimônio de relevância internacional, resultar na implementação de políticas desta natureza em um território.

A criação de um geoparque é um processo que depende mais dos atores que vivem no território, do que apenas decisões oriundas de instâncias superiores e distantes do local. E, de acordo com a CPRM (2017), são necessárias ações em rede, que aglutinem o conjunto de práticas em curso na área e que tenham foco na valorização dos elementos da geodiversidade, geração e

difusão de conhecimentos vinculados com as Ciências da Terra, proteção do patrimônio geológico e geração sustentável de renda, com base em toda a cadeia envolvida com o geoturismo.

Muitas das condições descritas acima já se encontram em curso na região aqui proposta, que consiste em um destino importante do turismo de natureza no cenário brasileiro. Todavia, a região carece da articulação de uma rede que promova uma maior interação entre os diversos atores envolvidos. Ademais, a CPRM, em seu projeto pelo Geoparque da Serra do Sincorá, abordou 21 pontos já com subsídios para sua concretização. Também foram inventariados sítios com interesse científico e que, apesar de não apresentarem interesse turístico, são representativos da história geológica da Chapada Diamantina.

De maneira geral, estes sítios são dotados dos seguintes atributos: 1) abrigam aspectos importantes da evolução geológica da região e podem ter interesse científico; 2) são passíveis de ser utilizados de maneira didática para o público leigo, ou mesmo especializado, na ilustração da evolução dos processos geológicos, geomorfológicos ou antrópicos, envolvidos na construção daquela paisagem; e, 3) que de alguma forma são relevantes para o registro geológico em uma escala global.

Sendo assim, a definição dos pontos inventariados levou em consideração o valor científico, educativo e turístico de cada geossítio e a sua relevância para a compreensão da evolução da geologia regional. Inicialmente, o inventário partiu dos locais que representam atrativos turísticos consagrados da região e que são ainda dotados de atributos científicos e didáticos, permitindo uma compreensão da evolução da paisagem.

Por esses valores de identificação cultural, conservação, economia regional, preservação da geodiversidade, gestão territorial e viabilização de novas áreas com estrutura e

informativos adequados para visitação turística é que a cria o e o fomento do geoparque faz-se de extrema importância.

Considera es Finais

O PNCD possui diversidade de fei es geológico-geomorfológicas de grande relevância para a prática do geoturismo. Essa prática agrega conhecimento científico para visitantes e promove a compreensão direta com as Ciências da Terra. Além disso, auxilia na preserva o do patrimônio geológico e geomorfológico, constituindo-se em fonte alternativa de capta o de recursos financeiros para o desenvolvimento da infraestrutura das comunidades locais, inserindo-as na economia regional.

Entretanto, diante dos desafios decorrentes da atividade turística em curso, essa prática precisa ser amadurecida e viabilizada, verificando-se fatores negativos que degradam e deterioram o patrimônio natural do parque, sendo eles incêndios, descarte de lixo e aumento dos resíduos sólidos, assoreamento dos cursos d'água e o próprio inchaço das cidades devido à atividade em massa.

Em contraponto a isso, sugere-se a consolida o do geoparque nacional, que contribui não somente com a es de valoriza o dos geossítios existentes, integra o dos operadores turísticos que atuam na área, instala o de infraestrutura adequada, sobretudo, priorizando a educa o ambiental como instrumento para a sensibiliza o do turista e da comunidade, promovendo o incremento dos segmentos turísticos em curso e o fomento do geoturismo.

Referências

ANDRADE FILHO, Edgard Lázaro de; LOUREIRO, Herman S. Cathala; PEDREIRA, Augusto J. *Seabra*: folha SD.24-V-A, estado da Bahia. Brasília: CPRM, 1999. Escala 1:250.000. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil - PLGB.

BRASIL. CPRM – Serviço Geológico do Brasil. *Geodiversidade*. Disponível em < <http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geodiversidade-162>>. Acesso em 12 out. 2016.

BRILHA, J. *Patrimônio geológico e geológico e geoconservação – a conservação da natureza na sua vertente geológica*. Braga: Palimage, 2005.

CPRM. 1994. *Projeto Chapada Diamantina. Parque Nacional da Chapada Diamantina – BA*. Informações básica para gestão territorial: diagnóstico do meio físico e da vegetação. Salvador: CPRM – IBAMA, 1994.

GIUDICE D. S; SOUZA R. M. Geodiversidade e Lógicas Territoriais na Chapada Diamantina. *Revista de Desenvolvimento Econômico*. Ano XI, N° 19. Salvador, janeiro de 2009.

_____. Geologia e geoturismo na Chapada Diamantina. *Gestión Tur*, N° 14, Julho-Dezembro, 2010, pág. 69 – 81.

GRAY, Murray. *Geodiversity: valuing and conserving abiotic nature*. England: John Wiley & Sons Ltd, 2004.

HOSE, T. A. Selling the Story of Britain's Stone. *Environmental Interpretation*, n. 10. 1995.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1984. Região Nordeste do Brasil. *Seabra*. Folha SD.24-V-A. MIR-349. Mapa topográfico. Escala 1/250.000.

ICMBIO; IBAMA. *Plano de Manejo*: Parque Nacional da Chapada Diamantina. Versão Preliminar: documento de trabalho - Parte I. Brasília, 2007.

LOPES, L.O.; ARAÚJO, J. L.; CASTRO, A. J. F. *Geoturismo: Estratégia de Geoconservação e de Desenvolvimento Local*. 2011, vol. 21 n. 35 11p. (Caderno de Geografia).

NASCIMENTO, M. A.; RUCHKYS, U.; NETO, V. *Geodiversidade, geoconservação e geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico*. UFRN: Sociedade Brasileira de Geologia, 2008.

NUNES, B. T. A., RAMOS, V. L. S., DILLINGER, A. M. S. *Projeto Radambrasil*. Folha SD.24 Salvador: Geomorfologia. Ministério das Minas e Energia- Secretaria Geral. Vol.- 24. Rio de Janeiro/RJ- Brasil, 1981.

PEREIRA, R. G. F. A.; ROCHA A. J. D.; PEDREIRA, A. J. *Geoparque Serra do Sincorá (BA) – Proposta*. UFBA: Serviço Geológico do Brasil (CPRM), 2017.

PEREIRA, R.G.F.A. *Geoconservação e desenvolvimento sustentável na Chapada Diamantina (Bahia – Brasil)*. 2010. 295p. Tese (Doutorado em Geologia) – Escola de Ciências, Universidade do Minho, Portugal, 2010.

PEREIRA, R.G.F.A., RIOS, D.C., GARCIA, P.M.P. 2016. *Geodiversidade e Patrimônio Geológico: ferramentas para a divulgação e ensino das Geociências*. Terræ Didática, 2016. 12(3):196-208.

RUCHKYS, U. *Patrimônio Geológico e geoconservação no Quadrilátero Ferrífero, Minas Gerais: Potencial para a Criação de um Geoparque da UNESCO – Tese de Doutorado*, Instituto de Geociências da UFMG, 2007.

SAMPAIO, A .R.; SANTOS, R.A .; ROCHA, A .J.D. (orgs.), 1995. *Jacobina*; Folha SC.24-Y-C; Escala 1:250.000. Brasília, CPRM. (Mapa Geológico).

SEABRA, G. F. *Chapada Diamantina: O falso brilhante*. Minas Gerais: Barlavento, 2017.

SILVA-BORN, L.R. (2012). *A formação Tombador na porção nordeste da Chapada Diamantina – BA: Faciologia, sistemas deposicionais e estratigrafia*. Porto Alegre: IGEO/UFRGS, 2012.

TEIXEIRA, Wilson. *Decifrando a terra*. São Paulo: oficina de Textos, 2003 e edições anteriores.

VAZ, L. F. - Classificação genética dos solos e dos horizontes de alteração de rochas em regiões tropicais. In: *Rev. Solos e Rochas*, v.19, n. 2, p. 117-136, ABMS/ABGE, São Paulo, SP, 1996.

CAPÍTULO 4

AÇÕES DE PRÉ-PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA USO DE TRILHAS ECOLÓGICAS NO PARQUE DAS DUNAS, NATAL/RN: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA INSERÇÃO DO ECOTURISMO NO ROTEIRO TURÍSTICO NATALENSE

Henrique Clementino de Souza

Introdução

A caminhada em prol da tão disseminada ideia da sustentabilidade é algo que parece ser recente, mas não é. Desde a Conferência de Estocolmo em 1972, as questões ambientais tem ganhado mais relevância no campo não apenas da discussão acadêmico-científica, mas principalmente dos governantes mundiais, buscando a tão hoje exposta sustentabilidade ambiental. Estudos científicos, novas tecnologias, novas e/ou modificadas legislações, assim como acordos políticos instituídos começam a dar contornos de controle ao impulso social desenvolvimentista que comprometa a qualidade ambiental, levantando-se assim, uma consciência biocêntrica, pelo menos um desenvolvimento com base no conceito da anteriormente mencionada sustentabilidade. Neste cenário de mudanças de paradigmas e de si lidar com as questões de ordem ambiental é que o Ecoturismo acompanha com seu desenvolvimento e práticas cada vez mais implementadas e disseminadas, por sua vez, representando-se como um contraponto ao turismo de cunho mais tradicional, onde o uso sustentável e a minimização de impactos negativos não eram temas tão relevantes.

O Ecoturismo vem sendo estimulado por governos, ONGs e comunidades locais como instrumento para a conservação da biodiversidade e valorização sociocultural. Entretanto, o rótulo “Ecoturístico” nem sempre vem acompanhado de boas práticas ambientais. Conforme Fontes (2003), o mercado, responsável pela criação e comercialização destes produtos, tem se “esquecido” dos princípios que o diferenciam de segmentos como o turismo na natureza ou o turismo de aventura. Em verdade, o prefixo “ECO” do Ecoturismo tem sido, muitas vezes, uma forma de marketing camuflado. Esse texto busca contribuir com o entendimento acerca do planejamento e manejo das práticas de Ecoturismo, promovendo através da reflexão dos resultados de uma proposta de pré-planejamento de trilhas de Ecoturismo no Parque das Dunas localizado no município de Natal/RN, o qual se utiliza de variáveis predominantemente discutidas no âmbito da Geografia Física. O objetivo da pesquisa representa um anseio dos estudiosos do Ecoturismo que atentam à qualidade da vivência e pertinência da proposta de trilhas ecológicas e de seu uso baseado em condutas sustentáveis e comprometimento ambiental.

Entende-se o pré-planejamento como um momento fundamental para avaliação integrada do potencial das trilhas ecológicas no âmbito do Ecoturismo. Salienta-se que as trilhas são um dos meios mais utilizados para a prática do Ecoturismo e, outras vezes, o único meio de acesso às Unidades de Conservação (ANDRADE, 2004).

Baseando-se no atendimento aos princípios básicos das práticas de Ecoturismo em trilhas foram construídas análises que visam evidenciar as bases das principais metodologias voltadas ao seu planejamento. Desse modo, buscou-se apreender os instrumentos referentes aos temas que permeiam esse estudo no sentido de se constituir um arcabouço teórico-metodológico

fundamental a este. Os temas eleitos referem-se às partes integrantes e indispensáveis ao amplo processo de pré-planejamento de trilhas. Os resultados, discussões e propostas aqui tratados são decorrentes da implementação de um instrumento metodológico formulado para a etapa de pré-planejamento de trilhas de Ecoturismo. Para isso, partiu-se da revisão de métodos de mapeamento, monitoramento de impactos e de interpretação que sugerem pistas quanto às variáveis de observação e ao pré-planejamento a partir de três princípios do ecoturismo: a conservação ambiental, o aprendizado ecológico e a segurança ambiental.

Cabe mencionar, que o uso da Planilha de Avaliação no pré-planejamento se propõe a avaliar o potencial de uma trilha para a prática do Ecoturismo e os possíveis impactos ecológicos que a trilha estaria exposta com as atividades de visitação pública e, conseqüentemente, indicar a necessidade de estudos e intervenções específicas. A pesquisa inicia-se com o levantamento de documentos geofísicos sobre o ambiente pesquisado. Num segundo momento propõem-se a pesquisa de natureza empírica e exploratória através do registro de pontos no traçado físico da trilha e de dados referentes às observações e intervenções na Planilha de Avaliação. Esta consiste no principal instrumento metodológico para a pesquisa de campo e sistematização de dados possibilitados pela observação. A seguir são apresentadas as referências teóricas que subsidiaram a proposta aplicada ao objeto de estudo.

Princípios Do Ecoturismo

O Ecoturismo é definido pelo governo brasileiro como um segmento da atividade turística que utiliza de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da

interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas, (BRASIL, 1994). Ainda que esta definição seja alvo de críticas por diversos atores em função de seu caráter predominantemente econômico, apresenta-se válida por expressar dois dos mais importantes princípios do Ecoturismo.

O primeiro deles é o princípio da conservação ambiental. Wearing e Neil (2001) são categóricos em afirmar que, para se caracterizar como ecoturística, esta atividade deve se desenvolver em áreas naturais relativamente protegidas, ainda que não necessariamente em Unidades de Conservação, mas, não basta que sejam realizadas em áreas verdes. A “natureza” encerra além do seu valor próprio, um valor de uso importante para o Ecoturismo. É a sua “mina de ouro” – há que se conservá-la e geri-la de modo duradouro. Ao contrário do turismo tradicional, na atividade ecoturística há uma forte preocupação com o monitoramento da visita a fim de se evitar determinados impactos ambientais, sociais, culturais e econômicos negativos sobre a área visitada e a região circunvizinha.

Por outro lado, o Ecoturismo, pressupõe uma atitude interna diferenciada do praticante, já que a principal motivação de quem opta por essa modalidade de turismo é a apreciação da “natureza”. Assim, a natureza da prática do ecoturismo comporta além das dimensões espaciais propostas pela sustentabilidade, também uma dimensão comportamental, que sugere uma relação harmônica do praticante com o meio vivenciado. Ao incorporar a dimensão comportamental, o planejamento do Ecoturismo volta-se à educação ambiental do praticante através do aprendizado proporcionado pela vivência, o que evidencia seu segundo princípio.

Como em toda a atividade humana, o turismo acarreta benefícios e contradições. Porém, sendo o turismo uma atividade

promissora, torna-se de fundamental importância a procura de estratégias que possam levar ao alcance da sustentabilidade. Ao mesmo tempo vale ressaltar que o turismo, como componente do meio ambiente, é atingido por impactos (XAVIER, 2007).

Segundo Coriolano e Silva (2005), o turismo faz parte dos símbolos, ícones, ideias, sonhos e representações, pois é antes de tudo um conjunto de pré-concepções e percepções de imagens e valores de significado cultural.

O visitante deseja, ainda que em diferentes intensidades, interagir com o ambiente. Não basta percorrer uma trilha e ver lindos exemplares conservados de fauna e flora, quando isso é possível. É desejável que o turista crie discernimento, por exemplo, sobre a situação de uma determinada espécie, se a mesma encontra-se ameaçada e por que, se as políticas de conservação são adotadas e como o praticante pode contribuir no seu cotidiano em relação às questões de causa e efeito para com a natureza. É necessário interpretar o ambiente, muitas vezes desconhecido pelo turista. Através da interpretação, a compreensão; através da compreensão, a apreciação; através da apreciação, a proteção” (MURTA e GOODEY, 2002). O papel educativo se estende não só aos próprios turistas, mas também aos operadores da atividade turística e às comunidades locais (WEARING e NEIL, 2001).

A busca por ações ambientais efetivas deve antes de tudo considerar que

Conservar é promover a proteção em longo prazo da área natural e de tudo que ela engloba, como fauna, flora e recursos hídricos. Para que isso ocorra, o manejo humano deve possuir princípios de sustentabilidade, mantendo seu potencial de satisfazer as necessidades das gerações presentes sem comprometer as gerações futuras e

garantindo, assim, a sobrevivência dos seres vivos em geral e dos recursos naturais (SANTOS, 2014, p. 119).

Impende ressaltar, entretanto, para um terceiro princípio associado à prática do ecoturismo, que embora seja de consenso por parte dos estudiosos, acha-se implícito na literatura: o princípio da segurança ambiental. Busca-se aqui ressaltar tal princípio, pois ele é parte importante do planejamento de trilhas. Quando se fala em Ecoturismo e mesmo em Turismo de Aventura, a gestão do risco é uma condição para a certificação dos produtos, sobretudo quando se pensa em um mercado consumidor internacional. Estar em contato com a “natureza” é quase sempre estar fora do seu território de domínio. Muitas vezes o visitante desconhece os perigos e incidentes a que se estará submetido. Tal como se deve preocupar com a conservação do ambiente, com o aprendizado ecológico também se deve atentar ao público, no sentido de minimizar (ou suprimir) estes riscos. Em alguns momentos é necessário até mesmo facilitar o seu deslocamento a fim de se permitir que a atenção do turista esteja voltada à interpretação da paisagem. É evidente que o profissional deve dosar suas ações para que as intervenções tenham o menor impacto possível, não provocando alterações significativas no ambiente. Se adequadamente planejadas, as intervenções nas trilhas podem ser ao mesmo tempo, um fator de segurança para o visitante e de estabilidade dos padrões ambientais.

Métodos Voltados Ao Planejamento De Trilhas

O termo “trilha” intui caminho, rastro ou picada e, apresenta como uma de suas funções originais a necessidade de deslocamento de populações locais. Com o passar dos anos, as trilhas começaram a apresentar outras finalidades, notadamente o percurso necessário à apreciação e aprendizado da “natureza”.

Segundo Andrade (2004), o ser humano começou a utilizar e/ou estabelecer trilhas para vários fins, desde a simples procura de alimento (trilha para caça) e água, até peregrinações religiosas, viagens comerciais e ações militares. Outros conceitos gerais sobre trilhas demonstram, também, sua ligação com atividades de educação ambiental. As trilhas são definidas como caminhos existentes ou estabelecidos com diferentes formas, comprimentos e larguras, que favorecem a aproximação do visitante ao ambiente natural, ou o acesso a um atrativo específico possibilitando seu entretenimento ou educação.

No Brasil, o termo surgiu pela primeira vez na década de 1970 quando, de acordo com Hissa (2002), “um grupo de amigos e empresários de Belo Horizonte, necessitando de lazer alternativo para os finais de semana, passaram a se reunir sistematicamente no intuito de promover caminhadas pelas encostas acidentadas da cidade”. Sendo assim, existem tentativas de se criar uma terminologia própria à trilha associada diretamente ao conceito de Ecoturismo, uma vez que a “caminhada em trilhas” é uma atividade importante desde que sua prática pressuponha princípios ambientais de sustentabilidade da atividade.

O planejamento e manejo de trilhas vêm se consolidando no país e no exterior. Em razão dessa tendência são várias as metodologias e técnicas utilizadas. Tais métodos devem ser pensados como recursos disponíveis auxiliares na elaboração do planejamento de trilhas em Ecoturismo, mas também reformulados conforme os princípios dessa atividade e do contexto socioambiental das áreas-foco de tais práticas. Para cada etapa do planejamento de trilhas encontram-se metodologias específicas. Destaca-se nesse estudo métodos que tratam da Capacidade de Carga (a); Capacidade de Suporte (b); dos Limites de Cambio Aceitáveis – LAC (c); do Monitoramento de Impactos

da Visitação – VIM (d); da Interpretação geoambiental (e); e do Manejo de Trilhas para o Ecoturismo (f). Em seguida, são discutidas as características e contribuições de cada um destes, no intuito de avalia-los de forma crítica.

a) O conceito de capacidade de carga proposto por Cifuentes (1992) é voltado ao manejo da recreação e teria suas origens associado às experiências no manejo de pastagens destinadas à bovinocultura (ROBIM, CAVALHEIRO e FONTES, 2000). No entanto, apenas nas décadas de 1960 e 1970 que este conceito ganha maior interesse, sobretudo com o desenvolvimento da Ecologia como ciência. Para este estudo, entende-se capacidade de carga como sendo o número máximo de visitantes que uma área poderia suportar sem causar interferências significativas no sistema ou como a quantidade de uso que um local poderia suportar, sem causar danos físicos expressivos ou interferência na experiência do visitante.

A metodologia proposta por Miguel Cifuentes, segundo o próprio define, é um procedimento fácil, compreensível e útil. Entretanto, o uso de tal método requer considerações importantes. Primeiro, cabe considerar que a determinação da capacidade de carga envolve uma ferramenta que pressupõe decisões de manejo. Assim, ela não pode ser considerada um fim por si mesmo. Segundo, apresenta caráter relativo e dinâmico, o que implica na necessidade de revisões periódicas como parte do processo sequencial e permanente do planejamento e ajuste do manejo. Terceiro, a determinação da capacidade de carga deve se basear nos objetivos da área protegida e deve ser determinada para cada sítio e levar em conta as limitações críticas dessas áreas. Considerados esses pontos, a determinação da capacidade de carga turística é definida pela capacidade de carga física (CCF), corrigida pela capacidade de carga real (CCR) e ainda analisada pela capacidade de carga efetiva ou permissível (CIFUENTES,

1992). Trata-se de um método que demonstra avanços importantes, mas, por outro lado, apresenta-se limitado aos objetivos da conservação ambiental. Desse modo, seu uso é recomendado conjuntamente com outras metodologias de monitoramento de impactos ambientais.

b) Similar ao método anterior, a proposta de Capacidade de Suporte concebida por (Machado, 2005), avança ao propor o estudo em diferentes escalas, ou seja, área por área, zona por zona, trilha por trilha, para se chegar ao que mais se aproxima às reais condições de suporte. Levando-se em consideração que as características ambientais variam muito, tal método determina usos diferenciados para cada nível. A determinação da Capacidade de Suporte é uma tarefa extremamente difícil e deve ser usado com extremo bom senso. Além disso, demanda estudos bastante específicos dentro do zoneamento proposto (intangível, primitiva, extensiva, intensiva) que precisam ser mais adequadamente compreendidos pelos estudos acadêmico-científicos. Cabe pontuar, entretanto, que este método avança conceitualmente, diante do objetivo do Ecoturismo, quando comparado ao método de CIFUENTES, por considerar a infraestrutura turística, a satisfação do visitante e o impacto sobre a comunidade como fatores relevantes para a medição da capacidade de carga. Entretanto, permanece a mesma questão da subjetividade na determinação dos fatores de correção.

c) A metodologia de Limites de Câmbio Aceitáveis (*Limits of a Acceptable Change* - LAC) foi desenvolvida em nove etapas distintas e, consiste em procedimentos utilizados para mensurar impactos oriundos da visitação, através do estabelecimento de indicadores e padrões aplicáveis a uma situação específica. Além disso, define-se se certo impacto seria inaceitável e se as ações de gestão deveriam ou não ser adotadas (DRUMM e MOORE, 2003).

Em linhas gerais, o LAC envolve a previsão de certos impactos resultantes do uso público e o devido monitoramento de tais impactos, no intuito de assegurar que esses não excedam os padrões previamente estabelecidos. Em suma, essa metodologia compreende que modificações oriundas de atividades como o Ecoturismo em áreas naturais são inevitáveis e para tanto, estabelece limites dentro dos quais essas alterações são aceitáveis. Diante do quadro estabelecido, os esforços são voltados para as condições desejadas em um determinado sítio. As etapas visam monitorar os indicadores para garantir que as condições desejadas fossem de fato alcançadas. Entretanto, entende-se que os padrões referentes aos impactos variam de sítio para sítio, principalmente diante de certas características biofísicas e geoambientais.

d) O método *Visitor Impact Management* (VIM), ou Manejo do Impacto da Visitação, tem por objetivo controlar ou reduzir os impactos indesejados em trilhas ecológicas, além de sugerir abordagens de manejo embasadas no conhecimento científico. Espera-se com isso evitar que sejam repetidos os erros de programas de manejo do passado. A estrutura proposta nesta ferramenta de manejo é composta por oito etapas, para avaliar e manejar impactos advindos da visitação. As cinco primeiras etapas do processo (Pré-Avaliação e revisão de informações; Revisão dos objetivos de manejo; Seleção dos indicadores de impacto; Seleção dos padrões para os indicadores de impacto; Comparação de padrões e condições existentes), são direcionadas a identificação das condições dos problemas. Nas três últimas etapas (Identificação das causas prováveis dos impactos; Identificação das estratégias de manejo; Implementação), tais problemas são avaliados na busca por meios e estratégias de reduzi-los e controlá-los. Neste sentido, o manejo deve controlar os impactos através da manipulação dos elementos que afetam seus padrões. O uso do VIM, dessa forma, deve apresentar uma

continuidade mesmo após a implementação do programa de manejo, pois o monitoramento dos indicadores-chaves são de extrema importância para verificar se as ações de manejo estão produzindo os resultados esperados. Assim, como o método LAC, o VIM apesar de avançar na sistematização de etapas numa perspectiva mais ampla, depara-se com as dificuldades na definição segura e objetiva dos padrões de impacto.

e) A metodologia de Manejo de Trilhas de Ecoturismo proposta por Andrade (2004) apresenta determinada objetividade quanto aos cuidados e técnicas voltadas à implantação e manutenção nas trilhas em áreas naturais, predominantemente de natureza física e estrutural. Para tanto, propõe-se a realização de etapas voltadas notadamente para o mapeamento e conhecimento de informações que subsidiarão as propostas de intervenções físicas (obras) tanto para redução de certos impactos, como para proporcionar satisfação aos visitantes e favorecer a interpretação. Nesse sentido, a Planilha de Levantamento contempla as seguintes variáveis: direção; declividade; metragem; distância total e observações. Nos quatro primeiros componentes, preocupa-se com as características físicas apresentadas pela trilha como seu traçado, grau de dificuldade, vulnerabilidade a erosão, e tantos outros destinados ao monitoramento e controle dos impactos oriundos do uso público. O último item, “observações gerais”, dedica-se à anotação e identificação sobre condições do solo, pontos de interesse para a interpretação ambiental, conflitos advindos do uso da terra, necessidades de trabalhos de manutenção, e outras informações úteis no auxílio ao diagnóstico da trilha. Depois de realizado o levantamento da trilha, e de posse das informações contidas na tabela, desenha-se o traçado da trilha em papel milimetrado ou plota-se os dados em *software* específico, como exemplos, o AutoCad ou ArcGis. Entretanto, cabe ressaltar que tal metodologia de planejamento não engloba

um programa de monitoramento sistematizado de indicadores de impacto ambientais e sociais nas trilhas.

f) A interpretação geoambiental apresenta-se como processo imprescindível ao aprendizado ecológico. Tal proposta sugere a construção de um plano interpretativo. A elaboração do mesmo requer o uso de recursos fornecidos pela educação ambiental e pela interpretação ambiental. A educação ambiental incentiva o indivíduo a participar ativamente da resolução dos problemas no seu contexto de realidades específicas, a partir de um entendimento integrado e holístico da ecologia (REIGOTA, 1994).

A interpretação geoambiental, por sua vez, utilizada em confluência com a educação, consiste em uma forma estimulante de fazer com que as pessoas entendam seu entorno, o meio em que vivem. A interpretação é a arte de explicar o lugar do homem em seu meio, com o fim de sensibilizar o visitante sobre a importância dessa interação e despertar nele um desejo de contribuir para a conservação ambiental.

Resultados e Discussões

A construção da Planilha de Avaliação do Potencial de Trilha para o Ecoturismo surgiu da necessidade de sistematização das observações de campo, necessária ao pré-planejamento das trilhas do Parque das Dunas. As variáveis que compõem a Planilha foram selecionadas a partir dos métodos VIM, para atender ao princípio da conservação ambiental; da Planilha de Levantamento proposta por Andrade (2004) para atender, principalmente, à necessidade de segurança; e na abordagem da interpretação geoambiental, como forma de se estimular o aprendizado ecológico e satisfazer o praticante no tocante à apreciação da natureza. O emprego do método VIM baseou-se de forma mais concreta, em uma experiência aplicada no Parque

Nacional da Chapada dos Veadeiros com o emprego de uma tabela de monitoramento e avaliação de impactos ambientais.

O Parque Das Dunas

Criado em 1977 como a primeira Unidade de Conservação do Rio Grande do Norte, o Parque das Dunas "Jornalista Luiz Maria Alves" está localizado no município de Natal/RN e, possui uma área de 1.172 hectares. Reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) como parte integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica Brasileira, o Parque das Dunas é considerado o maior parque urbano sobre dunas do Brasil e, o segundo maior parque urbano, exercendo fundamental importância para a qualidade de vida da população natalense, contribuindo tanto na recarga do aquífero que abastece a cidade, quanto na purificação do ar. O ecossistema de dunas existente no referido parque é rico e diversificado, abrigando espécimes da fauna e da flora com grande valor bioecológico, que inclui diversas espécies em processo de extinção.

O Parque das Dunas tem por objetivo garantir a preservação e conservação dos ecossistemas naturais englobados; proteger os recursos genéticos; possibilitar a realização de estudos, pesquisas e trabalhos de interesse científico; preservar sítios de valor histórico, arqueológico e geomorfológico; além de oferecer condições para o lazer, ecoturismo e a realização de atividades educativas e de sensibilização ecológica.

A cobertura vegetal do Parque das Dunas é representada, em sua maior parte, pela vegetação de duna litorânea caracterizada por espécies herbáceas, arbustivas e arbóreas, registrando ainda a ocorrência de praias e sopés de dunas, e formação vegetal de tabuleiro litorâneo. Nela predominam espécies peculiares da Mata Atlântica, além de algumas espécies

de caatinga e tabuleiro, com destaque para a amescla-de-cheiro, antúrio selvagem e pau-brasil, as quais conferem ao ambiente grande diversidade e exuberância. A flora reúne mais de 270 espécies arbóreas distintas e 78 famílias, representada por mais de 350 espécies nativas. A fauna nativa do Parque das Dunas é típica do ecossistema costeiro terrestre formado pela Mata Atlântica. De acordo com levantamento preliminar, a fauna do Parque está representada por cerca de 180 espécies dentre mamíferos, répteis, aves, e invertebrados, como borboletas, aranhas e escorpiões.

O Parque das Dunas é gerido pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA) e recebe uma média anual de 150.000 visitantes, mantendo ainda um cadastro com cerca de 10.000 coopistas que utilizam o espaço para a prática de atividades físicas.

No âmbito do Parque das Dunas desenvolvem-se atividades de pesquisa, ensino e extensão voltados à conservação ambiental. Assim, tal unidade permite o uso público, o que torna o Ecoturismo uma prática coerente com os seus objetivos.

No Parque das Dunas existem três trilhas, sendo estas: Perobinha, Peroba e Ubaia Doce. As trilhas Peroba e Ubaia Doce atravessam o Parque no sentido Leste-Oeste, saindo do Bosque dos Namorados e chegando até 2 (dois) mirantes situado na Via Costeira, onde é possível desfrutar de uma paisagem exuberante das praias. O visitante que participa das trilhas conta com o apoio de guias especializados e do policiamento ambiental, tendo assim a oportunidade de conhecer de perto o ecossistema dunar, sua geologia, o relevo, o solo, a fauna e a flora do parque. O Ecoturismo é uma das formas mais inteligentes de utilização do parque, que reverte em benefícios para a população da cidade, promovendo a conscientização ambiental do visitante e, ao mesmo tempo, não agride o ecossistema da região.

Trilha Peroba

Esta trilha foi concebida para atender a adolescentes e adultos. O portão de entrada da trilha encontra-se localizado no Bosque dos Namorados, e o percurso se estende até o mirante próximo a Via Costeira. Possui uma extensão de 2.400 m, contemplando ida e volta com tempo de percurso estimado em 1 hora e 30 minutos, aproximadamente, considerando-se ida e volta. Comporta atividades com um número mínimo de 5 (cinco) pessoas e o máximo de 25 (vinte e cinco) pessoas.

Trilha Perobinha

É uma trilha concebida e recomendada para crianças a partir de 6 (seis) anos de idade e adultos sedentários. Constitui-se como um atalho da trilha denominada Peroba. Possui uma extensão relativamente pequena com apenas 800m. Dimensionada com um tempo de percurso: de 40 (quarenta) minutos, aproximadamente considerando-se ida e volta. Comporta um número mínimo de 05 (cinco) pessoas e máximo de 25 (vinte e cinco) pessoas.

Trilha Ubaia Doce

Consiste na maior trilha em termos de extensão do Parque das Dunas. É recomendada para pessoas com condicionamento físico mais elevado por ser uma trilha com nível mais alto de dificuldade. O portão de entrada da trilha está localizado no Bosque dos Namorados, e o percurso se estende até o mirante localizado na Via Costeira. Possui uma extensão de 4.400 m, contemplando ida e volta. Seu tempo de percurso é de 2 horas e 30 minutos, aproximadamente considerando-se ida e volta. O número de pessoas que podem utilizar a trilha é de 05 (cinco) pessoas e no máximo 20 (vinte).

Pesquisa Documental de Dados Geoambientais

Segundo informações do zoneamento que compõe o Plano de Manejo do Parque das Dunas – Decreto Estadual nº 10.388, de 07/06/89, o Parque Estadual Dunas do Natal, foi dividido em cinco zonas distintas, sendo estas: Zona Primitiva, Zona de Uso Extensivo, Zona de Uso Intensivo, Zona de Recuperação e Zona de Uso Especial. A definição e os objetivos gerais das zonas de manejo foram elaborados de acordo com o *Manual de Planejamento de Parques Nacionais*

A Zona Primitiva corresponde às áreas naturais onde à intervenção do homem tenha sido pequena ou mínima. Pode conter ecossistemas únicos e espécies da flora e fauna ou fenômenos naturais de grande valor científico. O objetivo geral desta Zona é preservar os recursos naturais do Parque, sendo permitido o uso científico autorizado e educação ambiental. Esta Zona consiste em uma faixa linear, acompanhando o sentido longitudinal (norte-sul) do Parque, sendo limítrofe com a Zona de Uso Extensivo e de Recuperação. Sua cobertura vegetal predominante é a Mata Atlântica.

A Zona de Uso Extensivo é constituída em sua maior parte por áreas naturais, podendo apresentar alguma alteração humana. O seu objetivo geral é manter o ambiente natural com o mínimo de impacto humano, embora facilitando o acesso ao público para fins interpretativos e educacionais. Esta zona ocupa a área mais extensa do Parque, circundando toda a Zona Primitiva e tem como limites a norte, sul e leste a Zona de Recuperação.

A Zona de Uso Intensivo é constituída por áreas naturais ou alteradas pelo homem. O ambiente é mantido o mais natural possível, com recursos que possam servir a atividades recreativas, relativamente concentradas, com facilidades de transito e de assistência ao público. A definição desta zona tem por objetivo

facilitar a educação ambiental e a recreação intensiva, de maneira integrada com a paisagem, evitando impactos negativos no meio ambiente; e, proporcionar interpretação e educação ambiental, através de atividades no Centro de Visitantes. Tal zona tem como limites as zonas de Uso Especial e Extensivo, essa área de aproximadamente 8,11 hectares e, concentra as atividades de uso público e as futuras instalações do Centro de Visitantes.

A Zona de Recuperação é aquela que contem áreas alteradas pelo homem, trata-se de uma zona provisória, que uma vez restaurada, deverá se incorporar em uma das categorias permanentes. Tem por objetivo geral restaurar a área ao mais natural possível, procurando deter e/ou minimizar a degradação ambiental. É uma zona formada em sua maior parte por clareiras existentes na periferia leste e no interior do Parque das Dunas, esta zona também abrange as áreas degradadas de Capim Macio e o trecho que limita o Parque com o bairro de Mãe Luíza.

Na Zona de Uso Especial pertencem as áreas necessárias à administração, manutenção e serviços do Parque das Dunas. Essas áreas serão definidas de forma a não conflitem com a paisagem local. O objetivo desta zona é minimizar o impacto ambiental, eliminando as atividades e estruturas não relacionadas com o os propósitos do Parque. Constituída de oito áreas, não contíguas, esta zona abriga as torres de telefonia da Oi, TV Globo, Embratel, a administração do Parque das Dunas, o Horto Experimental, a área Granja do Carioca e as edificações da Companhia de Águas e Esgotos do Rio Grande do Norte (CAERN).

Na área do Parque das Dunas existe uma ampla diversidade de espécies vegetais de diversos portes e um bosque bem desenvolvido com árvores em grande quantidade. A área apresenta a melhor distribuição de árvores de porte acima de cinco metros entre todas as zonas constituintes do Parque em tela.

O solo predominante no Parque das Dunas é classificado como Neossolo Quartzarênico Órtico. Já a morfologia do solo caracteriza-se como elevada profundidade apresentando horizonte A rico (80 cm de espessura), bem estruturado e com boa drenagem. A serrapilheira apresenta boa espessura (10 a 15 cm), com alta permeabilidade e boa drenagem. Mesmo em áreas onde o relevo é mais acidentado não foram observados processos erosivos. Existem clareiras em regeneração no interior da mata, do Parque provenientes de corte ilegal da cobertura vegetal realizados no passado e ilegalmente no presente pela população que encontra próximo ao Parque das Dunas. Na área encontram-se trilhas usadas para pesquisa e educação ambiental. Em algumas trilhas podem-se observar sinais de recuperação da vegetação, enquanto em outras o solo se encontra compactado, principalmente as mais utilizadas.

Pesquisa Exploratória em Campo - Aplicação da Planilha De Levantamento - Pré-Planejamento

A realização dessa pesquisa baseia-se na avaliação do potencial da Trilha Ubaia Doce para o ecoturismo como proposta de pré-planejamento, diante da perspectiva de que novos projetos que visam a expansão das caminhadas ecológicas ao público de turistas possam vir a surgir. A aplicação da Planilha de Levantamento e Avaliação elaborada busca atender a dois objetivos principais considerados importantes para o pré-planejamento: o registro de pontos no traçado, necessário ao mapeamento da trilha conforme as mudanças de direção e declividade do percurso desta; e o registro dos componentes do ambiente, relacionados ao potencial para a interpretação ambiental, ao monitoramento dos impactos, aos riscos apresentados aos praticantes e à necessidade de intervenções diante dos princípios de conservação e segurança ambiental. Para

cada objetivo foram identificados itens/títulos nas colunas de acordo com os princípios do Ecoturismo para facilitar a sistematização das informações em um único instrumento de avaliação. Os itens abrangem diferentes variáveis que são definidas a partir da pesquisa documental dos aspectos geoambientais, ou seja, as condições das variáveis quase sempre serão diferentes conforme o ambiente pesquisado e a natureza das variáveis também podem ser diferentes.

Resultados Gerais Da Pesquisa De Campo Na Trilha Ubaia Doce Mapeamento E Registro Fotográfico

O mapeamento da trilha consta como sendo o primeiro resultado do uso da Planilha de Avaliação. A coluna referente às observações e intervenções deve refletir o trabalho de mapeamento na intenção de espacializar os principais problemas por trecho, assim como as principais intervenções propostas, sejam para interpretação, para segurança ambiental ou para o monitoramento/correção dos impactos ambientais. Assim, foram construídos mapas para cada trecho. Para isso os dados foram compilados e reproduzidos em um único mapa da Trilha. Além disso, foram registrados através de fotografia os elementos problemáticos objetivando a construção de indicadores para futuro monitoramento.

Resultados Gerais Em Relação Ao Diagnóstico Geofísico Da Trilha Ubaia Doce

O percurso total da trilha apresenta trechos homogêneos e heterogêneos, tendo em vista o processo de regeneração da mata em função dos impactos decorrentes de décadas. Por outro lado, em outros trechos verificaram-se situações decorrentes de processos naturais deste biótopo, como a presença de troncos

caídos por efeito natural e grande acúmulo de matéria orgânica (serrapilheira). Verificaram-se diferenças no nível de acúmulo de matéria orgânica em diferentes trechos. Também foram percebidos impactos sociais recentes como vestígios de queimada e solos compactados pelo pisoteio que propiciam o início de processos erosivos. Em algumas áreas mais especificamente, são encontrados capins, cuja origem é exótica, o que caracteriza a presença do “efeito de borda”, que consiste na expansão de espécies invasoras para dentro da mata.

Esse efeito é observado em pontos anteriormente desmatados, onde há maior penetração da luz. Ainda é possível perceber a existência de trilhas secundárias não oficiais, cujo motivo, provavelmente, teria sido a redução de distâncias (atalhos) para a chegada em outros pontos localizados no interior da mata. Este fato justifica ainda mais a necessidade de visitação monitorada por guias/condutores mediante o fator segurança ambiental.

Quanto ao potencial para a interpretação geoambiental da trilha verifica-se um forte apelo para tratamento da problemática associada aos efeitos nocivos da ação antropogênica nas composições vegetais e sobre espécies da fauna.

O Parque das Dunas não é contemplado por um projeto de monitoramento de trilhas, uma vez que a perspectiva do aumento sugere o aumento de alguns impactos ambientais percebidos atualmente. Nesse sentido, torna-se importante a elaboração de um planejamento e manejo de trilhas para o Ecoturismo dentro do referido Parque, no sentido de possibilitar aos usuários desta estrutura, e também aos pesquisadores, uma proposta de Ecoturismo pautado na sustentabilidade como essencialmente deve ser.

Considerações finais

O levantamento de dados para preenchimento da Planilha foi orientado pelas informações geoambientais apresentadas na proposta de zoneamento do Parque das Dunas. Assim, a observação em campo focou a checagem da presença e proporção de indicadores como a serrapilheira no leito das trilhas, condições do solo, condições do relevo e presença de erosão, além de buscar compreender as causas para orientar intervenções futuras. Tendo em vista a presença inicialmente de impactos ambientais decorrentes da ação antropogênica anterior à criação do Parque em questão, a observação de campo também buscou verificar o aumento ou controle dos mesmos, tais como, presença de espécies exóticas, clareiras, trilhas paralelas, e a ausência ou presença em maior ou menor grau de espécies da fauna e da flora. Diante das informações já discutidas, entende-se que a Planilha de Avaliação permite a produção de informações necessárias ao planejamento e manejo sistematizado das trilhas para o Ecoturismo.

O planejamento ambiental referente à implantação de trilhas deve ser fundamentado em medidas protecionistas de modo que seja possível a utilização do patrimônio natural, mas assegurando, ao mesmo tempo, a conservação e preservação de suas estruturas, qualidades e atributos paisagísticos diante das interferências antropogênicas. Essas medidas abarcariam ações de caráter preventivo, mitigador e corretivo de acordo com a situação e as exigências técnicas e legais relacionadas à gestão, gerenciamento e manejo dos recursos naturais.

Ao pensar na implantação de trilhas ecológicas é fundamental o planejamento e a implantação de equipamentos que visem minimizar os impactos ambientais negativos oriundos da visitação. Algumas intervenções como passarelas, degraus, corrimões e sistemas de drenagem são comuns em trilhas

planejadas e possibilitam maior segurança aos visitantes, além de minimizar determinados efeitos adversos decorrentes das atividades responsáveis pela possível deterioração paisagística das trilhas e do contexto ambiental no qual elas estão inseridas.

Desta forma, qualquer implantação de equipamentos que venha a ser efetuada deve ser compatível com a conservação das áreas, de modo a expressar as características próprias da área, sendo o ecossistema dunar fonte de inspiração para os projetos de intervenção. Assim, “espera-se que o resultado final do projeto, por toda a inserção local que ele deve ter, seja o retrato fiel da preocupação, compreensão e interação com o meio ambiente” (NEIMAN, 2006).

Além da instalação de equipamentos nas trilhas, outro ponto importante para seu planejamento é a determinação da capacidade de carga. O conceito de capacidade de carga, conforme já foi explicitado, é essencial para a proteção do ambiente e seu ecossistema. O superdimensionamento do uso pode descaracterizar a trilha e influenciar negativamente na sua proposta. Entretanto, um dos aspectos considerados mais importantes do planejamento dos equipamentos de trilhas, mas que normalmente é negligenciado é a interferência desses na percepção e sensações dos usuários. Muitas vezes isso determina a qualidade da visita, que pode ser comprometida com a excessiva “artificialização” das experiências vividas por eles. A percepção dos indivíduos é única, sendo que as trilhas interpretativas e as vivências na natureza são exemplos de atividades formativas e informativas. A interpretação provoca estímulos e novos olhares através do contato direto e processos de integração com o ambiente. Usar a percepção sensorial, a consciência, a intuição e a elaboração dos sentimentos contribui para a determinação da relação que os visitantes têm com os outros, com o meio natural e com seu próprio mundo. “A imaginação é um pré-requisito da

criação de qualquer construção humana, e qualquer construção reflete a imaginação e a inventividade de seu criador” (HISSA, 2002).

Deste modo, as trilhas devem ser planejadas para oferecer aos visitantes experiências que os integrem com a natureza. Portanto, faz-se necessário que essa aprendizagem estimule as pessoas a observar objetivamente, pensar criticamente e a decidir conscientemente e, isso quer dizer superar a simples transmissão de informações. O processo de sensibilização e educação do usuário do Parque deve ter por objetivo final estimular novos olhares, questionar valores até então tidos como certos e irrevogáveis, aproximar os indivíduos dos lugares, possibilitar a ampliação das percepções, das observações, das interpretações das paisagens que se vê e, principalmente proporcionar uma mudança de postura frente à degradação ambiental que infelizmente ainda é perpetrada.

Referências

ANDRADE, W.J. Implantação e Manejo de Trilhas. In: Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável. Brasília: WWF–Brasil, 2004.

BRASIL. Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo. Diretrizes para uma política nacional de Ecoturismo. Brasília: EMBRATUR/IBAMA, 1994.

CIFUENTES, Miguel. Determinación de capacidad de carga turística en áreas protegidas. Centro Agronômico Tropical de Investigación y Enseñanza (CATIE). Serie técnica, Informe Técnico n. 194. Turrialba, Costa Rica, 1992.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T; SILVA, Sylvio C. B. M; Turismo e Geografia: abordagens críticas. Fortaleza: EDUECE, 2005.

DRUMM, Andy; MOORE, Alan. Introdução ao Planejamento do Ecoturismo. 2003. Disponível em: http://www.nature.org/aboutus/travel/ecotourism/files/ecotourism_development_vol1_port.pdf. Acesso em: 18 nov. de 2018.

FONTES, M.A.L. Ecoturismo em unidades de conservação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Apostila didática).

HISSA, C.E.V. A Mobilidade das Fronteiras: inserções da Geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: EDUFMG, 2002.

MACHADO, Álvaro. Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

MURTA, S.M.; GOODEY, B. Interpretação do patrimônio para visitantes: um quadro conceitual. In: MURTA, S.M., ALBANO, C. (Org.). Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar. Belo Horizonte: EDUFMG/Terra Brasília, 2002.

NEIMAN, Zysman. Trilhas na Natureza e Sensibilização Ambiental – UERJ. In: Primeiro Congresso Nacional de Planejamento e Manejo de Trilhas – Rio de Janeiro, 2006.

REIGOTA, M. O que é Educação Ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.

ROBIM, M. J. ; CAVALHEIRO, F.; FONTES, M. A.

Determinação da capacidade de carga da trilha da Praia do Sul: uma adaptação do método Cinfuentes. In: I Fórum de Debates - Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental, 2000, Rio Claro. I Fórum de Debates -Ecologia da Paisagem e Planejamento Ambiental - Riscos Ambientais nos Trópicos Úmidos: Movimentos de Massa e Inundações. Rio Claro, SP: Sociedade de Ecologia do Brasil, 2000. v. único. p. 1-7.

SANTOS, Rosana. Biogeografia aplicada ao Turismo: In: ARANHA, Raphael C; GUERRA, Antônio J. T. (Org.). Geografia aplicada ao turismo. São Paulo: Oficina de textos, 2014.

WEARING S.; NEIL, J. Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades. Barueri: Manole, 2001.

CAPÍTULO 5

TURISMO E MEIO AMBIENTE NO NORDESTE BRASILEIRO: DA INSERÇÃO DOS *RESORTS* AO DISCURSO EMPRESARIAL VERDE, *MARKETING* TURÍSTICO OU CONSCIÊNCIA AMBIENTAL?

Frederico do Nascimento Rodrigues

Eustógio W. C Dantas

Introdução

Esse texto, pretende fazer análise sobre o turismo, atividade que tem dinamizado o setor terciário não só no Brasil, mas do mundo. Observa-se que o território brasileiro destaca-se mundialmente por suas dimensões continentais 8.511.965 km², diversidade de ecossistemas, florestas (Amazônica e Mata Atlântica), formações arbustivas (cerrado e caatinga), extensas áreas rasteiras (campos do sul), formações complexas (Pantanal), além dos quase oito mil quilômetros de litoral, onde se encontram mangues, dunas e restingas (CRUZ, 2001).

Vislumbra-se que o turismo se consolida no Brasil não apenas em decorrência da extensão litorânea e pelas altas temperaturas, mas também pelas inovações tecnológicas, melhoria na qualidade de serviços, infraestruturas presentes nos destinos e principalmente investimentos injetados por meio de políticas públicas.

O turismo emerge como a marca do século XX, por meio dele pode-se conhecer novas paisagens, lugares, ambientes, culturas, pessoas. Nota-se que os anos 1990 é pedra angular para a atividade, pois é nesse período que se iniciam os grandes programas de desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro como PRODETUR/NE. O programa apresenta-se como a primeira política pública de turismo que incide sob o território na

década supracitada, inspirando-se em padrões e modelos de turismo internacional, tendo como principal objetivo promover à estrutura espacial da atividade na região.

Dessa forma, percebe-se que o turismo gradativamente torna-se importante vetor de ocupação, produção e modificação de espaços em especial na zona costeira brasileira que se abre para a lógica do capital e passa a abrigar nova tipologia hoteleira, os *resorts*. Nota-se que há grande inserção desses empreendimentos no Nordeste, ao se fixarem nos espaços litorâneos ocasionam série de impactos ao meio ambiente. Nesse sentido, o artigo tem como objetivos centrais discutir como a atividade turística vem se concretizando no Brasil, sobretudo, no nordeste e explicar a fase de transição ideológica que vem passando os *resorts*, deixando de ser “vilões do meio ambiente” e tornando-se “amigos do verde”, cria-se dessa forma um “discurso empresarial verde” difundido pelos empreendimentos.

Para se alcançar os objetivos propostos, fez-se um estudo diacrônico do espaço, seguido de levantamento bibliográfico que desse subsídio à construção teórica do trabalho; assim como pesquisa hemerográfica, levantamento de dados em sites da Superintendência Estadual do Meio Ambiente (SEMACE), Secretária de Meio Ambiente (SEMA), Secretaria de Turismo do Ceará (SETUR), Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Ministério do Turismo - MTUR; realização de visitas em órgãos públicos, entrevistas, mapeamentos, trabalhos de campo. Foi esse o percurso metodológico que deu subsídio para se alcançar os objetivos propostos e entender a dinâmica turística que se espacializa no território brasileiro, em especial no Nordeste. Só assim pode-se compreender a transição que passam os *resorts* que buscam amenizar os impactos ambientais, por meio de uma racionalidade econômica seguida de uma sensibilidade

ambiental. Trabalhou-se de forma interdisciplinar, aglutinando-se conhecimentos geográficos e de ciências afins que deem conta de entender a realidade dinâmica que se apresenta no litoral brasileiro, dando ênfase ao nordeste.

Turismo e a Inserção De Resorts Nas Regiões Brasileiras

O território brasileiro destaca-se mundialmente pelas dimensões continentais 8.511.965 km², diversidade de ecossistemas, florestas (Amazônica e Mata Atlântica), formações arbustivas (cerrado e caatinga), extensas áreas rasteiras (campos do sul), formações complexas (Pantanal), além é claro dos quase oito mil quilômetros de litoral, onde se encontram mangues, dunas e restingas (CRUZ, 2001). Observa-se cerca de duas mil praias que anualmente são capazes de atrair 1,7 milhões de visitantes estrangeiros e 27 milhões de brasileiros. Em escala nacional os destinos que se destacam são Fortaleza (23,6%), Rio de Janeiro (16,6%), Natal (11,5%), Maceió (10,9%) e Salvador (9,9%). O crescimento apontado em 2014 pelo Ministério do Turismo atribui-se a dois fatores: a chegada do verão e as férias escolares. Nesse contexto, observa-se por meio da análise dos dados e em atividades de campo o aumento do “consumo” dos espaços litorâneos por populações alóctones.

Nesse sentido, Madruga (1992, p.2) aponta que “o consumo do litoral pela sociedade tanto é permeado pelos riscos através da falta de planejamento e da degradação ambiental, como pela fantasia da liberdade através das necessidades de lazer”. Vislumbra-se que o turismo consolida-se no Brasil não apenas em decorrência da extensão litorânea e pelas altas temperaturas, mas também por conta das inovações tecnológicas, melhoria na qualidade de serviços, infraestruturas nos destinos e principalmente investimentos injetados.

Para Coriolano (2002, p.10), não é de agora que o governo luta para melhor posicionar o turismo brasileiro, diante do mercado mundial e o Nordeste brasileiro destaca-se e tenta consolidar-se como importante polo turístico em escala nacional e internacional. Segundo a pesquisadora, as atividades turísticas para banho de mar iniciam-se no Rio de Janeiro e passam longo tempo restritas a esse lugar. Dessa forma, o Rio de Janeiro tem papel primaz de porta de entrada para o turismo internacional no país, em seguida o fenômeno turístico direciona-se para os demais estados das regiões Sul e Sudeste em seguida infiltra-se no restante do país.

Nesse contexto, percebe-se em escala mundial que o litoral se apresenta como área onde se observa as maiores concentrações turísticas, tendo como atrativo principal o sol, belas paisagens, praias idílicas, hotéis, pousadas, *resorts*, restaurantes infraestruturas que são implantadas para atender a demanda turística. Dessa forma, constata-se a tese de Madruga (1992, p.14) sobre o processo de “litoralização”. O autor pontua que esse processo nada mais é do que a corrida para o mar, ampliando-se as dimensões desse território, por meio de ocupações provocadas pelos processos de urbanização, industrialização e pelo turismo.

O turismo destaca-se na economia mundial, infiltrando-se em diversos territórios de maneira contraditória, por isso é necessário planejá-lo e pensá-lo sob prisma sustentável. Para se ter ideia o turismo acarreta uma dinâmica não só local, mas mundial, de acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT, em 2017 mais de 393 milhões de pessoas entre 2008 e 2017 fizera viagens internacionais em âmbito mundial. No caso do Brasil, o país apresenta-se em 45^o no ranking de fluxos internacionais com 5,8 milhões de turistas¹³ e é o segundo país

¹³Dados do Ministério do Turismo – MTUR referentes ao ano de 2013.

em recepção na América do Sul destacando-se por receber 20% do total de turistas.

Nesse contexto, o turismo apresenta-se como a marca do século XX, por meio dele pode-se conhecer novas paisagens, lugares, ambientes, culturas, pessoas. Para Krippendorf (2001, p.16) “o turismo funciona como terapia da sociedade, como válvula que faz manter o funcionamento do mundo todos os dias”. O turismo mostra-se como atividade híbrida, pois por um lado apresenta enorme potencial de desenvolvimento e por outro se vislumbra grande teor de degradação ambiental e social, em especial na zona costeira brasileira onde é difundido com maior veracidade (BECKER, 2001).

Quando se fala em turismo Coriolano e Bandeira (2005, p.156) destacam que “é um lazer transformado em mercadoria. É um lazer sofisticado que exige viagem, portanto uma invenção da sociedade de consumo, respondendo necessidades, não do homem, mas do capital”. Já Krippendorf (2001, p.46) entende que o turismo “é uma válvula de escape que permite o relaxamento das tensões, a orientação das vias socialmente inofensivas e das esperanças não realizadas”. Cruz (2001, p.5), entende que o turismo nada mais é do que uma prática social, que envolve deslocamento de pessoas pelo território e tem o espaço geográfico como principal objeto de consumo.

Para a pesquisadora Becker (2001, p.4), no Brasil o turismo apresenta-se como atividade de destaque na economia, mesmo com desenvolvimento desordenado e modesto desempenho, se comparado a outros países. A geógrafa destaca que em 1990, o país representava apenas 0,24% do fluxo total do turismo mundial, participando com 0,57% da receita mundial do turismo, segundo ela esse foi o “fundo do poço” haja vista a crise que acometia o Brasil. Observa-se nesse período perda da competitividade, deterioração da imagem em decorrência de

questões de segurança no Rio de Janeiro, uma das portas de entrada de turistas. Apesar de toda essa problemática, o turismo apresentou-se como um dos dez produtos mais importantes na exportação brasileira de bens e serviços correspondendo a 4,7% do total entre 1987 e 1990 como afirma a pesquisadora.

Para o Ministério do Turismo MTUR o fluxo de turistas internacional para o Brasil em 1990 era de 438 milhões, em 2000 foi 682 milhões. Em junho de 2018 observa-se desembarque de 878.815 turistas entre voos regulares/não regulares, apresenta-se uma variação de 10,16% em relação ao mesmo período no ano de 2017. Pode-se destacar alguns fatores que contribuem para o incremento do turismo no Brasil são eles: aumento da renda da população, crescimento das companhias aéreas, ampliação da infraestrutura viária e de serviços ligados ao turismo, além é claro das políticas públicas que promovem e consolidam a atividade.

A partir de 1994, com o fim do processo inflacionário do país e início de novo ciclo econômico inicia-se a expansão hoteleira no Brasil. Percebe-se que na década de 1990 o país ainda carece de fixos para atender a demanda turística nacional, quiçá internacional. Com o aumento da renda familiar e dos investimentos oriundos de empresas nacionais e internacionais, notadamente para infraestrutura, ocasiona-se impacto direto no número de viagens domésticas, assim como crescimento no número de entrada de turistas internacionais. Nesse período, vislumbra-se momento de reorganização e diversificação do setor hoteleiro, surgem novos empreendimentos, complexos turísticos como o da Costa do Sauipe na Bahia, *resorts* como o do Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco e vários outros empreendimentos que se transformam em verdadeiros “pontos luminosos”¹⁴ ao longo da zona costeira brasileira. Nesse

¹⁴ Segundo Milton Santos, os espaços luminosos são aqueles bem servidos pelas redes informacionais – telecomunicações, transportes, infraestrutura

contexto, observa-se o papel preponderante do Banco do Brasil (Previ), Caixa Econômica Federal (Funcef) e Petrobrás (Petros), no campo hoteleiro, em suma pode-se dizer que o período entre os anos 1990 e 2001 ficam marcados pela expansão hoteleira no país (GORINI; MENDES, 2005).

Em 1990 observa-se Decreto-lei 55/66 que se estende até 1991 por meio da lei 8.181, de 28 de março de 1991, editada no governo Collor que se torna responsável pela reestruturação da EMBRATUR¹⁵ agora denominada Instituto Brasileiro de Turismo. Também é nesse período que se iniciam os grandes programas de desenvolvimento turístico no Nordeste brasileiro como PRODETUR/NE, assim como políticas que se voltam para megaprojetos, esse diz respeito aos grandes projetos estruturantes realizados pelos governos estaduais de forma autônoma em seus territórios com auxílios financeiros da união, eles datam da década de 1960 a 1980, variando de estado para estado. Na década de 1990 destaque para o PRODETUR/NE como política pública nacional de turismo. Oliveira (2008, p.186), aponta que o PRODETUR/NE e a política de megaprojetos turísticos estão em sintonia com projeto hegemônico de desenvolvimento turístico do país, para ele,

A principal característica das políticas de megaprojetos é a intensa intervenção pública estadual na tentativa de criação de grandes centros turísticos. Tendo como modelo o desenvolvimento de destinações como Cancun, que consiste na urbanização turística concentrada de áreas da

urbana e onde agentes hegemônicos representados pela população mais rica e organizada ditam as regras.

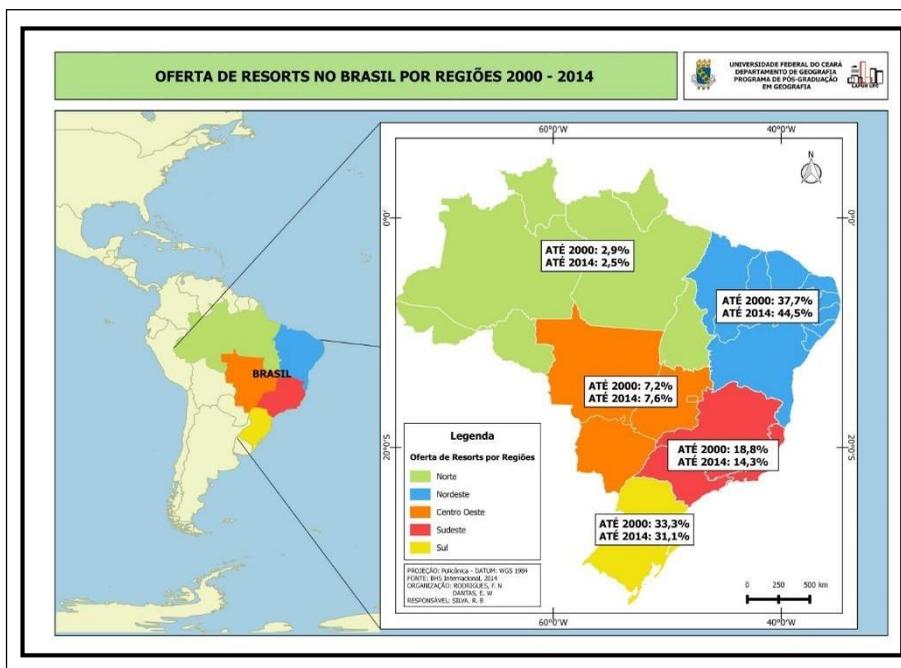
¹⁵ Em 1950 foi criada a Companhia Brasileira de Turismo, substituída posteriormente pela EMBRATUR em 1966, autarquia vinculada ao Ministério do Turismo (MTB), que tem como objetivo programar a Política Nacional do Turismo - PNT.

costa pouco urbanizadas, a política de megaprojetos nordestinas envolveu quatro grandes empreendimentos, o Projeto Parque das Dunas – Via Costeira, em Natal – RN, projeto Cabo Branco – PB, projeto Costa Dourada PE e AL e o projeto Linha Verde - BA. Em todos eles, os respectivos governos estaduais atuaram como protagonista e patrocinaram, através de incentivos financeiros e fiscais, o setor privado, na ampliação da infraestrutura hoteleira local.

Nesse contexto, percebe-se que o turismo gradativamente torna-se importante vetor de ocupação e produção de espaços em especial no litoral do Brasil, país que possui cerca de oito mil quilômetros de litoral, duas mil praias e área emersa de 480.000 km². Espaço que abriga praticamente ¼ da população brasileira e que de acordo com o censo demográfico 2010 do IBGE 26,58% da população concentra-se em municípios situados na zona costeira. Parte significativa dessa população ocupa-se em atividades ligadas diretamente/indiretamente ao turismo, produção/extração de petróleo, gás natural, pesca e serviços que se enquadram dentro da lógica econômica dos municípios.

Nesse sentido, produz-se e multiplicam-se os complexos imobiliário-turísticos, constituindo-se dessa forma numa inovação nos meios de hospedagem, por meio da inserção dos *resorts* no país. Em sua maioria esses complexos turísticos concentram-se no Nordeste e demandam vultuosos investimentos. Esses espaços se caracterizam, primordialmente, pela diversidade de serviços que oferecem no próprio empreendimento para ocupar todo o tempo do turista. Muitos desses empreendimentos situam-se afastados dos centros urbanos tendo alto grau de isolamento entre visitantes e comunidades locais onde se fixam os complexos. Na figura 1, pode-se observar a oferta de *resorts* por região.

Figura 1 – Oferta de Resorts no Brasil por regiões



Fonte BSH Internacional, 2014; Organização: RODRIGUES, F.N; DANTAS, E.W.C e SILVA, R.B.

Os *resorts* apresentam-se como símbolo marcante da evolução hoteleira no Brasil, esses empreendimentos oferecem diversificadas opções de lazer e como mencionado situam-se distantes dos centros urbanos, em locais de interesse turístico, tendo como “pano de fundo” a natureza como atrativo. Busca-se suprir todas as necessidades dos hóspedes dentro do *resort*, estimula-se assim maior tempo de permanência no empreendimento. O ano de 1970 é emblemático no que diz respeito à inserção desses empreendimentos, destaque para o ano de 1989 quando acontece a inauguração do Transamérica da Ilha

da Comandatuba – BA, Club Med de Mangaritiba – RJ e Salinas de Maragogi – AL.

Região Nordeste: Políticas Públicas/Privadas e o Desenvolvimento do Turismo Litorâneo Cearense

O Ceará representa 16% do litoral nordestino e 7% da zona costeira do Brasil, pode-se dizer que não é de hoje que as terras litorâneas cearenses são exploradas, basicamente, pode-se dividir em determinados momentos, nos quais se desenvolve atividades específicas e distintas no período de colonização do país, como o pastoreio, atividade algodoeira, comércio portuário, extrativismo, atividades que mantêm de alguma forma contato com o litoral. Bernal (2004, p.150), afirma que no Ceará, assim como em todo o Nordeste, o urbano resultou do peso da agricultura e da pecuária, que conduziu o processo de organização do espaço, diferenciando-se do que ocorreu no sul e sudeste do Brasil, onde o responsável pela urbanização foi o processo de industrialização. Com o redirecionamento econômico as atenções voltam-se para as práticas de lazer e turismo. Nesse sentido, Madruga (2001, p.30) pontua que,

O desejo de natureza de espaço (imensidão) de lazer e de liberdade levou os homens em direção ao litoral como turista e provocando-os a desejarem instalarem-se nas cidades próximas ao litoral transformando-as pelos seus hábitos e economia cada vez mais litorânea, é o início do processo de litoralização efetiva. Este fato associado a crescente industrialização e o desenvolvimento paralelo de serviços criaram oportunidades de emprego, ocasionando uma intensificação da urbanização ao longo da costa.

No nordeste brasileiro, o turismo litorâneo incidiu-se e consolidou-se; o elemento definidor dessa tipologia turística é o

ambiente natural aqui encontrado. Todos os estados da região são banhados pelo litoral, tendo as capitais ligações direta com o mar, exceto Teresina no Piauí. Somando-se a extensão litorânea de cada estado nordestino tem-se aproximadamente 3.300 km, número que representa quase 50% da porção litorânea do Brasil. Percebe-se que turismo e natureza estão intimamente ligados e os atrativos naturais apresentam-se como um dos principais definidores dos fluxos turísticos.

No Ceará não poderia ser diferente, já que a história não proporcionou rico e farto patrimônio cultural, lugares históricos se comparados aos estados de Minas Gerais e Bahia, dessa forma o turismo volta-se integralmente para a natureza. Coriolano (2002, p.87) aponta que é nítido o predomínio do uso do espaço natural no Nordeste brasileiro como objeto da demanda turística, no Ceará nota-se que a preferência turística recai primeiramente sobre o litoral, seguida das serras e por fim sertão. Na análise de Dantas (2006, p.23) vislumbra-se a importância dada ao turismo no Nordeste, apresentando-se como tábua de salvação para a economia regional, de um lado atende-se uma demanda econômica e do outro política, o autor pontua que,

O litoral nordestino, com adoção de políticas de desenvolvimento, se converte em zona turística, evidenciada na importância econômica atribuída a esta atividade, principalmente nos Estados do Ceará, Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. O turismo se transforma, neste sentido, num poderoso instrumento de poder argumentativo a serviço da Região, notadamente na produção de um fator econômico capaz de salvar a economia regional.

Segundo o autor, no Ceará construiu-se uma imagem turística, obscureceu-se as secas cíclicas, a ideia de “região

problema”, escassez hídrica. O sol torna-se fator benéfico para a região, apresentando-se como reserva infinita para se desenvolver turismo o ano todo, pois o estado apresenta-se próximo à linha do Equador área que incide maior luminosidade, além de encontrarem-se aqui características geoambientais específicas do Polígono das Secas, onde está inserida quase a totalidade do território. Apresenta-se a rigidez do semiárido com poucas alterações nas estações, baixa incidência de chuvas e elevadas temperaturas que variam de 28^oC a 33^oC amenizadas pelos ventos alísios. O sol antes associado ao martírio da seca e da pobreza, ganha por meio do *marketing* turístico nova conotação e passa a ser visto por outro prisma. Trabalha-se assim nova identidade, a partir da revalorização da cidade fazendo com que o sertão abra-se para o mar.

Diante da premissa, podem-se destacar dois quadros simbólicos para o Ceará, o mais antigo fortalece imagens negativas relacionadas ao semiárido nordestino, beneficiando dessa forma a oligarquia algodoeira-pecuarista. O segundo que é recente, destaca-se por colocar em prática novo discurso, apresentando-se o semiárido por outro prisma, relacionando-o a uma virtualidade, constrói-se imagem positiva que dessa vez relaciona-se aos interesses dos empresários inseridos no agronegócio e no turismo (DANTAS, 2002). Produz-se a ideia de que o turismo pode alavancar a economia cearense, a política centraliza-se perante reforma constitucional, melhoram-se os serviços técnicos do Estado, contribuindo para que o governo construa imagem positiva do estado não só em escala nacional, mas internacional.

O Ceará passa a investir em políticas inovadoras voltadas para a atividade turística, destaca-se o Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS) – de 1989, que se apresenta como

pioneiro, cobrindo todo o litoral cearense. O programa é completamente financiado pela esfera estadual, torna-se guia para investidores e indicador para consolidação de programas oficiais de planejamento turístico.

Coriolano (2002, p.68), aponta que o PRODETURIS fragmenta o litoral em quatro regiões turísticas¹⁶, busca-se fomentar condições para aprimorar infraestrutura, acessibilidade, preservação ambiental, instrumentalização dos meios de regulamentação, controle de uso e ocupação do solo além do mapeamento e ordenação físico-territorial de todo litoral cearense, orienta-se assim a implantação de empreendimentos turísticos.

A valorização e os olhares recaem sobre as zonas de praia, que se transformam em mercadoria turística antes mesmo do Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR - NE) de 1992. Esse programa apresenta-se como a primeira política pública de turismo que incide sob os territórios na década de 1990, inspirou-se nos padrões e modelos de turismo internacional, tendo como objetivo promover a estrutura espacial da atividade no Nordeste (BARBOSA; CORIOLANO, 2016).

Cruz (1996, p.266) destaca que o primeiro megaprojeto gerado dentro dessa política no Nordeste foi o Parque das Dunas, via costeira em Natal (RN) no início dos anos 1980; em seguida surge o projeto Costa Dourada que engloba os litorais de Pernambuco e Alagoas; depois vem o PRODETURIS no Ceará e por último, o Projeto Linha Verde no litoral norte da Bahia, todos eles idealizados pelos respectivos governos. Nesse contexto,

¹⁶De acordo com a autora as regiões turísticas I e III do supracitado programa configuram e representam a extensão litorânea que se estende de Caucaia a Icapuí, litoral leste, já as regiões II e IV se estendem de Caucaia a Barroquinha, antigo distrito de Camocim, no litoral oeste.

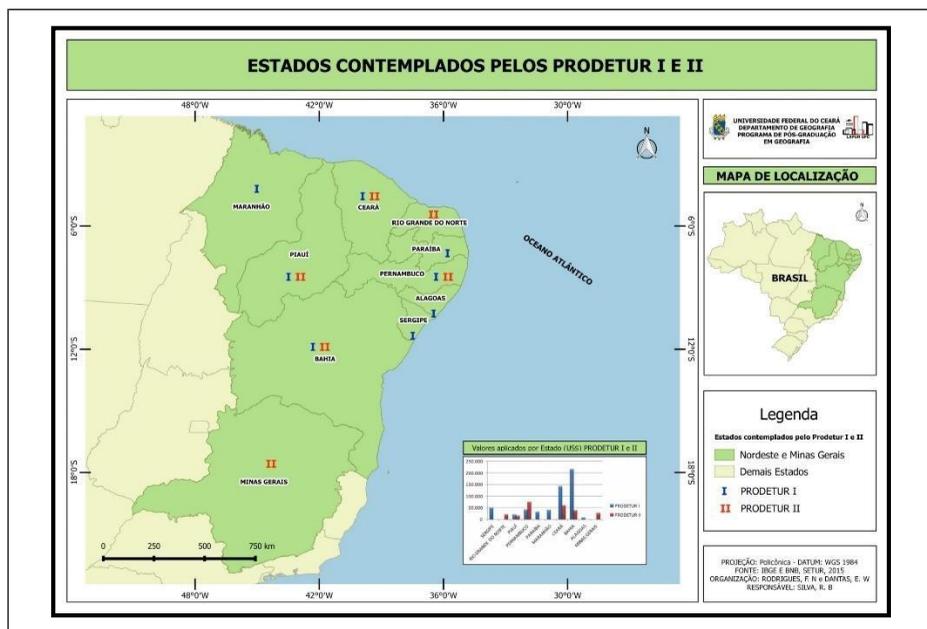
observa-se que o litoral, que antes era definido por Corbin (1989) como “Território do vazio” ganha novos usos e chama atenção pelas cores, pela calmaria proporcionada no ir e vir das ondas, nos ventos alísios permeados de iodo que beneficiam o bem respirar. Dessa forma, imprime-se nova realidade ao espaço litorâneo cearense.

Tanto o PRODETURIS como o PRODETUR são políticas realizadas no período do “Governo das Mudanças” fins dos anos 1980, assim pode-se afirmar que o turismo é introduzido no estado do Ceará gradativamente, nos fins da década citada, a partir dos planos de mudanças instituídos por Tasso Jereissati. Nesse momento passa-se a considerar o turismo como eixo propulsor da economia, antes disso observa-se atividade de pouca relevância, com ações desarticuladas com único objetivo de trazer turistas ao estado sem nutrir preocupação com a macroeconomia estadual. O PRODETUR inicia-se com projeto público federal, financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID e tendo o Banco do Nordeste como órgão executor. Foi instituído em 1991 por meio da Portaria nº 1 de 29/11/91, em ação conjunta entre a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e Instituto Brasileiro de Turismo - EMBRATUR tendo como principal objetivo estabelecer diretrizes para se desenvolver o turismo em escala regional. Segundo Dantas (2006, p.24), o programa volta-se para melhoria da infraestrutura turística (saneamento, transportes, urbanização); implantação de projetos de proteção ambiental e do patrimônio histórico/cultural; capacitação de profissionais; fortalecimento da administração dos estados e municípios da região.

De acordo com o autor na primeira fase entre os anos de 1995 e 2003 direcionaram-se investimentos de 900 milhões de reais para o nordeste, disseminados diferencialmente entre os estados, o maior contemplado foi a Bahia com soma de 300

milhões de reais e o Ceará 160 milhões, totalizando-se um volume de 51% total de recursos. Cabe lembrar que no PRODETUR I todos os estados nordestinos foram contemplados, entretanto, no PRODETUR II por problemas na gestão, nos estados do Maranhão, Paraíba e Sergipe, o mesmo não acontece. De acordo com Araújo (2012) destacam-se na captação de recursos os estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na figura 2 observa-se mapa com a espacialização dos investimentos do PRODETUR I e II.

Figura 2 – Estados Contemplados pelo PRODETUR I e II



Fonte: IBGE, BNB e SETUR, 2015. Organização: RODRIGUES, F.N; DANTAS, EWC; SILVA, R.B.

Nesse contexto, observa-se que o Ceará destaca-se no desenvolvimento do turismo e ocupa posição geográfica privilegiada no contexto mundial, pois se encontra na fachada norte oriental do Atlântico Sul, mantendo maior proximidade com os mercados emissores de fluxos turísticos internacionais, como Europa, Ásia e Estados Unidos, por isso surge o interesse de se articular políticas que se voltem para a atividade turística. O posicionamento geográfico do estado oferece maior competitividade, menor tempo de voo e navegação. De acordo com a Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR, nos meses de janeiro a junho de 2015, apresentou-se aumento de 21% comparado ao ano de 2014 no mesmo período, de turistas estrangeiros via aeroporto e terminais marítimos (Mucuripe e Pecém). Considerando-se os desembarques diretos via aeroporto o aumento foi de 16%¹⁷, já nos terminais marítimos foi de 69%¹⁸. De acordo com o Governo do Ceará em 2016 os investimentos poderiam chegar ao montante de R\$ 65 milhões em campanhas de divulgação para alavancar o turismo em todo o estado e assim atrair mais visitantes nacionais e internacionais. Em 2017 utilizou-se US\$ 367 milhões em financiamentos internacionais para obras de infraestrutura turística como parte do PRODETUR e do Programa de Valorização da Infraestrutura Turística do Litoral Oeste – PROINFTUR.

Nesse contexto, observa-se que o Nordeste centraliza 30% do Produto Interno Bruto (PIB) turístico nacional, são 90 milhões de viagens por ano em todo território nacional, 82% dos visitantes concentram-se nas áreas litorâneas. Em 2014, o estado

¹⁷ Em 2014 entre janeiro e junho somou-se um total de 55.961 desembarques e em 2015 no mesmo período 65.090 atribuindo-se dessa forma o aumento de 16%.

¹⁸ Em 2014 foram 5.497 desembarques de janeiro à junho, no ano de 2015 no mesmo período foram 9.293 desembarques, apresentando aumento de 69%.

ultrapassou os 3 milhões de turistas, em média foram 273 mil estrangeiros, gerou-se renda turística de R\$ 10,9 bilhões para o estado, representando impacto de 11,2% no PIB estadual. Percebe-se dessa forma, que na última década o turismo cresceu e consolidou-se no Brasil, gerando-se três milhões de empregos diretos entre 2003 e 2012; de acordo com o MTUR em 2022 as estimativas convergem para 3,63 milhões de empregos diretos no país. No Ceará nota-se que de 1994 a 2014 o número de turistas via capital saltou de 716.098 para 3.262.259, fazendo com que o turismo impacte cada vez mais o PIB cearense. Em 1995 o impacto do turismo no PIB era de 4% e em 2014 aumentou para 11,2%. Nesse sentido, podem-se destacar alguns equipamentos turísticos que colaboram na consolidação da atividade turística na terra alencarina¹⁹ são eles: construção do novo Centro de Eventos do Ceará, Centro de Convenções do Cariri, os aeroportos de Aracati e Jericoacoara, construção, duplicação, recuperação e sinalização de rodovias em todo o Ceará; obras que caracterizam a política estadual de interiorização dos investimentos realizada na gestão do ex-governador Cid Gomes e continuadas por Camilo Santana, atual governador, tudo em parceria com o Governo Federal (O POVO, 2016).

Em maio de 2018 o Aeroporto Pinto Martins, situado na capital Fortaleza – CE anuncia hub de conexões para Europa, Caribe e Américas. Inicia-se a chegada dos primeiros voos regulares oriundos da Holanda e França via Fortaleza, a localização estratégica do Ceará, facilita as conexões. A GOL empresa aérea em parceria com as europeias, reforça o número de viagens para Natal, Recife, Salvador, Belém e Manaus, dessa forma amplia-se a ligação das demais capitais nordestinas e do Norte do Brasil com Fortaleza por meio de 21 novos voos

¹⁹ Alusão ao escritor cearense José de Alencar.

domésticos e dois mil passageiros a mais por dia, o que representa 60 mil a mais por mês. Descentraliza-se os voos internacionais do Rio de Janeiro e São Paulo para o Ceará, incrementa-se o turismo regional com deslocamento do fluxo de turistas nacionais e internacionais via capital Fortaleza. Na figura 3, vislumbra-se os maiores emissores de turistas para o Estado do Ceará.

Figura 3 – Maiores emissores de turistas para o Estado do Ceará



Fonte: SETUR, 2015; Organização: RODRIGUES, F.N;
DANTAS, E.W.C; SILVA, R.B e MELO, F.J.S.

Dentro dessa dinâmica proporcionada pela atividade turística, vislumbra-se que a procura pelas praias para lazer, veraneio e turismo aumentam e acarreta também a especulação imobiliária. Inicia-se a construção de empreendimentos de grande

magnitude, e a corrida incessante ao litoral imprime impactos. Esse processo típico da modernidade amplia as zonas de ocupação paralela à linha de costa, aumenta-se a intensidade das relações econômicas e socioculturais da sociedade com o mar, consolidando-se dessa forma o processo de “litoralização” (MADRUGA, 1991).

O turismo apresenta-se comprometendo o meio ambiente, notam-se objetivos puramente econômicos, colocando o lucro como prioridade, desencadeia-se violento processo de especulação imobiliária observa-se que o metro quadrado no litoral leste de Fortaleza, capital do Ceará, pode chegar a custar mais de 5.000 reais²⁰. Ocasiona-se assim, supervalorização do solo litorâneo por meio da construção de hotéis, *resorts*, estradas, casas de veraneio, primeiras residências que desrespeitam muitas vezes normas e leis ambientais.

Resorts E O Discurso Empresarial Verde: Marketing Turístico Ou Consciência Ambiental?

Podem-se definir *resorts* como hotéis voltados essencialmente para o lazer, geralmente distantes de áreas urbanas²¹ onde se vislumbra cenários com algum atrativo natural. A localização geográfica desses empreendimentos é diversificada, pode-se encontrá-los em ambientes litorâneos, em locais onde há predomínio do clima tropical ou mediterrâneo, destaque para as ilhas do Caribe onde o fenômeno é mais recente

²⁰ Valor estipulado pelo site: <http://www.zapimoveis.com.br/mapa-de-precos> aos imóveis no Porto das Dunas.

²¹ Vale ressaltar, baseando-se no relatório do BSH Internacional que essa realidade vem se modificando. Já existem resorts que se encontram em grandes centros urbanos, assim como os fixados nas praias, montanhas, próximos a represas, ou seja, esses empreendimentos sempre se instalam em lugares onde existem paisagens naturais e subsídios destinados à exploração do lazer.

e países como Tailândia e Indonésia. Para o MTUR *resorts* são “hotéis com infraestrutura de lazer e entretenimento que dispõem de serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio empreendimento”. Para Coriolano *et al.* (2009, p.113), *resort* significa estância de férias, tendo como características principais arquitetura horizontal, amplo espaço aquático, área de recreação, clube de saúde ou *spa*, ou seja, completa infraestrutura de serviços direcionados aos clientes.

Todas as atividades de consumo concentram-se no *resort*, estimulam-se os hóspedes a permanecerem por maior tempo dentro das instalações do empreendimento, o que é benéfico para o empresário da rede hoteleira, tendo em vista que todos os gastos do turista dar-se-á dentro das dependências do empreendimento, o que ocasiona polêmica, pois dessa forma acredita-se que esses fixos turísticos não geram desenvolvimento local ao se instalarem, pois nada será consumido na comunidade, além de que muitas vezes a quantidade de empregos ofertados para a população local é irrisório. Segundo Coriolano *et al.* (2009, p.113), o problema torna-se maior quando,

O empreendimento faz parte da cadeia hoteleira internacional, pois a segregação é maior, nada sendo investido no local de destino turístico em benefício dos moradores locais. Muito embora, saiba-se que o modo de ser do turismo não se distingue das demais atividades econômicas modernas, portanto, não tem por objetivo satisfazer necessidades humanas e trazer benefícios, mas objetiva atender as necessidades do processo abstrato do automovimento do dinheiro.

Cordeiro (2011, p.363), acrescenta que outro fator importante a se questionar é justamente os efeitos negativos que a atividade ocasiona como a falsa ideia de desenvolvimento local, assim como impactos ambientais tendo como exemplo Caribe,

Cancun, Honduras. Dessa forma, observa-se que esses não são casos isolados, pois o mesmo problema ocorre no Brasil. Os resultados negativos são direcionados às comunidades locais e ao meio ambiente no processo de instalação dos empreendimentos, situação que é regra e não exceção, tendo em vista que a atividade turística apropria-se das paisagens impactando-as, modificando-as para atender o mercado turístico.

No período de instalação e construção, os *resorts* podem ocasionar sérios impactos, esses empreendimentos gradativamente produzem volumes cada vez maiores de dejetos sólidos e líquidos que comprometem a qualidade ambiental do ecossistema litorâneo. Ocupam-se dunas móveis e fixas, no primeiro caso prejudica-se o transporte natural de sedimentos, que em longo prazo pode ocasionar erosão costeira e diminuição do perfil de praia; com o desmonte das dunas, retira-se também a cobertura vegetal do ambiente. Percebe-se que os próprios empreendimentos ao se fixarem na praia atuam como barreiras ao transporte natural de sedimento; aterram-se lagoas interdunares para dar espaço a edificações ao longo da zona costeira, compacta-se o solo diminuindo o grau de permeabilidade. Nota-se que a matéria-prima do turismo que é a natureza, transforma-se em mercadoria e passa a ser consumida pelo capitalismo de forma preocupante, mas observa-se que os empresários passam a ser cobrados pela sociedade, órgãos do governo. Nesse contexto, passam a incorporar nos *resorts* ações que denominamos aqui de eco-sustentáveis²², onde se prioriza em primeira instância a

²² Para compreender melhor esse assunto, sugere-se à leitura da dissertação de Mestrado do autor, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará, cujo o título é: *Turismo e meio ambiente: da inserção dos resorts à (in) sustentável gestão ambiental no Porto das Dunas, Aquiraz/CE.*

racionalidade econômica, seguida de uma sensibilidade ambiental.

Nesse contexto, percebe-se que os *resorts* começam a passar por um processo de transmutação, saindo da condição de “vilões do meio ambiente” a “amigos do verde”. Nota-se que o discurso empresarial verde aponta mudanças e um rumo diferente do modo convencional, onde os empreendimentos inseriam-se anteriormente, agora se tenta obscurecer um passado extremamente poluidor e degradador. As empresas turísticas sinalizam que passam por um processo de transição ideológica, apresentando uma sensibilidade ambiental. Observa-se em alguns resorts, a implantação de Sistemas de Gerenciamento Ambiental (SGA), como no Complexo Beach Park²³, tal sistema apresenta-se como divisor de águas, pois une interesses empresariais e manutenção da qualidade ambiental. Dessa forma, permitem-se avanços no que tange a relação entre meio ambiente e empresa, unindo-se lucratividade e proteção ambiental. Para Albuquerque *et al* (2009.p.71), pode-se destacar que,

Devido a esse cenário, de novos olhares sobre os impactos ambientais causados pelos processos produtivos de toda natureza, que se desenhou nas últimas décadas de forma mais pujante, surgem alertas para os seres humanos quanto à necessidade de repensar o modelo de crescimento econômico. Essa nova perspectiva caminha ao lado da preocupação com a qualidade de vida e preservação do ambiente, que passa a ser uma necessidade social, originando novos conceitos como ecodesenvolvimento, que após alguns anos de evolução resulta no conceito de desenvolvimento sustentável.

²³ O complexo Beach Park fica localizado na praia Porto das Dunas no município de Aquiraz que integra a Região Metropolitana de Fortaleza - CE.

Dessa forma, pode-se afirmar que a década de 1990 é marcada pela mudança de mentalidade do setor empresarial, pois se registra marco inicial de atitudes positivas para com o meio ambiente, mas como destaca Layrargues (2000, p.84), isso não se deu por conta da rigidez da legislação ambiental, e sim porque se vislumbrou oportunidades de lucro ao fundir a dimensão ambiental aos assuntos de lucratividade da empresa, visualizou-se a vantagem competitiva no mercado, notou-se que poderia economizar recursos naturais, energéticos e conseqüentemente diminuir o desperdício e a poluição. Observa-se que em primeiro lugar busca-se reduzir os custos para se aumentar a lucratividade; controla-se a poluição e reduz-se a utilização de recursos naturais e dessa forma vai-se construindo uma imagem positiva para o público o que se apresenta como ferramenta valiosa para o *marketing* turístico de empresas, *resorts* e empreendimentos. Incorpora-se a variável ambiental motivado por uma racionalidade econômica, seguida de uma sensibilidade ambiental.

Segundo Câmara (2009, p.252), observa-se que “cada vez mais as portas do mercado e do lucro se abrem para as empresas que não poluem, poluem menos ou deixam de poluir”, as empresas que continuam poluindo e desprezando os condicionantes ambientais passam por sérias restrições, elas observam que é melhor investir num sistema de gestão ambiental, que amenize os impactos do que sofrer sanções, penalidades, infrações por infringir a legislação ambiental, pois se observa que além da economia de recursos materiais e energéticos, desponta inúmeras vantagens ao vincular-se a imagem do empreendimento com o verde.

Os *resorts* e os empreendedores sabem que o governo é responsável por gerenciar o meio ambiente, no entanto, este não possui condições ou age de má vontade no cumprimento de suas

obrigações. Nota-se claramente que os governos não cumprem com algumas de suas obrigações que envolvem a proteção à natureza. O Estado mostra-se incapaz, ou simplesmente não tem interesse, de programar um eficiente sistema de controle, fiscalização, gerenciamento da poluição, dos impactos e crimes ambientais, assim como o manejo de resíduos sólidos. Nesse contexto, Moraes (2005, p.57), aponta que,

O Estado diante da questão ambiental manifesta uma situação paradoxal: parte de seu aparelho constitui os principais canais institucionais de defesa da qualidade do meio ambiente, outra parte constitui os principais agentes de degradação. A resolução do paradoxo nos remete ao nível de democratização do regime político vigente, enfim ao grau de controle do Estado pela sociedade.

Dessa forma constrói-se uma situação delicada, o governo vivencia esse paradoxo, não cumpre com seus objetivos e age de má vontade cedendo espaço para sugestões e ações das empresas que se apresentam motivadas e dispostas, possuem capital, mão de obra e aparato tecnológico para traçarem projetos de sustentabilidade, tendo em vista que um dos seus interesses é manter a qualidade ambiental, pois este se apresenta como um dos produtos a serem ofertados aos visitantes e turistas.

O objetivo desse trabalho não é condenar as empresas, mas observa-se que a tão sonhada “sustentabilidade” é traçada de acordo com interesses dos *resorts*, empresas turísticas, empresários e não por meio de uma real necessidade que se apresenta à população e meio ambiente local, ou seja, as decisões são tomadas num movimento de cima para baixo. Abriu-se muito espaço para que as empresas decidam e encontrem respostas para os problemas de poluição e dos impactos ambientais, por isso é delicado afirmar que elas passam por um processo de

transmutação, ou que estão em direção à sustentabilidade de fato, porque se observa que as mudanças empresariais são transformações mais de cunho político-econômicas do que uma real conscientização ambiental. A inserção das tecnologias limpas apresenta-se na contemporaneidade ainda de forma incipiente, pois dependem da demanda de um mercado verde em fase de consolidação. As ações eco-sustentáveis só são realizadas quando se sabe que haverá retorno financeiro, seja amenizando gastos, evitando-se multas ou atraindo maior número de consumidores turísticos.

Não se pode negar que os *resorts* apresentam-se como importante ferramenta hoteleira no século XXI, sendo um dos principais vetores para o desenvolvimento do turismo, mas também se apresentam como vilão em decorrência dos impactos no momento de construção e consolidação do empreendimento. É nesse cenário extremamente competitivo que para o *resort* ser ambientalmente sustentável significa estar em sintonia com o meio ambiente e as pessoas, e assim tentar quebrar a imagem de “vilão da natureza”, construindo-se dessa forma uma sensibilidade ambiental nas empresas, por isso a teoria de Layrargues (1998, p.66) é tão coerente, pois afirma que,

[...] todo esse processo discursivo omite o simples fato de que se trata mais de inovações tecnológicas e discursivas para que se mantenha o padrão competitivo no mercado, diante da introdução da nova variável no jogo, do que propriamente uma conscientização dos problemas ambientais.

É necessário analisar por outro prisma e reconhecer que as empresas hoje se preocupam com o meio ambiente, e isso é benéfico e positivo, mesmo que inicialmente apresentem motivações puramente econômicas. Aparentemente, essa

mudança de comportamento nas empresas não é motivada por uma conscientização ambiental, mas pela racionalidade econômica em primeira instância, seguida e por uma sensibilidade ambiental. Layrargues (1998, p.212), acerta ao dizer que ao “contrário do que se afirma o senso comum, não se pode afirmar que ocorreu uma tomada de consciência das empresas para com o meio ambiente, o direito à vida e aos seres vivos”, outro fator que podemos destacar para a mudança de comportamento das empresas turísticas é que se apropriam do “discurso verde” como ferramenta para o *marketing* turístico do século XXI, tendo como objetivo atrair turísticas mais conscientes, críticos para talvez iniciarmos o que Krippendorf (2001, p.174) denomina de “turismo humanizado”, segundo o autor esse seria o caminho a seguir, produzir um turismo centrado no ser humano e no meio ambiente, mas será que essa realidade virá das empresas?

Dessa forma, nota-se que no século XXI, os empreendimentos turísticos que no passado foram considerados vilões do meio ambiente apresentam-se com postura renovada passando por uma fase de transição, assumindo para si a responsabilidade pela qualidade ambiental e redução dos impactos. Entretanto, resta saber se isso parte de uma profunda reestruturação nas empresas e das pessoas que a compõe; e se pode afirmar que o comportamento predatório de fato ruiu e agora o setor empresarial ganha outra conotação a de amigos do verde, que se tornam sensíveis às causas ambientais.

Conclusão

Conclui-se que o turismo é uma atividade que potencializa a economia não só brasileira, mas mundial. Essa atividade consolida-se no país não apenas por fatores como extensão litorânea, altas temperaturas, mas em especial pelas inovações

tecnológicas, melhoria na qualidade de serviços, infraestrutura e investimentos injetados nas regiões do país. O governo tenta por meio de várias estratégias, dar maior notoriedade ao turismo brasileiro, tanto na escala nacional como internacional. Dessa forma, o Nordeste brasileiro emerge como um ponto luminoso para o turismo e muito se deve ao desenvolvimento de políticas públicas direcionadas para a atividade como o PRODETUR/NE. É nesse contexto, que o turismo gradativamente torna-se importante vetor de ocupação, produção e modificação do espaço em especial no litoral.

Percebe-se que os *resorts*, complexos imobiliário-turísticos que se fixam no litoral, em especial no Nordeste, apresentam-se como símbolo marcante da evolução hoteleira no Brasil, pois esses empreendimentos oferecem diversificadas opções de lazer, apropriando-se das belezas naturais como forma de *marketing* turístico.

No Ceará, estado da região nordeste, a preferência do turismo incidiu primeiramente sobre o litoral, seguido das serras e por fim sertão. O turismo apresentou-se como tábua de salvação para economia regional, atendendo uma demanda econômica e política. O estado passa a apostar no turismo inicialmente por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo em Zona Prioritária do Litoral do Ceará (PRODETURIS), logo em seguida tem-se o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR – NE). Dessa forma, observa-se que essas são as primeiras políticas públicas de turismo que incidem sob o território ainda na década de 1990. É nesse contexto que se inicia a inserção de empreendimentos do tipo *resort* no Nordeste brasileiro.

Os *resorts* são empreendimentos voltados essencialmente para o lazer, neles encontram-se serviços de estética, atividades físicas, recreação e convívio com a natureza no próprio

empreendimento. Esse tipo de empreendimento está envolto a polêmicas, pois no momento de instalação e construção ocasionam-se alguns impactos que comprometem a qualidade ambiental do ecossistema litorâneo. No entanto, percebe-se que esses empreendimentos estão passando por processo de transição, saindo da condição de “vilões do meio ambiente” para a de “amigos do verde”. Os empreendimentos estão em busca de obscurecer um passado poluidor e degradador, mostrando-se sensíveis as questões ambientais. Pode-se afirmar que esse comportamento não se apresenta por uma tomada de conscientização ambiental, mas por uma racionalidade econômica e sensibilidade ambiental, seguidos da produção de um *marketing* turístico que tenta atrair turistas mais conscientes e críticos, mas esses fatores se apresentam de forma positiva, pois podem amenizar sensivelmente os impactos, reduzir os teores de poluição e degradação que esses empreendimentos ocasionaram no momento de sua instalação.

Não queremos aqui obscurecer a responsabilidade que esses empreendimentos têm por outrora ocasionarem sérios impactos ao litoral, mas mostrar que se desenvolvem também ações positivas para melhoria da qualidade ambiental. Acredita-se que por meio desse artigo possam-se instigar outras análises que tenham olhar geográfico mais sensível que vislumbre não apenas os impactos e pontos negativos, mas ações que vem sendo realizadas para amenizá-los, mesmo que estas sejam motivadas em primeira instância por uma racionalidade econômica que busca desenvolver um *marketing* turístico pós-moderno que é uma das identidades criadas por empreendimentos turísticos do tipo *resort*.

Referências

ALBUQUERQUE, José de Lima (Org.). Gestão Ambiental e Responsabilidade Social. São Paulo: Atlas, 2009. 326 p.

BECKER, Bertha K. Políticas e Planejamento do Turismo no Brasil. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p.1-7, fev. 2011.

BERNAL, Maria Cleide Carlos. A Metrópole Emergente: A ação do capital imobiliário na estruturação urbana de Fortaleza. Fortaleza: Edições Ufc, 2004. 221 p.

BARBOSA, Luciana Maciel; CORIOLANO, Luzia Neide. Políticas Territoriais de Turismo no Nordeste: o PRODETUR como estratégia acadêmica. Geosaberes, Fortaleza, v. 6, n. 3, p.255-277, fev. 2016.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. Desembarques Internacionais - 2017/2018. 2018. Disponível em: <<http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/estat%C3%ADsticas-e-indicadores/desembarques-internacionais.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TURISMO - MTUR. Turismo decola com centro de conexões em Fortaleza. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/%C3%BAltimas-not%C3%ADcias/11304-turismo-decola-com-centro-de-conex%C3%B5es-em-fortaleza.html>>. Acesso em: 08 out. 2018.

_____. Rita de Cássia Ariza da. Políticas de turismo e construção do espaço turístico litorâneo no Nordeste do Brasil. In: LEMOS, Amália Inês G. de. Turismo: impactos socioambientais. São Paulo: Hucitec, 1996. p. 263-272.

CORBIN, Alain. O território do vazio: A praia e o imaginário ocidental. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 385 p.

CÂMARA, Renata Paes de Barros. Desenvolvimento Sustentável. In: ALBUQUERQUE, José de Lima. Gestão Ambiental e Responsabilidade Social. São Paulo: Atlas, 2009. p. 70-92.

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T.. Do local ao global. 3. ed. Campinas: Papirus, 2002. 160 p.

_____. Luzia Neide M. T. e BANDEIRA, Sylvio Turismo e Geografia: Abordagens Críticas. Fortaleza: Ed. UECE 2005 p. 11 – 162.

_____. Luzia Neide M. T. et al. ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS DO TURISMO COMUNITÁRIO: atores e cenários em mudança. Fortaleza: Ed.uece, 2009. 307 p.

CORDEIRO, Itamar; BENTO, Eloíza; BRITTO, Carlos. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. Caderno Virtual de Turismo, Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.355-369, dez. 2011.

DANTAS, Eustógio Wanderley Correia et al. Nordeste Brasileiro Fragmentado: de uma região com bases naturais a uma de

fundamentação econômica. In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 45-55.

_____. Eustógio Wanderley Correia. A construção da imagem turística de Fortaleza/Ceará. Mercator, Fortaleza, v. 1, n. 1, p.53-60, jun. 2002.

_____. Eustógio Wanderley Correia. "Litoralização" do Ceará: Fortaleza, da "Capital do Sertão" à "Cidade do Sol". In: SILVA, José Borzacchiello da et al (Org.). Litoral e Sertão: natureza e sociedade no nordeste brasileiro. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2006. p. 269-277.

GORINI, Ana Paula Fontenelle; MENDES, Eduardo da Fonseca. Setor de turismo no Brasil: segmento de hotelaria. Rio de Janeiro: Bndes, 2005. 41 p.

KRIPPENDORF, Jost. Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed. São Paulo: Aleph, 2001. 184 p.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Sistema de gerenciamento ambiental, tecnologia limpa e consumidor verde: a delicada relação empresa-meio ambiente no ecocapitalismo. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v. 40, n. 2, p.80-88, abr. 2000.

_____. Philippe Pomier. A cortina de fumaça: o discurso empresarial verde e a ideologia da racionalidade econômica. São Paulo: Annablume, 1998. 234 p.

MTUR, Ministério do Turismo. Panorama do Turismo no Mundo. 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatistica_e_indicadores_Turismo_no_mundo_2013.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Ministério do Turismo. Matrizes de Classificação de Meios de Hospedagem. Brasília: Mtur, 2011. 22 p.

_____. Ministério do Turismo. Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20150807.html>. Acesso em: 06 out. 2015.

_____. Ministério do Turismo. Panorama do Turismo no Mundo. 2013. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/estatisticas_indicadores/downloads_estatisticas/Estatistica_e_indicadores_Turismo_no_mundo_2013.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. Ministério do Turismo. Mais de 6,4 milhões de turistas estrangeiros visitaram o Brasil em 2014. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/dadosefatos/geral_interna/noticias/detalhe/20150807>

.html>. Acesso em: 06 out. 2015.

MADRUGA, Antônio Moacyr. Litoralização: da fantasia de liberdade à modernidade autofágica. 1992. 155 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade de São Paulo - Usp, São Paulo, 1992.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Meio Ambiente e Ciências Humanas. 4. ed. São Paulo: Annablume, 2005. 161 p.

OMT, ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. Panorama OMT del turismo internacional. 2014.

OLIVEIRA, Fernando Meloni de. As políticas de Turismo no Brasil nos anos noventa. Turismo em Análise, São Paulo, v. 19, n. 2, p.177-200, out. 2008.

_____. Secretaria de Turismo do Ceará. Fluxo de turistas estrangeiros é 21% maior que em 2014. 2015. Disponível em: <<http://www.setur.ce.gov.br/noticias/fluxo-de-turistas-estrangeiros-e-21-maior-que-em>>. Acesso em: 22 out. 2015.

CAPÍTULO 6

A CONTRIBUIÇÃO DAS MÍDIAS SOCIAIS COMO ESTRATÉGIA DE COMUNICAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO: UM ESTUDO NO PROJETO GEOPARQUE SERIDÓ/RN

*Almir Félix Batista de Oliveira
Daene Silva de Moraes Lima
Idiamara Nascimento de Freitas*

Introdução

O turismo é uma relevante atividade econômica, impulsionador de emprego e renda no âmbito mundial. No Brasil, a atividade turística vem sendo desenvolvido com o incentivo de estratégias competitivas para alcançar uma imagem consolidada, através do uso de recursos mercadológicos. De acordo com o *World Travel and Tourism Council (WTTC)*, em 2017, o setor representou um crescimento econômico de 4,6% comparado com à economia global de outros segmentos, que cresceu de 3%. O Produto Interno Bruto Mundial gerado pelo turismo foi de US\$ 8,3 trilhões, correspondendo a 10,4%, e gerou 313 milhões de empregos. (Ministério do Turismo, 2018; WTTC, 2018).

Um estudo realizado pela *Oxford Economic*, apresentou um crescimento econômico da atividade turística para os próximos 10 anos, com a prospecção de um aumento em torno de 2,5% do Produto Interno Bruto em 2018, e conforme o crescimento da atividade, pretende-se chegar a 8,2% no ano de 2028. O estudo é analisado com base na atividade econômica gerada por empresas do segmento turístico, podendo destacar empresas hoteleiras, companhias aéreas, alimentos e bebidas, entre outros segmentos empresariais ligados diretamente com o setor, e estima-se um

impulso econômico em torno de 273,3 bilhões de reais. (Ministério do Turismo, 2018; WTTC, 2018).

O rápido crescimento do setor de serviços com o impulso das TICs possibilitou o impulso por atividades de lazer e entretenimento dos indivíduos, e assim, o turismo se posicionou como uma das prioridades econômicas na sociedade pós-industrial. Nos dias atuais, com o avanço tecnológico e as exigências da sociedade moderna, são observadas inúmeras mudanças por meio da contribuição das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), em consequência, relaciona-se diretamente com diversos setores da economia, dentre esses setores, pode citar a atividade turística. As TICs incrementam a experiência do visitante com o local visitado, com o impulso do uso de metodologias e tecnologias inovadoras. (SEBRAE, 2016; Ramos, Mendes Filho e Lobianco, 2016).

Diante da acessibilidade das redes virtuais, como a internet, tornaram-se indispensáveis na vida da maioria das pessoas, e com o advento das mídias sociais, impulsionou a comunicabilidade, de forma que essas ferramentas são responsáveis por importantes mudanças como: reduzir distâncias, manter a comunicação em tempo real, a venda de produtos e serviços e principalmente a divulgação e promoção de destinos. Para Barbalho (2004), a Internet é uma realidade integrada ao cotidiano da sociedade, enquanto para Castells (2003), a internet é um meio de comunicação que permite numa escala global. Portanto, pode-se aludir que a tecnologia se tornou uma principal ferramenta para a atividade turística. Segundo dados disponibilizado Ministério do Turismo (2014), “o uso da internet como fonte de informação cresceu nos últimos seis anos, e se tornou o canal preferido por um terço da população brasileira”.

Com crescimento desenvolvimento da atividade turística no Brasil e no mundo, percebe-se a essencialidade de se reunir

esforços para atingir com êxito a preservação e conservação dos recursos naturais, uma vez que estes são utilizados como matéria prima de diversos setores, do qual pode vir a degradar o meio ambiente. De acordo com Brilha (2002), a natureza é composta por dois elementos, sendo divididos em parte da natureza viva (bióticas) e parte da natureza não viva (abióticas). Estes recursos na maioria das vezes são usufruídos de forma inadequada e imoderada, provocando danos e deteriorações aos lugares e paisagens que as pertencem, tendo em vista que se faz necessária a preocupação com a preservação e a conservação dos recursos naturais. (FREITAS E SILVA, 2017; FREITAS *et al.*, 2017).

Castro, Fernandes e Firmino (2015) aludem que muitos indivíduos deixam de apreciar o valor estético de uma paisagem, como também não assimilam a evolução dos processos geológicos, biológicos e humanos do cenário do qual está sendo observado. Ainda para os autores, a palavra paisagem pode ser conceituado e objeto de estudo de várias ciências, por integrar um conjunto complexo de fenômenos, podendo citá-los como o território físico e imaterial, e assim, contribuindo para identificar e diferenciar de múltiplos territórios. Neste ponto de vista, a paisagem surge como um componente fundamental no desenvolvimento local dos territórios.

O referido estudo tem como objeto de estudo, o Projeto Geoparque Seridó, localizado no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil), em uma região composta por 06 municípios. O Projeto Geoparque Seridó está estruturado na extensão de um tripé econômico baseado na pecuária extensiva, agricultura e mineração, sendo esta última baseada na exploração da *scheelita*, *tantalita*, *berilo* e *cassiterita*. Atualmente, novas atividades estão sendo inseridas na economia local, podendo citar a produção leiteira, a modernização e ampliação da caprino-ovinocultura, a atividade ceramista e o desenvolvimento do setor terciário, com

destaque para o comércio e a diversificação de serviços, destacando a atividade turística no setor de serviços. (Geoparque Seridó, 2018).

A justificativa pode ser descrita como acadêmica e social. No que tange a justificativa acadêmica, pode-se considerar a temática como uma tendência atual, através do uso das tecnologias como estratégia de comunicação e promoção da atividade turística no Geoparque Seridó/RN. Enquanto a justificativa social, envolve a proposta de visibilidade e posicionamento do Projeto Geoparque Seridó/RN à nível local, nacional e internacional, por meio de estratégias de marketing. O estudo é considerado relevante, por contribuir com elaboração da pesquisa, e assim, com o desenvolvimento do Projeto Geoparque Seridó/RN. Diante do exposto, o objetivo do estudo é analisar a contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo: um estudo no Projeto Geoparque Seridó/RN.

Referencial Teórico

Neste capítulo serão abordados os principais conceitos que nortearão a referida pesquisa, através de um aporte teórico, da qual pretende-se analisar a contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo no Projeto Geoparque Seridó/RN. Assim, serão apresentados os seguintes tópicos: Turismo e Geoparques, Projeto Geoparque Seridó/RN: do território à marca turística, e por fim, será apresentado Mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção turístico de base territorial.

Turismo e Geoparques

O conceito de geoparque surgiu no final do século XX na Europa, sendo denominado um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentado, baseada na conservação do patrimônio geológico, associado a outros elementos como o patrimônio natural, histórico e cultural. Esses aspectos contribuem com a melhoria das condições de vida das comunidades e indivíduos que habitam na região, e assim, promovendo os valores endógenos de modo integrado. (CASTRO, FERNANDES E FIRMINO, 2015).

A ideia de geoparques surgiu durante o diálogo de dois geólogos, sendo eles, Nicholas Zouros e Guy Martini, no ano de 1996 no XXX Congresso Internacional de Geologia, na China. Para os mesmos, os geoparques seriam espaços para o desenvolvimento sustentável e incentivo a conservação do patrimônio geológico, por meio de práticas científicas, educativas e turísticas. Nos anos seguintes, pôde-se perceber o avanço dos geoparques no mundo, assim, em 2000, foi criada a Rede Europeia de Geoparques, e em 2004 criou-se a Rede Global de Geoparques (GGN), ambos sob auspícios da UNESCO.

De acordo com Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2018), “as iniciativas nacionais de patrimônio geológico contribuem e se beneficiam de sua participação em uma rede global de intercâmbio e cooperação”. No entanto, há poucos anos, em 17 de novembro de 2015, os 195 Estados-Membros da UNESCO ratificaram a criação de um novo rótulo, denominando-os de Geoparques Globais da UNESCO, isto evidencia o reconhecimento governamental da relevância de gerenciar locais geológicos e paisagens de forma holística. Atualmente a Rede Global de Geoparks conta com 140 geoparques em 38 países.

Dessa maneira, no que corresponde a definição de geoparques, segundo Brilha (2009, p. 28):

Um geoparque é um território, bem delimitado geograficamente, com uma estratégia de desenvolvimento sustentável baseada na conservação do patrimônio geológico, em associação com os restantes elementos do patrimônio natural e cultural, com vista à melhoria das condições de vida das populações que habitam no seu interior.

Com isso, vale salientar que os geoparques possuem como pilares, a educação, conservação e turismo, sendo estes, atrelados ao desenvolvimento da localidade que o circunscreve. São inúmeros os benefícios que estes trazem para a região que está inserido, como: a geração de emprego e diversificação de renda, incentivo à criação de pequenas empresas, produção e venda de *suvenirs* (artesanato local), atividades de lazer e recreação, estímulo ao sentimento de pertencimento da comunidade local para com a sua região e cultura, dentre outros.

Isto está explícito em um estudo realizado por Farsani, Coelho e Costa (2011), realizado em 25 geoparques (vinte e cinco), sendo destes: 20 (vinte) na Europa, 3 (três) na Ásia Malásia Japão e Iran, 01 (um) na Austrália e 01 (um) na América do Sul – Brasil), assim, pôde-se constatar a melhoria e o desenvolvimento da comunidade local, a partir destes. Os mesmos autores, evidenciaram que o envolvimento das comunidades locais em estratégias inovadoras e de geomarketing, tem criado geotours, geoprodutos, geomuseus, geosports, georestaurantes e geopadarias, onde os geoparques tentam promover a economia local e conhecimento público sobre geologia.

Fazendo um paralelo para o território brasileiro, devido sua grande extensão territorial e suas diversidades naturais, o Brasil possui grandes potencialidades para o desenvolvimento de geoparques. Referente a isso, o Serviço Geológico do Brasil-CPRM, criou em 2006 o Projeto Geoparques, tornando-se grande incentivador neste quesito. A respeito do projeto geoparques no território brasileiro, afirmam Schobbenhaus e Silva (2012, p. 19):

O projeto representa importante papel na criação de geoparques no Brasil, uma vez que esse projeto tem como premissa básica a identificação, levantamento, descrição, diagnóstico e ampla divulgação de áreas com potencial para futuros geoparques no território nacional, bem como o inventário e quantificação de geossítios.

Com isso, atualmente o Projeto Geoparques conta com 35 propostas distribuídas por diversas regiões do país, visando a união das práticas educativas, conservação do patrimônio geológico por meio de atividades turísticas, isto, não podendo esquecer do desenvolvimento da localidade. Assim, dentre os vários aspirantes a Geoparques no Brasil, há o Projeto Geoparque Seridó - RN, que será abordado no capítulo seguinte.

Projeto Geoparque Seridó/RN: Do Território À Marca Turística

Antes de elucidar as potencialidades do Projeto Geoparque Seridó, é necessário compreender sobre as riquezas da Região Seridó. Dentre os inúmeros incentivos ao desenvolvimento regional, há o Programa de Regionalização do Turismo, realizado pelo Ministério do Turismo, que resultou na delimitação de cinco polos turísticos no Estado do Rio Grande do Norte, dentre os quais, o Pólo Seridó. “Este pólo é constituído atualmente por nove municípios, sendo eles: Acari, Caicó, Carnaúba dos Dantas, Cerro

Corá, Currais Novos, Florânia, Lagoa Nova, Parelhas e Santana dos Matos”. (MTUR, 2016).

Logo, dentre os nove municípios que compõem o Polo Seridó, seis fazem parte do aspirante a geoparque em questão. Além disso, outro incentivo relevante para o desenvolvimento do turismo local foi o “Polo e Conselho de Turismo, fomentado pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), e Secretaria de Turismo do Rio Grande do Norte entre outras organizações, que criaram em 2004 o Projeto Roteiro Seridó e está integrado ao Programa Territórios da Cidadania do Governo Federal”. (BEZERRA *et al.*, 2013, p. 37).

Assim, o Geoparque Seridó, localizado no Estado do Rio Grande do Norte (Brasil), em uma região composta pelos municípios de Acari, Carnaúba dos Dantas, Cerro Corá, Currais Novos, Lagoa Nova e Parelhas. A soma das áreas que envolvem os 06 municípios do Geoparque Seridó totaliza 2.802 km² e o mesmo possui 16 sítios geológicos inventariados. A implantação de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável, como é o caso de um geoparque, torna-se uma alternativa de geração de renda e emprego para os municípios que estão delimitados no projeto. (Geoparque Seridó). As descrições da caracterização física do Geoparque Seridó, será apresentado no quadro 1:

Quadro 1: Caracterização física do Geoparque Seridó

Clima	Localizado na região semiárida do nordeste brasileiro, com circulação atmosférica influenciada pela Zona de Convergência Intertropical, que atua no verão, e a massa Equatorial Atlântica, que predomina do outono à primavera. De acordo com a classificação climática de <i>Köppen</i> , o clima da área é do tipo BSw'h (quente e semiárido, tendendo a árido), com precipitações pluviométricas irregulares, que ocorrem no período de fevereiro a julho, concentrando-se a maior parte, de março a junho. Caracterizada por temperaturas elevadas, com médias em torno de 27°C (sendo a máxima na casa dos 38°C e a mínima em torno dos 15°C). A umidade relativa apresenta valores que variam entre 59 e 76%.
Vegetação	A vegetação da área é caracterizada pelo domínio da caatinga, que se apresenta com altos índices de xerofilismo, em razão de um clima extremamente rigoroso, de baixos índices pluviométricos e distribuição irregular, constituindo os tipos Hiperxerófila e Subdesértica. Nesta formação vegetal predominam três tipos diferenciados: um estrato arbóreo predominando aroeira, braúna, imburana, pereiro, algaroba e craibeira; um segundo tipo com galhos retorcidos e espinhosos, atingindo até 3 m de altura, descritas como catingueira, faveleira, pinhão-bravo, jurema, oiticica e marmeleiro; e por fim, um estrato rasteiro, a cerca de 50 cm do solo, formado por xiquexique, macambira e palma de espinhos.

Relevo

O estado do Rio Grande do Norte apresenta uma grande variedade de formas de relevo, estando as mesmas esculpidas em rochas sedimentares cretáceas da Bacia Potiguar e terrenos mais antigos do embasamento cristalino, sendo o relevo potiguar caracterizado por dois domínios e uma faixa de transição: Domínio de Mares de Morros, que corresponde aos Tabuleiros Costeiros do Nordeste Oriental; Domínio das Depressões Intermontanas e Interplanálticas das Caatingas, que é constituído, no território estadual, por quatro conjuntos de feições morfológicas principais: superfícies de aplainamento da Depressão Sertaneja; chapadas sustentadas por rochas sedimentares; serras isoladas; e Planalto da Borborema; intercalando esses domínios, existe uma importante faixa de transição morfoclimática, do litoral úmido para o sertão semiárido, denominado Agreste Potiguar.

As feições de relevo regionais presentes no território do Geoparque Seridó estão contidas no Domínio das Depressões Intermontanas e Interplanálticas das Caatingas. As superfícies aplainadas degradadas (R3a2) compreendem um conjunto de padrões de relevos planos e suavemente ondulados, resultante de processos de arrasamento generalizado do modelado sobre diversos tipos de litologias, sendo a unidade de maior extensão na área do geoparque. Estas vastas superfícies aplainadas encontram-se pontilhadas por inselbergs (R3b), que aparecem na paisagem como montes isolados, elevando-se, em muitos casos, centenas de metros acima do piso da superfície regional. Na região leste, onde o geoparque faz fronteira com o estado da Paraíba, encontra-se um conjunto de morros e serras baixas (R4b), com desníveis inferiores a 300 m, que junto com a morfologia

	<p>planáltica (R2b3), mais ao norte, constituem parte do rebordo norte do Planalto da Borborema, representando relevos residuais remanescentes daquele planalto. Em contato com o relevo planáltico, encontra-se a imponente escarpa da Serra de Santana, que representa um relevo de transição entre superfícies distintas alçadas a diferentes cotas altimétricas, apresentando desnivelamento em torno de 400 metros e com deposição de rampas de colúvio e depósitos de tálus na base da escarpa (R4d). A Serra de Santana consiste num platô (R2c), que representa fragmento de uma pretérita superfície de cimeira capeada por arenitos laterizados de idade Neógena da Formação Serra do Martins, com cotas chegando a 750 metros de altitude.</p> <p>No extremo NE da área do geoparque, encontra-se no limiar do domínio planáltico um conjunto de colinas dissecadas (R4a2), com vertentes convexo-côncavas e topos aguçados, com variação de cotas altimétricas entre 30 e 80 metros, em relação ao piso regional, onde por vezes se encontram campos de matacões, indicando uma predominância do intemperismo físico.</p>
<p>Hidrografia</p>	<p>A hidrografia da região é caracterizada por rios intermitentes, que em alguns casos apresentam-se perenizados em função da ação antrópica verificada com a construção de barramentos ao longo dos cursos de alguns rios. A área está inserida na Bacia Hidrográfica Piranhas-Açu, contemplando os rios Seridó, Acauã e Salgado. Na referida bacia destacam-se ainda os açudes Dourado (Currais Novos), Gargalheiras (Acari) e Boqueirão (Parelhas).</p>

Solos	A região é caracterizada por solos que mostram-se, em geral, rasos, com característica pedregosa e fertilidade mediana. Porém, em áreas próximas às margens dos principais rios e no alto da Serra de Santana, apresentam uma maior profundidade, bem como elevada fertilidade. Dentre as principais categorias, destacam-se os Neossolos e os Luvisolos.
--------------	---

Fonte: Adaptado do Geoparque Seridó, 2018.

Desse modo, o quadro acima, demonstra as características geográficas e geológicas da localidade estudada, sendo estas, importantes ferramentas que ligadas aos aspectos culturais e identitários locais, tornam-se únicas e que juntas, são de grande interesse e incentivo ao desenvolvimento através do turismo. Com isso, a relação simbiótica entre turismo e desenvolvimento na região do Seridó é explícita em diversos estudos, sendo esta atividade turística juntamente com o Projeto Geoparque Seridó, incentivada como forma de interiorização do turismo no Estado do Rio Grande do Norte, que prevalece o segmento turístico de sol e praia.

Assim, esta região é rica nos aspectos geográficos, geológicos, culturais e identitários, possuindo fortes potenciais para desenvolvimento de atividades turísticas como: ecoturismo, turismo de aventura, geoturismo, turismo cultural, turismo religioso, gastronômico e outros. Desse modo, no que corresponde aos roteiros turísticos, o estudo da Lucena e Lopes (2011, p. 8), denota os aspectos da região seridoense assim como os benefícios que a atividade turística pode trazer para o desenvolvimento local, enaltecendo as riquezas identitárias locais como através do artesanato e dos bordados e “ os produtos alimentares, integrantes da rica culinária local, como licores, doces, queijos e carne-de-sol. Outros ainda como a cerâmica, a

palha, as redes de dormir, dentre outros, são facilmente comercializados”, sendo isto atrelado a marca “Seridó”.

Ainda de acordo com as autoras supracitadas, como resultado do forte investimento econômico e humano, feito pelo SEBRAE/RN e seus parceiros, para este roteiro, que teve como objetivo redistribuir de uma melhor forma, o desenvolvimento turístico estadual, criando novos produtos que agreguem um maior valor ao destino do Rio Grande do Norte, assim se tornando uma alternativa de interiorização do turismo no Estado.

Outro fator relevante no turismo é a gastronomia local, perpassando sabores e saberes de um povo, através da culinária. No Seridó como citado anteriormente, os produtos alimentares se fazem presentes, tornando-se muitas vezes, fontes de rendas de famílias podendo ser comercializado e saboreado para diversos destinos através do turismo. Assim, visando esse potencial, o Projeto Geoparque Seridó também é incentivador das tradições gastronômicas locais, pois além de ser um incentivo ao desenvolvimento econômico, incentiva também a salvaguardar os costumes de um povo. Isso está em consonância com os dizeres de Damatta (1987), alude que conhecer a gastronomia local é valorizar a cultura da região. Ainda segundo o autor, “cada vez mais é comum o uso da gastronomia como fonte de investigação da identidade de determinada região com o intuito de perpetuar seus hábitos e costumes” (DAMATTA, 1987, p.22).

No que está relacionando a gastronomia, de acordo com Maia et al. (2017), tomando como referência um Geopark Carta Magna, os autores propõem a articulação e viabilização da criação do geofood seridó. Desse modo, para os mesmos autores, este geofood irá fomentar e enaltecer os elementos da bio e da geodiversidade, “se revelando como o fator diferencial para o projeto do geoparque Seridó, produzindo novas alternativas de empregabilidade e economia sustentável dentro da sua

circunscrição territorial, além de ser uma experiência única e diferenciada para os visitantes”. (MAIA *et al.* 2017, p. 396).

Desse modo, como evidenciado, o Projeto Geoparque Seridó no Estado do Rio Grande do Norte, tende a contribuir para o desenvolvimento das localidades, através do turismo, sem deixar de lado as premissas de um geoparque: educação, conservação e turismo.

Mídias Sociais Como Estratégia De Comunicação E Promoção Turística No Geoparque Seridó

Diante desse cenário, vislumbra a importância da vantagem competitiva para impulsionar o posicionamento de Geoparques no Brasil, visto que ainda necessita de incentivos para alcançar a proposta da qual se almeja alcançar. De acordo com Santos e Ribeiro (2016), vantagem competitiva é o conjunto de características que são agregadas e criam valor nos produtos e serviços, e assim, possibilita a competitividade frente aos demais concorrentes, por meio do posicionamento estratégico do que se pretende promover ou divulgar, e assim, contribui com a divulgação de Geoparques como um atrativo turístico.

Importante ressaltar que a tendência europeia do Geoturismo, vem sendo cada vez mais consolidada no Brasil, que busca a conscientização ambiental, por meio da perspectiva de um turismo sustentável, tendo como estratégia a valorização territorial (ambiental e cultural) e a experiência vivenciada. Destarte, que a valorização turística contribui com aspectos educativos e pedagógicos, quando realizadas de forma integrada. (CASTRO, FERNANDES E FIRMINO, 2015).

O Estado do Rio Grande do Norte há um grande potencial para interiorização do turismo, uma vez que dispõe de belezas naturais, podendo citar a fauna, a flora e os elementos da geodiversidade. Um estudo realizado por Freitas e Silva (2017),

apresenta que o Projeto Geoparque Seridó, vem tornando-se responsável pela interiorização do turismo, por meio da contribuição na educação, no geoturismo e na geodiversidade.

Considerando o Projeto Geoparque Seridó, observa-se que uso das ferramentas tecnológicas estão sendo aplicadas para alavancar a promoção, e assim, tornar acessível a comunicação com os agentes públicos, os agentes privados, os pesquisadores, a comunidade local, os turistas, entre outros atores envolvidos no processo de consolidação da imagem do geoparque. As tendências de mercado e as novas tecnologias, possibilitam a compreensão do público que envolvido de forma direta ou indireta no projeto, podendo segmentar aspectos considerados importantes para o desenvolvimento Geoparque Seridó. (VERGEIRO, 2017; SCARAVELLI, 2016).

A implementação de novas tecnológicas, possibilita na otimização no processo cíclico do projeto, e assim, corrobora para grandes tomadas de decisões, com um retorno mais efetivo e em menos tempo. Utilizar as tecnologias da informação e comunicação para influenciar o posicionamento do Geoparque é uma estratégia competitiva, não somente no campo técnico, como também pode-se considerar por meio dos aspectos sociais. (VERGEIRO, 2017; SCARAVELLI, 2016).

Nos últimos anos, de acordo com o Ministério do Turismo (2014), os destinos turísticos brasileiros vêm se adequando ao mercado globalizado, através de um esforço conjunto com as entidades de fomento do *trade* turístico, através de diretrizes e estratégias competitivas para o desenvolvimento do destino. O Projeto Geoparque Seridó, dispõe de mídias sociais, como Facebook, Instagram e um aplicativo Geoparque Seridó, com a finalidade de promover o turismo e os benefícios realizado no mesmo. (FREITAS E SILVA, 2017; FREITAS *et al.*, 2017).

Diante do atual cenário de expansão turística, torna-se necessário desenvolver estratégias competitivas para atrair novos turistas e visitantes nos atrativos turísticos. Dessarte, Scaravelli (2016) afirma que a tecnologia da informação e comunicação contribui com as ações de promoção e marketing. Silva e Mendes Filho (2016) aludem que a tecnologia contribui como uma fonte de inovação, diferenciação estratégica e vantagem competitiva, possibilitando experiências e valor para o turista.

Procedimentos Metodológicos

Buscando analisar a contribuição das mídias sociais como estratégia de comunicação e promoção do turismo do Projeto Geoparque Seridó/RN, quanto ao objetivo do presente estudo, caracteriza-se como bibliográfico, com caráter exploratório e descritivo, que buscar estabelecer os procedimentos necessários para alcançar os dados e o resultado da pesquisa.

Na concepção de Gil (2002), as pesquisas exploratórias “têm como preocupação central identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenômenos”. De acordo com Cervo e Bervian (2007), o estudo exploratório tem por objetivo obter uma nova percepção e despertar novas ideias, que no caso do estudo, é analisar a contribuição das mídias sociais no Projeto Geoparque Seridó/RN.

Assim, no presente estudo tem-se um ensaio teórico, em que o embasamento deu-se por meio de pesquisas bibliográficas em livros, artigos, resumos científicos relacionados com o tema abordado e pesquisas nas mídias sociais do geoparque em questão. De acordo com Cervo e Bervian (2007), a pesquisa bibliográfica busca estudar um problema com base nas referências teóricas publicadas em livros, artigos, dentre outras fontes de pesquisa.

A seguir, serão apresentados os resultados e discussões do estudo. Nessa perspectiva a análise está apresentada com base na pesquisa realizada nas mídias sociais utilizadas pelo Projeto Geoparque Seridó.

Resultados E Discussões

Desse modo, de acordo com a pesquisa realizada, pôde-se perceber as mídias sociais estudadas (Facebook, Instagram, Youtube e o aplicativo do Geoparque Seridó) como importantes ferramentas para a promoção do turismo no Projeto Geoparque Seridó.

Além disso, as mídias sociais encurtam distâncias, principalmente no que tange a turistas em potencial, uma vez que, divulga os recursos naturais, atrativos naturais e culturais existentes na região, isso incentiva-os a conhecer e fazer de fato o turismo, contribuindo para o desenvolvimento da região. Afirma Recuero (2009) que as empresas utilizam as mídias virtuais como estratégia de comunicação, e assim, incentiva o relacionamento de indivíduos que se relacionam por compartilharem do mesmo interesse pelo produto ou serviço. Em relação ao estudo no Geoparque Seridó, o ambiente virtual contribui em focar nas ações, através do Conteúdo Gerado pelo Usuário (CGU), por meio de tendências na assimilação, na coleta e no armazenamento de dados dos usuários. (RECUERO, 2009; CARVALHO, 2016).

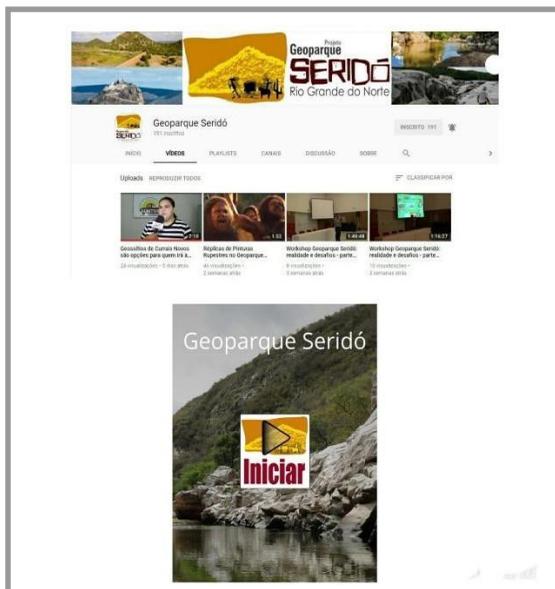
Figura 1: Imagem das Redes Sociais (Facebook e Instagram)



Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

Outro fator relevante que foi constatado na pesquisa, é que nas mídias utilizadas pelo Geoparque, com exceção do aplicativo, difundem as ações de educação, conservação e turismo que atualmente se desenvolve na região que circunscreve o Projeto Geoparque Seridó, promovendo o fortalecimento dos pilares de um geoparque. No que corresponde ao aplicativo, este traz “fotos e textos informativos escritos de forma simples, mas que se repasse dados científicos, curiosidades e aspectos culturais de cada geossítio incluído na proposta do geoparque Seridó”. (Geoparque Seridó, 2018)

Figura 2: Imagem do *Youtube* e Aplicativo do Geoparque Seridó.



Fonte: Geoparque Seridó, 2018.

Importante ressaltar, que o site institucional do Geoparque Seridó, elucida inúmeras informações relevantes. As informações são desde a explicação do que é um Geoparque, as descrições específicas do Projeto Geoparque Seridó, informações turísticas, dados dos municípios que compõem o projeto, até publicações no campo de estudo.

No presente estudo foi evidenciado também que além de divulgar os aspectos geológicos, culturais e gastronômicos locais, são utilizadas nas mídias sociais em questão, uma linguagem acessível ao entendimento de todos, facilitando assim a compreensão e popularizando o conhecimento acerca das

riquezas existentes nos municípios que compõem o Projeto Geoparque Seridó.

Considerações Finais

De acordo com o desenvolver da pesquisa, foi possível perceber de que maneira as mídias sociais estudadas são relevantes para a promoção e popularização do conhecimento acerca das potencialidades do projeto Geoparque Seridó - RN. Além disso, é perceptível que a ênfase dada a divulgação das ações existentes, nos aspectos educativos com os projetos de educação ambiental, conservação da natureza e na promoção do turismo.

Pôde-se constatar também, que estas mídias, são ferramentas relevantes no incentivo a valorização da cultura local para da população local, expondo o quão rico é a região que compõe o aspirante a geoparque, tanto no quesito natural, cultural e quanto social.

As mídias sociais estudadas têm como objetivo disseminar e popularizar o conhecimento geológico, por meio de uma linguagem acessível, estes através de textos, fotos, curiosidades sobre os aspectos culturais. Além de promover o turismo na região do Seridó, essas mídias trabalham a conscientização para a preservação do patrimônio geológico, tanto para o turista quanto para a comunidade local.

Diante do exposto, conclui-se que as mídias sociais são importantes ferramentas tecnológicas para a promoção do Projeto Geoparque Seridó, e para a popularização do conhecimento geológico utilizando uma linguagem acessível a todos os usuários, que facilitam a venda do produto ou destino turístico, sendo a informação transmitida de forma mais rápida e eficaz, através das mídias sociais.

Referências

BARBALHO, C. R. S. Portais eletrônicos: estudo comparativo da oferta em Comunicação. Anais do ENDOCOM – Encontro de Informação em Ciências da Comunicação, XVI, Porto Alegre, 2004. Disponível em:

<<http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/67440666484409199929960898116699121008.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2018.

BEZERRA, S. G.; SILVA FILHO, V. P; OLIVEIRA, W. A.; NASCIMENTO, M. A. L. O desenvolvimento do geoturismo nos geossítios Cânios dos Apertados, Pico do Totoró e Mina Brejuí, Município de Currais Novos, RN. II Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico I Workshop Brasileiro de Patrimônio Geológico Construído, Ouro Preto, Minas Gerais, Brasil, II. Setembro, 2013.

BRILHA, J. B. R. A Importância dos Geoparques no Ensino e Divulgação das Geociências. Revista do Instituto de Geociências - USP, São Paulo, v.5, p. 27-33, Out., 2009.

CARVALHO, G. P. A força das redes sociais. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/artigos/tecnologia/a-forca-das-redes-sociais/99430/>>. Acesso em: 15 de jul de 2018.

CASTELLS, M. A. Galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2003.

CASTRO, E.; FERNANDES, G. P.; FIRMINO, G. Os geoparques como estratégias de desenvolvimento turístico de base territorial. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/308294016_Os_geoparques_como_estrategias_de_desenvolvimento_turistico_de_base_territorial>

e_territorial>. Conferência: Conferência: Inovação, Gestão e Educação em Turismo & Hotelaria, Em Seia, Volume: I, 2015.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia Científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CRUZ, V. et al. Redes sociais como estratégia de marketing turístico: o Facebook e a região norte do estado do Piauí-Brasil. Vol 5, nº 13, dez., 2012.

DAMATTA, R. Sobre o simbolismo da comida no Brasil. O Correio da Unesco, Rio de Janeiro, v.15, n.7, p. 22-23, 1987.

DENCKER, A. F. M. Pesquisa em turismo: Planejamento, métodos e técnicas. 9. Ed. São Paulo: Futura, 2007.

FREITAS, I. N. et al. A importância do turismo para o desenvolvimento de Geoparques. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dia 30 de novembro 1 e 2 de dezembro de 2017.

FREITAS, I. N. et al. O Papel das Mídias Sociais para a Popularização da Geodiversidade e Promoção do Projeto Geoparque Seridó NE. Trabalho apresentado no I Simpósio Internacional de Gestão da Comunicação, Cultura e Turismo (SINCULT 2017), realizado em Salvador, Bahia, Brasil, dia 30 de novembro 1 e 2 de dezembro de 2017.

FREITAS, I. N.; SILVA, N. C. S. O papel das mídias sociais para a promoção do turismo no geoparque Seridó-RN. Anais do XXII Seminário de Pesquisa do CCSA, realizado de 08 a 12 de maio de 2017, no Campus Central da UFRN, Rio Grande do Norte, 2017.

GEOPARQUE SERIDÓ. Disponível em: <<http://www.geoparqueserido.com.br>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

LUCENA, L.; LOPES, R. M. R. Projeto Roteiro Seridó: Novos caminhos e possibilidades que potencializam o turismo no interior do Rio Grande do Norte. *Carpe Diem: Revista Cultural e Científica da FACEX*, v. 9, n. 9, 2011.

MAIA, A. K. O. et al. O geofood como fator identitário estimulador de uma atividade turística sustentável e geoconservadora. *Anais do Simpósio Brasileiro de Patrimônio Geológico e II Encontro Luso-Brasileiro de Patrimônio Geomorfológico e Geoconservação*.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Uso da internet na escolha dos destinos cresce 68%. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/turismo/2014/10/uso-da-internet-na-escolha-dos-destinos-cresce-68>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

RAMOS, A. S. M.; MENDES FILHO, L. A. M.; LOBIANCO, M. M. L. *Sistemas e tecnologia da informação no turismo - Um enfoque gerencial*. Curitiba: Editora Primas, 2017.

RECUERO, R. *Redes Sociais na Internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

WORLD TRAVEL & TOURISM COUNCIL (Conselho Mundial de Viagens e Turismo). *The Comparative Economic Impact of Travel & Tourism*. Disponível em: <<https://www.wttc.org/economic-impact/benchmark-reports/the-comparative-economic-impact-of-travel-tourism/>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

CAPÍTULO 7

TURISMO E EXPERIÊNCIAS COM O SAGRADO EM TERREIROS DE CANDOMBLÉ

*Anderson Pereira Portuguez
Fernando Luiz Araújo Sobrinho*

Introdução

Tratar de qualquer tema referente às religiões de matriz afro-brasileira no seio acadêmico do turismo não é uma tarefa fácil. A diversidade religiosa brasileira é muito grande dentro do universo de manifestações da religiosidade de nosso povo, de modo que podemos enquadrar pelo menos 25 distintas denominações pertencentes ao tronco do que, na literatura especializada, ficou conhecido como “religiões de matriz africana”.

Não há na literatura consenso sobre a amplitude e o significado do conceito de “religiões de matriz africana”. O termo vem sendo utilizado em diversas publicações acadêmicas, mas inspira inúmeras possibilidades de entendimento e aplicação. Originalmente essa expressão surgiu fóruns de discussão dos direitos das CTMA- Comunidades Tradicionais de Matriz Africana durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da **Silva (2003-2010). Foi a partir da promulgação da Lei nº. 12.288, de 20 de julho de 2010, também conhecido como Estatuto da Igualdade Racial, que esse conceito passou a ser mais utilizado em todo Brasil, embora ele anteceda a lei em si. No Art. 24 da referida Lei lê-se:**

Art. 24. O direito à liberdade de consciência e de crença e ao livre exercício dos cultos religiosos de matriz africana compreende:

I - a prática de cultos, a celebração de reuniões relacionadas à religiosidade e a fundação e manutenção, por iniciativa privada, de lugares reservados para tais fins;

II - a celebração de festividades e cerimônias de acordo com preceitos das respectivas religiões;

III - a fundação e a manutenção, por iniciativa privada, de instituições beneficentes ligadas às respectivas convicções religiosas;

Pereira (2014) demonstrou que africanos escravizados de diferentes etnias foram alocados em distintos recantos do território brasileiro. Em cada local os escravizados conviveram com estrangeiros de variadas origens e com grupos indígenas locais, o que resultou em processos complexos de interação social. Como resultado, a cultura regional brasileira foi se moldando e, aos poucos, novas formas de organização religiosa surgiram no Brasil. Essas religiões surgidas no Brasil são genericamente chamadas de religiões de matriz afro-brasileira (PORTUGUEZ, 2015).

Essas práticas religiosas são importantes elementos definidores da cultura nacional, mas o preconceito racial sempre se fez presente em nosso país. São muitos os relatos que denunciam o papel repressor da polícia em relação às comunidades tradicionais de terreiros em todo o Brasil ao longo do século XX. Segundo Portuguez e Daher (2018, p.. 15-16):

Além dos problemas com a polícia, os religiosos enfrentavam ainda preconceitos graves como o racismo, a discriminação de gênero, de orientação de gênero e a exclusão por serem predominantemente pobres. Esse cenário de ameaças fazia parte do dia-a-dia dos candomblecistas e umbandistas da época, que muitas vezes amargavam perdas materiais e morais gravíssimas

devido às perseguições que sofriam. A intolerância religiosa promovida pelo Estado foi oficialmente revogada pelo Decreto Lei nº. 1.202, de 8 de abril de 1939, assinado por Getúlio Vargas, então Presidente da República. Tal fato se deu após atuação decisiva de alguns sacerdotes e algumas sacerdotisas, entre elas Mãe Simplícia (Casa de Oxumare, Salvador). No Art. 39 do Decreto Lei 1.202/39, que dispunha sobre a administração dos Estados e dos municípios da Federação, lê-se no inciso III que os Estados e municípios brasileiros ficaram vedados de “Estabelecer, subvencionar ou embargar o exercício de cultos religiosos”.

Segundo o memorial da Casa de Osumarè, que integra o acervo documental de um dos Candomblés mais antigos e importantes do Brasil, aos africanos e afrodescendentes ficou assegurado o direito à liberdade de cultuar seus divindades (Orixás, Voduns e Nkissis). Entretanto, a repressão e intolerância ao Candomblé já havia se organizado e permaneceu implacável até meados da década de 1970 e, para realizar as cerimônias religiosas, os terreiros precisavam pedir autorização na Delegacia de Jogos e Costumes, pagando taxas elevadíssimas para expedição de alvarás. Esse documento, porém, não oferecia a devida proteção, pois os templos continuaram a ser invadidos pela polícia de forma desrespeitosa e até mesmo violenta. De acordo com os registros da Casa de Osumarè, mesmo após o Decreto de Getúlio Vargas os praticantes do Candomblé continuaram a receber ordem de prisão e os instrumentos sagrados do culto eram depredados, ou apreendidos pela polícia (CASA DE OSUMARÈ: (sd, p.36-37).

Foi somente com as liberdades individuais e coletivas asseguradas pela Constituição Federal de 1988 que, de fato, o Estado brasileiro assumiu uma postura mais

respeitosa para com as comunidades tradicionais de terreiros. Entretanto, tem-se registros na literatura de atuação truculenta da polícia até tempos muito recentes e se levarmos em consideração o todo social, o preconceito com as religiões de matrizes afro-brasileiras ainda é muito substancial e as comunidades de axé se veem ameaçadas por movimentos eugenistas presentes no imaginário coletivo brasileiro (PORTUGUEZ e DAHER, 2017, p. 16).

O desrespeito histórico que a sociedade brasileira praticou para com as comunidades tradicionais de terreiros fez com que os complexos templários buscassem estratégias de sobrevivência e de resistência cultural. Esconder-se em áreas isoladas ou periféricas se tornou o caminho escolhido pela maior parte dos terreiros para que as tradições afro-brasileiras pudessem ser mantidas e vivenciadas pelas comunidades de axé.

No seio dos complexos templários há acervos representativos de interesse cultural: saberes, fazeres, danças, ritmos, instrumentos musicais, utensílios de uso cotidiano, vestuário, formas tradicionais de alimentação, hierarquia de organização social, literatura, arte (pinturas, esculturas, teatralidade) e muitos outros elementos que são traços de uma herança cultural rica, porém quase totalmente desconhecida.

Acreditamos que o turismo seja um caminho para fortalecer os laços identitários entre frequentadores de terreiros de axé de diferentes cidades e, ainda, uma maneira de o público em geral conhecer os espaços sagrados do Candomblé e, assim, desfazerem concepções equivocadas sobre a herança cultural legada pelos africanos no Brasil.

Dessa maneira, o propósito de nossa reflexão é apresentar o Candomblé como importante legado cultural da população negra escravizada, introduzida no Brasil durante o período da

imigração forçada entre os séculos XVI e XIX. Pretendemos apresentar essa religião como expressão de resistência cultural e os templos como espaços interessantes para a prática do turismo religioso.

Para tanto, alguns conceitos importantes nortearam nossas análises. De início, trabalhamos com a concepção de segmentação do mercado turístico e de turismo religioso. Também foram relevantes os conceitos de resistência cultural e de patrimônio cultural para explicar os conteúdos materiais e imateriais dos terreiros nos quais realizamos empiricamente nossas análises.

Para as atividades de campo, realizamos um diagnóstico por meio de observação direta em alguns terreiros localizados nas cidades de Ituiutaba, Uberaba, Uberlândia e Capinópolis, todas elas localizadas na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, no Estado de Minas Gerais. Visitamos ainda um terreiro no noroeste paulista, na cidade de Barretos. Ao todo, 8 templos fizeram parte de nossa pesquisa, todos eles identificados como terreiros descendentes do Axé Osumarè²⁴, cuja casa matriz se localiza em Salvador (BA). Durante essa etapa da pesquisa, os terreiros foram visitados, fotografados, membros das

²⁴ O Axé Osumarè é um dos terreiros de Candomblé mais antigos do Brasil. Foi fundado em Salvador (BA) por um africano conhecido como Babá Tálábi no início do século XIX. Este sacerdote veio como escravizado oriundo da antiga cidade Kpeyin Vedji, localizada a noroeste de Abomey, capital do reino de Daomé, atual República do Benin. De acordo com os registros documentais disponibilizados pela Casa de Osumarè (sd), ele aportou em Salvador em 1795 e se destacou entre os africanos como sacerdote pertencente a uma das mais relevantes famílias ligadas ao culto à Sakpata (Ajunsún) em África. Com o passar do tempo o axé foi se consolidando e muitos iniciados naquela casa fundaram terreiros em outras cidades do Brasil. Criou-se assim, uma ampla rede de terreiros que se ligam à casa matriz por meio de tradições herdadas dos mais antigos e por fidelidade hierárquica.

comunidades foram ouvidos e os projetos sociais das casas foram analisados.

Pretendemos, com esse estudo, contribuir para minimizar o racismo religioso existente na sociedade brasileira e ampliar as possibilidades do turismo religioso, que pode se utilizar dos espaços de axé para promover encontros enriquecedores para os visitantes e, ao mesmo tempo, rentáveis para os anfitriões.

Turismo Religioso E Religiões Afro-Brasileiras

O turismo religioso é um dos segmentos turísticos mais importantes da atualidade. O mercado turístico se diversificou muitos nos últimos 30 anos e a visita a templos de diferentes religiões sempre fez parte dos roteiros nacionais e internacionais mais famosos. Entretanto, a maior parte das visitas turísticas ocorrem em antigas igrejas católicas, o que consolidou uma falsa ideia de que o turismo religioso se dá em espaços cristãos.

De acordo com o Ministério do Turismo (2010), o processo de segmentação do turismo implica em um amplo e detalhado estudo do mercado turístico, no qual a relação demanda-oferta deve ser considerada. Ao se elaborar um produto turístico consumível pelo mercado, deve-se levar em consideração que esse produto deva responder a uma necessidade do consumidor e dos territórios envolvidos, mas que traga em si, uma identidade própria, que potencialize o segmento que se deseja desenvolver.

Olhando por esse ângulo, o turismo religioso se apresenta como um segmento importante, pois a religiosidade e a fé são muitas vezes fatores importantes para se explicar o surgimento, o crescimento e a consolidação de muitas cidades ou locais de interesse de visitação. Em outras palavras, muitos destinos turísticos são marcados por devoções oficiais ou populares de religiões diversas.

De acordo com Pereira et. al. (2008) as origens do turismo religioso são encontradas em antigas manifestações religiosas cristãs (Cruzadas, peregrinação ao túmulo de Cristo, visitas a locais sagrados de Jerusalém e outros) e não-cristãs (como por exemplo a peregrinação anual dos muçulmanos para Meca). Na atualidade, o turismo religioso ocorre de forma bem mais estruturada que em tempos remotos, contando com elevado grau de complexidade operacional e os destinos se tornaram bem mais equipados para a recepção de viajantes. Porém, a fé, a devoção, a caridade, a curiosidade em relação ao sagrado ainda são os elementos motivadores dos fluxos.

Historicamente, a sociedade ocidental sempre demonstrou pouco interesse em conhecer as religiões tribais, tradicionais ou pouco expressivas em relação ao número de fiéis. A maior parte dos destinos de turismo religioso do Brasil, por exemplo, são cristãos e pouco se sabe sobre os espaços sagrados de outras denominações de fé. Uma busca pela internet e bancos de teses também mostrou que os estudos sobre o turismo relacionado ao Candomblé praticamente inexistem²⁵. Acreditamos que parte desse desconhecimento se deve a diversos fatores:

- a) Os terreiros ainda hoje se comportam de maneira bastante discreta, pois temem pela sua segurança, pois ainda sofrem muitas formas de perseguição em nossa sociedade. A intolerância religiosa decorrente do racismo é um fato concreto, de difícil superação.

²⁵ Buscamos informações em diversos periódicos e publicações sobre o movimento de turistas em espaços de religiosidade afro-brasileira e não foi possível encontrar nenhum estudo abrangente e de peso que tratasse do assunto, tampouco trouxesse dados quantitativos sobre a movimentação de turistas nos terreiros. Portanto, restou-nos realizar um levantamento pontual e qualitativo, que nos desse as pistas de como se processa o turismo no seio das chamadas comunidades de axé.

- b) O tombamento de casas de axé como espaços culturais relevantes, como patrimônios históricos, é algo raro e só bem recentemente começou a ocorrer. Dessa maneira, o Estado não se vê como parte integrante da rede de proteção a esses espaços culturais e o mercado não enxerga nos mesmos, potencialidades a serem exploradas.
- c) Embora algumas políticas públicas tenham surgido nos últimos 20 anos para proteger as comunidades tradicionais de matriz africana, há em curso no Brasil fortes correntes contrárias à sua proteção com apoio do Estado, o que afasta o interesse de determinados setores dos ditos espaços comunitários de axé.
- d) Os terreiros se localizam, em sua maioria, em periferias urbanas, áreas de pouco interesse da mídia e ainda menor interesse por parte do *trade* turístico.
- e) Quando se imagina um lugar turistificável pelo turismo religioso, pensa-se logo em construções monumentais, ou de grande nobreza arquitetônica, o que não combina com a aparência de muitos terreiros. Estes possuem construções simples, geralmente bem antigas, sem a sofisticação que se vê em templos de religiões majoritárias. O seu valor cultural não está na monumentalidade de seus edifícios, mas sobretudo nos saberes e fazeres dos religiosos que a casa abriga. Muitos turistas têm dificuldade em lidar com esse fato.
- f) O medo do desconhecido desmotiva muitos turistas, que por não serem da religião dos Orixás, não compreendem os ritos ali realizados. Há todo um imaginário negativo construído historicamente a respeito do culto aos Orixás. A demonização intencional, mentirosa e covarde da Umbanda e do

Candomblé sempre foi um discurso marcante de lideranças religiosas neopentecostais no Brasil e, no passado, a própria Igreja Católica compartilhava desse discurso. Desfazer a imagem negativa imposta aos terreiros não é tarefa fácil.

Entretanto, de forma pouco alardeada e sem o apoio dos agentes de mercado, o turismo religioso existe de fato nos espaços religiosos afro-brasileiros, ainda que incipiente. Infelizmente, o que ocorre é seu desconhecimento, o que, espera-se, se modifique em futuro próximo. Após uma breve pesquisa que realizamos em redes sociais e entrevistas informais com membros de 8 terreiros localizados em Minas Gerais e São Paulo, pudemos ter uma noção de como se processa o turismo religioso relacionado ao Candomblé. Vejamos:

- a) Em Salvador (BA) e no Recôncavo Baiano, encontramos algumas das casas de axé mais antigas do Brasil, que datam da primeira metade do século XIX. Muitas delas já foram tombadas como Patrimônio Histórico dos municípios onde se localizam, ou do Estado da Bahia ou mesmo Patrimônio Histórico Nacional. Destacam-se o Axé Gantois, o Axé Oxumarê (foto 1), o Opo Afonjá, o Axé Tumba Jussara, Axé Bogun, entre muitos outros. Todas essas casas recebem milhares de visitantes todos os anos e inclusive muitas delas possuem protocolo de visitas e eventos.



Foto 1: A Casa de Osumarê é tombada como Patrimônio Histórico pelo IPHAN e é um dos pontos turísticos mais importantes de Salvador (BA), sobretudo para os apreciadores da cultura afro-brasileira.

Fonte: <http://www.casadeoxumare.com.br/>.

- b) Em São Luiz, onde encontramos importantes tradições religiosas afro-brasileiras, encontram-se 3 das casas mais antigas e emblemáticas das tradições de terreiro no Brasil: A Casa das Minas (fotos 2 e 3), a Casa Nagô e a casa Fanti Ashanti. A casa das Minas, segundo Verger (2012), foi fundada pela rainha do Dahomé (Atual República do Benin), que para lá foi levada no final do século XVIII como escravizada. A casa das Minas funcionam como templo de culto aos Voduns, mas atualmente abriga apenas atividades culturais e ritos do catolicismo popular. A casa Nagô se destinava ao culto dos Orixás e atualmente cumpre as mesmas funções sociais da casa das Minas. Por fim, a casa Fanti-Ashanti, que é da segunda metade do século XX, ainda funciona como um espaço de culto Mina-Nagô.

Fotos 2 e 3: A Casa das Minas é um dos templos religiosos mais antigos do Brasil. Dedicado ao culto dos Voduns da família real do Reino de Dahomé, atualmente é apenas um centro cultural e museu. Localiza-se em São Luiz (MA). Fonte: Acervo de A. P. Portuguese (2014).

- c) No Rio de Janeiro e em São Paulo, encontramos uma grande quantidade de casas de diversas raízes baianas, onde as tradições são mantidas e, algumas delas, são tidas como referências de resistência da cultura religiosa afro-brasileira. É, por exemplo, o caso do Axé Batistini, Axé Pantanal, Axé Parque Fluminense, Alto de Logun Edé, Axé Pavuna, Axé Yami Ypondá, Opo Afonjá Rio de Janeiro, Axé Ojú Onirè, Axé Labure, entre muitos outros. Todas essas casas são importantes pontos de encontro de sacerdotes e seguidores de todo o Brasil e as festas religiosas são muito concorridas. Em algumas festas é possível contar mais de um mil pessoas no interior do complexo templário, sendo que muitas delas são oriundas de outras cidades e Estados da Federação.
- d) Em praticamente todas as cidades médias brasileiras e nas capitais de Estado e no entorno de Brasília, existem casas de Candomblé que são importantes referências

regionais para a religiosidade afro-brasileira. Mesmo em cidades pequenas existem casas de axé e isso mostra a grande dispersão territorial ocorrida nos últimos anos. Portuguese e Daher (2017) estudaram os processos de dispersão territorial do Candomblé de raiz Ketu no Brasil entre a década de 1950 e o tempo presente. O texto desses autores aponta alguns aspectos que explicam o surgimento de cidades consideradas referências para o Candomblé Ketu no nosso país, o que explica o movimento de religiosos para nelas praticarem o turismo religioso em casas de axé.

- e) Os cultos tradicionais africanos vêm crescendo no Brasil e isso tem despertado o interesse de muitos brasileiros conhecerem o Benin, Gana, Togo, Guiné, Nigéria, Moçambique, Angola e Congo. Esses países africanos são os locais de onde vieram a maior parte dos seres humanos escravizados que trabalharam no Brasil. Desses países, destacam-se Nigéria e Benin, em cujos territórios vivem o povo Yorubá, detentores dos saberes tradicionais do culto a Ifá. Esse culto genuinamente africano é um dos que tem mostrado maior expansão no Brasil e envolve diretamente a viagem de muitos sacerdotes de África para o Brasil (figura 1), inclusive introduzindo aqui, importantes centros de tradições Yorubá, como é o caso do templo Oduduwa, no Estado de São Paulo, maior referência no Brasil das tradições religiosas africanas.



Figura 1: Folder de divulgação dos serviços sacerdotais de um importante sacerdote (Olowo) nigeriano.

Fonte: <https://www.facebook.com/babaifadapo>

- f) Muitos candomblecistas, em busca de compreender as origens do Candomblé, também têm viajado para África para fins de estudos, turismo cultural, participação em ritos religiosos e missões culturais (figura 2). Infelizmente o valor das viagens turísticas para a África Ocidental ainda é muito elevado, podendo ultrapassar os R\$20 mil por pessoa, para períodos de uma semana.



Figura 2: Folder de divulgação da viagem de sacerdotes do Axé Oxumare ao Benin em 2017. Fonte: <https://www.facebook.com/casadeoxumare/>.

- g) O sistema de expansão das casas de Candomblé no Brasil obedece a uma determinada hierarquia familiar, de forma que uma casa nasce de outra mais antiga, da qual a linhagem sacerdotal se originou (quadro 1). Dessa maneira, as redes de templos de mesma origem familiar costumam compartilhar viagens e festividades, o que faz deslocar grande quantidade de viajantes ao longo do ano, para que os membros das casas ascendentes e descendentes possam acompanhar o calendário litúrgico das demais comunidades de terreiros.

Quadro 1: Linhagem de ascendência e descendência da família Àse Tobi Odé Kole (Uberaba, MG).



Fonte: Acervo do Axé.

Não sabemos ao certo o que tudo isso significa em termos econômicos, pois a academia brasileira simplesmente desconhece o universo religioso afro-brasileiro no que se refere aos movimentos de pessoas, de recursos e financeiros decorrentes das viagens que motivam. São temas intrigantes e estimulantes, que esperamos, possa despertar o interesse de estudantes em futuro

próximo. Mas surge dessa discussão um questionamento: o que se vê quando se realizam viagens para conhecer terreiros de Candomblé? Vale a pena discorrer um pouco mais sobre isso.

Algumas Possibilidades Para O Uso Turístico Do Terreiro De Candomblé.

Os terreiros não precisam, necessariamente, ser construídos de forma semelhante ou com padrões arquitetônicos pré-estabelecidos. Dessa maneira, cada complexo templário é único, com características, dimensões e organização também únicas. Dessa maneira, por mais que o visitante já conheça outras casas, sempre haverá novidades:

No caso do Candomblé, [...] é comum encontrarmos variações na forma de ocupar o espaço templário, pois cada casa também tem suas especificidades e ainda deve seguir certa tradição mantida pelas casas “matrizes de axé”, ou seja, os terreiros mais antigos (ou tradicionais). Para algumas casas, são necessárias determinadas árvores sagradas (jaqueira, cajazeira, amoreira, akoko, gameleira, sete-copas, dracenas e outras). Para outras com mais disponibilidade de espaço e recursos, criam-se oficinas de olaria artesanal, oficinas para forja de ferro e utensílios cotidianos, museus, salas de movimentos sociais e outros. Também é prudente esclarecer que as condições topográficas também podem influenciar na distribuição das áreas de rituais e de uso coletivo nos complexos templários. Como se tratam de comunidades muito simples, desprovidas de grandes posses, é comum adequar a construção da casa aos desníveis do terreno, sendo mais raros os casos de emprego de técnicas de construção sofisticadas (PORTUGUEZ, 2015, p. 37).

Nos terreiros de Candomblé pode-se visitar a edificação em si, com o propósito de conhecer o que a casa possui como legado cultural. Entretanto, o Candomblé costuma ser seletivo em relação aos espaços visitáveis, pois para adentrar em determinados recintos, uma série de condições podem ser exigidas (banhos de purificação, defumações e outros). Há locais de extrema sacralidade no complexo templário, onde apenas alguns membros mais graduados na hierarquia religiosa podem adentrar. Mesmo assim, as áreas visitáveis são ricas em informações e as festas públicas dedicadas aos Orixás são consideradas alegres, fartas, coloridas e emocionantes.

Uma questão precisa ser compreendida: a visita ao terreiro proporciona o conhecimento de determinados aspectos da religiosidade e do complexo templário em si e em nada se relaciona com possíveis participações em rituais religiosos. Alguns terreiros possuem, por exemplo: memoriais, pequenos museus, lojinhas, áreas de convivência, salas de trabalhos manuais, relicários, espaços verdes, hortas, criações de aves, bibliotecas e outros. Podem ainda possuir salas e quartos para a acomodação de visitantes.

Caso os turistas desejem participar de eventos ritualísticos, isso deve ser combinado com os dirigentes da casa, pois a visita turística em si não possui esse propósito.

Geralmente, no caso do Candomblé, as festas públicas são os momentos nos quais o rito e o lazer se mesclam, proporcionando ao turista uma experiência religiosa bastante singular. É ainda nas festas dedicadas aos Orixás que as famílias de uma mesma linhagem de ascendência/descendência se visitam e isso gera uma operação complexa para receber, acomodar e alimentar os visitantes.

A organização de uma festa sagrada envolve planejamento, divisão de tarefas, relação fornecedor-comprador, movimentação

financeira, prestação de serviços e outras atividades conhecidas dos turismólogos especializados em eventos. Estamos falando de:

- a) Aluguel de vans ou ônibus para o transporte dos visitantes vindos de outros terreiros ou cidades;
- b) Organização do acolhimento e hospedagem em hotéis ou no próprio terreiro,
- c) Produção de alimentos dentro do complexo templário para grande número de pessoas;
- d) Compra de mantimentos nos mercados local e regional, manuseio, preparação e conservação de alimentos;
- e) Aquisição de tecidos e aviamentos para a produção de roupas de uso ritual;
- f) Importação de insumos africanos necessários ao ritual. Eventualmente, contratação de costureiras para a produção dos enxovais;
- g) Compra de materiais para a decoração da casa ou contratação de serviços de tal natureza;
- h) Aquisição de passagens aéreas para sacerdotes e convidados, assim como realização de translados, contratação de serviços de taxi, mototaxi e uso do transporte coletivo;
- i) contratação de serviços de segurança, garçons, salão de beleza, agências de locação de veículos, uso de serviços bancários e outras;
- j) Soma-se a isso, os gastos com água, energia elétrica, gás, taxas públicas, etc.

Em outras palavras, as festas dedicadas aos Orixás costumam movimentar diversos setores da economia nas cidades, tanto no mercado formal, quanto no informal. No quadro 2 podemos ver o exemplo do Axé Oloribin, localizado em

Ituiutaba, MG. Trata-se de um terreiro de médio porte²⁶ (entre 50 e 100 membros), com calendário festivo ainda em consolidação e que atende aos fiéis de uma cidade de médio porte.

Quadro 2: Axé Oloriginbin (Ituiutaba, MG). Calendário de festas dedicadas aos Orixás em 2018.

Festas*	Data	Orçamento	Público total	Turistas**
Festa de iniciações	Janeiro/2018	13.500,00	100	10
Festa de Ogun e Oxossi	Abril/2018	R\$23.000,00	150	10
Ajodun t̄Babalorisá - Festa de Oxalá	Agosto de 2018	30.000,00	200	65
Olubajé	Setembro/2018	10.000,00	120	25
Festa dos Erês	Outubro de 2018	900,00	100	5
Yabás	Dezembro/2018	11.000,00	100	10
Total	xxx	78.400,00		125/ano

**Como o terreiro ainda se encontra em período de consolidação, a casa não realiza duas festas típicas do Candomblé, que passarão a*

²⁶ De acordo com o Babá Kekerè (segundo sacerdote na hierarquia da casa) do Axé Oloriginbin, o terreiro é o maior templo de Umbanda e Candomblé de Ituiutaba e possui cerca de 60 adeptos. Esse corpo mediúnico é considerado de médio porte e o calendário litúrgico ainda não está totalmente implantado. A casa é nova, possui 5 anos de funcionamento e o período de maturação da mesma ainda levará mais 2 anos.

fazer parte do calendário em 2019: Festa de Xangô e Iansã e Festa das Águas de Oxalá.

*** Registros apenas das festas de calendário. A casa recebe visitantes todos os sábados para os ritos de Umbanda e nas quartas feiras para ritos de consulta ao jogo de búzios. Há ainda programações específicas para visitas escolares e de grupos de estudantes universitários.*

Fonte: Axé Olorigin: Acervo documental, 2018.

O exemplo citado no quadro é pontual, mas dá pistas do quão importante é a movimentação financeira desses templos por ocasião de suas comemorações religiosas. Há festividades sagradas em templos maiores onde somente o *buffet* chega a ultrapassar a marca dos R\$35.000,00. Nas fotos 4 a 7 se vê imagens inerentes ao calendário litúrgico do Axé Olorigin:



Foto 4: Axé Olorigin (Ituiutaba, MG): Festapública em homenagem às Yabás (Orixás feminas) em novembro de 2016.



Foto 5: Axé Olorigin (Ituiutaba, MG): Os serviços de alimentação constituem parte importante da festa. Tudo preparado para que os visitantes tenham a melhor acolhida possível.



Foto 6: Axé Olorigin (Ituiutaba, MG): Decoração da festa. Na imagem, o bolo comemorativo dos 7 anos de iniciação de um fiel.



Foto 7: Axé Olorigin (Ituiutaba, MG): Festa de Oxalá (2018). Foto dos visitantes das cidades de Uberaba (MG) e Barretos (SP). Os fiéis do Candomblé constituem o público alvo do turismo religioso em terreiros.

Além das festas, os terreiros têm desenvolvido uma série de atividades que despertam o interesse dos visitantes: oficinas de dança afro²⁷, oficinas de culinária étnica, oficinas de turbantes e maquiagem para negros e negras, oficinas de arte para produção de brinquedos e objetos de decoração com motivos afro-brasileiros, oficinas de tranças e penteados afros, percussão e musicalidade, entre muitos outros exemplos. Geralmente essas atividades são realizadas nos terreiros, mas são planejadas e executadas na forma de projetos de extensão de universidades que possuem pesquisa sobre a identidade religiosa afro-brasileira. Esses projetos culturais e de parcerias para a promoção dos

²⁷ Segundo Pereira (2014), trata-se de um adjetivo utilizado para designar um determinado conteúdo identitário de alguma forma associado à África ou à cultura negra em geral.

terreiros como espaços culturais têm se tornado cada dia mais comuns em todo o Brasil. Na foto 8 pode-se ver uma oficina de culinária sagrada oferecida por integrantes do Axé Tobi Odé Kole como parte da programação de um evento acadêmico da Universidade Federal de Uberlândia em 2016.



Foto 8: Oficina de culinária sagrada. Congresso Étnico-Racial da FACIP/UFU, novembro de 2016. Fonte: Acervo de A. P. Portugal, 2016.

Como se vê, os terreiros abrem ampla possibilidade de estudo e de trabalho para profissionais do turismo, pois mostraram-se como importantes espaços de manutenção de traços culturais historicamente pouco valorizados. Movimentam grandes somas

financeiras em suas atividades, o que tem chamado a atenção do mercado para atender suas necessidades.

É preciso, entretanto, superar o preconceito e as limitações pessoais para que o espaço terreiro possa ser utilizado de forma mais efetiva e produtiva, proporcionando, inclusive, agregação de renda para as casas de axé, que muitas vezes são mantidas pelos fiéis com muito esforço e pouco reconhecimento.

Considerações Finais

Como resultados da pesquisa, pode-se observar que o terreiro assume diferentes e importantes papéis para as comunidades de axé. Dessa maneira, para pensar os terreiros como possíveis espaços turísticos, há que se considerar sua funcionalidade originária, que não pode ser perdida ou pervertida.

O terreiro é um importante espaço de celebrações festivas, o que pode interessar bastantes ao turismo, desde que os visitantes estejam dispostos a interagir com as comunidades receptoras e se comprometam em se comportar adequadamente dentro do espaço sagrado.

O terreiro é, por excelência, lugar de acolhimento, de vivências, onde se pode entrar em contato com símbolos, signos e representações de mundo no complexo templário. Mas também se deve lembrar que o terreiro é território de resistência cultural, da militância política e de afirmação identitária. Visitar o terreiro, portanto, é mais que simplesmente ir ver o lugar em si. Implica em uma experiência humanizadora que ampliam os valores civilizatórios de nossa sociedade, que ainda hoje é marcada por posturas racistas e elitistas.

Nessa perspectiva, observamos que de fato há a possibilidade de pensarmos o terreiro como espaços receptores de grande importância para o turismo religioso, dado seu patrimônio étnico-cultural e experiência pedagógica que pode proporcionar.

Ao contrário do que se reafirma cotidianamente nos estereótipos preconceituosos sobre as religiões de matriz afro-brasileira, nos terreiros, além de encontro com o sagrado, é possível conhecer todo um modo próprio de viver e se organizar em comunidade, além de musicalidade, gastronomia tradicional, estilos de vestuários, artesanato, linguagem e decoração, entre outros elementos próprios da cultura africana e sua ressignificação no Brasil.

Diante de tudo isso, o templo religioso passa a ser vista como algo mais amplo, pois as práticas que comporta espraiam-se para toda a densidade cultural do grupo receptor e atinge o turista, afetando-o, e sendo por ele afetado.

Referências

BRASIL - CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Decreto-Lei nº 1.202, de 8 de Abril de 1939*: Dispõe sobre a administração dos Estados e dos Municípios. Rio de Janeiro: Diário Oficial da União - Seção 1 - 10/4/1939, p. 8.113. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1202-8-abril-1939-349366-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acessado em 29 de janeiro de 2018.

CASA DE OSUMARE. *A casa de Osùmàrè*. Disponível em: http://www.casadeoxumare.com.br/images/livro/livro_oxumare.pdf. Acessado em 29 de janeiro de 2018.

CHRISTOFFOLI, Ângelo Ricardo. *Turismo e religiosidade no Brasil: um estudo dos discursos da produção acadêmica brasileira, 2007*. Tese (Doutorado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale de Itajaí, Balneário Camboriú, SC, 2007.

HAESBAERT, Rogério. *Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo*

cultural à essencialização das identidades). In: ARAÚJO, F.G.B.; HAESBAERT, R. (Orgs.). *Identidades e territórios: questões e olhares contemporâneos*. Rio de Janeiro: Access, 2007, p. 33-56.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Segmentação do turismo e o mercado*. Brasília: MinTur, 2010.

PEREIRA, M. I. C. *Linguagem do cotidiano em tendas, comunidades, fraternidades centros e barracões de Candomblé, Umbanda e outros Cultos de raiz afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2014.

PEREIRA, T. M. et. al. Turismo religioso: análise e tendências. In: V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte: 25-26 agosto 2008. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/5/107.pdf>. Acessado em 22 dez. 2018.

PORTUGUEZ, A. P. *Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2015.

PORTUGUEZ, A. P. *Espaço sagrado e ritos iniciáticos na tradição dos Candomblés de raiz Ketu*. Ituiutaba: Barlavento, 2017.

PORTUGUEZ, A. P. *Contos de uma África mítica: a educação pela oralidade nas religiões de matriz afro-brasileira*. Ituiutaba: Barlavento, 2018.

PORTUGUEZ, A. P., SOBRINHO, F. L. A. *Espaço sagrado, fé e ancestralidade de uma comunidade umbandista de Capínópolis*. Ituiutaba: Barlavento, 2018.

PORTUGUEZ, A. P., DAHER, V. R. C. Entre a tradição, a modernidade e o mito do retorno às origens: os movimentos de des/re/territorialização do Candomblé Ketu entre 1950 e o tempo

presente. In: PORTUGUEZ, A. P., ARAÚJO, L. F. de, ENOQUE, A. G. (orgs.). *Meu povo de fé: olhares sobre a religiosidade popular no Brasil*. Ituiutaba: Barlavento, 2018, p. 14-48.

SOCIEDADE CULTURAL E RELIGIOSA ILÈ ALAKETU ÀSE BABÁ OLORIGBIN. **Plantando axé**: do lugar sagrado ao espaço da militância e da resistência cultural. Ituiutaba: Barlavento, 2016.

VERGER, P. *Orixás: Deuses Iorubás na África e no Novo Mundo*. 2 ed. São Paulo: Corrupio/Círculo do Livro, 1985.

_____, *Notas sobre o culto aos Orixás e Voduns na Bahia de Todos os Santos, no Brasil e na antiga costa dos escravos, na África*. São Paulo: Edusp, 2012.

TURNER, J. *Sociologia: conceitos e aplicações*. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

CAPÍTULO 8

IDENTIDADE LOCAL ILHÉU E TURISMO EM FERNANDO DE NORONHA (PE)

Miguel Ângelo Portela Pinheiro

Introdução

Fernando de Noronha é um arquipélago composto por 18 ilhas, ilhotas e rochedos, situado a cerca de 3 graus abaixo da Linha do Equador estando no largo da costa do nordeste brasileiro, a 545 km de Recife (PE), 345 km de Natal (RN) e 4900 km da costa africana. A ilha principal, que dá nome ao conjunto insular, é a única a ser habitada e possui 18,4 km², enquanto o arquipélago inteiro compreende área aproximada de 26 km².

Esse território é o objeto de estudo deste artigo, cuja análise será realizada através de uma perspectiva crítica. Será abordado especialmente como o turismo ocorre e é percebido pela população ilhéu, bem como a formação da identidade local e suas idiossincrasias, inerentes à vivência em um espaço isolado, díspar e de ocupação restrita pela legislação ambiental.

O arquipélago se divide em duas unidades de conservação: um Parque Nacional e uma Área de Proteção Ambiental. É um delicado ecossistema, sendo o único conjunto insular oceânico brasileiro que experimentou longa e densa ocupação humana. As ilhas oceânicas são ambientes extremamente frágeis e suscetíveis a desequilíbrios ecológicos causados por fatores exógenos, o que enseja a rigorosa proteção legal.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, na tentativa de melhor compreensão das complexas questões socioambientais envolvidas. O caráter descritivo deste trabalho se justifica

especialmente pela vivência local do autor em Fernando de Noronha. Portanto, a metodologia utilizada se deu pela observação participante direta como pilar investigativo do artigo, que foi complementada pela consulta de aporte bibliográfico para referenciar as constatações e impressões obtidas *in loco*.

Fernando de Noronha

A história da ocupação de Fernando de Noronha auxilia no entendimento do que ocorre hoje naquele ambiente, sendo relevante fazer um breve resgate histórico local. Primeiramente, insta registrar que o arquipélago se originou de um vulcão que se tornou inativo, sendo insculpido pelas erosões eólica e marinha na ínsula que se conhece atualmente (Teixeira *et al*, 2003).

As ilhas oceânicas são ambientes remotos complexos extremamente sensíveis à influência de fatores externos. Estes ecossistemas são independentes, porém mínimas interferências no seu equilíbrio podem ocasionar danos ecológicos irreversíveis. Por esta razão, a pressão antrópica nestes territórios têm se mostrado nefasta e os transtornos causados têm origens principalmente na ocupação humana (Soto, 2009).

Fernando de Noronha é um exemplo de ilha oceânica assolada por impactos antrópicos. Os mais de quinhentos anos de ocupação do arquipélago geraram uma gama de questões ecológicas de prima importância. Em suma, o arquipélago foi conhecido em 1503 por uma expedição portuguesa, sendo ocupado definitivamente dois séculos depois, quando serviu de colônia correcional e sofreu ocupação militar até meados do século XX, período em que mais de 90% de sua vegetação foi desmatada (Silva, 2007).

Segundo Soto (2009, p. 332), o que determina o destino do ambiente ilhéu são os “*parâmetros geográficos antropófilos*”, que são as circunstâncias que facilitam a ocupação humana nesses

locais, tais como praias próprias para atracação, fontes de água doce, alimentação, clima afável, terra fértil e arável. O arquipélago já atendia grande parte dos parâmetros supracitados em 1503, o que intensificou impactos antrópicos nos séculos subsequentes. A pista de pouso local foi construída após a implosão de um morro, sendo este um marco para facilitar o acesso à ilha oceânica que se consagrou como a mais impactada dentre as existentes no Atlântico Sul Ocidental (Soto, 2009).

Diante deste histórico e de pressões internacionais pela conservação ecológica, foi criada a Área de Proteção Ambiental (APA) de Fernando de Noronha, em 1986. Dois anos depois, foi instituído o Parque Nacional Marinho (PARNAMAR-FN). É necessário frisar que a APA é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, que visa primariamente atenuar os impactos do processo de ocupação humana, conservar a biodiversidade e promover a sustentabilidade dos recursos, conforme é enunciado na Lei nº 9.985/2000 (Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC).

Assim, o critério utilizado para delimitar a área da APA foi a inclusão das áreas de ocupação humana mais densa. Toda a região habitada da ilha principal está inserida na APA, o que corresponde a 30% da área do arquipélago. Já o PARNAMAR-FN engloba cerca de 50% da ilha principal, todas as ilhas e rochedos secundários, além da área marinha, até onde a isóbata atinge 50 metros no entorno de quase todo arquipélago, compreendendo uma área de 112,7 km² (Teixeira *et al*, 2003).

O SNUC disciplina que os Parques Nacionais têm o objetivo de preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e notável beleza, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de ecoturismo. Estas unidades de conservação de proteção integral

são de posse e domínio público e não permitem áreas particulares dentro de seus limites. É permitida a visitação nos parques em concordância com as normas estabelecidas no Plano de Manejo da unidade pelo conselho e órgãos gestores (Brasil, 2000).

Fernando de Noronha atende a esses critérios especialmente por ser uma ilha oceânica, local isolado e muito sensível, onde pequenas alterações ecossistêmicas podem gerar grandes problemas ecológicos, daí ser estritamente necessária a sua proteção para manutenção da diversidade biológica. No entanto, a proteção ambiental prevista em lei não evita que diversos impactos negativos continuem ocorrendo, ao passo que também exerce grande pressão sobre a comunidade local.

Dificuldades Para Os Ilhéus

Fernando de Noronha, mesmo com sua configuração atual em unidades de conservação, sofre com vários problemas de ordem ambiental. O saneamento básico na ilha é extremamente deficitário e a coleta de lixo ocorre em intervalos irregulares, acumulando despejos que atraem animais. O lixo é acumulado em um terreno próximo à Praia da Cacimba do Padre e enviado para Recife (PE), onde é tratado. Porém esse processo sofre com anos de atraso, ocasionando o acúmulo de toneladas de lixo na ilha e a produção de chorume que contamina o solo.

A questão hídrica em Noronha também é um grave problema, pois não existem fontes de água doce à exceção do Açude Xaréu, que não atende à demanda local, e a água mineral é muito cara. Com isso, grande parte dos ilhéus consome água dessalinizada, o que tende a gerar prejuízos para a saúde em longo prazo, pois, mesmo com tratamento, a água ainda apresenta alto teor de sal. As usinas de dessalinização também não solucionam

o problema da disponibilidade hídrica, pois os moradores passam por períodos de falta de água.

Estas usinas e quase toda a matriz energética da ilha são movidas a diesel, o que também é um grave problema, pois é uma fonte suja. A grande dependência desse combustível fóssil para o suprimento de água e eletricidade é uma contradição com a proposta de uma unidade de conservação. Mesmo os veículos elétricos que existem na ilha são recarregados nas tomadas pela energia vinda do diesel.

Em 2014 foi instalada a primeira usina de energia solar em Fernando de Noronha. No entanto, sua representatividade é ínfima frente ao consumo total, já que corresponde somente a 4% deste montante, além de ter como finalidade principal abastecer somente a vila da Aeronáutica, repassando somente o excedente da energia gerada ao restante da ilha (Folha de São Paulo, 2014).

Diante de todo o cenário ilustrado nesta exposição, nota-se que os parâmetros geográficos antropófilos em Fernando de Noronha geraram uma série de históricos impactos negativos. Paralelamente, também colaboraram para a consagração do espaço como um destino turístico.

Análise Crítica Sobre A Vivência Ilhéu E O Turismo No PARNAMAR-FN

Com o fim dos governos militares e a criação do PARNAMAR-FN, o fenômeno turístico chegou em caráter definitivo, tornando-se a principal atividade socioeconômica da ilha. O aumento da demanda pelo ecoturismo e o isolamento psicológico proporcionado pelo ambiente insular constituem grandes atrativos para turistas de todo o mundo (Soto, 2009).

A APA de Fernando de Noronha foi uma engrenagem fundamental ao processo, pois toda a infraestrutura que atende ao

turismo se baseia nos limites desta unidade de conservação, um território historicamente ocupado. A vivência ilhéu é inapelavelmente capilarizada pelo turismo, de modo que falar do turismo no PARNAMAR-FN está intrinsecamente ligado a falar da própria vivência em Fernando de Noronha.

Segundo Silva Jr. (2003), antes da criação do PARNAMAR-FN 1988, só havia três meios de hospedagem na ilha; 1 hotel e 2 pousadas, com capacidade de 120 leitos. Já em 2003, esse quadro tinha se alterado substancialmente, com disponibilidade de 1260 leitos distribuídos em 4 hotéis e 108 hospedarias familiares. O autor resume, em linhas gerais, o processo que tem ocorrido desde 1988:

O aumento da demanda pelo ecoturismo em unidades de conservação, a beleza cênica natural das ilhas e a grande divulgação do Arquipélago na mídia nacional e internacional fizeram com que o número de turistas e a população residente se multiplicassem em Fernando de Noronha desde a criação do Parnamar-FN (SILVA JR, 2003, p. 336).

O fenômeno das hospedarias familiares no arquipélago é um exemplo de como o turismo afeta o cotidiano noronhense pós-abertura da ilha. Este sistema de hospedagem consiste em famílias ilhéus que disponibilizam quartos de suas casas para turistas, haja vista a pequena e encarecida oferta de leitos na ilha. Porém, através de depoimentos dos próprios moradores, é sabido que muitas famílias deixam de utilizar quartos para liberá-los para visitantes, frequentemente apinhando-se no mínimo de cômodos possível. Este fato é agravado pela não-permissão das autoridades para construção de novos imóveis ou cômodos na ilha, visando conter a pressão sobre o solo que é uma área protegida. Atualmente é possível observar que os números de hotéis,

pousadas e hospedarias familiares aumentaram em relação aos dados levantados por Silva Jr. em 2003.

Além dos meios de hospedagem, a infraestrutura turística também experimentou aumento substancial com mais restaurantes, bares, barcos, lojas de *souvenirs*, serviços e veículos. Sobre este último item, é importante observar que o aluguel de veículos bugres é uma dos pilares do *trade* turístico na ilha, o que traz prejuízos óbvios para o ecossistema. Estes danos são agravados pelo combustível diesel já citado anteriormente.

As mudanças socioeconômicas em Noronha também se refletiram no número de habitantes da ilha. Se em 1988, a população residente era de 1500 pessoas (*ibid.*), este número chegou a 3.705 moradores em 2010, último levantamento oficial realizado pelo IBGE. Entretanto, informações indicam que os números atuais já superam em muito a última contagem:

Administração da Ilha [...] e a Assessoria de Imprensa do Distrito informou que o setor de Controle Migratório contabiliza 4.500 pessoas. A Companhia Pernambucana Saneamento (Compesa) [...] indica que a companhia atende a 5.000 usuários nos chamados “períodos normais” e que na alta estação, como em julho de 2016, a Compesa abasteceu 8.000 pessoas (incluindo visitantes) (MARINHO, 2016, *online*).

Sobre estes dados, é relevante diferenciar os moradores permanentes dos temporários: estes últimos são, em geral, pessoas com vínculo empregatício com as instituições presentes na ilha como o ICMBio, a Administração Distrital ou as empresas privadas do *trade* turístico. Em 2010, haviam em Fernando de Noronha 2.605 moradores permanentes e 1.100 temporários. Quando um temporário completa 10 anos de moradia na ilha, ele pode pleitear a condição de morador permanente, o que lhe

concede o direito de viver na ilha sem a necessidade obrigatória de um vínculo empregatício.

Lima (1998, p. 9) afirma que

Noronha foi, e ainda é, um espaço mapeado pelo processo sutil de segregação. [...] [A] geografia da ilha é invisível ao primeiro olhar e o seu traçado apenas é conhecido para quem se torna parte integrante do espaço insular.

De fato, este é um fenômeno observável no tecido social insular, pois a maioria dos moradores permanentes têm a renda bastante cerceada pelo alto custo de vida no arquipélago e os cargos operacionais que geralmente ocupam, mormente relacionados ao turismo. Existe uma minoria de habitantes permanentes em boa situação financeira, mas geralmente são moradores temporários que foram morar na ilha a trabalho para preencher cargos administrativos ou empresários do ramo hoteleiro.

As restrições para construção e adaptação também fazem com que muitos ilhéus vivam em habitações que poderiam ser classificadas como comunidades carentes em grandes metrópoles. Com efeito há moradores que residem em *bunkers* de guerra, instalações construídas pelos estadunidenses no período em que ocuparam a ilha, durante a Segunda Guerra Mundial. Em contrapartida, muitos dos moradores temporários vivem em alojamentos cedidos pelos seus empregadores, o que concede a essa parcela da população uma condição menos gravosa frente ao alto custo de vida na ilha, direcionando gastos para outras áreas, podendo ter uma qualidade de vida mais elevada.

Outrossim, Fernando de Noronha tem se notabilizado como um destino turístico elitizado. Os altos valores cobrados pelas 2 companhias aéreas que operam na ilha e pelos meios de hospedagem, além da cobrança da taxa de preservação ambiental

(TPA) limitam bastante o número de pessoas que podem arcar com os custos de uma viagem ao arquipélago. O alto custo de vida ilhéu também é influenciado pelo isolamento geográfico da ilha, pois toda a mercadoria que chega à ilha o faz, em regra, por barco ou avião, o que gera tributos extras sobre o produto. Porém o turismo de elite também é um fator neste inflacionamento, assim como para a perda de controle sobre os recursos locais e estrutura do poder local (Souza; Vieira Filho, 2011).

Os fatores expostos anteriormente levam o noronhense a ocasionalmente demonstrar um sentimento ambíguo pela sua terra. Enquanto a natureza é motivo de orgulho e a qualidade de vida é elevada em relação aos grandes centros urbanos, peculiaridades como infraestrutura deficiente, falta de água, alto custo de vida, cerceamento da ocupação do solo e pressões advindas da conservação ambiental e do turismo se tornam fontes de frustração para o morador, especialmente aquele que vive no local há um longo período.

Estas mazelas criam um paradoxo próprio de ilhas remotas, onde a paisagem paradisíaca contrasta com a dificuldade em habitar no local. Estes extremos são qualificados pelos moradores como “euforonha” e “neuronha”, que representam a euforia e neurose simultâneas, produzidas pela vivência no arquipélago.

Um dos potenciais impactos que o turismo também pode causar em uma localidade remota como Fernando de Noronha é a supressão e descaracterização da identidade local. Segundo Souza e Vieira Filho (2011, p.8),

A construção da identidade cultural insular está relacionada com a oposição ao outro, ao que não é da ilha, provocando uma reação contra a invasão dos novos migrantes, e oposição às restrições impostas pelas áreas protegidas, que limitam suas atividades tradicionais como a pesca e a agropecuária.

Todavia, na qualidade de “ilhéu temporário” em Noronha, foi possível a este autor observar que a identidade cultural local é, de certa forma, difusa e imprecisa. Teixeira *et al* (2003, p. 18) afirmam que “*sem desconsiderar o sentimento nativista existente [...], não se pode negar [que] tanto no passado quanto no presente [...] Noronha configura-se como uma terra de migrantes*”.

Com a abertura da ilha e a as proximidades geográfica e política com Rio Grande do Norte e Pernambuco, respectivamente, muitos moradores destes estados se mudaram para a ilha e naturalmente trouxeram suas culturas locais. O maracatu é uma das grandes expressões culturais da ilha, especialmente com a formação do grupo ilhéu Maracatu Nação Noronha. Mas a atividade turística fez com que mesmo essa manifestação se realize basicamente em função do próprio turismo.

Pode-se inferir que a grande identidade local noronhense, além das peculiaridades do viver insular, é a conservação ambiental. Esta parece ser a grande consonância dos diversos discursos coletivos ilhéus, uma vez que as últimas gerações pós-abertura da ilha cresceram sob a égide da proteção ambiental como forma primordial para manutenção da vivência naquele espaço.

São bastante comuns as atividades lúdicas de educação ambiental com as crianças da ilha, tanto pela intenção de incutir uma consciência ambiental nos ilhéus mirins, como pela falta de opções de entretenimento inerente ao local isolado. Iniciativas do gênero ocorrem com alguma frequência, especialmente nos períodos de férias escolares, quando os pais estão ainda mais atarefados com a alta temporada do turismo na ilha.

Outros fatores que influenciam em uma identidade local difusa é a ocupação recente e a impossibilidade de se poder nascer

em Fernando de Noronha. O governo proíbe novos nascimentos no local e o principal motivo alegado é falta de infraestrutura no hospital local. Por isso, quando uma moradora está grávida e a data do nascimento se aproxima, a administração da ilha providencia para que ela seja enviada para Natal (RN) ou Recife (PE), onde deve ter o bebê para, só então, poder retornar à ilha.

Os ilhéus mais jovens apresentam uma tendência de adotar costumes dos visitantes, o que supostamente afetaria o legado da vivência local tradicional. Mas como é possível saber se isso já não é o processo natural em uma terra que é historicamente caracterizada por uma cultura híbrida construída pelas idas e vindas de migrantes brasileiros e estrangeiros?

Este é um impacto bastante difícil de ser mensurado, porém Souza e Vieira Filho (2011) identificam moradores remanescentes do período militar que descrevem a exposição do arquipélago a fatores externos como uma ameaça ao estilo de vida e cultura noronhenses. No entanto, a mesma pesquisa também contemplou moradores que consideram o turismo como uma forma de perpetuar a cultura ilhéu, com as suas lendas e festas, e fortalecer o sentimento de pertencimento da comunidade à ilha.

Como é possível observar, não há um discurso harmônico sobre a identidade local, exceto quando se trata das características de se viver em uma ilha remota e da sua conservação ecológica.

O turismo pode contribuir positivamente com a proteção ambiental, especialmente através da vertente do ecoturismo. Em Fernando de Noronha, a grande maioria dos moradores depende da atividade como fonte de renda, direta ou indiretamente.

É fato também que os ilhéus não experimentaram outra realidade após o fim do período militar. O isolamento geográfico, psicológico e informacional inerente ao arquipélago tornou o turismo uma atividade bastante celebrada pelos próprios moradores, conforme expõe a pesquisa de Souza e Vieira Filho

(2011), onde mais de 90% dos moradores entrevistados têm uma percepção positiva sobre o turismo na ilha.

Insta ressaltar que essa impressão é facilmente corroborada em conversas com moradores. O pequeno território também mitiga (mas não extingue) a exacerbação de fenômenos como a bolha turística de isolamento entre habitantes e visitantes. Ademais, as relações entre o turismo e as comunidades costeiras insulares ainda carecem de estudos, pois configuram cenários complexos que envolvem o histórico de ocupação humana, conservação ambiental e culturas locais únicas pelo seu isolamento.

Considerações Finais

Fernando de Noronha possui vários predicados que justificam a sua configuração em área protegida dividida em duas unidades de conservação: uma Área de Proteção Ambiental e um Parque Nacional Marinho. Sítio de grande beleza natural e biota única são algumas destas qualidades. Ademais, a ocupação humana impactou gravemente o pequeno e sensível território insular, sendo primordial a sua proteção e conservação. Neste sentido, o turismo pode ser um vetor para a sensibilização ambiental, uma vez que um Parque Nacional tem a visitação como premissa.

Nas últimas décadas, o arquipélago tem se consolidado como um consagrado destino ecoturístico. Atividades lúdicas envolvendo educação e interpretação ambiental configuram maior parte dos atrativos locais, como trilhas e mergulhos. A dinâmica do turismo se entrelaça com o cotidiano insular e a atividade tornou-se a grande fonte de renda da comunidade local.

Essa interação, que está no âmago da vivência noronhense, traz à tona diversos sentimentos, contraditórios e pendulares, de

amor (“euforonha”) e ódio (“neuronha”), e questões acerca da identidade e cultura locais, conservação ambiental e aspectos socioeconômicos da população ilhéu. Existe um número considerável de escritos sobre o turismo e a natureza noronhenses, porém é preciso também analisar as perspectivas da comunidade ilhéu. Este é um debate que carece de maior apreciação acadêmica e esta exposição, assim sendo, visa um pequeno preenchimento desta lacuna.

Referências

BRASIL. Decreto-Lei nº 9.985, 18 de julho de 2000. Estabelece o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC. Brasília, DOU de 19/07/2000.

FOLHA DE SÃO PAULO. Fernando de Noronha ganha primeira usina de energia solar, 19 jul. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2014/07/1488266-fernando-de-noronha-ganha-primeira-usina-de-energia-solar.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2018.

LIMA, J. C. da R. Mumbecos e haole, afinal, quem somos, os de Noronha? Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002 (ensaio).

MARINHO, A.C. Qual a população de Fernando de Noronha?, 09 set. 2016. Disponível em: fonte: <http://g1.globo.com/pernambuco/blog/viver-noronha/post/qual-populacao-de-fernando-de-noronha.html>. Acesso em 11 jul. 201

SILVA, M. B. L. e. Fernando de Noronha: cinco séculos de história – Coleção Cadernos Noronhenses - vol. 1. Recife: CELPE, 2007.

SILVA JR., J. M. da. Parque Nacional Marinho de Fernando de Noronha: uso público, importância econômica e proposta de manejo. In: Simpósio de Áreas Protegidas: Conservação no Âmbito do Cone Sul, 2. *Anais*. Pelotas: 2003.

SOTO, J. M. R. Ações Antrópicas Negativas nas Ilhas Oceânicas Brasileiras. In: MOHR, L. V.; CASTRO, J. W. A.; Costa, P. M. S.; ALVES, R. J. V. (Orgs.). *Ilhas Oceânicas Brasileiras: da Pesquisa ao Manejo - Volume II*. Brasília: Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas, 2009.

SOUZA, G. M. R. de; VIEIRA FILHO, N. A. Q. *Impactos socioculturais do turismo em comunidades insulares: um estudo de caso no arquipélago de Fernando de Noronha-PE*. Observatório de Inovação do Turismo, v. IV, p. 1-18, 2011.

TEIXEIRA, W.; CORDANI, U. G.; MENOR, E. de A.; TEIXEIRA, M. G.; LINSKER, R. *Arquipélago Fernando de Noronha: O Paraíso do Vulcão*. São Paulo: Terra Virgem, 2003.

CAPÍTULO 9

TURISTIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE BELÉM-PA

Cleber Augusto Trindade Castro
Maria Goretti da Costa Tavares

Apresentação

O turismo é uma das principais opções adotadas para a dinamização dos territórios do patrimônio cultural, selecionando, adaptando e comercializando a visita aos espaços das áreas centrais urbanas, patrimonializados e utilizados enquanto espaços turísticos. A partir desses pressupostos, analisamos os processos de turistificação do bairro Cidade Velha, parte do Centro Histórico de Belém-PA, procurando compreender como esses processos têm contribuído à produção do espaço desse bairro.

Aliamo-nos ao debate teórico e prático para políticas de gestão do patrimônio cultural urbano, para a elaboração de alternativas de modelos de desenvolvimento do turismo e de apropriação desse patrimônio. Torna-se evidente, a partir do que tem ocorrido no Centro Histórico de Belém, que a turistificação territorial do patrimônio cultural ocorre por meio de múltiplos processos de apropriação e uso dos elementos culturais patrimonializados, por múltiplos agentes sociais.

A despeito do que se pode imaginar, “patrimônio cultural” e “espaço turístico” não possuem uma existência *a priori*, como elementos dados, prontos a serem apropriados, usados e compreendidos como tais. Pelo contrário, entendemos que é por meio de um jogo de decisões, interesses, simbolismos e ações políticas que os espaços urbanos, ou pelo menos parte deles (especialmente, para esta pesquisa, suas áreas centrais antigas)

vem sendo revalorizados, reconstruídos e ressignificados, por meio de estratégias que visam à preservação e ao uso de aspectos materiais e imateriais desses espaços.

A patrimonialização e a turistificação, enquanto processos socioespaciais, têm contribuído significativamente para a produção do espaço urbano, abrangendo conflitos de interesses exógenos às áreas e as dinâmicas sociais locais, resultando, diversas vezes, em políticas concebidas sem eficiência para atender demandas dos agentes locais.

Assim, as reflexões estabelecidas nesse texto foram mediadas por um estudo de caso no bairro Cidade Velha, em Belém-PA, como aplicação e contribuição à construção teórica da turistificação. Durante o trabalho de campo, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com representantes dos quatro grupos de agentes sociais da turistificação: turistas, Estado, mercado e residentes.

Portanto, apresentamos inicialmente uma síntese das características que conceituam o processo de turistificação, destacando os agentes sociais que atuam diretamente nesse processo. Posteriormente, expomos análises do processo de turistificação do bairro Cidade Velha, que contém parte do Centro Histórico de Belém, demarcado como patrimônio cultural da cidade.

Turistificação: Processos E Agentes Sociais

É possível remeter-se a atividades e relações humanas ligadas ao deslocamento de pessoas e estruturas, que permitem dizer que, em vários tempos históricos pretéritos, a viagem esteve presente nas sociedades. No entanto, estamos aliados aos diversos autores, entre eles Krippendorf (2001), Barretto (2003) e Figueiredo (2010), para abordar o turismo enquanto atividade que

tem suas características estruturadas em tempos modernos, relacionando-a com o desenvolvimento do capitalismo e as mudanças sociais, econômicas e espaciais ocorridas a partir do século XIX.

No entanto, entendemos que somente com as condições tecnológicas (entre elas os transportes, e os meios de comunicação) e as condições sociais (como ganhos de tempo livre do trabalho e férias remuneradas) dispostos naquele período é que essa atividade, que hoje entendemos como turismo, pôde desenvolver-se.

Portanto, o turismo implica nas práticas e nas experiências proporcionadas por viagens de ida e volta a um lugar diferente daquele a qual o turista pertence, predominantemente ligado à atividades de lazer, ainda que as vezes o deslocamento seja realizado no contexto de atividades profissionais.

Nos discursos oficiais de agentes do Estado e da oferta de produtos turísticos está presente a ideia de que o turismo é uma atividade com grande capacidade de ganhos econômicos, como geração de emprego e movimentação financeira no lugar que recebe fluxos turísticos. No entanto, Sinclair e Stabler (2009) destacam que o modo como essa atividade ocorre, na verdade, pode ter o efeito de perdas econômicas para o local, sobretudo os modelos de desenvolvimento turístico pautado nas empresas do sistema comercial global ou hábitos de consumo que priorizam insumos (produtos) vindos de fora do local.

Nesse contexto, Lefebvre (1974, p. 221) relaciona o desenvolvimento da atividade turística ao desenvolvimento do modo de produção capitalista do espaço, dizendo que,

[...] com a indústria do ócio, o capitalismo tem se amparado nos espaços deixados vagos: o mar, a praia, a alta montanha. Tem criado uma indústria nova, uma das mais potentes: a indústria do ócio.

Portanto, o desenvolvimento do turismo implicou também em apropriação e uso de espaços, por meio da resignificação e refuncionalização de espaços, como a praia e o mar, que em outros tempos, eram espaços temidos, ocupados por transgressores sociais (como os piratas), como é exposto no estudo de Urbain (2002).

O turismo apresenta, ainda, uma forte relação com a dinâmica espacial, uma vez que, conforme expõe Cruz (2007, p.14), “o turismo é uma prática social e uma atividade econômica que, no mais das vezes, se impõe aos lugares, mas ela não se dá sobre uma tabula rasa, sobre espaços vazios e sem donos”. Portanto, o turismo apresenta uma intrínseca relação com o espaço, que condiciona a realização dessa atividade, ao mesmo tempo que é produzido enquanto essa atividade ocorre.

Os espaços turísticos, portanto, são esses espaços produzidos pela presença (ainda que não de maneira exclusiva) de atividades turísticas e, ao mesmo tempo, condicionantes dessas atividades. No entanto, Costa (2007), caracteriza o espaço turístico como uma rede territorial, já que do espaço são selecionados pontos (e não a sua totalidade) por onde o turista passa e desenvolve suas práticas e experiências.

Ao considerar o turismo como uma atividade com grande participação na produção social do espaço, vários autores, como Knafou (1996) Cruz (2007; 2003), Fratucci (2007; 2008), Andrade e Tavares (2012) e Rocha e Tavares (2012) tratam do processo de turistificação territorial, como a transformação dos elementos espaciais da cultura e dos objetos materiais para a apropriação e uso pela prática do turismo.

Cruz (2003; 2007) ressalta que, no processo de turistificação, não ocorrem apenas intervenções no sistema de objetos, por meio de mudanças físicas no espaço, mas também o sistema de ações recebe essas intervenções, provocando

mudanças simbólicas e comportamentais nos territórios turistificados. A autora demonstra, assim, que não há turistificação apenas do campo material, mas também no campo cultural da sociedade.

Assim, especialmente ao se analisar a existência de atividades turísticas nos centros históricos das cidades, o turismo tem a característica de criação de novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, atribuindo-lhes, em vários casos, novos significados e novas funções.

Para Figueiredo (2008, p. 86)

[a] turistificação, notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas (ação tratada com menos espanto se as atividades econômicas são mais tradicionais). A adequação à atividade turística não se dá sem a modificação incisiva da paisagem e de seus elementos: os musealizados, expostos, indicados e sinalizados, direcionados, ordenados em função da estética e da representação. Os elementos são conformados para simbolizar, recepcionar e acolher.

Portanto, a turistificação deixa, no espaço, suas marcas e evidências, a esse direcionamento para a recepção de visitantes e turistas, considerando principalmente os paradigmas mercadológicos de mediação desta atividade.

Fratucci (2008) ressalta que, para análise do turismo, devem ser considerados os agentes sociais (e suas relações) existentes no seu processo de desenvolvimento, superando a imprecisão de análises que abordam o turismo como agente que “causa impactos ambientais”, que “exclui grupos sociais locais”,

por exemplo. Assim, existem múltiplas maneiras de práticas e de desenvolvimento do turismo, que serão determinadas pelo modo como os diversos agentes sociais envolvidos nesses processos agem e articulam-se.

Para Knafou (1996), existem três “fontes” de criação (no sentido de causadores) da turistificação territorial, a saber: o turista, o mercado e o que o autor chama de “planejadores e promotores territoriais”. A partir desse pressuposto, Fratucci (2007) realiza uma importante revisão das considerações teóricas de Knafou (1996) e reelabora essa definição dos agentes da turistificação, que passa a refletir melhor a realidade brasileiras.

Fratucci (2007) considera também como agentes da turistificação os turistas, o mercado (comumente tratado entre os profissionais do turismo como “trade turístico”), e renomeia o que Knafou (1996) chama de “planejadores e promotores territoriais” pelo que entendemos como agentes do Estado, além de acrescentar agentes ligados à grupos sociais autóctones, como está sintetizado e representado na figura 1.

Figura 1 - Agentes Sociais Do Processo De Turistificação.



FONTE: Os autores (2018).

O par dialético “Estado e mercado” “é composto por agentes hegemônicos no processo de turistificação, ressaltando que, em várias situações, como aponta Santos (1999), o Estado exerce um papel de subserviência aos agentes do mercado, enquanto ente regulador das relações sociais e de provedor de infraestrutura.

Cruz (2007, p. 14) expõe que os turistas também exercem certa hegemonia no processo de turistificação, já que

Estado e mercado atuam no setor de turismo em função da existência de consumidores-turistas e eles mesmos, turistas, tem sido responsáveis, ao longo da história, pela invenção de muitos destinos turísticos e, conseqüentemente, pela deflagração de novas dinâmicas nos processos de produção do espaço dos lugares dos quais se apropriam.

No entanto, o modo como os turistas empreendem suas viagens e a maneira como eles desenvolvem suas atividades não são homogêneas. Quanto a isso, Figueiredo (2010, p.28) adverte que

[...] viajantes e turistas não são grupos constituídos, estudá-los pode ser uma grande armadilha. Ninguém é viajante ou turista, isso não é uma profissão ou uma característica racial ou biológica. Portanto, estudar essas noções é estudar tipos humanos completamente diferentes, e que se aproximam ou se afastam a partir das concepções sobre viagem e como se comportam quando estão viajando.

A partir desses princípios, consideramos que os turistas correspondem a um grupo instável e momentâneo, que corresponde às pessoas que temporariamente estão visitando um lugar diferente do seu.

Além do fato de nesse grupo haver uma diversidade dos modos de usos dos espaços turísticos e das atividades desenvolvidas nesses espaços, há também a existência de conflitos internos, de diferentes subgrupos de turistas, como demonstrou Ribeiro (2007), ao analisar as diferentes estratégias territoriais de apropriação e uso do espaço da Ilha de Mosqueiro, em Belém, por usuários de segunda residência e turistas excursionistas.

Portanto, ainda que exista a hegemonia do Estado e de agentes ligados ao mercado, a sociedade civil não está isenta de sua participação no processo de turistificação. Essa participação pode ocorrer na mesma lógica hegemônica dos demais agentes, mas também podem representar contra racionalidades às determinações hegemônicas.

Para Souza (1997), existem três grupos principais a serem analisados, na perspectiva de identificar “quem ganha e quem perde” com o desenvolvimento do turismo. O primeiro seria a população da área de origem dos turistas, que na visão do autor, são neutros nessa relação de ganho ou perda, quer dizer, não ganham nem perdem; outro grupo compreende os turistas, que ganham com a atividade, pois, em tese, é para eles que os espaços são preparados; e por fim, a população das áreas de destino dos turistas, que podem ganhar ou perder, dependendo do modo como o turismo ocorre nessas áreas.

É importante ressaltar que ao considerar a população local como agente do processo de turistificação, teórica e metodologicamente não é possível homogeneizar esses agentes, de modo que na prática é comum que com a implementação do turismo, parte dessa população ganhe (direta ou indiretamente), com os lucros financeiros ou pelo usufruto das estruturas implantadas para o turismo; enquanto outra parte dessa população vê-se prejudicada com a presença dessa atividade.

A partir do entendimento de que o paradigma existente de uso e apropriação do patrimônio cultural pelos agentes ligados diretamente ao turismo, especialmente àqueles que veem essa atividade como possibilidade de dinamização de negócios, tem gerado fenômenos espaciais que negligenciam (e em muitas vezes até excluem) parte considerável da história e das geografias locais. Muitas ações nos centros históricos urbanos, atualmente, ocorrem com o objetivo de adequação desses territórios aos modelos estéticos do turismo global, transformando-os em meros cenários para atividades de lazer e turismo.

Por outro lado, Paes (2009) indica que a apropriação e uso turísticos dos centros históricos não devem se restringir àquelas políticas emergentes de refuncionalização, apontando que há possibilidades de desenvolvimento do turismo incluindo e valorizando as dinâmicas socioespaciais locais. Desse modo, um turismo de base local urbano, contribuiria a um desenvolvimento local dessas áreas urbanas, evitando ou amenizando os conflitos territoriais observados em iniciativas de imposição daquele referido modelo paradigmático.

Portanto, essa abordagem teórica nos permite notar que os processos de patrimonialização e turistificação, na prática, apresentam forte relação entre si, e que a atuação dos grupos sociais envolvidos nesses processos, em várias situações, ocorrem com consequências que contribuam a ambos os processos.

Essas premissas norteiam nossa análise sobre os modos pelos quais a turistificação tem contribuído para a produção do bairro da Cidade Velha, em Belém-PA, a partir do enfoque nos grupos de agentes sociais que participam ativamente desses processos, mesmo que esses grupos não sejam homogêneos.

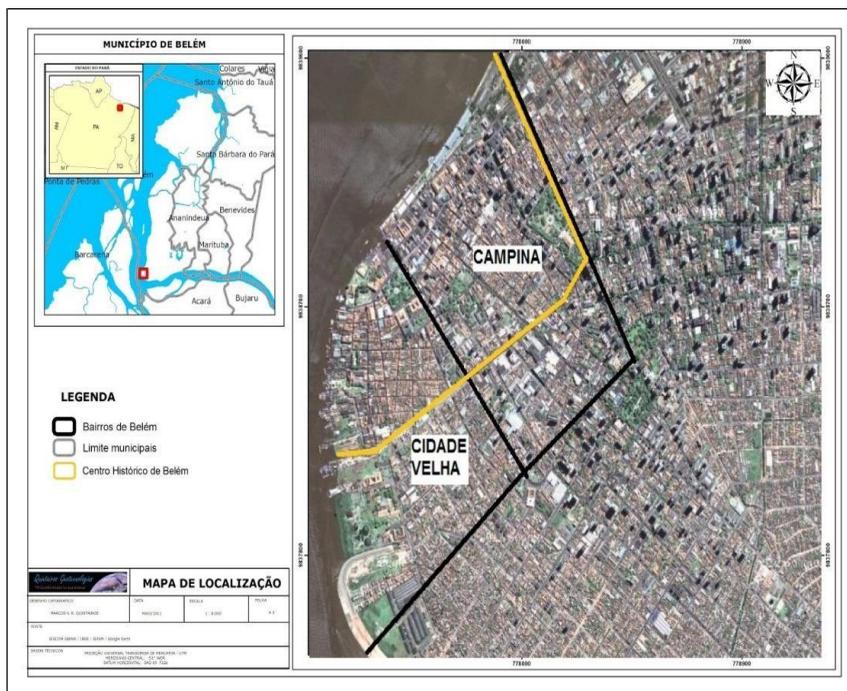
Processos E Agentes Da Turistificação Do Bairro Cidade Velha

O processo de colonização portuguesa na Amazônia e o início da formação socioespacial da cidade de Belém estão inseridos em estratégias para a integração do espaço amazônico ao império lusitano. O “patrimônio cultural” exaltado e protegido na Cidade Velha, sobretudo as referências culturais da colonização portuguesa, foi erigido com a negação da cultura indígena existente naquele território anterior à chegada dos colonizadores. Esses fatos evidenciam uma característica básica da categoria patrimônio, que é a seletividade na escolha do que é considerado relevante para a história e para a cultura de uma sociedade.

Penteado (1968) exemplifica o processo de produção do espaço do bairro Cidade Velha, nesse contexto histórico, com o registro da obra de ampliação da rua Domingos Rayol (atual rua Padre Champagnat), por volta de 1948, a partir da demolição de casas existentes nessa rua. Tal ação resultou no alargamento da via que ligava o então largo do Palácio (atual praça Dom Pedro II) ao largo da Sé (atual praça Frei Caetano Brandão).

A Cidade Velha, portanto, apresenta, dois contextos espaciais diferentes em suas delimitações: o de área administrativa do município de Belém e o de parte integrante do Centro Histórico de Belém (Mapa 1), que exclui a área de ocupação no século XIX, nos dispositivos de proteção legal.

Mapa 1 - Delimitação Do Centro Histórico De Belém E Dos Bairros Cidade Velha E Campina.



Fonte: Os Autores(2012)

A partir da análise do mapa acima, é possível perceber que o Centro Histórico de Belém é composto por partes dos bairros Cidade Velha e Campina, no entanto, essa delimitação não corresponde à demarcação político-administrativa desses bairros, provocando sobreposições territoriais e alguns conflitos, sobretudo nas ações do Estado. Assim, considerando a relação com o processo de patrimonialização oficial e de atividades ligadas ao turismo, o bairro apresenta duas partes inseridas de modos diferentes nesse contexto.

Tanto no subsídio legal (BELÉM, 2010a) que delimita o Centro Histórico de Belém, quanto em estudos científicos sobre a área, como em Miranda (2006), quando se referem aos aspectos patrimoniais do bairro, se restringem a uma “Cidade Velha patrimonial”, que fica entre a baía do Guajará e a Avenida Tamandaré, protegida pela legislação municipal e estadual.

A parte que fica entre a Avenida Tamandaré e o bairro do Jurunas (de ocupação urbana mais recente), em diversas vezes, é excluída dessas abordagens. Por exemplo, quando é considerado que na Cidade Velha não há escola pública, entre outros serviços públicos, como faz Miranda (2006). No entanto, muitos desses serviços existem, mas estão localizados na “Cidade Velha periférica”, na periferia do núcleo referente aos primórdios da urbanização de Belém.

Vale ressaltar que as análises que apresentamos partem da observação da Cidade Velha em sua delimitação administrativa, o que nos forneceu uma amplitude das ações que caracterizam os processos de turistificação desse bairro. Tais análises são apresentadas a seguir, considerando as estratégias de apropriação e usos turísticos do bairro pelos agentes sociais da turistificação: turistas, Estado, oferta mercadológica e residentes.

O Olhar Dos Turistas

Parafrazeando a obra de Urry (1996), expomos aqui a visão dos turistas sobre o patrimônio cultural existente no bairro Cidade Velha, e a caracterização das atividades realizadas por esses agentes sociais no bairro. Assim, percebemos que na visitação à Cidade Velha há o interesse em conhecer a área por ser o Centro Histórico de Belém. Além disso, os turistas possuem informações prévias sobre esse espaço, inclusive que essa área é legalmente

protegida e realização tal visita indicados predominantemente por familiares ou amigos que vivem em Belém

Observamos que os turistas possuem informações de que na Cidade Velha estão presentes importantes elementos do patrimônio cultural da cidade de Belém, já que são referidas principalmente às edificações, que para esses turistas correspondem a alguns atrativos turísticos: o Forte do Castelo, a Catedral de Belém, A Casa das Onze Janelas (onde funciona o Museu de Arte Contemporânea) alguns outros templos católicos e praças na área.

É importante destacar essa referência, por parte dos turistas, ao patrimônio cultural da Cidade Velha como, principalmente, os objetos espaciais do bairro, em detrimento de citarem práticas culturais, como o próprio eventos que ocorrem no local, a exemplo do Auto Círio (durante os festejos do Círio de Nossa Senhora de Nazaré) e o cotidiano do bairro, suas festas, seus modos de vida etc.

Essa concepção também foi percebida no contato com outros agentes, ligados ao Estado, ao mercado e aos moradores do bairro. A abordagem espacial do patrimônio permite-nos, portanto, perceber que é a materialidade dos elementos patrimoniais que são ressaltadas, não havendo a devida relação com as práticas humanas que as constroem e são influenciadas por esses objetos.

As atividades realizadas pelos turistas, de modo geral, são visitas aos museus e igrejas do Complexo Feliz Lusitânia, alguns ao Parque Mangal das Garças (parque ambiental urbano construído da parte não oficialmente patrimonial do bairro Cidade Velha), e em restaurantes e bares do bairro, muitos deles às margens do rio. Tais atividades são desenvolvidas, normalmente, sem a mediação de agências ou guias de turismo.

Ao registrar a importância dos espaços ligados ao patrimônio cultural, situados na Cidade Velha, os turistas também apontam uma impressão de descuido com várias edificações, que, segundo essa percepção, estão deteriorados. Além disso, apontam como problemática a falta de limpeza dos espaços públicos do bairro e da cidade (nas partes onde estiveram).

O Estado

Tanto a legislação do município, como também em Belém (2010b), prevê a utilização do Centro Histórico de Belém pelo turismo, quanto os programas municipais (BELÉM, 1998; s/d) e estaduais (PARÁ, 1971; 2001) para o turismo também apontam para o uso turístico do patrimônio cultural urbano como contribuição ao desenvolvimento do turismo na cidade. Nesse contexto, o bairro Cidade Velha passa a receber ações para a preservação do patrimônio histórico e cultural e para a dinamização de novas atividades econômicas e de lazer, que contribuem para o desenvolvimento de atividades turísticas no bairro.

Em 1998 foi inaugurada a primeira etapa do projeto “Feliz Lusitânia”, que fez intervenções na Igreja de Santo Alexandre e no antigo Palácio Episcopal, onde passou a funcionar o Museu de Arte Sacra do Pará. Esse projeto refere-se à reordenamento de uma área de aproximadamente 50.000 m², realizada pelo Governo do Estado do Pará no núcleo histórico de fundação da cidade de Belém, no bairro Cidade Velha (TRINDADE JR. e AMARAL, 2006).

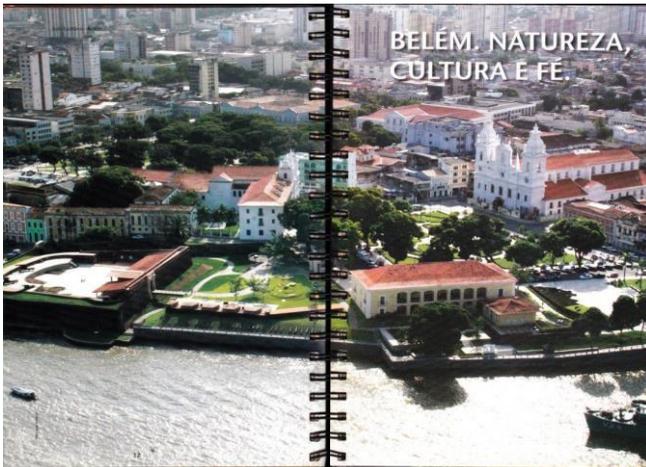
O Parque Ecológico “Mangal das Garças” foi outro projeto implementado pelo governo do Estado, resultado da reconfiguração de uma área de 40.000 m², inaugurado em 2005. Ambos os projetos possibilitaram e incentivaram a apropriação

desses espaços por organizações da iniciativa privada, visando à dinamização econômica dessas áreas, atendendo a uma parcela da sociedade local e certos perfis de turistas.

O bairro (e outras partes da cidade) recebeu da Companhia Paraense de Turismo (Paratur), em 2008, a implantação da sinalização turística, obedecendo aos padrões internacionais para isso. Essa ação (juntamente com outras) marca fisicamente o processo de turistificação dos espaços. É a indicação aos visitantes de quais espaços são adequados para que ocorram as atividades de visitas turísticas.

Esses espaços são os que predominantemente são divulgados na política pública de promoção turística de Belém, pelos governos municipal, estadual e federal, a exemplo do que apresenta a Figura 2.

Figura 2 - Páginas Do Catálogo De Promoção Do Estado Do Pará, Distribuído Em Feiras Nacionais E Internacionais.



Fonte: Paratur (2010).

Esse material é distribuído principalmente para agentes que operam no mercado turístico. Assim, Podemos observar que, ao divulgar a cidade de Belém, é dado grande destaque para o Complexo Feliz Lusitânia, muitas vezes divulgado como sinônimo reduzido do Centro Histórico de Belém.

A Universidade Federal do Pará, enquanto instituição pública, também tem atuado nos processos de turistificação do bairro Cidade Velha, por meio de dois projetos de extensão: O Fórum Landi e o Roteiro Geoturístico: conhecendo o Centro Histórico de Belém na Amazônia. O primeiro, vinculado à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da universidade, tem o objetivo de realizar pesquisas e propostas de intervenções nas edificações projetadas pelo arquiteto Antônio Landi, presentes na Cidade Velha e em outros espaços de Belém. Esse projeto tem subsidiado ações de outros órgãos do Estado, bem como empresas privadas, a realizarem ações de restauro e preservação de prédios. Além disso, o projeto também elaborou um roteiro turístico pelas obras do arquiteto, e é ofertado por Guias de Turismo qualificado em cursos, que também fizeram parte do projeto.

Os roteiros são guiados pelos pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (GGEOTUR/UFPA) e as informações fornecidas aos participantes incluem contextualizações históricas e geográficas, para ampliar as informações superficiais utilizadas por roteiros turísticos comerciais tradicionais. Além dos espaços turísticos do bairro comumente usados, os roteiros geoturísticos também permitem a visita a espaços que mostram muito da história socioespacial e da cultura atual do bairro, Exemplificam isso, observações à Alameda do Carmo (área com condições precárias de moradia), ao lado da Igreja do Carmo e a Feira do Açáí.

Esses espaços são considerados sem importância e esteticamente inapropriados a receberem visitação turística. Isso

foi posto por agentes ligados à gestão pública municipal, empresários e profissionais do turismo. Tais espaços estão fora da noção do “belo”, não representam uma parte da história nem da vida cotidiana atual do bairro que interessaria ao turismo. Todavia, a realização dos roteiros mostraram que tanto os visitantes, quanto moradores da cidade passam a considerar relevantes tais espaços, a partir do momento que lhes são fornecidas informações que contextualizem esses espaços.

Portanto, a atuação do Estado dá-se de modo contraditório e em diversas vertentes, inclusive obedecendo a diversos interesses e objetivos. Notamos que há um cenário propício a discussões sobre esses modelos de ações e suas consequências.

Oferta Mercadológica

Para entender a atuação dos agentes ligados diretamente e ativamente ao mercado capitalista, consideramos os diversos agentes, que de maneiras diferentes atuam como detentores de meios de produção, seja organizados em empresas formais do circuito superior da economia urbana, ou os trabalhadores autônomos e informais, que forma o circuito inferior desse sistema econômico (SANTOS, 2004).

As ações de patrimonialização empreendidas pelo Estado subsidiam a instalação e o desenvolvimento das atividades mercadológicas nas áreas patrimonializadas. Uma prática comum, observada na reforma para a estruturação da casa das Onze Janelas e o Parque Mangal das Garças, é a sessão de espaços refuncionalizados pelo Estado para a instalação de restaurantes de alto padrão.

Após a finalização das ações de restauro da Catedral de Belém, localizada no Complexo Feliz Lusitânia, em 2009, ocorreu a instalação de uma loja de *souvenir* no interior desse

templo, com venda de objetos religiosos, mas também com produtos destinados à visitantes externos à cidade, com frases do tipo “lembrança de Belém”, “fui em Belém e lembrei de você” etc., adaptando-se à demanda de turistas que, segundo uma funcionária da loja, são frequentes nessa igreja.

Nos espaços patrimonializados e turistificados da Cidade Velha, observamos que alguns serviços também são prestados por trabalhadores autônomos (no sentido de atuarem no mercado sem a venda de sua força de trabalho a outros), não formalizados, mas que estão muito presentes nesses espaços. Esse é o caso de vendedores de alimentos, bebidas, brinquedos, *souvenir*, e também reparadores de carro, entre outros.

Não existe uma organização institucional que represente o conjunto desses trabalhadores (associações, cooperativas etc.). Segundo um desses trabalhadores, eles instalam-se e atuam às proximidades dos espaços patrimonializados por que há um fluxo de pessoas que utilizam tais espaços para atividades de lazer, e que, portanto, são possíveis consumidores de seus produtos e serviços ofertados.

Outro aspecto apontado por esses trabalhadores é o de que a presença de turistas influencia em seus ganhos financeiros, no entanto, não em grande quantidade, pois eles percebem que atendem mais as pessoas que visitam os espaços, mas que moram na própria cidade. Os turistas são percebidos com menor frequência e menor quantidade. Assim, percebemos que os processos de turistificação de espaços do bairro também implicaram uma apropriação heterogênea por agentes dos diferentes circuitos da economia urbana.

Residentes do Bairro

Nossa compreensão do modo como as pessoas que vivem no bairro atuam nos processos de turistificação partiu, principalmente, dos contatos com as duas associações de moradores existentes no bairro e de nossa participação em reuniões envolvendo esses moradores. Notamos que as associações atuam de modo diferente e com quase sem articulação nenhuma entre si.

A Associação de Moradores do Bairro Cidade Velha tem a participação de moradores de toda a extensão do bairro, mas essa participação é pequena. Observamos, ainda, que a essa associação atua principalmente na valorização da cultura popular que existe no bairro, apoiando a realização de eventos ligados à manifestação dessa cultura.

Por outro lado, a Associação Cidade Velha, Cidade Viva é uma organização que atua predominantemente na Cidade Velha patrimonial, alegando que a parte do bairro que compõe a periferia deste núcleo possui uma dinâmica socioespacial diferente e não possui elementos culturais considerados patrimônios históricos tão importantes (e antigos) quanto as do núcleo inicial da cidade.

Observamos que as duas associações possuem poucos moradores oficialmente associados. Tal fato é importante para compreendermos que, se de um lado o Estado não possui práticas participativas na elaboração e implementação de projetos no espaço do bairro, de outro os moradores não possuem práticas de auto-organização e participação em atividades coletivas que digam respeito a problemas e demandas do bairro, em sua totalidade e diversidade.

Notamos também que a Igreja (especialmente Católica) influencia a dinâmica espacial da parte patrimonial do bairro, no

que se diz respeito ao uso cultural e turístico de templos e áreas próximas a estes. A realização de eventos em áreas próximas a templos católicos, a visitação e intervenções de preservação física destes são realizadas mediante a ciência e autorização prévia da administração da Arquidiocese de Belém.

O bairro Cidade Velha, sendo parte do Centro Histórico de Belém, contém muito dos elementos do patrimônio cultural oficializado da cidade, diversos eventos culturais são promovidos e realizados neste bairro. Tal fato é exemplificado pelo “Auto do Círio”, projeto de extensão da UFPA, realizado na sexta-feira que antecede a procissão principal do Círio de Nazaré. Este evento é um cortejo teatral dramático que tem como objetivo apresentar uma releitura do próprio Círio, ressaltando manifestações profanas, relacionando-os com a cultura paraense e a religiosidade, utilizando-se de sátiras e elementos carnavalescos. Outras programações realizadas nesse bairro são o Festival de Verão, a Seresta do Carmo, o Arrastão do Peixe Boi e o Auto de Natal, que ocorrem ao longo do ano.

Durante o carnaval, o bairro é espaço do bloco Fofó de Belém, o qual tem cerca de 20 anos e foi inspirado em um antigo bloco existente no bairro, chamado Afoxé do Guarda-Chuva. O objetivo principal desse bloco cultural é se exibir enquanto manifestação artística, e dar continuação às manifestações culturais ligadas ao carnaval, como as marchinhas, a caranga, uso de máscaras, blocos de rua, que estão na memória afetiva, e se misturam com práticas culturais mais recentes.

Além disso, essas manifestações recebem apoio do Estado por meio de projetos de incentivo à cultura e outros tipos de financiamento como de empresas privadas e doação de amigos, sendo que a organização prima pela gratuidade e livre acesso de todos ao evento. Ainda que existam esses incentivos estatais, há também uma competição entre o Estado e os produtores culturais

a respeito do destino dos investimentos. Segundo o mesmo organizador, alguns artistas, que estão intimamente relacionados aos órgãos públicos, investem em suas próprias carreiras e em grupos próximos, sem uma divisão democrática.

Quando indagado a respeito do planejamento do evento, o entrevistado explicou que é uma “organização desorganizada, pra não perder a coisa anárquica, a coisa divertida” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012) e que não há preocupação específica com o turismo e com os turistas, pois, na sua visão, “onde está o turismo, acabam com tudo, a gente acaba... o turista leva tudo” (Entrevista com o Coordenador do Bloco Fofó de Belém, em 2012). A visão negativa de possíveis efeitos do turismo, portanto, provoca certa rejeição em pensar o evento para o turismo, o que não impede a presença de turistas (com base na observação de campo) no referido evento.

Dentre os eventos culturais realizados na Cidade Velha, aqueles relacionados ao carnaval são os que, de que acordo com nossas observações, geram mais conflitos no bairro. De um lado, uma quantidade grande de pessoas lotam ruas do bairro (Foto 10), tanto na parte oficialmente patrimonializada, quanto na parte de ocupação mais recente, em eventos organizados por moradores da área e promotores culturais externos (quanto à moradia) ao bairro. Por outro lado, parte dos moradores é contra esses eventos (ou o modo como eles acontecem), atuando, inclusive, para impedir sua realização.

Essas situações, inclusive, motivam mais a participação dos moradores junto às organizações que os representam no bairro, do que as discussões, nessas mesmas organizações, sobre projetos estatais que incidem sobre o espaço do bairro.

Considerações Finais

O patrimônio cultural urbano presente no Centro Histórico de Belém é pensado como algo que deve ser exibido aos visitantes da cidade, como uma amostra de referências culturais e históricas da cidade. Esse princípio está presente, principalmente, nas estratégias estatais de apropriação do espaço.

Consideramos que no processo de turistificação atuam turistas, o Estado, o mercado e os residentes locais. O primeiro prevê o uso turístico do patrimônio na legislação de proteção dos elementos culturais patrimonializados e incentiva tal uso nos programas específicos para o desenvolvimento do turismo. A parte os órgão específicos para cultura e turismo, a universidade também contribui a esse processo, com proposição de modos de realizar atividades turísticas no bairro.

Agentes do mercado turísticos, composto por agências de turismo, redes de meios de hospedagens, transportadoras, mas também artesãos, trabalhadores informais etc., oferecem serviços para a utilização de espaços patrimonializados do bairro e agentes do circuito inferior da economia urbana inserem-se na dinamização econômica, ainda que algumas vezes de modo precário, para participar dos ganhos financeiros que atividades comerciais ligados ao turismo podem gerar.

Os residentes não demonstraram resistências especificamente ao turismo, mas alguns moradores são contra a realização de eventos culturais que trazem grande número de pessoas, inclusive turistas, e causam problemas, como barulho, lixo, na ruas do bairro.

Os turistas usam apenas pontos do bairro, especialmente àqueles que receberam intervenções recentes do Estado, que são divulgados na política de publicidade turística e incluídos nos serviços das empresas turísticas. Esses agentes, de modo geral,

não demonstra interesse em conhecer aspectos do bairro que não estejam naqueles espaços mais fortemente turistificados.

Existem contradições no modo de atuação de todos os subgrupos de agentes da produção do espaço. Nenhum grupo de agente age de maneira homogênea, o que não quer dizer que não haja modos de atuação predominantes (hegemônicos) – fruto da diversidade de individualidades, de multiterritorialização. Da complexidade desses processos.

A pretensa unificação identitária por interesses e tradições comuns do patrimônio cultural é relativa, nesse estudo, pois os diversos conflitos territoriais observados no espaço patrimonializado do bairro Cidade Velha demonstra que, pela perspectiva do patrimônio, se grupos sociais são unidos, há também muita divergência quanto ao que deve ser patrimonializado e mais ainda sobre o modo como esse patrimônio deve ser apropriado e usado.

O princípio da dinâmica da produção do espaço indica que o espaço do bairro da Cidade Velha não tenha sido aqui apresentado como pronto ou estático, mas o estudo faz uma interrupção num processo que ainda pode ser observado, e novas ações e novos objetos farão parte do futuro e do presente desse bairro.

Referências

ANDRADE, T.; TAVARES, M. Le projet d'intégration de l'Amazonie vu sous l'angle de la touristification des lieux. *Confins*, Paris, v. 14, mar 2012.

BARRETTO, M. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papyrus, 2003.

BELÉM. Lei Nº 7.709, de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://www.ufpa.br/numa/legislacao_belem/lei_7709_bel.htm>. Acesso em: 23 jan 2010a.

_____. Lei n. 7.603, de 13 de janeiro de 1993. Dispõe sobre o Plano Diretor Urbano de Belém. Disponível em: <www.belem.pa.gov.br/planodiretor/>. Acesso em: 23 jan 2010b.

_____. Plano Municipal de Turismo. Versão preliminar. Belém: BELEMTUR, 1998.

_____. Programa Turismo Belém 14. 14 diretrizes para o desenvolvimento de Belém através do turismo. Belém: BELEMTUR, [s/d].

COSTA, M. Rede turística e organização espacial: uma análise da Ilha de Mosqueiro, Belém-PA. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

CRUZ, R. Geografias do turismo: de lugares a pseudo-lugares. São Paulo: Roca, 2007.

_____. Introdução à geografia do turismo. São Paulo: Roca, 2003.

FRATUCCI, A. A dimensão espacial nas políticas públicas brasileiras de turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2008.

_____. Os processos de turistificação do espaço e atuação dos seus agentes produtores. In: ENCONTRO NACIONAL DE

TURISMO COM BASE LOCAL, 10, 2007. João Pessoa. Anais...
João Pessoa: UFPB, 2007.

FIGUEIREDO, S. Viagens e viajantes. São Paulo: Annablume,
2010.

_____. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o
ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: _____
(Org.). Turismo, lazer e planejamento urbano e regional. Belém:
NAEA, 2008. pp. 79-92.

KNAFOU, R. Turismo e território. Para um enfoque científico do
turismo. In: RODRIGUES, A. (Org.). Turismo e geografia:
reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: Hucitec, 1996.
pp. 62-74.

KRIPPENDORF, J. Sociologia do Turismo: para uma nova
compreensão do lazer e das viagens. Rio de Janeiro: Civilização
Brasileira, 2001.

LEFEBVRE, H. La producción del espacio. Sociologia, [S.l.],
n.3, p. 219-229, 1974.

MIRANDA, Cybelle. Cidade Velha e Feliz Lusitânia: cenários do
patrimônio cultural em Belém. Tese (Doutorado em
Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2006.

PARÁ. Plano de desenvolvimento turístico do Estado do Pará.
Belém: PARATUR, 2001.

PARÁ. Condições do turismo no Pará. Belém: IDESP, 1971.

PAES, M. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais:
um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; SAN SOLO, D.;
BURSZTYN, I. (Orgs.). Turismo de base comunitária:
diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro:
Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

RIBEIRO, Willame. Ordem de desordem do território turístico: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidade na orla oeste de Mosqueiro, Belém/PA. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Belém, PA, 2007.

SANTOS, M. O espaço dividido: os dois circuitos espaciais da economia urbana. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. O território e o saber local: algumas categorias de análise. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, p. 15-26, ago. 1999.

SINCLAIR, M.; STABLER, M. Aspectos econômicos do turismo. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.

SOUZA, M. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, A. (Org.). Turismo e desenvolvimento local. São. Paulo: Hucitec, 1997.

TRINDADE JR., S.; AMARAL, M. Reabilitação urbana na área central de Belém-Pará: concepções e tendências de políticas urbanas emergentes. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, v. 111, pp. 73-103, jan/dez. 2006.

URBAIN, J. Sur la plage: Moeurs et Coutumes balnéaires (XIXe-XXe siècles). Paris: Payot, 2002.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas. Paulo: Studio Nobel, Sesc, 1996.

CAPÍTULO 10

ZONAS LIVRES: LIBERDADE E ANONIMATO NO CONTEXTO DAS VIAGENS

Ricardo Lanzarini

Em geral, concebemos as viagens como um deslocamento no espaço. É pouco. Uma viagem se inscreve simultaneamente no espaço, no tempo e na hierarquia social.

Claude Lévi-Strauss, 1999.

As viagens se fazem presentes na história desde os primórdios da humanidade, seja pela busca de alimentos e novas moradas que propiciassem melhores condições de vida, seja para a manutenção da vida pessoal, social e/ou profissional, incluindo-se motivações individuais de descanso e lazer ou coletivas de compromissos sociais, familiares e de trabalho. Por isso, o turismo consiste em uma prática social, cultural e econômica que integra uma significativa parte da vida em sociedade, tanto para os viajantes quanto os moradores das localidades que os recebem.

Independentemente da motivação, o deslocamento proporciona ao viajante o encontro com um cenário sociocultural e geográfico novo, que por mais próximo que seja de seu cotidiano, pode lhe causar estranhamentos, visto que há, temporariamente, um distanciamento da estrutura social e familiar de referência. Essa estrutura fixa, que desenha [delimita] o cotidiano do viajante, é responsável pelas regras morais de conduta social, profissional e sexual que regulam cada grupo social no contexto de seus traços culturais e econômicos.

É neste cenário que algumas formas de viajar, especialmente isoladas da presença do grupo social de pertencimento do viajante, podem representar grandes aventuras

em busca do tão sonhado [e vendido] paraíso, aqui entendido como uma sensação de liberdade provocada pela condição de anonimato e distanciamento da vida cotidiana. Essa interseção no tempo e no espaço cotidiano gera, no viajante, um estado de moralidade subjetiva que motiva à liberação de desejos e comportamentos que são, costumeiramente, controlados e/ou reprimidos. Assim, ele se sente seguro para experienciar o prazer, ultrapassando os limites que lhe foram impostos [o prazer do paraíso simbólico, individual e secreto], agindo, algumas vezes, de modo atípico e, possivelmente, condenável por seu grupo social.

Para compreender esse fenômeno deve-se considerar a viagem como um espaço simbólico transitório e liminar que se concretiza em um intervalo de tempo e de lugar, propiciando a expansão das fronteiras regulatórias que oprimem o indivíduo, pois, é nesse momento, que a vigilância social e a opressão moral são menores, visto que pertencem à vida cotidiana [também presente nos lugares visitados, mas com as quais o viajante não se reconhece]. Certamente, este processo de bem-estar e liberdade é simbólico e age diretamente nas emoções das pessoas que viajam e encontram, mesmo que em breves momentos, experiências de sociabilidades alternativas ao modelo cultural que lhes é prescrito desde a infância.

Outro importante facilitador desse sentimento de liberdade corresponde aos grandes centros urbanos. Além deles, os destinos turísticos de médio e grande portes também se aproximam do fato de que o alto fluxo de circulação de pessoas [que possivelmente o viajante jamais voltará a ver] torna as relações sociais mais dinâmicas e fluídas: as pessoas passam a não se reconhecerem como próximas, estabelecendo contatos líquidos [que não perduram] em momentâneos [únicos] e esporádicos. Este fato gera um sentimento coletivo de anonimato em que as relações

impessoais imperam, protegendo a todos e, especialmente, o viajante que não tem qualquer pertencimento com o lugar visitado.

A grande cidade oferece espaços de sociabilidade temporária nos quais os viajantes têm a oportunidade de escolher as relações sociais que pretendem estabelecer e os lugares por onde desejam transitar, identificando seus semelhantes [pessoas com o mesmo objetivo ou que buscam as mesmas formas de prazer, seja uma atividade de entretenimento, seja o enriquecimento cultural com visitas a museus, seja o sexo como forma de lazer e relaxamento, entre outras] nos guetos urbanos, nas tribos que habitam esses espaços ou circulam livres na multidão [pessoas anônimas], e que constituem territórios próprios na cidade, demarcados para o bem-estar de cada grupo. Mas os conceitos de guetos e tribos urbanas não são suficientes para a compreensão do comportamento do viajante, pois deve-se considerar que, além do que é material e perceptível, há um enfrentamento pessoal que interfere diretamente na experiência da viagem e, conseqüentemente, influencia o planejamento e a organização dos destinos turísticos.

Todo viajante carrega consigo sua cultura e convenções sociais de referência de grupo. O afastamento desse referencial, ao passo que lhe confere liberdade, também lhe impõe desafios e enfrentamentos sobre suas práticas cotidianas, seus padrões de moralidade e sua própria existência. As frustrações e regulações cotidianas tendem a aflorar, no momento da viagem, como desejos a serem realizados com menos riscos de punições do coletivo. Assim se desenham as *zonas livres*, espaços simbólicos nos quais se pode experimentar a viagem a partir de uma zona de conforto psicológica, antes imaginada, idealizada e, não por acaso, paradisíaca. O conceito aqui apresentado é uma adaptação do livro *Zonas Livres: entre viagens, trabalho e sexo* (Lanzarini,

2016), que retrata a formação de espaços simbólicos de identificação social sobre o comportamento sexual de homens de negócios em viagens a trabalho por cinco capitais brasileiras e em Portugal. Já neste texto, o leitor é convidado a embarcar em uma viagem reflexiva sobre a formação das *zonas livres*, sua representatividade e aplicabilidade enquanto pesquisa no contexto das viagens em geral.

O cotidiano e a Viagem

A vida cotidiana é a vida do homem inteiro.
Agnes Heller, 1970.

A compreensão das viagens e dos fenômenos comportamentais que nela ocorrem dependem, em um primeiro momento, do entendimento a respeito das relações habituais do viajante, que inclui seu modo de vida, a cultura, os costumes e a maneira como cada um se relaciona com seu meio, nele interage e se socializa. O cotidiano é o lugar de produção da vida em sociedade, onde cada indivíduo estabelece suas rotinas e se insere na produção do espaço social. Nessa conjuntura, há de se considerar que uma viagem qualquer não é capaz de anular os princípios socioculturais que regem a vida do viajante [que tem sempre como ponto de referência seu cotidiano e seu grupo social de pertencimento]. Por isso, o mais comum é que se tenham, nesse espaço liminar de tempo e lugar, rupturas pontuais de comportamento social que divergem do habitual, mas que, quando analisados e compreendidos, reforçam as estruturas dominantes que regulam a personalidade e a individualidade de cada viajante muito mais do que as confrontam.

O cotidiano é, portanto, o espaço de representações em que as pessoas interagem com o meio, apresentando elementos individuais e coletivos de comportamentos, ideias, costumes e

crenças que moldam as sociedades e ajustam as individualidades ao coletivo. Examinando o modo como as pessoas subjetivam a cultura e dela se apropriam a partir de elementos que lhes são comuns, como objetos utilitários, linguagem e rituais, Michel de Certeau (1996) compreende o cotidiano como o espaço animado pelo conjunto de movimentos que se entrecruzam em um lugar praticado, *aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime* (idem, p. 31). Em contraposição às normas sociais, ele afirma que a vida comum compreende uma luta subconsciente e diária contra as instituições que regulam a sociedade, definidas como *estratégicas*, onde são desenvolvidas *táticas* de sobrevivência individual pelas pessoas comuns, mascaradas pela conformidade que evita conflitos diretos entre o indivíduo e a sociedade, de modo a preencher a falta de sentido do cotidiano como mero consumo. Essa falta de sentido corresponde à busca do vivido, dos projetos de vida que podem ou não se realizar, das paixões, frustrações e anseios que são experienciados no dia a dia.

Já Henri Lefebvre (1968) compreende o cotidiano como aquilo que é aparentemente insignificante e insatisfatório, mas articulado, *o humilde e o sólido, aquilo que vai por si mesmo, aquilo cujas partes e fragmentos se encadeiam num emprego do tempo* (idem, p. 31) e que gera a *cotidianidade* [referente a tudo que corriqueiramente acontece, mas que não é percebido porque é fugaz, reforçando a ideia de vida esvaziada de sentido pelo consumo alienador do tempo e do espaço] como cultura e hábito, em um espaço cheio de signos representativos de ordem. Desse modo, o cotidiano se configura como ambíguo e contraditório, apresentando riquezas [a apropriação do corpo, do desejo, da moradia, do espaço e do tempo, a criação] e misérias [trabalhos enfadonhos, a vida da subalternidade, o repetitivo da rotina operária] que se complementam.

O homem nasce inserido na vida cotidiana que é reproduzida culturalmente por todos os membros de seu grupo social, sem nenhuma exceção. Não há quem esteja fora dela, pois compõe o homem na sua individualidade, na medida em que se colocam em funcionamento todos os sentidos, capacidades intelectuais, sentimentos e ideologias que irão identificar o indivíduo como parte do grupo. Logo, a vida cotidiana consiste na verdadeira essência da substância social, contendo o indivíduo particular e genérico adaptado ao coletivo (Heller, 1970). Na mesma perspectiva, George Simmel (1977) interpreta o cotidiano como o espaço preenchido de vida social e moral que insere cada indivíduo em um grupo. E a moral é parte fundamental na análise do cotidiano, tanto quanto no entendimento sobre os enfrentamentos que ocorrem com a presença de viajantes [o elemento exógeno] no cotidiano dos destinos turísticos.

Ainda sobre essa premissa, o trabalho de Erving Goffman (2002) comparando a *vida cotidiana* ao teatro, no qual a atuação dos indivíduos contempla uma situação social ideal, tem uma relação direta com a manutenção do cotidiano dos territórios turísticos [a encenação], moldando a vida dos residentes. O autor afirma que, diante das outras pessoas, o comportamento individual tende a incorporar e reafirmar os valores oficialmente reconhecidos pela sociedade, tal qual a representação de um ator que persuade a plateia para que seu personagem seja aceito por todos, a partir de padrões coletivos, *mantendo-os por uma viva crença de que uma plateia invisível está presente, a qual punirá os desvios desses padrões* (idem, p. 80). Há, então, uma vantagem social que motiva cada pessoa a aparecer sempre sob um prisma moral constante, como um *personagem de palco*, em uma peça que constitui a vida real. O palco é o lugar público onde todas as pessoas [atores] representam os papéis que lhes cabe na peça, que é pública. A aceitação e acolhimento coletivos são os principais

desafios nessas performances. Assim, suprimem-se, na vida privada, as características consideradas inadequadas à sociedade.

O texto de Goffman faz uma importante menção à questão da diferenciação entre a vida pública e a privada, ressaltando como o cotidiano interfere de forma diferente nessas duas esferas. De acordo com os apontamentos de Jean Cohen e Andrew Arato (1994), o *público* se refere a algo sempre aberto, de ordem coletiva e definida a partir do empirismo; e o *privado* é o domínio de juízo autônomo, exclusivo do indivíduo. Então, o *público* corresponde à vida social exposta ao julgamento coletivo; e o *privado* se refere exclusivamente à pessoa, incluindo todos os seus desejos e idealizações que jamais serão concretizadas no seio de seu grupo social.

A comparação da vida pública ao teatro se refere ao fato de que tudo que é público é propenso ao julgamento do grupo social dominante: a plateia, que detém o poder de decisão sobre agradar ou repudiar o ator e sua performance. Por isso, o que pertence à ordem pública deve estar em conformidade com as referências coletivas de moralidade para serem devidamente aceitas e legitimadas pela sociedade. É justamente esse fato que potencializa, no viajante, o desejo de ultrapassar as fronteiras daquilo que sempre lhe foi determinado, utilizando-se das viagens como fonte de libertação e felicidade, pois, o viajante pode eleger os momentos que deseja que se tornem públicos [compartilhando imagens em redes sociais, por exemplo], dando uma margem maior de espaço temporal ao âmbito privado.

Ao passo que as novas sociabilidades e lugares causam estranhamentos e a quebra na ordem social e cultural, esse afastamento pode gerar conforto e liberdade frente às convenções sociais impostas pelo cotidiano do viajante. A sensação de liberdade é motivada pela ausência da identificação pública, uma quebra no tempo e no espaço. É nesse sentido que Victor Turner

(1974) faz menção ao comportamento liminar do turista, que come e bebe em demasia, fala alto e toma sol em excesso, o que não lhe é habitual na vida cotidiana. Em consonância, John Urry (1999, p. 17) entende o fenômeno turístico como [...] *uma ruptura limitada com rotinas e práticas bem estabelecidas*, permitindo que as pessoas se sintam estimuladas a ultrapassarem os limites impostos pela sociedade que lhe é referência moral.

No imaginário social, viajar [especialmente a lazer] corresponde à liberação de compromissos cotidianos que gera satisfação e contentamento, como um mecanismo de evasão. Em consonância com a ideia de liminaridade de Turner, Jost Krippendorf (2009) analisa o comportamento de turistas e afirma que o turismo pertence ao ciclo de funcionamento industrial que reproduz a sociedade moderna, na qual a viagem em férias ocasiona um *escapismo*, já que as pessoas têm a necessidade de se desfazerem temporariamente das pressões impostas pela vida cotidiana para saírem do ciclo de *condição normal*, isto é, do local onde se reside, trabalha e se têm vínculos sociais e afetivos com outras pessoas. Entretanto, o autor salienta que esse escape não funciona como um processo consciente e livre, mas sim, induzido pela ordem social dominante, baseado no consumo. Dessa forma, a viagem [principalmente durante o período de férias] cumpre um papel fundamental na manutenção da ordem social cotidiana, exercendo uma função de positividade e motivação frente ao dia-a-dia, em especial, pela agregação de *status* social [que é puramente simbólico e mantido por um breve momento de viagem que pode nunca mais se repetir]. Contudo, lembra que, mesmo em um processo transitório de afastamento, o turista leva em sua bagagem todo o aparato cultural e social que lhe pertence [itens usados no cotidiano], pois a viagem também requer familiaridade.

Mas o conceito de *zonas livres* vai além dessas questões: a viagem, bem mais que uma simples liberação de compromissos sociais, pode representar a liberdade das “prisões do cotidiano”, que incluem as frustrações de uma vida infeliz [profissional, familiar, amorosa e/ou sexual] que assombram as pessoas na *Modernidade líquida*, em que tudo é transitório. Nesse diapasão, Zygmunt Bauman (2001, p. 122) aponta que *o encontro de estranhos é um evento sem passado. Frequentemente é também um evento sem futuro, uma história para ‘não ser continuada’, uma oportunidade única a ser consumada enquanto dure e no ato, sem adiamento e sem deixar questões inacabadas para outra ocasião*; ideia que reforça as bases do conceito aqui apresentado. Sobre a analogia às prisões, o estudo de Michel Foucault (2004) é um importante referencial para este entendimento, visto que apresenta as punições e sofrimentos gerados pela privação da liberdade, pelo constante sentimento de vigilância que sofrem os encarcerados, que passam a ter *corpos doces* [doutrinados] e condenados moral e socialmente, levando a uma violência simbólica potencializada. Esses *dispositivos de encarceramento* são aqui comparados com as pressões regulatórias impostas pela vida em sociedade, que tanto oprimem quanto reprimem as pessoas, dizendo como devem agir desde seu nascimento e quais os códigos morais que são válidos em cada cultura. Ressalta-se, contudo, que este texto, em momento algum, se posiciona contrário à moral social e às leis que ordenam a sociedade, mas sim, contra a opressão simbólica que o poder de um grupo dominante exerce sobre a vida das pessoas em geral, quase sempre de forma machista, misógina, racista e homofóbica, evidenciando as diferenças individuais em nome de um suposto “bem social”.

É nesta perspectiva que a vida cotidiana se apresenta como o processo de regulação da subjetividade para a reprodução de um

sistema social homogêneo. Certeau (1994) alude ao esquema de operações e manipulações de técnicas coletivas regulatórias [geradoras de conflitos de identidade, sexualidade e julgamento moral, por exemplo] chamando-os de *procedimentos comportamentais*, que são corriqueiros, diários e, muitas vezes, reproduzidos inconscientemente. Tais procedimentos são disformes e inconstantes, variados de acordo com cada época, cultura e grupo social. Sua compreensão somente é possível a partir da captação de processos de repetição e fragmentação de ações diárias, que Michel Maffesoli (2000) define como *perduração da socialidade*, cujos vínculos sociais permitem capturar facetas culturais formadoras da identidade coletiva que caracterizam as pessoas e as colocam em determinados grupos capazes de segregar, limitar e estereotipar o que lhes é diferente, formando agrupamentos específicos: as *tribos*, que se aglutinam por semelhanças e repetem o mesmo padrão de comportamento. Logo, o cotidiano é composto por elementos que podem ser aprendidos e repetidos sistematicamente.

Nesse espaço comum de repetições sociais, Pierre Bourdieu (1989) chama de *habitus* o conjunto de disposições ativas que constituem a incorporação das estruturas sociais, sendo composto pela interiorização do que é dado e a externalização daquilo que foi aprendido, como um princípio gerador de práticas sociais [preferências pessoais e coletivas, linguagens, tribos, inclinações políticas, etc.]. Ademais, o autor chama de *habitus primário* aquele desenvolvido no ambiente doméstico; e *habitus secundário* aquele desenvolvido, sobretudo na escola [lugar de primeira socialização externa ao seio familiar]. Juntos, eles funcionam como princípios geradores das estratégias dos *agentes* [indivíduos socializados]. O *habitus* é unificador e homogeneizador, pois todos os *agentes* expostos aos condicionantes das mesmas posições sociais irão se mostrar

favoráveis à apresentação de estratégias similares, mesmo que, inconscientemente, isso seja opressor. Assim, o *poder simbólico* é invisível e só pode ser exercido por aqueles que a ele estão sujeitos. Bourdieu relata que os sistemas simbólicos exercem um poder estruturante que gera integração social e dominação no dia a dia. *As relações de comunicação são, de modo inseparável, sempre, relações de poder que dependem, na forma e no conteúdo, do poder material e simbólico acumulados pelos agentes* (idem, p. 11), como forma transformada e legitimada de outras relações de poder que o coletivo exerce sobre o indivíduo.

Repetir o que está socialmente instituído é, portanto, sinal de aptidão e pertencimento neste ou naquele grupo social, que exerce um poder simbólico sobre a vida de todos que se condicionam a ele, fato que não ocorre com o viajante. Mas, é importante destacar que, essa força de grupo que moraliza as pessoas e legitima suas ações sociais, tem menos influência na vida privada, muitas vezes mantida em sigilo, longe dos olhares comuns da vida pública. É nessa condição que o sigilo da vida privada se concretiza em guetos ou lugares fora do alcance do grupo social de referência do indivíduo transgressor, que pode encontrar, nas viagens, excelentes oportunidades para tal.

Essa condição oportuna para o viajante vai ao encontro de Krippendorf (2009), que entende a viagem como o espaço de compensação para as tensões comuns da sociedade, incluindo suas privações, desejos, fugas do cotidiano, desejo de felicidade e liberdade, de conhecimento, autonomia e de interações sociais novas. O autor defende que o ambiente estranho da viagem atua como libertador e propicia comportamentos alheios à cultura de origem do turista, que tem sempre como motivação o desejo de *deixar alguma coisa*, ou seja, de afastar-se do cotidiano, sendo mais importantes as distrações que encontrará na viagem do que propriamente o destino. A partir dessa linha de raciocínio, ele

expõe as *férias em guetos*, correspondentes aos espaços artificiais construídos para satisfazerem os desejos dos turistas, e lhes oportunizar liberdade, comodidade e o consumo do lugar como objeto exótico. Mas Krippendorf se atém ao espaço físico transformado pelo turismo e não as peculiaridades simbólicas apresentadas pelos viajantes em um cenário mais amplo, inclusive, fora dos guetos. Há de se considerar que muitos viajantes não ficam restritos aos espaços turísticos, tão pouco viajam somente em férias. Independentemente da motivação e do contexto da viagem, ela sempre ocasiona uma ruptura da vida cotidiana que pode despertar o desejo pelo novo ou pelo sonhado paraíso [sempre subjetivo].

Há de se considerar, também, que as viagens e suas consequentes sociabilidades momentâneas e esporádicas pouco ou em nada interferem nas relações sociais fixas do cotidiano, podendo ser uma maneira de compensação das deficiências e privações pessoais limitadas pelo *habitus*. Ao se materializarem as sociabilidades atípicas da viagem, cada pessoa tem a oportunidade de se inserir em um espaço social que lhe permita experienciar [temporariamente] outras realidades [líquidas], outras condições morais, novas sensações e, até mesmo, prazeres que são desejados, mas reprimidos pela moral social cotidiana.

Foucault (1994) trata da moral como *o conjunto de valores e regras propostas aos indivíduos por intermédio de aparelhos prescritivos diversos, como a família, as instituições educativas, as Igrejas, etc.* (idem, p. 32), o que pode gerar tanto uma doutrina coerente quanto um conjunto sistemático de elementos que se compensam e se corrigem, estabelecendo o *código moral* que prescreve a vida em sociedade e os comportamentos individual e coletivo. Mais além, ele destaca que a moral também se refere ao modo como cada indivíduo conduz suas ações e se adapta ao código social preestabelecido por seu grupo de pertencimento,

distinguindo-se o grau de conformidade ou divergência com que cada pessoa conduz moralmente suas experiências sociais ao longo da vida.

A moralidade, além de regular as práticas cotidianas, induz a (re)produção de estereótipos e estigmas relacionados à construção de uma identidade social dominante, que normatiza modelos estruturais como o casamento monogâmico e heterossexual, entendido, por diversas culturas, como *norma*. Com base nisso, excluem-se os demais formatos de união amorosa, que passam a ser condenados como anormalidades ou *desvios*. Sobre os conceitos de *norma* e *desvio* de comportamento social, Howard Becker (2008) entende que a *normatização* da vida pública é um processo político de afirmação e reconhecimento variável de grupo para grupo, legitimados coletivamente, de modo que o *desvio* compreende o confronto com a *norma*, materializando-se na contraposição entre o praticante e o reagente do ato praticado. Assim, a moral exerce, no *desviante*, um poder disciplinar justificado pela intervenção da *norma* na vida social em benefício daquilo que é considerado “bom” para determinado grupo social.

Do mesmo modo, Goffman (1988) trata das noções de identidade social construídas pela moralidade e que geram *estigmas* [marcas simbólicas ou físicas que desqualificam a pessoa frente ao grupo social em virtude de comportamentos passíveis de julgamento e condenação ou que a tornam *anormal*], podendo abranger deficiências físicas, relações genéticas de caráter individual ou o comportamento sexual. A principal e mais cruel consequência do *estigma* é o processo cotidiano de exclusão social e marginalidade imposta às pessoas por seu próprio grupo de referência, fato que gera sofrimento individual a fim de proteger o coletivo com a sustentação da norma.

Já Gilberto Velho (2003) e Richard Miskolci (2005) discorrem sobre a ideia de *diferença* como algo que está constantemente presente na vida social, na qual alguns indivíduos apresentam *divergências comportamentais* em relação a uma maioria que compõe o grupo social, o que também ocasiona em exclusão. Velho salienta que é preciso analisar a dicotomia indivíduo/sociedade para pensar o *desvio* a partir do caráter multifacetado da cultura, como um desajuste, visto que o *desajustado* é apenas um indivíduo que faz, em determinados momentos, uma leitura *divergente* de seu próprio grupo, não existindo, senão, na atuação dialógica em que o grupo ou o indivíduo se acusam por *estarem consciente ou inconscientemente quebrando, com seu comportamento, limites e valores de determinada situação sociocultural* (idem, p. 23). Apresenta, assim, um conceito de *divergência* para categorizar indivíduos que apenas não se encaixam em determinados grupos ou em situações pontuais, mas que podem se adequar a outros grupos e contextos socioculturais. E Miskolci, ao estudar as relações históricas e sociais do binarismo *normalidade-desvio*, aponta que *a norma desvaloriza o existente para corrigi-lo, ou seja, nenhuma regra é neutra, antes implica referência a um valor* (idem, 2005, p. 14), em que o *desviante* [anormal] emerge de uma hipotética natureza corrompida que o exclui ao invés de acolher.

Cada pessoa que apresenta *divergências* em relação a um determinado grupo mantém, na medida do possível/conveniente, um distanciamento que lhe assegure o bem-estar social durante suas fugas liminares. E, a viagem pode ser um momento conveniente de afastamento do cotidiano que vai motivar esse comportamento como uma necessidade vital, seja para o alívio do estresse, seja para compensar as frustrações de uma condição social que gera infelicidade. Disso decorre o sentido dos velhos

chavões do mercado turístico que se vende como a “viagem dos sonhos”, a “busca da felicidade” ou o “conto de fadas”. O ato de viajar, enquanto atividade econômica, social e cultural, se legitima como um subterfúgio, uma atividade benéfica [e certamente é] às sociedades repressoras, concedendo a oportunidade de se amenizar os sofrimentos individuais fora das prisões da vida cotidiana.

O segredo da viagem

Ao contrário de uma moral imposta e exterior, a ética do segredo é, ao mesmo tempo, federativa e equalizadora.
Michel Maffesoli, 2000.

Independentemente do destino, a viagem condiciona boa parte das oportunidades relacionada à fuga do encarceramento cotidiano. Contudo, duas condicionantes se apresentam mais favoráveis a essas rupturas: a primeira se trata do distanciamento social, isto é, uma viagem que, além do afastamento do grupo de origem, também gera distanciamento do círculo familiar; e a segunda, viagens que tem como destino os grandes centros urbanos, que são, por sua configuração espacial e cultural, naturalmente impessoais, concentrando boa parte das tribos e guetos por onde se pode transitar livremente, sem a necessidade de identificações ou pertencimentos de grupo.

Sobre a primeira condição, estão favorecidas as viagens a trabalho, para estudo, viajantes solitários ou viagens em grupos de amigos [quase sempre de mesma faixa etária, que compartilham dos mesmos gostos e realidades próximas e que, por esse motivo, podem sentir-se motivados a romperem as mesmas estruturas normativas]. O isolamento familiar é essencial neste caso, pois, a família é uma referência moral muito forte e

condicionante de um comportamento já aprendido desde a infância, a fonte primária da formação do caráter, com quem mais se convive e se compartilha a vida privada. Já entre amigos existe uma maior probabilidade de haver cumplicidade [considerando-se que são pessoas com quem se escolhe conviver e compartilhar uma viagem, diferentemente da condição familiar que é impositiva no que tange aos relacionamentos] e uma conduta de valores mais próxima e íntima: amigos tendem a pertencer ao mesmo grupo social e, em viagens, costumam ultrapassar juntos os limites das normas cotidianas, estabelecendo códigos de sigilo entre os membros do grupo, que se protegem mutuamente.

Em relação aos grandes centros urbanos, estes proporcionam um sentimento de liberdade frente à vigilância social: quanto maior o espaço urbano, menor é o sentimento de aprisionamento e vigilância. Consequentemente, maior é a sensação de segurança para se romperem as convenções sociais sem os riscos de condenações públicas [estigmas]. Ao discutir o urbano como espaço de interação social contemporâneo, Simmel (2005) o relaciona com os comportamentos corporais e a sociabilidade das pessoas para compreender de que maneira elas o ocupam e dele se apropriam, dando-lhe uso. Dessa forma, a cidade compõe o viver de seus habitantes, o cenário que configura certa impessoalidade natural.

É importante destacar que, em se tratando das dinâmicas sociais urbanas, a cidade é mais que um mecanismo físico e artificial de relações. Para Robert Park (1979), ela é *um estado de espírito, um corpo de costumes e tradições e dos sentimentos e atitudes organizados, inerentes a esses costumes e transmitidos por essa tradição* (idem, p. 27). O autor afirma que uma das questões mais elementares do fenômeno urbano se refere à dimensão e estrutura que a cidade possui e que impressiona aqueles que a habitam, seja por sua complexidade e vastidão, seja

pela organização social, que consegue abrigar a todos, atendendo as necessidades, projetos e interesses de variados grupos. Por isso, fascina, envolve e é parte da vida de seus habitantes. O autor trata, ainda, da mobilidade do homem individual, para a qual a cidade, em virtude do desenvolvimento das comunicações e dos transportes, oferece um espaço fluído, correspondente a uma *mobilização do homem individual*, que multiplica as oportunidades de contato e associação com semelhantes, sem estabelecer vínculos afetivos. De igual maneira, os processos de segregação populacional presentes nos grandes centros urbanos constroem distâncias morais que criam *pequenos mundos que se tocam, mas não se interpenetram* (idem, p. 62), facilitando a passagem de um meio moral a outro em busca de novas experiências e sociabilidades que não comprometam a vida cotidiana. Logo, a vida cidadina apresenta um caráter superficial que tende, pela falta de unidade, a produzir indivíduos divergentes que se agregam por interesses comuns.

De acordo com Milton Santos (2008), a cidade possui uma organização moral e física que interpenetra a vida social, cujo sistema de objetos e ações tende a uma artificialidade a partir de práticas cotidianas sempre atualizadas por novas tecnologias, dinâmicas sociais e inter-relações pessoais, entendidas por Gilles Deleuze e Félix Guattari (1995) como *técnicas corporais* reiteradas, cíclica ou linearmente, envolvendo deslocamentos, permanências, aproximações e afastamentos, agrupamentos e dispersões regulares, esporádicas ou excepcionais no espaço. Santos destaca, também, que o espaço urbano evolui com o movimento da sociedade, como um verdadeiro campo de forças desiguais que deve ser considerado a partir do conjunto de funções e formas do passado e do presente, representativas de relações sociais firmadas em uma estrutura organizacional. Já Maffesoli (2000) o compreende como uma sucessão de territórios

onde as pessoas se fixam buscando abrigo e segurança, tomando posse e construindo suas relações de maneira quase que efêmera, onde aparecem as *massas-tribos*. Assim, o autor apresenta o *tribalismo* como grande tendência da cidade em que, quanto mais abertas são as possibilidades de interação social, maior é a autopercepção do indivíduo sobre seu mundo [que não se limita às regras impostas por seu grupo], bem como maiores são as dinâmicas de interação entre os grupos que cada pessoa transita.

A ampliação do universo de convivência e experimentação social, fator demarcado das viagens que, inevitavelmente, condicionam novas socializações e regras, pode corresponder à maior elaboração de um projeto de vida e pertencimento ou participação em uma determinada *tribo urbana*: uma rede de *iguais* que enfatizam normalmente o que lhes é próximo na relação entre pessoas e lugares, tendendo a um isolamento natural: os *localismos* que favorecem o *espírito de máfia* [cooperação e proteção]. Então, o urbano é entendido aqui como um lugar social, capaz de se construir coletivamente a partir de contextos individuais que formam espaços segregados, congregando nichos, sons, sabores e cores que abrigam a todos.

A diversidade de estruturas físicas e sociais presentes nas cidades constitui um espaço cosmopolita de relações chamadas, por Velho (1999), de *sociedades complexas*: uma heterogeneidade cultural e social, na coexistência harmoniosa e plural das diferenças humanas; um conjunto de símbolos utilizados nas interações urbanas cotidianas. Essa complexidade é interpretada por Saskia Sassen (1998) como *global*, capaz de concentrar a diversidade, cujos espaços se formam a partir da *cultura corporativa* dominante e na multiplicidade de outras culturas e identidades, especialmente por meio do trânsito global de pessoas. Este cenário corresponde, aqui, ao universo das viagens e suas inúmeras facetas transformadoras das sociedades

e agregadoras das divergências de viajantes que transitam pelas *zonas livres* como espaços simbólicos globais típicos das sociedades complexas.

Nessa dinâmica urbana, na qual as relações sociais se interpenetram ao mesmo tempo em que se isolam, Simmel (2005) fala da *atitude blasé* como uma apatia diante da oferta de prazeres que estimulam a vida, causando a ausência de reação e a falta de distinção entre as coisas. O autor a compara com um estado de espírito, uma forma de viver sem graves conflitos internos e externos, avessa e estranha ao contato muito próximo [que pode ser confundido como invasão de privacidade], mas que não chega a gerar isolamento [e sim, individualidade], fato que causa o afastamento do coletivo em busca de socializações mais seletivas e direcionadas. Isso certamente não ocorre em cidades pequenas onde a vigilância social é expressivamente maior, as pessoas se conhecem e se protegem [inclusive de turistas, por conta de seus comportamentos desviados ou suas culturas divergentes]. Por esse motivo, a grande cidade se torna um refúgio, principalmente para aqueles que, em algum momento, divergem do comportamento padrão: sendo menos vigiados são, igualmente, menos punidos. Para Santos (2006, p. 258), *a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir*, sendo os fracos as minorias sociais que emergem na vida dos centros urbanos como chamuscas que, hora ou outra, queimam na cidade, impondo-a como um lugar libertador, em práticas criativas de novas sociabilidades e moralidades temporárias, livres de estigmas.

É de suma importância compreender o sentimento de solidariedade e identidade que grupos discriminados desenvolvem dentro dessas sociedades. Velho (1999), em sua pesquisa sobre um grupo de usuários de tóxicos, identificou que havia uma solidariedade entre membros da mesma camada social, sentimento que nascia de uma identidade de classe, muito mais

que pelo uso da droga. Mesmo em uma situação clandestina, há uma maior identificação com pessoas da mesma esfera cotidiana, do que propriamente com a clandestinidade. No processo de socialização, o autor retrata a existência de atores que, mesmo na grande cidade, convivem em redes de relações restritas e estão constantemente sujeitos a invasões de seus mundos, alimentando lugares marginais que Park (1979) chama de *regiões morais*, permanentemente estimulados ao convívio, ao mesmo tempo em que cultivam a atitude *blasé* como mecanismo de adaptação a esse estilo de vida. A partir desse pressuposto, a *região moral* é um espaço segregado na cidade, que pode ser um domicílio, um ponto de encontro ou reunião, estabelecendo dinâmicas morais variadas, com pequenos mundos que se tangenciam, mas não se fundem, possibilitando o trânsito moral do indivíduo entre vários grupos, com experiências separadas que podem não interferir na vida social cotidiana.

O pertencimento a um grupo social cria um sentimento de sobrevivência e mutualismo em busca de trocas de experiências e curas das frustrações e melancolias, a fim de se experimentar prazeres diversos. Nesse sentido, a tribo se mantém vibrante na sociedade complexa global, plural e contagiante, que agrega novos membros e novas relações cotidianas, agrupando pessoas que desempenham papéis sociais específicos e construindo espaços concretos, simbólicos e/ou virtuais de convivência harmoniosa.

Os conceitos de *região moral* e de *tribos urbanas* aproximam-se da ideia de *guetos* como refúgios marginais encontrados na grande cidade, o que não seria novo para pensar o comportamento do viajante que fica recluso em espaços turísticos para se manter protegido dos perigos do lugar estranho, além de ter suas necessidades atendidas em um território que é exclusivamente produzido para ele. Autores como Louis Wirth

(1928), Kenneth Clark (1965) e Loïc Wacquant (2004) discutem o *gueto* como um espaço marginal comum entre pessoas estigmatizadas por diferentes motivos, como cultura, etnia, condição sexual, estilo de vida, política e trabalho, entre outros. Na mesma perspectiva, Néstor Perlongher (2005) chamou de *territórios marginais* os *guetos gays* paulistanos, contemplando uma fragmentação do espaço urbano como recurso de sociabilidade e competição que formam comunidades, como também cita Ronaldo Trindade (2005), em estreitos territórios demarcados e, quase sempre, periféricos.

Mas, é preciso considerar que nem todos se integram a um grupo geograficamente institucionalizado, fato bastante corriqueiro no cenário das viagens e comum da condição do viajante que, em virtude do pouco tempo de permanência nos destinos, raramente se territorializa. Na maioria das vezes, ele tem uma breve oportunidade de experimentar aquilo que lhe parece agradável, despertado pelo desejo de consumir algo que não se tem ou não se pode ter por conveniência moral/social. O resultado desse contato costuma ser uma experiência de viagem que se manterá para sempre em segredo [na vida privada], sem vínculos futuros. Então, não existe a participação e pertença concreta a uma tribo.

Contudo, o sentimento de proteção e proximidade entre iguais [pessoas que se aproximam por interesses comuns] é determinante na experiência da viagem, fato que remete à ideia de *comunidades imaginadas* de Benedict Anderson (2008), que explica o sentimento nacional de pátria. Esta comunidade é, ao mesmo tempo, limitada e autônoma, legitimada e diferenciada por um estilo próprio e o uso de recursos específicos que possibilitam sua existência, sem, contudo, materializar-se: seus membros não se conhecem, mas se reconhecem e estão intimamente ligados por símbolos, referências e experiências

comuns. A comunidade se constitui simbolicamente a partir de um sentimento de pertença, de caráter emocional, estabelecida por uma *camaradagem horizontal* [proteção] e a constituição do coletivo em *redes de parentesco* imaginadas. Então, para o viajante que busca romper as estruturas de seus cotidianos, encontrar seus iguais lhe garante esse sentimento de proteção, pois, outros como ele também praticam rupturas morais na mesma esfera simbólica e não o condenarão por isso. Nesse contexto, a viagem se torna uma forma de compensação do encarceramento diário pelo encontro com o outro [igual], transpondo os limites do público e do privado por meio de novas interações sociais. É assim que viajantes acabam se entregando aos prazeres do sexo, por exemplo, que ainda são grandes *tabus* opressores da vida em sociedade.

Outro importante facilitador desses comportamentos nos grandes centros urbanos é a *película protetora* do anonimato presente nos espaços públicos (Colette Pétonnet, 1987), que geram anonimato por serem locais de transição constantemente renovados, em que o peso dos constrangimentos sociais é relativamente baixo. O anonimato é dependente de mobilidade e velocidade de rotação: é elástico, uma *membrana protetora* que se estende de opaco para transparente de acordo com lugares, circunstâncias e pessoas envolvidas. Considerando-se a fluidez do viajante [em constante movimento], seu anonimato já se inicia com o distanciamento do grupo de pertencimento e se reforça no centro urbano pela atitude *blasé*.

Quando Jovanka Scocuglia (2011) apresenta a ideia de *metrópole fragmentada*, com base nos estudos de Simmel, ela expõe que o anonimato e a impessoalidade são partes componentes da metrópole, onde o espaço e o tempo estão divididos pela homogeneidade das ações humanas, com base nas novas tecnologias e seu acelerado crescimento, que encontram,

como principais representantes, o turismo, a televisão e a *Internet*, gerando impessoalidade na homogenia. Em consonância, Miskolci (2005, p. 12) afirma que *as metrópoles geraram um meio social realmente novo, mas, sobretudo, concentraram fenômenos e permitiram ver o que antes permanecia oculto*, justamente em virtude da facilidade que o anonimato urbano traz, abarcando um maior número de indivíduos lançados a atividades supostamente imorais, com menos controle do que teriam em cidades menores, sistematicamente vigiadas pela coletividade.

As experiências subjetivas e os conflitos sociais também são próprios da grande cidade, provenientes da constituição sensorial na vida coletiva. Velho alude à *mobilidade do indivíduo* da metrópole em poder transitar entre vários grupos, com *a possibilidade de desempenhar papéis diferentes em meios sociais distintos, não coincidentes e, até certo ponto, estanques. Isto é o que seria anonimato relativo* (idem, 2000, p. 20). Desse modo, ele afirma que a mobilidade dificulta a unicidade: o sujeito anônimo no grupo A pode ser líder no grupo B, já que o anonimato nunca é absoluto, mas, sim, relativo e direcionado pelo próprio indivíduo.

O anonimato urbano se refere a uma perda momentânea de identidade social, ocasionada pelo afastamento do grupo social fixo com o intuito de salvaguardar ações liminares diversas, que devem ser mantidas em segredo [fora do cotidiano], tal qual acontece na viagem. Ao escrever a respeito das *sociedades secretas*, Simmel (1905) trata o segredo como algo inerente à sociedade, pois somente se conhece uma pessoa socialmente e não verdadeiramente [a verdade é mantida na vida privada]. A noção que se tem do *outro* é exatamente o que ele quer demonstrar. Logo, todo conhecimento sobre determinada pessoa é relativo e referente ao que é externo [social]. O autor chama atenção para o papel das *máscaras*, que moldam e integram o

indivíduo ao grupo social por códigos ou símbolos que reforçam sua identificação com determinado grupo, o que vai ao encontro das comparações de Goffman sobre o cotidiano e o teatro. E Maffesoli, inspirado em Simmel, também trata do segredo como um *egoísmo de grupo*, uma forma de resistência e autonomia de grupos menores em sobreviver às imposições mais amplas da coletividade. Nessa perspectiva, há informações, códigos e compartilhamentos internos que mantêm o *segredo* salvaguardado: quando se partilham hábitos, ideologias e ideais, é constituída uma ética de proteção ao mundo exterior, fomentada por um sentimento de camaradagem.

O segredo é um dos principais mecanismos de manutenção e proteção das *zonas livres* em que se configuram os espaços simbólicos de liberdade. Essa segurança é mantida justamente porque nas *zonas livres* se experienciam sensações proibidas, condenáveis, e, certamente, conhecidas apenas por seus próprios agentes realizadores. É, portanto, subjetiva e volátil, diferente para cada indivíduo em experiências desejadas e viagens oportunas, envolvendo as mais variadas formas de prazer.

As Zonas Livres

*A necessidade e o desejo vêm do ventre e do sexo,
mas também podem ser atiçados pelos olhos.
Os prazeres podem ser uma força perturbadora,
mas apenas quando estão sem rédea, sem
comando (...).*
Fernando Santoro, 2007.

O convívio em sociedade e o bem-estar cotidiano dependem de regras que estabeleçam limites entre o certo e o errado. O problema está no fato de que esses limites tendem a privilegiar uns em detrimento de outros, gerando exclusão social, segregação espacial [guetos] e encarceramento psicológico de

indivíduos divergentes que passam a reprimir suas subjetividades para tentarem se adequar à ordem dominante.

Na obra original, o conceito de *zonas livres* é demonstrado pela fuga sexual de homens perfeitamente ajustado à norma social [heterossexuais, casados, brancos e de classes média à alta] que se utilizam o momento da viagem para experienciarem fantasias sexuais com outros homens igualmente ajustados, criando uma relação mútua de conveniência entre viajantes e residentes de grandes centros urbanos, de maneira que, psicologicamente, lhes é sancionada a possibilidade de sentirem prazer sexual e realizarem suas fantasias sem se aproximarem do estereótipo do homossexual. A viagem a trabalho [oportunidade de afastamento da vida cotidiana e sem a presença da família] se torna, nesse caso, uma fuga do encarceramento social ao qual esses homens se submetem por medo de sofrerem estigmas e por repressão de sua própria cultura e seio familiar, fato que lhes impõe um modelo de comportamento masculino heterossexual e patriarcal, machista e homofóbico.

Como conceito fundamental, as *zonas livres* desempenham um importante papel na compreensão do comportamento individual durante as viagens; e que transcende o espaço do gueto, pois nem sempre ele é o palco das transgressões do cotidiano. A viagem tem um papel-chave como atividade que propicia o estranhamento do cotidiano em uma lacuna de tempo, oportunizando sociabilidades momentâneas que se manifestam e se mantêm apenas na esfera privada, visto que a experiência do viajante é única e individual, fora dos muros de sua própria prisão. Este, por sua vez, pode, dentro de suas *zonas livres*, transgredir o *habitus* para sentir prazer em diferentes cenários de sociabilidade, restritos ou não à vida privada.

Dessa forma, as *zonas livres* ultrapassam o conceito de gueto, territórios marginais e regiões morais [que são

predominantemente territoriais/físicos], para dar forma ao espaço simbólico de conforto e proteção que cada viajante estabelece para se manter livre de estigmas. Por serem individuais e privadas, não há modelos definidos: a *sensação de liberdade* gerada pelo conforto de se estar em um lugar livre de condenações morais impulsiona, no viajante, bem-estar e contentamento pela experiencição de um prazer que lhe é exótico, seu paraíso particular, podendo ou não envolver seus iguais [pode ser a simples experiência de se embriagar em um bar, dançar livremente, sem se preocupar em qual horário e estado físico e moral se chegará em casa; até porque ele não irá para casa encontrar seus algozes]. Como um universo particular, ultrapassa o conceito das tribos para se aproximar das comunidades imaginadas por meio de uma camaradagem horizontal [a manutenção do segredo] que se mantém resguardado nas lembranças [memória abstrata] da viagem. Seus relatos posteriores, sem registros físicos, podem ser selecionados e recortados de acordo com a conveniência de cada momento. De qualquer forma, o mais comum é que as *zonas livres* permaneçam ocultas, invisíveis.

A viagem é o palco onde as cenas [experiências] podem ser escolhidas. A transgressão das normas e a apropriação simbólica de lugares, objetos, fetiches e pessoas são elementos predispostos ao consumo no mercado turístico. Contudo, pode haver estranhamentos sociais frente às *zonas livres* quando determinados comportamentos dos viajantes ultrapassam publicamente os códigos morais do lugar, o que não é predominante, mas acarreta em conflitos entre visitantes e visitados. Ainda nesses casos, o impacto moral para o viajante é mínimo, visto que ele se encontra distante do cotidiano, em uma condição de anonimato parcial ou total. Além das relações sociais no lugar visitado, muitos enfrentamentos costumam acontecer no

universo psicológico do próprio indivíduo, que precisa se sentir encorajado e seguro para romper parte dos laços cotidianos que o aprisionam em si mesmo. Isso é possível especialmente porque a transgressão escolhida [encorajada por seus desejos mais secretos] é temporária e fugaz, uma experiência única que, boa ou ruim, permanecerá na lembrança da viagem.

Em breves momentos de concretude, as *zonas livres* podem se materializar nos guetos como um refúgio de socialização; mas esse lugar jamais será impositivo ou demarcado, visto que é simbólico e subjetivo, estendendo-se por toda a viagem [a socialização no gueto pode se estender ao hotel ou, de modo menos convencional, permanecer por toda a viagem]. O mais comum é que haja variações motivadas por cada oportunidade de transgressão separadamente, considerando-se o lugar, o momento, as vontades individuais e as pessoas envolvidas. Nesse âmbito, pode-se afirmar que elas não se repetem enquanto experiência subjetiva e são variáveis no tempo e no espaço.

Uma de suas manifestações mais usuais repousa sobre o universo *on line*, que configura a *zona livre virtual* como um lugar de interação social por meio de *chats*, *blogs* e aplicativos diversos, reunindo perfis de pessoas que criam personagens virtuais ideais para se socializarem com os demais membros do grupo, protegidos pelo anonimato da tela que os mantém em segurança e que, no caso dos viajantes, lhes dão acesso às tribos locais e as informações que possam ser úteis na articulação de suas possíveis transgressões. O exemplo mais clássico aqui são os aplicativos para encontros sexuais rápidos, que funcionam como um sistema de radar e que elegem potenciais parceiros com base nos perfis cadastrados, aparecendo, com frequência, a presença de viajantes que passam a ser disputados por residentes interessados em encontros com parceiros de fora de seus círculos sociais, garantindo-se o segredo. Alguns aplicativos demarcam a

presença do viajante com um símbolo que atesta que a cidade de origem que foi cadastrada no referido perfil não é aquela em que este se encontra. O universo *on line* costuma ser o início do processo de transgressão, que tende a migrar para o encontro presencial.

Já a *zona livre presencial* se estabelece a partir de um lugar comum em que se materializam os desejos a serem experienciados, assegurando ao transgressor uma liberdade de ação e tolerância social. Isso pode acontecer em um roteiro gastronômico em que se opta pelo excesso de comida, sem preocupações com a estética; na formulação de roteiros de teatro e cinema, com temas que são de interesse estritamente particular, abrangendo questões de sexualidade, por exemplo; a participação em eventos temáticos como Paradas do Orgulho LGBTI+; a busca por sexo em suas mais variadas expressões; a liberdade de estar sozinho em um quarto de hotel onde se pode dormir nu, realizar fantasias sexuais, dormir em demasia, assistir canais proibidos, comer em cima da cama; dentre outras tantas ações que podem parecer ingênuas para alguns, mas que são fantásticas realizações para outros.

Vale destacar que as rupturas mais recorrentes nas *zonas livres* se referem à busca por parceiros sexuais [mas não se limita a isso, podendo ser aplicada às mais variadas situações], fato que não acontece por acaso. Os códigos prescritos da sexualidade se consistem, na maioria das vezes, em severas repressões ao desejo, regulando o comportamento e os papéis de homens e mulheres na sociedade. Tomando como exemplo o caso do Ocidente, predominantemente cristão, a sexualidade e o ato sexual são mantidos na vida privada, regulados por normas que impõem relações de dominação masculina, subordinação feminina e inferioridade de todas as formas alternativas de prazer que não se enquadrem na moral heteronormativa e monogâmica. Essa

condição coloca a viagem como uma grande catalisadora dos desejos sexuais reprimidos e, não por acaso, o aumento da busca por sexo é uma das principais consequências do desenvolvimento turístico, seja qual for o modelo adotado e a forma como se tem acesso ao sexo, comercial ou não.

Sobre estes fatos, considera-se que, tanto na *zona livre virtual* quanto na *presencial*, o viajante é sempre atraente ao residente [independentemente da condição sexual] que pode se aproximar de um desconhecido [um anônimo] com quem vai desfrutar de breves momentos de prazer, sem compromissos futuros e relações cotidianas. No mesmo caminho, o residente é apenas um desconhecido para o viajante [que tem ainda uma proteção extra por estar longe de seu grupo de origem]. É assim que se estabelece a camaradagem que envolve a todos no segredo de atos que raramente voltarão a se repetir [ao menos entre os mesmos parceiros]. Assim, esses espaços simbólicos se constituem livres de moralidades preconcebidas e de roteiros de comportamento sexual, deixando com que o desejo tome forma e a identidade social não importe [não há identificação entre os pares, sendo comumente utilizadas informações falsas de perfil apenas para se manter o mínimo de sociabilidade que sustente o momento]. Dessa maneira, também são espaços livres da vigilância e das punições sociais cotidianas.

Seja qual for a circunstância, a segurança emocional se impõe como base existencial das *zonas livres*. Como um rito de passagem, um espaço liminar, pode, ainda, existir um momento de adaptação e conformidade ao medo do desconhecido e suas possíveis consequências [caso alguma coisa sai do controle, pois é inegável que também envolve risco]. Essa adaptação é chamada de *zona de transição* e se materializa pela dúvida, pelo sofrimento e receio do novo, de como pode ser a experiência da liberdade, que é prazerosa e igualmente assustadora. É como um animal em

cativeiro que, quando solto, não tem certeza se deve ir embora, pois não sabe sobreviver sozinho, sem os comandos de um opressor. Essa *zona de transição* acontece quando o viajante está isolado de seu grupo, mas não se sente seguro o suficiente para ultrapassar as fronteiras de sua própria moralidade; ou antes mesmo da viagem, quando se criam expectativas sobre as *zonas livres*, gerando mais ansiedade [e sofrimento] que prazer. É, portanto, uma fase liminar de encorajamento, muito importante para os viajantes que estão iniciando seus passeios pelas *zonas livres* ou que sofrem em demasia com o controle social. A possibilidade de fazer algo considerado errado pelo próprio agente da ação [como uma traição conjugal ou frequentar guetos, por exemplo] já é motivo de angústia, em que prazer [vida privada] e moral [vida pública] se confrontam.

Desejo e prazer, que correspondem a uma plenitude, uma vida feliz quando atingidos, apresentam-se como a força motora dessas transgressões. A invisibilização social sustenta o espaço liminar de experiência do novo, que rompe com a ordem social dominante. A viagem efetivamente é capaz de aliviar as tensões pessoais referentes à normatização da vida pública, sancionando e legitimando rupturas do cotidiano na vida privada dos viajantes, o que gera prazer, uma sensação de contentamento pela liberação das amarras sociais que aprisionam as pessoas.

As *zonas livres* correspondem, então, a um *mecanismo de inversão silenciosa* de valores coletivos que auxilia na manutenção da ordem social, configurando-se como espaços simbólicos e fragmentados de realização pessoal, liberação moral e inclusão da diversidade humana na busca pela felicidade.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão donacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BECKER, Howard [1963]. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1989.
- CLARK, Kenneth. *Dark Ghetto: dilemmas of social power*. 2 ed. New York: Harper & Row, 1965.
- COHEN, Jean; ARATO, Andrew. *Civil society and political theory*. Cambridge: Mass, MIT Press, 1994.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano I: Artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano 2: morar, cozinhar*. Petrópolis: Artes de Fazer, 1996.
- DELEUZE, Gilles; GUATARRI, Félix. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, v.1. São Paulo: Editora 34, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: o nascimento da prisão*. 29ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- _____. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Lisboa: Relógio D'Água, 1994. – (Coleção Antropos).
- GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

_____. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes tropiques*. Paris: Plon, 1999. – (Collection Terre Humaine/Poche).

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. 4 ed. São Paulo: Paz e Terra, 1970.

KRIPPENDORF, Jost [1989]. *Sociologia do Turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3 ed. rev. e ampl. São Paulo: Aleph, 2009. – (Turismo).

LANZARINI, Ricardo. *Zonas livres: entre viagens, trabalho e sexo*. Ituiutaba/MG: Barlavento, 2016.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1968.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

MISKOLCI, Richard. Do desvio às diferenças. *Teoria e Pesquisa*. v. 2, n. 47, 2005, p.9-45.

PARK, Robert. A cidade: sugestões para a investigação do comportamento humano no meio urbano. In: VELHO, O. G. (org.). *O fenômeno urbano*. 4 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p.13-28.

PERLONGHER, Néstor. Territórios marginais. In: GREEN, J.; TRINDADE, R. (org.). *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 266-290.

PÉTONNET, Colette. L'anonymat ou la pellicule protectrice. *Le temps de la réflexion: la ville inquiète*, v. 8, 1987, p. 247-261.

SANTORO, Fernando. *Arqueologia dos prazeres*. São Paulo/SP: Objetiva, 2007. – (Coleção Filosófica).

SANTOS, Milton. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Edusp, 2008.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4º ed. São Paulo: USP, 2006.

SASSEN, Saskia. *As cidades na economia mundial*. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SCOCUGLIA, Jovanka Baracuhy Cavalcanti. Cultura e Urbanidade: da metrópole de Simmel à cidade fragmentada e desterritorializada. *Caderno Metropolitano*. São Paulo, v. 13, n. 26, 2011, p. 395-417.

SIMMEL, George. As grandes cidades e a vida do espírito (1903). *Maná*, v. 11, n. 2, 2005, p.577-591.

_____. *Sociología 2: estudios sobre las formas de socialización*. Madrid: Biblioteca de la Revista de Occidente, 1977.

_____. A sociologia do segredo e das sociedades secretas. In: *The American Journal of Sociology*, v. 9, n. 4, 1905.

TRINDADE, Ronaldo. Fábio Barbosa da Silva e o mundo acadêmico de sua época. In: GREEN, James; TRINDADE, Ronaldo. *Homossexualismo em São Paulo e outros escritos*. São Paulo: Unesp, 2005, p. 241-262.

TURNER, Victor. *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. 2 ed. São Paulo: Studio Nobel/SESC, 1999 – (Coleção Megalópolis).

VELHO, Gilberto. (org.). *Desvio e divergência: uma crítica da patologia social*. 6 ed. São Paulo: Jorge Zahar, 2003.

_____. Individualismo, anonimato e violência na metrópole. *Horizontes Antropológicos*. Porto Alegre, v. 6, n. 13, 2000, p.15-29.

_____. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

WACQUANT, Lóic. O que é gueto? Construindo um conceito sociológico. *Revista de Sociologia Política*. Curitiba, n. 23, 2004, p. 155-164.

WIRTH, Louis. *The ghetto*. Chicago: University of Chicago Press, 1928.

CAPÍTULO 11

ECARAYNHA: A INVENÇÃO TURÍSTICA DO SÍTIO GAMBOA DO JAGUARIBE – NATAL/RN

*Maria Rafaella Marques de Paiva
Andréa Virgínia Sousa Dantas.*

Ypyrunga: o ponto de partida

É notório que a atividade turística tem crescido substancialmente, durante o último quarto de século, como um fenômeno econômico e social. A percepção de que a exploração da atividade em determinado destino, turisticamente consolidado ou em potencial, está atrelada a diversos fatores que vão além dos tradicionais impactos positivos e negativos, bem como de uma perspectiva exclusivamente econômica, fomentou a expansão dos estudos sobre a temática, a exemplo das contribuições feitas por teóricos brasileiros como Alexandre Panosso Netto (2015), Luiz Gonzaga Godoi Trigo (2000), Marília Gomes dos Reis Ansarah (2015), Mário Carlos Beni (2007), Susana de Araújo Gastal (2003), dentre outros. No entanto, é possível observar que grande parte desses estudos discorre acerca da dinâmica presente nas relações entre fixos e fluxos de uma localidade na qual o turismo já vem sendo desenvolvido ou das potencialidades que podem ser exploradas pela atividade em locais onde a prática ainda é inexistente ou diminuta, desconsiderando-se a origem turística das destinações.

É preciso conhecer o passado para planejar melhor o futuro. O estudo da Invenção Turística amplia a percepção das transformações sofridas pelos lugares e os consequentes impactos para a população autóctone. É uma análise profunda, que resgata

elementos do passado capazes de explicar fenômenos presentes e auxiliar no desenvolvimento de estratégias para o futuro. É conhecer o destino além do que se vê. É descobrir a história da árvore. Saber o tipo de semente, quem cavou o buraco, quando ocorreu o plantio, como estão fincadas as raízes e outras informações importantes, para então planejar a poda.

Analisando-se alguns trabalhos (cf. Quadro 1), é possível perceber que a temática *Invenção do Lugar Turístico* desperta o interesse de pesquisadores de cursos como Geografia, Antropologia e até mesmo Arqueologia. Há escassez de contribuições sob a perspectiva de quem estuda o fenômeno turístico e possivelmente lidará de maneira mais direta com questões referentes à Invenção Turística. Também é possível observar que a região Nordeste se destaca na produção associada ao tema. No entanto, essas pesquisas se concentram nos estados da Paraíba, Piauí e Sergipe, não havendo trabalhos sobre invenção turística no Rio Grande do Norte. Além disso, não percebeu-se pesquisas atuais sobre o assunto. As contribuições mais recentes foram publicadas no período que compreende os anos de 2007 a 2013 (cf. Quadro 1).

Quadro 1. Produção Acadêmica Acerca da Temática “Invenção Turística”

Autor (a)	Ano	Título	Palavras-chave	Área	Periódico
Antônio José de Araújo Ferreira	2007	O Turismo e a Produção do Espaço no Estado do Maranhão, Brasil.	Turismo. Produção do Espaço. Maranhão.	Geografia	Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales
Rosa Moura	2007	O Turismo no Projeto de Internacionalização da Imagem de Curitiba.	Turismo Urbanístico. Turismo e Imagem Urbana. Modelo. Curitiba.	Geografia	Turismo – Visão e Ação
Daniela Caruza Gonçalves Ferreira	2012	A Invenção de Barra Grande: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do Piauí.	Turismo. Mudança Social. Conflitos. Barra Grande.	Antropologia e Arqueologia	Universidade Federal do Piauí
Josélio dos Santos Sales	2012	A Invenção de Cabaceiras como Cidade Turística a Partir da Cultura do Bode e das Produções Cinematográficas.	Desenvolvimento Local. Cultura. Turismo. Teoria dos Sítios.	Desenvolvimento Regional	Universidade Estadual da Paraíba

Christian Jean-Marie Boudou	2013	Da “Cidade-Saúde” À “Cidade-Turismo”: a invenção da praia turística de Guarapari (ES). Uma geografia histórica dos usos do litoral.	-	Geografia	Universidade Federal de Sergipe
-----------------------------	------	---	---	-----------	---------------------------------

Fonte: Dados De Pesquisa, 2018.

O nascimento turístico de um lugar é o que o geógrafo Rémy Knafou, em seu artigo “*L’Invention du lieu touristique: la passation d’un contrat et le surgissement simultané d’un nouveau territoire*” (1991), denomina de invenção turística. Ao promover uma reflexão acerca dos termos “invenção” e “descoberta”, o autor sugere que “invenção” seria a forma mais adequada de nomear o processo, uma vez que o objeto da “descoberta” não é o lugar em si, mas uma nova forma de utilização desse mesmo lugar. O conhecimento dessa gênese é de extrema importância para o planejamento da atividade turística, pois viabiliza a compreensão do contexto no qual o lugar encontra-se inserido.

A partir disto, surge a seguinte indagação: Quais as características e condições do Sítio Gamboa do Jaguaribe como invenção turística? Para tal, faz-se necessário investigar quem foi/foram o(s) inventor(res), bem como caracterizar o processo de invenção. Desta feita, o presente estudo objetiva: analisar as características e condições do Sítio Gamboa do Jaguaribe como uma invenção turística relevante. Como objetivos específicos: (a) identificando os processos de subversão ou ressignificação de espaços e equipamentos; (b) identificando a incorporação de novos territórios (poder de conquista); e (c) descrevendo o

potencial turístico do lugar segundo os atrativos e atividades turísticas desenvolvidas, as infraestruturas de visitação construídas e os serviços prestados.

Localizada na Zona de Proteção Ambiental ZP-8, às margens do Jaguaribe, principal afluente do Rio Potengi, o Gamboa do Jaguaribe é um sitio histórico-ecológico destinado à educação ambiental e à disseminação da cultura indígena. A escolha do objeto se deu, principalmente, em virtude da viabilidade logística, ou seja, o fácil acesso no sentido de distanciamento, apesar de grande parte da população autóctone desconhecer a existência de um espaço indígena na cidade do Natal, sobretudo na Região Administrativa Norte.

Para atingir os objetivos do estudo, foi adotada uma metodologia que consiste em pesquisa sob uma perspectiva etnográfica exploratório-descritiva, de abordagem qualitativa, que utilizou os procedimentos de análise documental, entrevista e pesquisa de campo, bem como revisão bibliográfica para a coleta dos dados.

O texto encontra-se dividido em um capítulo introdutório, intitulado *Ypyrungaba*, seguido de três capítulos de referencial teórico, a saber: *Aratur*; *Yguabatur* e *Oca Abá*. Além de um capítulo destinado à análise e discussão dos resultados da pesquisa, subdividido em três subcaptúlos. Ademais, no capítulo intitulado *Apyreyma* é possível encontrar o desfecho (ou não) desta viagem pela invenção do Gamboa.

Aratur: O Nascimento Turístico

Vários são os elementos interventores no processo de invenção dos lugares turísticos. Segundo Knafou (1991) fatores resultantes da revolução dos transportes, do crescimento econômico, bem como de melhorias observadas na segurança

coletiva contribuem para o acesso dos inventores aos lugares inexplorados.

Em sua *Sociologia do Turismo*, o sociólogo Jost Krippendorf (2000) afirma que a principal motivação para se viajar é a fuga da rotina. O cotidiano restrito às práticas laborais e aos ritos sociais gera estresse e impulsiona a busca pela “quebra” do modo de vida habitual, ainda que por um curto espaço de tempo. E não há um modo mais autêntico de fugir da rotina do que embarcar numa viagem. Locomover-se por um meio de transporte diferente do que costuma utilizar em sua cidade (viagens mais longas, geralmente utilizam o modal aéreo); morar em uma casa que não é a sua. A popularização de plataformas de aluguel de acomodações como a Airbnb, bem como um aumento na oferta de meios de hospedagem compartilhados (hostels) contribui no alcance desse objetivo; experimentar uma comida que não foi preparada por você, na sua cozinha, utilizando os seus temperos; estar em contato com pessoas desconhecidas, compartilhando saberes. É como se a viagem fosse outra vida. Uma vida paralela. E o viajante tem consciência que os prazeres dessa vida têm o mesmo tempo de duração da viagem. Mas mesmo assim, sente que é necessário interpretar o personagem turista de tempos em tempos.

Viajar é abrir novos horizontes, conhecer outras culturas, lugares e paisagens. A viagem rompe a rotina do cotidiano, revela novos cenários e traz para a nossa vivência expectativas sempre surpreendentes. A viagem é um movimento externo e interno a nós mesmos. Externo porque nos deslocamos no espaço físico e no tempo. Interno porque nosso imaginário segue na frente, instigando pensamentos e emoções, preparando-nos para viver o inusitado em experiências e tornando-nos pioneiros de nós mesmos. (BENI, 2013, p.3)

Com um ritmo de vida cada vez mais acelerado, os viajantes buscam fugir dos tons escuros que invadem os centros urbanos: o chão que se pisa (asfalto), o cinza dos blocos de concreto que formam os edifícios, a fumaça que mancha o ar. Diante disso, a busca por lugares inexplorados, repletos de paisagens que a natureza moldou, é uma tendência em crescente expansão, principalmente em áreas naturais protegidas. Surge então a figura dos inventores do destino turístico, responsáveis pela ressignificação dos lugares.

Os inventores, também chamados de primeiros turistas, têm relação direta com o novo sentido do lugar. Apesar de a grande maioria permanecer no anonimato, alguns se tornaram conhecidos pelos lugares “descobertos”. O processo inverso também ocorre: lugares que se popularizaram após serem visitados por famosos. Segundo Knafou (1991), a figura da pessoa famosa é útil e necessária para o lançamento do lugar turístico. A justificativa para essa afirmação pode ser observada na forma clássica de “descoberta” de destinos no século passado: em retorno ao seu lugar de origem, o primeiro turista escreve um relato das experiências que vivenciou durante a viagem, despertando o interesse de alguma celebridade, que consagra a imagem do local após sua visita. Geralmente o título de inventor é outorgado aos primeiros visitantes, seja pela ausência de celebridades ou pelo reconhecimento dos autóctones a quem lhes apresentou uma nova forma de enxergar o lugar onde vivem.

Knafou promove ainda uma reflexão acerca dos termos “invenção” e “descoberta”. Invenção seria a forma mais adequada de nomear o processo, uma vez que o objeto da “descoberta” não é o lugar em si, mas uma nova forma de utilização desse mesmo lugar.

É por isso que deve-se preferir, em vez da “descoberta” de um lugar que, por definição, já era conhecido – mesmo que

somente por seus habitantes; a América já era povoada antes da “descoberta” do Novo Mundo por Cristóvão Colombo – o termo “invenção” de um determinado lugar, pois seus “inventores” souberam, ao mesmo tempo, propor uma outra interpretação, traduzindo o surgimento de um novo sistema socioeconômico carregado de novos valores, tornando-os conhecidos a seus contemporâneos. (KNAFOU, 1991, p.15).

Esse é o assim chamado poder de subversão do turismo (KNAFOU, 1991), acrescido do poder de conquista de novos territórios não incorporados outrora ao lazer dos residentes, como a montanha para os habitantes de Chamonix (KNAFOU, 1991), ou ainda as praias para a maior parte das populações costeiras do Rio Grande do Norte, que apresentam uma parte significativa de suas sedes administrativas localizadas a uma grande distância das zonas de beira-mar.

Após a fase de invenção, o lugar turístico é acrescido de equipamentos e infraestrutura. É nessa fase do processo que é possível observar a ação do poder subversivo do turismo. O lugar passa a existir para e pelo turismo. O que não existia antes passa a existir (estradas, restaurantes, meios de hospedagem e afins), e o que já existe é ressignificado. A invenção modifica não apenas o lugar em si, mas também a sua funcionalidade. A casa que antes servia de abrigo aos familiares, agora serve como hospedagem aos visitantes. Uma edificação antiga, que agora torna-se patrimônio histórico e produto do consumo estético e pedagógico.

A dinâmica do turismo transforma paisagens, tradições e histórias em mercadorias comerciáveis. O valor da cultura é acrescido do preço disposto a se pagar por ela.

Yguabatur: O Lugar Turístico

Para Tuan (1983, p.83) “quando o espaço nos é inteiramente familiar, torna-se lugar”. Há uma relação direta e constante entre espaço e lugar, sendo o lugar uma apropriação de determinado espaço. “Espaço se torna lugar na medida em que é experienciado e valorizado, que tem significação para pessoa. (TUAN, 1983, p.19). Partindo-se desta premissa, é possível afirmar que todo lugar é um espaço, mas nem todo espaço constitui um lugar.

O processo de invenção é responsável pela criação do chamado lugar turístico, que difere do lugar geográfico, citado anteriormente. Os inventores apropriam-se de uma porção de espaço, dotada de significados para a população que ali reside, ressignificando-a a partir dos poderes de subversão e conquista que a atividade turística exerce nas localidades onde se instala. Podendo o lugar turístico ser definido como a materialização da invenção.

(...) integrar olhares distintos, leituras antagônicas, percepções contraditórias, ideologias incompatíveis (...). Este lugar não é um lugar apenas, mas o palco de conflitos e o cenário de transformações; os vários lugares do mesmo lugar, em resposta aos vários olhares sobre o mesmo lugar (...). O lugar turístico é o palco da pluralidade de identidades e o cenário da trama complexa das relações sociais. (IRVING, 2003, 177-178)

O lugar turístico é identificado nas áreas receptoras. O lugar turístico é, ao mesmo tempo, um lugar geográfico. O lugar é, pois, turístico para quem visita e geográfico, além de também turístico, para quem habita. Portanto, todo lugar turístico é sobretudo

geográfico, no entanto nem todo lugar geográfico constitui um lugar turístico. E é nesse último lugar que o fenômeno turístico se materializa, por meio dos fixos: atrativos e equipamentos (meios de hospedagem, de restauração, de entretenimento, dentre outros), e se personifica na figura dos turistas e prestadores de serviços: agentes de viagem, guias de turismo, recepcionistas dos meios de hospedagem, garçons, etc., gerando os fluxos.

(...) novas formas contemporâneas de espacialização social, por meio das quais estamos construindo novas formas de sociabilidade, mais híbridas e mais flexíveis. (...) estabelece-se uma relação entre antigas paisagens e velhos usos e novas formas e funções, impulsionando a relação do lugar com o mundo, que o atravessa com novos costumes, hábitos, maneiras de falar, mercadorias, modo de agir (...) Assim também, a identidade do lugar é constantemente recriada, produzindo um espaço social híbrido, onde o velho e o novo fundem-se dando lugar a uma nova organização sócio-espacial. (LUCHIARI, 1998, p.17).

Para Knafou, o lugar geográfico torna-se turístico também para o habitante, por meio da “assinatura” de um contrato tácito entre os visitantes e os residentes, pelo qual os visitantes “se conformam” com uma série de inconvenientes (como o aumento populacional, a museificação e as conseqüentes mudanças na identidade local, a sazonalidade...) para poder explorar o turismo no segundo momento, quando o lugar já está inventado e o poder público tenta organizar a atividade e ordenar o espaço (KNAFOU, 1991)

Oca Abá: Terra Indígena?

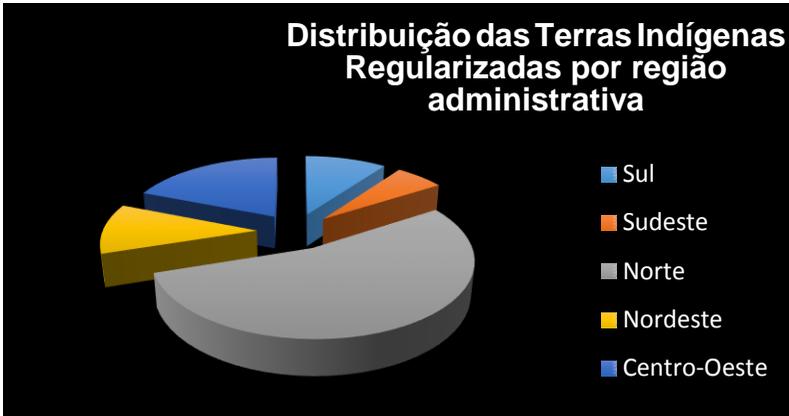
Segundo a FUNAI – Fundação Nacional do Índio (2018), Terra Indígena (TI) é uma porção do território nacional, de propriedade da União, habitada por um ou mais povos indígenas, por ele(s) utilizada para suas atividades produtivas, imprescindível à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e necessária à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. Trata-se de um tipo específico de posse, de natureza originária e coletiva, que não se confunde com o conceito civilista de propriedade privada.

Ademais, por se tratar de um bem da União, a terra indígena é inalienável e indisponível, e os direitos sobre ela são imprescritíveis. A filosofia é: propriedade de todos e de ninguém, ao mesmo tempo. Não é possível vender um território indígena, ao menos não de maneira legal. O direito dos povos indígenas às suas terras de ocupação tradicional configura-se como um direito originário e, conseqüentemente, o procedimento administrativo de demarcação de terras indígenas se reveste de natureza meramente declaratória. Portanto, a terra indígena não é criada por ato constitutivo, e sim reconhecida a partir de requisitos técnicos e legais, nos termos da Constituição Federal de 1988 (FUNAI, 2018).

As terras indígenas são o suporte do modo de vida diferenciado e insubstituível dos cerca de 300 povos indígenas que habitam, hoje, o Brasil (FUNAI, 2018). O não reconhecimento dos direitos, sobretudo em relação às terras, contribui para a invisibilidade não apenas dos indígenas, mas também de sua cultura. De acordo com o censo demográfico realizado no ano de 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, foram registradas 274 (duzentas e setenta e quatro) línguas indígenas em todo o país e 17,5% da população

indígena não fala a língua portuguesa. Atualmente existem 462 terras indígenas regularizadas, que representam cerca de 12,2% do território nacional, localizadas em todos os biomas, com concentração na Amazônia Legal (cf. Gráfico 1).

Gráfico 1. Distribuição das terras indígenas regularizadas por região administrativa



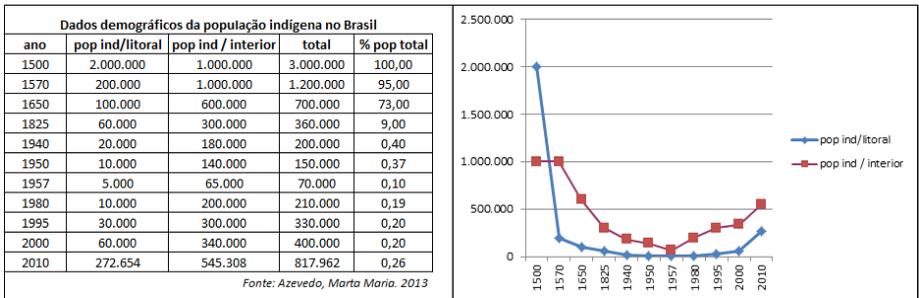
Fonte: FUNAI, 2018.

A FUNAI (2018) afirma ainda que desde 1500 até a década de 1970 a população indígena brasileira decresceu acentuadamente e muitos povos foram extintos. O desaparecimento dos povos indígenas passou a ser visto como uma contingência histórica, algo a ser lamentado, porém inevitável. Inclusive, no Rio Grande do Norte, a questão indígena foi negligenciada durante muito tempo. De acordo com o pesquisador Luís da Câmara Cascudo, as populações indígenas haviam sido dizimadas do estado. (CASCUDO [1955];1995)

No entanto, este quadro começou a dar sinais de mudança nas últimas décadas do século passado. A partir de 1991, o IBGE incluiu os indígenas no censo demográfico nacional. O

contingente de brasileiros que se considerava indígena cresceu 150% na década de 90. O ritmo de crescimento foi quase seis vezes maior que o da população em geral. O percentual de indígenas em relação à população total brasileira saltou de 0,2% em 1991 para 0,4% em 2000, totalizando 734 mil pessoas. Houve um aumento anual de 10,8% da população, a maior taxa de crescimento dentre todas as categorias, quando a média total de crescimento foi de 1,6% (FUNAI, 2018), conforme o gráfico a seguir:

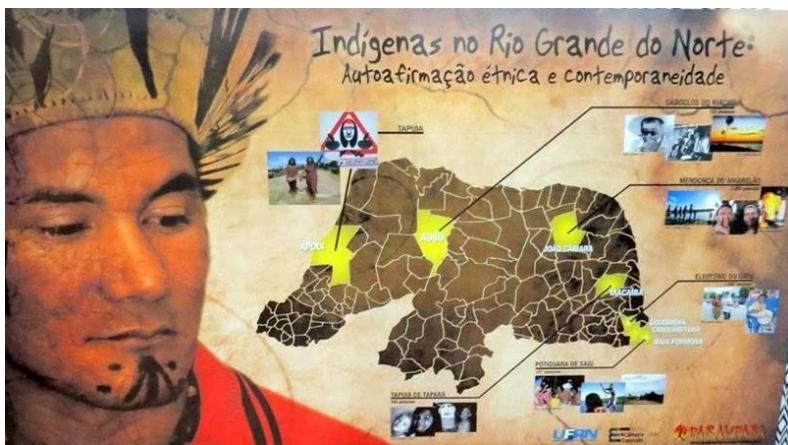
Gráfico 2. Dados demográficos da população indígena no Brasil



Fonte: FUNAI, 2018.

Pesquisas mais recentes (GUERRA, 2007) apontam a (r)existência de populações indígenas em terras potiguares. No livro *“A Identidade Indígena no Rio Grande do Norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão”* (2007), a antropóloga e indigenista Jussara Galhardo Aguires Guerra, que coordena o Grupo Paraupaba de Estudos da Questão Indígena no Rio Grande do Norte, apresenta as seis comunidades indígenas presentes no estado, enfatizando a dos Mendonça do Amarelão. De acordo com os dados coletados pela pesquisadora, a comunidade dos Mendonça apresenta o maior contingente populacional. (cf. Imagem 1).

Imagem 1. Indígenas no Rio Grande do Norte



Fonte:Exposição Indígena do Museu Câmara Cascudo, 2018.

A pesquisa, que foi anteriormente utilizada na dissertação de mestrado da antropóloga, deu origem ainda a uma exposição disponível no museu que leva o nome do historiador e antropólogo Câmara Cascudo, ironicamente o mesmo que outrora negou a existência de povos indígenas no estado do Rio Grande do Norte.

Métodos De Pesquisa

Pesquisa é construção. E toda construção necessita de um bom alicerce. O alicerce da pesquisa é a sua fundamentação teórica. Mas, antes do alicerce, é preciso cavar o buraco. Alicerçar é preencher o buraco, dando sustento à edificação. O buraco da pesquisa é o problema. A elaboração da pergunta-problema corresponde ao ato de cavar o buraco. Quanto mais se questiona, mais se cava.

Após cavar o buraco e preencher com alicerce, a construção está pronta para receber os tijolos. Os tijolos da pesquisa são as discussões dos resultados encontrados. A organização das ideias do pesquisador corresponde ao ato de encarreirar os tijolos. A relação do componente teórico com o pensamento do autor é como o cimento, que une os tijolos e confere sustentação. Por fim, tem-se a fase de acabamentos, a conclusão da obra.

Com base nesta analogia, a metodologia atua como o projeto arquitetônico da obra. A descrição dos detalhes, desde o tipo de material utilizado até o porquê de sua utilização. É o passo a passo, que tem por finalidade assegurar que os objetivos da concepção inicial sejam alcançados.

Com relação à metodologia, esta pesquisa pode ser definida como de natureza exploratório-descritiva. Os conceitos que permeiam o processo de *Invenção Turística* foram aplicados à realidade da *Gamboia do Jaguaribe*.

Os objetivos conduzem este trabalho a uma característica exploratória, ou seja, “[...] tem como finalidade proporcionar mais informações sobre o assunto que vamos investigar [...], isto é, facilitar a delimitação do tema da pesquisa; orientar a fixação dos objetivos e a formulação das hipóteses ou descobrir um novo tipo de enfoque para o assunto”. (PRODANOV; FREITAS, 2013, p.51-52). E, descritiva, o que Gil (2002, p.42) afirma: “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Quanto aos procedimentos técnicos, ou seja, a forma de obtenção dos dados, fez-se uso das pesquisas: bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica se fez presente desde a escolha do tema e durante todo o desenvolvimento do texto, foram utilizados: livros; publicações em periódicos, como artigos; dissertações e teses; além de demais materiais acerca da

temática, disponíveis na internet. Também foi utilizada a pesquisa documental, que “constitui uma técnica valiosa na abordagem de dados qualitativos, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LUDKE E ANDRÉ, 1986, p38). Para a pesquisa documental, foram consultados alguns documentos, a saber: o *Projeto de Zoneamento Ambiental de Natal*, que delimita e apresenta informações acerca das ZPAs; a *Proposta de Regulamentação da Zona de Proteção Ambiental 8*, disponibilizada pela prefeitura, por meio da SEMURB – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo e a *Instrução Normativa Nº 03/2015* da FUNAI, que estabelece normas e diretrizes relativas às atividades de visitação para fins turísticos em terras indígenas. Por fim, os dados primários foram coletados por meio de uma pesquisa de campo, que se desenvolve “por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo” (GIL, 2002, p.53).

A pesquisa de campo foi realizada no sítio histórico-ecológico Gamboa do Jaguaribe, localizado no município de Natal/ RN, no dia 21 de maio do presente ano, com o propósito de conhecer a realidade local, bem como coletar informações acerca de aspectos históricos. Utilizou-se o método da observação direta, durante uma visita guiada às instalações do Gamboa e também a aplicação de uma entrevista. A entrevista seguiu um roteiro semiestruturado de perguntas abertas, sobre os aspectos sociais, econômicos, culturais e ambientais da localidade, direcionadas aos membros da ONG, totalizando 4 respondentes e constituindo em uma amostragem não probabilística e não intencional ou de conveniência.

Os resultados do estudo foram analisados sob uma perspectiva etnográfica. A etnografia corresponde a um tipo de

análise contextualizada, que prioriza a percepção do pesquisador, por meio do diálogo com o pesquisado.

Entendo a etnografia antes de tudo como maneira específica de conhecer a vida social. Sua peculiaridade: sua fundamentação existencial numa impregnação profunda, no pesquisador (em seu corpo e sua alma, em sua inteligência e sensibilidade), da imprescindibilidade da busca por aquilo que Eduardo Viveiros de Castro denominou ‘diálogo para valer’ com o Outro sendo o conhecimento forjado justamente a partir dos resultados desse diálogo. (FREHSE, 2011, p. 35)

Geertz (1989, p.20) afirma que: “fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de ‘construir uma leitura de’) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos”.

O método etnográfico combina várias técnicas de pesquisa. Para a composição deste artigo, foram selecionadas as técnicas de observação participativa e entrevistas em profundidade. As entrevistas foram contextualizadas com as observações da pesquisadora, bem como por meio dos dados obtidos em fontes secundárias. Foram entrevistados quatro integrantes do projeto, a saber: Guará⁷ (Lobo), que nos acolheu e foi responsável pela apresentação geral da localidade; Abà⁸ forneceu informações acerca dos primórdios do Gamboa; Acanguassu⁹ mediou a trilha e contribui com informações acerca da cultura indígena e questões correlatas; e Apyessá¹⁰ apresentou especificamente o projeto que coordena, o Cineoca.

Um dos objetivos da utilização da perspectiva etnográfica foi estabelecer uma comparação em relação à visão que se tinha antes e a que se formulou após a visita ao sítio.

Encarreirando Os Tijolos...

O resgate etimológico da palavra de origem indígena “Jaguaribe” aponta uma aglutinação dos termos Jaguará (onça), i (rio) e be (para), portanto, Rio para as Onças ou simplesmente Rio das Onças, animal extinto na região. Já Gamboa refere-se a uma formação do chamado “braço de mar”.

Localizado na Região Administrativa Norte da capital potiguar, mais precisamente no bairro Salinas, às margens do Jaguaribe, principal afluente do Rio Potengi, que corta a capital potiguar, o sítio é uma propriedade privada, pertencente à oitava Zona de Proteção Ambiental (ZP-08), que está em processo para se tornar a primeira Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN da cidade do Natal.

As RPPNs constituem uma das categorias de Unidades de Conservação do grupo de uso sustentável, instituídas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC. As Reservas Naturais são áreas protegidas, administradas por particulares interessados na conservação ambiental, cujos objetivos dizem respeito à promoção da conservação da diversidade biológica, à proteção de recursos hídricos, ao manejo de recursos naturais, desenvolvimento de pesquisas científicas, atividades de ecoturismo, educação, manutenção do equilíbrio climático e ecológico, bem como a preservação de belezas cênicas e ambientes históricos.

Atualmente, as despesas provenientes da manutenção do Gamboa são custeadas com recursos próprios dos membros do coletivo, cerca de 20 pessoas entre estudantes, pesquisadores e ambientalistas, e também pelos valores arrecadados durante as visitas semanais de grupos de escolas e turistas, que incluem o acesso à estrutura e às atividades oferecidas, bem como a venda de artesanatos e livros sobre a temática indígena.

Ababetur¹¹: O Nascimento Turístico Do Gamboa

O Gamboa do Jaguaribe é um sítio histórico-ecológico criado para ser uma ferramenta pedagógica de educação ambiental, estudo e difusão das culturas indígenas. O projeto teve início há cerca de quinze anos, quando o coordenador da Organização Não Governamental (ONG) de mesmo nome, Abà, frustrado com a ausência de políticas públicas de combate à prática da carcinicultura e à especulação imobiliária que ameaçavam comprometer o futuro da área de manguezal e da mata ciliar que compõem a localidade, resolveu comprar os cinco hectares que compreendem parte da Gamboa e utilizá-los para fins de preservação ambiental, por meio do replantio e da conservação de espécies raras da fauna e da flora locais, e pesquisa, disponibilizando o espaço para as reuniões do Instituto Guaiá de Estudos Sócio-ambientais, que existe desde 2004, e do Grupo de Estudos Indígenas Ocarusupitã (Dados de pesquisa, 2018).

Porém, somente quase treze anos após a aquisição das terras, mais precisamente em 2016, o idealizador do projeto decidiu tornar o lugar aberto para visitação. De acordo com Abà, j a havia a ideia de realizar passeios ecológicos, na mata, com crianças, mas a descoberta de que a região havia sido morada do  ndio Poti, rebatizado pelos portugueses de Felipe (Camarão), considerado herói nacional, o fez enxergar uma possibilidade de unir aspectos histórico-culturais   questão ambiental e assim atingir outros públicos.

Deu-se início então ao planejamento de uma infraestrutura básica para atender os futuros visitantes. Inicialmente, um trabalho minucioso de pesquisa para identificar a melhor forma

de utilização dos recursos naturais disponíveis. Em parceria com alguns pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN, os integrantes da equipe Gamboa foram até o Estado da Paraíba a fim de conhecer o modelo de produção de ocas dos índios potiguara da Baía da Traição.

O conhecimento adquirido com os indígenas paraibanos, aliado aos estudos em permacultura¹², possibilitou a construção biodegradável das ocas (cf. Imagem 2), cobertas com Capim Manibu, popularmente conhecido como Capim Navalha, abundante na região.

Imagem 2. Oca central do sítio



Fonte: Divulgação internet.

A sustentabilidade ambiental é um dos alicerces do Gamboa, os banheiros utilizam métodos naturais de descarte e há a filosofia do não uso de cestas de lixo. Os visitantes são instruídos a levarem consigo todo o lixo produzido durante a visita. Diversas atividades são desenvolvidas na reserva, dentre as quais podem-se destacar as trilhas e as oficinas de construção

de ocas e canoas, bem como a confecção de artefatos indígenas, como petecas e maracás¹³. Também é praticado o estudo do idioma tupi e suas variações, como o tupi-guarani. Além do projeto Cine Oca, que ocorre mensalmente e cuja proposta é literalmente trazer o cinema para dentro da oca.

Diferentemente do que propõe Knafou (1991), o processo de invenção do Gamboa não seguiu a teoria de que uma personalidade famosa chamou atenção para o lugar. Mesmo considerando-se o discurso dos entrevistados, que afirmam a presença da Gamboa nos relatos de Câmara Cascudo e Olavo de Medeiros Filho. Estas personalidades não podem ser consideradas como inventores. Apenas serviram de inspiração para o, de fato, inventor: Abà, que foi responsável por enxergar o Gamboa através de uma nova lente, a lente do lugar turístico.

Mas Abà não ressignificou o lugar sozinho. Todos os integrantes da equipe são um pouco inventores. Apesar de não residirem especificamente nos limites do sítio, todos os entrevistados afirmaram e demonstraram uma forte ligação afetiva com o lugar. Podemos considerar então que a invenção do lugar turístico Gamboa do Jaguaribe emergiu da comunidade local como forma de: legitimidade social da cultura indígena potiguar, desconhecida e/ou negligenciada por grande parte da população e reivindicação da proteção ambiental da área, anteriormente devastada pela carcinicultura e quase literalmente derrubada pela especulação imobiliária.

É o que afirma Cousin (2009): “nesse contexto, o turismo - mesmo sem turistas - constitui um elemento de integração social”.

A Canoa Submersa.

O processo de invenção é semelhante a uma canoa que flutua sobre o mar. A canoa é o lugar, o lugar geográfico. O mar

é o turismo. A canoa segue seu rumo, até que alguém faz um furo em sua superfície. Esse alguém é o inventor e a atitude de furar a canoa permite que o turismo entre gradativamente, até invadir por completo o lugar. E assim, a canoa submersa não existe mais sem o mar que a dominou. Esta descrição analógica faz referência ao poder de subversão da atividade turística, mencionado nos primeiros capítulos desta obra.

A Canoa do Jaguaribe foi furada por Abà desde a construção da primeira Oca. O objetivo era oferecer abrigo a quem a hospedagem exótica interessasse. Os banheiros ecológicos são outro exemplo. Poderiam compor infraestrutura básica, mas como não há moradores no sítio, percebe-se que a construção se deu em função dos visitantes. Além disso, a “bodega” de souvenirs, onde os visitantes podem adquirir camisetas, brincos e pulseiras, além de artefatos indígenas como petecas, maracás, cuias, arco e flechas e filtros dos sonhos.

As atividades culturais gratuitas, como o Cine Oca, são importantes para trazer visibilidade à questão indígena e, mesmo não sendo desenvolvidas com este intuito, são capazes de atrair visitantes.

A subversão está entranhada até no discurso. Em um trecho da entrevista, Guará afirma que a *Embiú* (Tupi: comida) *Oca* (Tupi: casa) equivale a um restaurante.

O Poder Do Abraço

Juntamente com a subversão, a invenção exerce, simultaneamente ou não, o segundo poder do turismo, que Knafou (1991) chama de incorporação. O poder de incorporação atua como um abraço, trazendo para perto territórios antes desprezados pela população local.

No Gamboa é possível observar alguns exemplos de territórios abraçados: a mata, que agora ressignificada é explorada pelos visitantes durante as trilhas e o mangue que abriga diversas espécies de peixes e passou a ser visto também como um atrativo natural (cf. Imagens 3 e 4).

A trilha, aberta pelos próprios membros da ONG, apresenta uma infraestrutura básica. Sinalização indicando os nomes das árvores no idioma indígena e algumas cordas que servem como corrimãos improvisados em trechos mais íngremes. Foi possível observar a inexistência de um estudo acerca da capacidade de carga não apenas da trilha, mas do sítio como um todo. O discurso durante a realização dessa atividade foi bastante interpretativo, foram pontuadas questões relevantes sobre meio ambiente e preservação. A questão política fez-se presente, entremeada com o discurso ambiental, relatos da mobilização contra a construção da estação de tratamento da CAERN comprovaram isso. Analisando-se o documento da Complementação do Relatório da ZPA 8: *Análise das contribuições recebidas após Audiência Pública realizada em 27 de outubro de 2016 (período de 27 de outubro à 17 de novembro de 2016) e seus reflexos no Anteprojeto de Lei*, foi possível observar a participação ativa dos integrantes do Gamboa nas frentes de resistência à CAERN. Ainda acerca do aspecto político, foi possível identificar uma visão bastante partidária, em relação ao Partido dos Trabalhadores.

Acerca dos aspectos que surgem no processo de pós-incorporação, quando o turismo já assume uma posição de destaque e requer um nível maior de qualidade na prestação dos serviços, foi constatada uma informalidade fruto do amadorismo (não há profissionais de turismo envolvidos no projeto). Durante a mediação pela mata, um dos guias, Guará, se queixou que estava cansado. Não se sabe se este discurso com menos formalidade se

deve ao fato dos anfitriões saberem que aquele grupo era composto por estudantes de turismo, o que geraria certa consultoria não-intencional. O cansaço de Guará pode ser interpretado como uma prova dos inconvenientes gerados por um turismo que cresce, mas não se desenvolve. A ausência da figura de um profissional da atividade turística, por vezes subestimado, foi sentida em vários momentos.

Outro embargo percebido foi a ausência da intervenção do poder público, proposital haja vista que o Gamboa é um espaço de resistência (ambiental, política, cultural...). Este distanciamento vai ao encontro das afirmações que os entrevistados fizeram acerca da estratégia de dominação, na qual governo enfatiza a ascendência africana com o intuito de fazer a população esquecer-se da sua outra herança cultural: a indígena, reprimida com o intuito de que sua invisibilidade contribua para a conquista de seus territórios.

Imagem 3. Área de mangue



Imagem 4. Trilha sinalizada em Tupi



Fonte: autora.

O potencial Turístico do Gamboa

Complementando toda a infraestrutura já citada anteriormente, no sítio são realizadas diversas atividades com potencial atrativo. Este subcapítulo destina-se a apresentá-las.

Além das trilhas que compõem o pacote da visitação, uma vez por mês, aos sábados, é realizado o Cine Oca. O acesso é gratuito. Após a exibição de filmes, geralmente curtas-metragens e documentários, que retratam a cultura indígena e questões correlatas ao meio ambiente, problemáticas sociais e afins,

acontecem rodas de conversa e apresentações culturais como danças tradicionais e exposições fotográficas. O projeto prioriza filmes produzidos no estado, contribuindo para a valorização do audiovisual local.

Uma vez por semana, também aos sábados, ocorrem os encontros do Grupo de Estudos Indígenas Ocarusupitã. Vários pesquisadores se reúnem a fim de compartilhar conhecimentos acerca do idioma Tupi e seus derivados. O material de estudo é produzido pelos próprios integrantes e também comercializado na “bodega” que atende aos turistas. Além disso, algumas atividades acontecem com uma frequência um pouco menor, como os replantios e os mutirões de limpeza do rio.

As atividades mencionadas anteriormente constituem um potencial atrativo considerável, tendo em vista a tendência do turismo se utilizar cada vez mais de áreas naturais que propiciam a fuga do cotidiano urbano. Sob esta perspectiva, até mesmo o fato da dificuldade de acesso ao Gamboa constitui um aspecto positivo. Os viajantes buscam exatamente este sentimento de estar em um lugar inexplorado. Uma realidade paralela.

Durante a entrevista foi possível constatar o interesse turístico de Abà, que afirmou estar planejando a construção de uma Oca maior, para poder hospedar mais pessoas. O meio de hospedagem não-convencional é divulgado na plataforma Airbnb. Comparando-se os períodos de baixa e alta estação, o preço da acomodação quase dobrou, chegando aos atuais R\$ 80,00 (oitenta reais) por noite. O pacote inclui, além da rede armada no interior da grande oca, café da manhã, cozinha e banheiros compartilhados. Estacionamento, máquina de lavar roupas, espaço para uso de notebooks e internet Wi-Fi são outras comodidades oferecidas.

Além de todos os equipamentos e atividades, o discurso de venda é muito baseado na experiência. A dormida indígena, o

alimento servido nas quengas de coco, a água na moringa, o contato com a natureza desde o ar puro até a contemplação de plantas e animais. Aprender a usar um arco e flecha, jogar peteca, o contato com a língua Tupi. Tomar banho no rio, ouvir o canto dos pássaros. De acordo com Abà essas são sensações que não têm preço.

Apyreyma: Considerações Finais

Após o levantamento das informações apresentadas anteriormente, foi possível observar a influência dos poderes de subversão (a cenarização e a confecção de artefatos para comercializar) e de conquista (o uso de áreas antes esquecidas, o mangue e a mata, mais precisamente). Constatou-se ainda que o equipamento possui um potencial de atratividade turística que precisa ser estruturado. Portanto, é possível afirmar que o Gamboa do Jaguaribe sofre um processo de ressignificação, a partir do momento em que Abà decide cenarizar o sítio para atrair visitantes.

Considera-se que estas reflexões não se encerram neste capítulo, daí a escolha do título, que em Tupi significa “sem fim”.

A atividade turística é mais imaginária do que real. Quando se visita uma comunidade indígena, não há o consumo dos lugares em si, mas uma atração pelas simbologias criadas pelo imaginário que permeia a cultura do “outro”. Mesmo na materialização do consumo: a compra de um maracá como souvenir, a motivação advém do sentido simbólico.

É perceptível que o imaginário que perpassa a cultura indígena exerce um potencial de atratividade considerável no Gamboa do Jaguaribe. O sítio possui uma boa infraestrutura, salvo a sinalização do acesso quase inexistente. A divulgação das

atividades desenvolvidas também é uma questão que pode ser trabalhada para atrair um número maior de visitantes.

A encenação de uma vida cotidiana indígena não deslegitima a importância do equipamento na preservação ambiental da região da ZP-08, cujo crescimento se deu em grande parte por ocupações informais e desordenadas, que acarretaram vários problemas, afetando a qualidade do habitat das espécies de fauna e flora que dependem do ecossistema local. Por fim, as inquietações propostas por este estudo instigam novas pesquisas acerca deste atrativo ainda desconhecido por grande parte da população de Natal. A invenção do Gamboa é mesmo uma viagem *apyreyma*.

Referências

ANSARAH, Marília Gomes dos Reis; NETTO, Alexandre Panosso. *Produtos turísticos e novos segmentos de mercado: planejamento, criação e comercialização*. Barueri: Manole, 2015.

BENI, Mário Carlos. *Colecionando destinos: viagens – percepção, imaginário e experiências*. São Paulo: Senac, 2007.

A viagem, caminho e experiência. Trigo, Luiz Gonzaga Godoi. (2013). A viagem – caminho da experiência. São Paulo: Rosa dos Ventos 2013, 5 out./dez. Disponível em:

<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=473547095011>>.

Acesso em: 15 nov 2018.

BOUDOU, C. *Da “cidade-saúde” à “cidade-turismo”*: a invenção da praia turística de Guarapari (ES). Uma geografia histórica dos usos do litoral. São Cristóvão, 2013.

CASCUDO, Luís da Câmara. *História do Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional; MEC, [1955]; 1995.

COUSIN, Saskia; RÉAU, Bertrand. *Sociologie du tourisme*. Paris: La Découverte, 2009.

FERREIRA, A. O Turismo e a Produção do espaço no estado do Maranhão, Brasil. *Revista Electrónica de Geografía Y Ciencias Sociales*, Barcelona, v. 11, n. 245, p. 58, ago. 2007.

FERREIRA D. C. G. *A invenção de Barra Grande: construção, transformação e conflitos de um destino turístico no litoral do Piauí*. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2012.

FREHSE, Fraya. *Ô da rua: o transeunte e o advento da modernidade em São Paulo*. São Paulo: Edusp, 2011.

GASTAL, Susana. *Turismo na pós-modernidade: (des)inquietações*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

GEERTZ, Clifford. *El antropólogo como autor*. Barcelona: Paidós Studio, 1989.

GIL, A. C. *Como elaborar projeto de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

GUERRA, Jussara Galhardo Aguires. *Identidade indígena no rio grande do norte: caminhos e descaminhos dos Mendonça do Amarelão*. Fortaleza: IMEPH, 2011.

IRVING, M. A. *Turismo com instrumento para desenvolvimento local: entre a potencialidade e a utopia*. In: D'AVILA, M. I.; PEDRO, R. (Orgs.). *Tecendo o Desenvolvimento: saberes, ética e ecologia social*. Rio de Janeiro, 2003, p.167-184.

KNAFOU, Rémy. *L'Invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire*, Revue de Géographie Alpine, 79(4), p. 11–19, 1991.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do Turismo: uma nova compreensão do lazer e das viagens*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

LUCHIARI, M.T.D.P. *Urbanização turística: um novo nexo entre o lugar e o mundo*. LIMA, L.C. (org.) *Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico*. Fortaleza: UECE, 1998, pp.15-29.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986

MOURA, Rosa. O turismo no projeto de internacionalização da imagem de Curitiba. *Turismo – Visão e Ação*, Curitiba, v. 9, n. 3, p. 341-357, set./dez. 2007.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

SALES, J. S. *A invenção de Cabaceiras como cidade turística a partir da cultura do bode e das produções cinematográficas*. 2012. 129f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, 2012.

TRIGO, L. G. G. *Viagem na memória: guia histórico das viagens e do turismo no Brasil*. São Paulo: Senac, 2000.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: DIFEL, 1983

CAPÍTULO 12

A CERÂMICA DA SERRA DA CAPIVARA - PI: SUSTENTABILIDADE E TURISMO

*Paulo dos Santos Pires
Marinês da Conceição Walkowski
Glaubia dos Santos*

Introdução

Os espaços turísticos são compostos, entre outros elementos, pela riqueza paisagística criada pela biodiversidade existente em um território.

No território é possível reconhecer os processos sociais de exclusão histórica, principalmente no que diz respeito às matrizes étnicas mais expressivas da população e às expropriações dos espaços. Assim, o território carrega as marcas do passado, a dinâmica atual e as linhas de força que mostram o que pode acontecer no espaço futuramente (FERREIRA, ANJOS, 2012).

Para Pecqueur (1992) o espaço-território exerce forte influência no desenvolvimento, deixando de ser apenas um suporte aparente e torna-se um elemento de organização produtiva que vai influir nas estratégias dos atores individuais e das empresas. Neste sentido, do ponto de vista material e produtivo, os territórios podem assumir o caráter de sistemas produtivos locais, também conhecidos como *milieux* ou atmosferas, que territorializam o lugar em que transcorre uma pluralidade de formas de justificação da ação humana (reciprocidade, cooperação, concorrência, disputa, etc). O território vai além da dimensão econômica e material e é fruto das relações existentes entre os grupos sociais.

O Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) e seu entorno, apresenta uma multiplicidade de sítios arqueológicos e paleontológicos, que proveem informações a respeito à vida dos ecossistemas da região, a chegada humana e a evolução do clima e do cenário paisagístico nos últimos 100 mil anos (FUMDHAM, 2013). A criação do parque se deu por diversas motivações ligadas preservação ambiental e ao patrimônio cultural e pré-histórico, sendo que as características culturais, ambientais, e turísticas foram fundamentais na instituição do Parque Nacional Serra da Capivara (CAMPOS et al, 2016).

Nas comunidades do entorno a agricultura é a principal atividade econômica local que depende do período chuvoso que ocorre entre os meses de novembro a maio, ou seja, os outros meses do ano a população convive com longos períodos de seca. No entanto, também são desenvolvidas atividades econômicas relacionadas ao turismo, como por exemplo, o polo cerâmico artesanal Serra da Capivara, com a produção de utilitários de cozinha e decoração com marca própria, com a utilização de desenhos das inscrições rupestres do PNSC. Esse polo foi um projeto instituído pela Fundação Museu do Homem Americano (FUMDHAM) como uma possibilidade de subsistência para a localidade, e acabou se tornando uma propriedade privada. É uma atividade que vem movimentando a economia local, além de agregar valor ao patrimônio cultural da região (RODRIGUES, 2011).

A criação da empresa Albergue Cerâmica Serra da Capivara se deu em 1994 na comunidade do Barreirinho, no município de Coronel José Dias, Piauí que está localizada no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara. Visava-se desenvolver não apenas as questões socioambientais, mas também viabilizar novas oportunidades de fonte de renda as famílias da comunidade. Com novas possibilidades a partir de novo modelo de gestão e

produção, baseado no conceito de sustentabilidade, pois era uma área que a população não tinha probabilidade de trabalho (SILVA, 2016).

Neste sentido, a lógica territorial é de construir e fortalecer interdependências entre os setores econômicos e entre as esferas políticas, sociais e espaciais. Para tanto, a constituição de redes de instituições apresenta uma correlação direta com a estrutura e a qualidade dos serviços existentes, além da apropriação por meio de representações sociais (CAZZELLA, 2007; RODRIGUES, 2006).

O Desenvolvimento Territorial ocorre quando há a integração por representantes do poder público e da sociedade, pela diversidade de arranjos institucionais e pelos elementos que compõem a paisagem, podendo influenciar na elaboração de políticas públicas, ganhando novos significados, visando o desenvolvimento sustentável (MACHADO, TOMAZZONI, 2011).

Assim, o espaço pode ser entendido como resultado da relação antrópica diante de determinada paisagem, podendo torna-se uma região turística a partir das iniciativas realizadas por suas comunidades, resultado das próprias experiências e da relação da cultura com o território. A sustentabilidade se torna fundamental à medida que respeita as singularidades de cada espaço, preservando as riquezas naturais e culturais de cada território.

O objetivo desta pesquisa é discutir o potencial da Cerâmica da Serra da Capivara utilizando como base os princípios de sustentabilidade, adotados por Sachs. A metodologia utilizada consistiu em visitas a campo, pesquisa bibliográfica e exploratória sobre a temática investigada. Como estratégia de investigação utilizou-se uma entrevista semiestruturada com os representantes das Associações de Condutores Ambientais, da

gestora da empresa Albergue Cerâmica Serra da Capivara, de um ceramista e residentes da comunidade Barreirinho que atuam no entorno e parque da Serra da Capivara. O percurso metodológico de coleta de dados, adotados nesta pesquisa, incluem a pesquisa exploratória e descritiva, estudo em campo e observações.

O conteúdo exposto compreende 6 etapas. i) Introdutória, expõe o contexto do turismo, os objetivos e a estrutura. Além dos conceitos do turismo, espaço e território; ii) o Referencial bibliográfico referente ao turismo e as dimensões da sustentabilidade; iii) a Metodologia com a utilização dos materiais e métodos por meio de observações simples em campo, pesquisa bibliográfica e exploratória; iv) a caracterização do Parque Nacional Serra da Capivara e a Comunidade Barreirinho; v) a Apresentação dos Resultados e discussões face aos dados levantados com a aplicação das entrevistas por meio de um roteiro semiestruturado; e vi) As Considerações finais.

Turismo e Sustentabilidade

A atividade turística apresenta-se frequentemente com a proposta de “solução econômica”, desenvolvendo-se nos municípios com a justificativa de ser a solução econômica e o caminho para o desenvolvimento. Entretanto, nem sempre a atividade gera efeitos positivos como se espera dela.

No âmbito internacional, os principais conceitos trazem como elementos fundamentais do turismo a relação entre: homem, espaço e tempo. Sua evolução esteve ligada ao desenvolvimento industrial e energético, incluindo a revolução industrial o carvão, a máquina a vapor, que possibilitaram a melhoria nos meios de transporte e a mobilidade dos recursos humanos (SMITH; BRENT, 2001).

Os efeitos gerados pelo turismo remetem a uma reflexão sobre a atividade, para tanto, se faz necessário uma reavaliação do conceito de sustentabilidade e o seu uso na atividade turística.

O Turismo quando desenvolvido de forma sustentável se caracteriza como um importante componente social e econômico na vida das comunidades regionais. Mexe com os anseios reais das pessoas no sentido de se deleitar com novos espaços, conhecer diferentes culturas, praticar atividades diferenciadas ou descansar longe do seu local de origem ou trabalho, além, da contribuição econômica e social para regiões menos abastadas. Ou seja, o turismo fundamentalmente relaciona o desenvolvimento econômico e o ambiente com as benfeitorias, desafios e conflitos potenciais (BENI, 1999).

Analisado como um fenômeno, o turismo envolve a permanência de pessoas em lugares fora do local de origem. Desse modo, define-se como um ato planejado pelo indivíduo com objetivo recreativo, desenvolvimento pessoal ou interesse científico a fim de estudar as particularidades do destino num espaço curto de tempo (SALEH; HERMAWAN; CHOZIN, 2013).

O turismo não está ligado apenas com um aumento de turistas, desenvolvimento econômico e lazer, mas é também uma atividade que se transforma em outras possibilidades, como o fortalecimento do laço identitário e de pertencimento. Dessa forma, o turismo centraliza um caráter único em relação ao desenvolvimento sustentável de uma região direcionado à valorização da cultura local, tais características se dão pelas vantagens econômicas e sociais favoráveis voltadas a comunidade local, além de uma maior sensibilização e apoio para conservação ambiental (LEROUX, 2010).

O turismo é fundamental no desenvolvimento e competitividade de determinada comunidade que possui

potencial turístico natural e cultural (SÁNCHEZ *et.al.* 2011). Os autores apontam ainda, que a atividade turística é de ampla importância no mundo, sendo que no México, o turismo atua beneficentemente tanto na geração de empregos quanto no desenvolvimento regional, assim promove a cultura e seus recursos naturais existentes.

O desenvolvimento do turismo sustentável está acompanhado de ações contínuas, monitoradas constantemente em relação aos impactos, apresentando soluções de prevenção sempre que necessárias. Além de determinadas ações, depende ainda do envolvimento de todos os interessados, como por exemplo, comunidade e lideranças políticas, para garantir vasta participação e que haja um consenso nas decisões. Considerando também que deve cultivar turistas altamente satisfeitos para assegurar uma experiência que alimente sua consciência a respeito da sustentabilidade e conseqüentemente permitindo comportamentos sustentáveis (NIEDZIÓLKA, 2014).

Atingir esse nível de equilíbrio sustentável em todas essas dimensões no turismo é possível, desde que estas estejam integradas e não vistas como forças opostas (LEROUX, 2010). O sucesso da sustentabilidade do turismo depende da participação das comunidades locais (FONG; LO, 2015). Considerando a complexidade de tais ações são necessárias diversas tentativas de implantação dos princípios da sustentabilidade, devem envolver todos os atores que trabalham com o turismo, como por exemplo, a comunidade, as empresas de turismo, o poder público, dentre outros. O turismo sustentável trabalha com questões importantes, onde as empresas de turismo competitivas precisam ser socialmente responsáveis com a participação da comunidade, com mais oportunidades de emprego e responsabilidade ambiental (NIEDZIÓLKA, 2014).

Neste sentido, tomando como referência resultados de suas pesquisas em Baski na Turquia, os autores Olcer e Ekiz (2016) apontam que por ser um destino tradicional, muitas vezes estar associado às muitas oportunidades que o local propicia relacionados ao turismo, tem recebido a vinda de muitos imigrantes ao longo dos anos. Neste contexto, os autores sugerem que a comunidade local esteja envolvida no planejamento e na tomada de decisão embasada no turismo sustentável. A comunidade necessita ter conhecimento sobre o turismo, pois essa capacidade pode ser utilizada como proteção social de um destino turístico. Entende-se neste contexto a necessidade de salvaguardar as tradições, crenças e as regras locais (FONG; LO, 2015).

Busca-se trabalhar a sustentabilidade nas comunidades tradicionais por meios de subsistência sustentáveis através das suas raízes na vida real. Isso significa que a subsistência sustentável não está apenas relacionada a criação de empregos, mas também em gerar novos delineamentos de vida que permitam aos atores locais, ao mesmo tempo, proteger os ecossistemas que sustentam a comunidade e garantir as características comuns como trabalho significativo, satisfação de necessidades básicas, saúde e segurança (PÉREZ; RAMÍREZ, 2013).

As Dimensões Da Sustentabilidade

O conceito de sustentabilidade se consolidou no final do século XX e está relacionado à evolução da consciência mundial com o meio ambiente. Neste aspecto a realização da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano realizada em 1972 é um dos marcos inicial. Na continuidade, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CMMAD) produziu um documento denominado “Nosso Futuro Comum”, divulgado em 1987, em que a expressão

desenvolvimento sustentável foi largamente utilizada, mostrando a preocupação com as atuais e futuras gerações (DIAS, 2003).

O documento referido também é denominado Relatório Brundtland, onde o desenvolvimento sustentável é caracterizado como aquela que satisfaz as necessidades presentes, não comprometendo a capacidade para suprir as necessidades das gerações futuras

Segundo Dias (2003), o documento Nosso Futuro Comum foi referência e base dos debates quando da realização da Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), realizada no Rio de Janeiro em 1992 (ECO 92), que popularizou e consolidou a utilização do conceito de desenvolvimento sustentável.

Neste sentido, a partir da década de 90, até motivados pela realização da Rio 1992 e a construção da Agenda 21, os conceitos e princípios de sustentabilidade foram gradativamente sendo incorporados por regiões, conjunto de municípios, organizações não governamentais e sociedade civil em geral. Setores da economia e as próprias políticas públicas nas esferas municipal, estadual e federal, começaram a adotar o termo sustentável como forma alternativa de produção mais responsável e consciente, sem danos ao meio ambiente.

A partir dessas discussões, o termo sustentabilidade evoluiu, surgindo, a partir do trabalho realizado por Sachs (1993), as seguintes dimensões:

a) sustentabilidade social: é a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, e achatar a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres;

b) sustentabilidade econômica: possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é macrossocial, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista;

c) sustentabilidade ecológica: incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo regras para uma adequada proteção ambiental;

d) sustentabilidade espacial: é aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: diminuição da concentração excessiva nas áreas urbanas e dos processos de colonização descontrolados, promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade;

e) sustentabilidade cultural: engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais, e até mesmo a pluralidade das soluções particulares;

f) sustentabilidade política: privilegia a negociação da diversidade de interesses movidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global.

Cabe ressaltar que a sustentabilidade é parte do processo de planejamento, sendo indispensável para que a atividade turística possa ser desenvolvida, promovendo as potencialidades dos locais (históricos, culturais e ambientais), atraindo benefícios que possam gerar uma melhor qualidade de vida à população.

Ainda, conforme Sachs (1993) “se as dimensões de sustentabilidade forem atendidas no planejamento do desenvolvimento, pode-se inferir que este desenvolvimento é sustentável”. Portanto, cada dimensão da sustentabilidade não pode ser desenvolvida isoladamente de forma a influenciar ou impactar negativamente as demais dimensões inter-relacionadas.

Posteriormente, o mesmo autor, introduziu mais quatro dimensões de sustentabilidade: ambiental, territorial, política nacional e política internacional.

A dimensão da sustentabilidade ambiental possibilita aos ecossistemas naturais, realizarem autodepuração; a dimensão territorial busca eliminar as desigualdades entre o meio urbano e rural, buscando a melhoria do ambiente urbano, a superação das disparidades inter-regionais e as estratégias de desenvolvimento ambiental, voltada aos ambientes frágeis; a dimensão da política nacional visa alcançar a democracia por meio da apropriação universal dos direitos humanos, o desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com outros empreendimentos e a busca de um nível razoável de coesão social; e a dimensão da política internacional que busca garantir a paz e a cooperação internacional, por meio do fortalecimento da ONU, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade, um controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como da proteção da biodiversidade biológica, gestão do patrimônio global e cooperação científica e tecnológica (SACHS, 2002).

A partir destes movimentos, a sustentabilidade passou ser integrada as mais diversas áreas, entre elas o turismo. Em relação ao turismo sustentável, para a OMT (2003), significa que os recursos naturais, históricos e culturais sejam preservados para

uso contínuo no futuro, bem como no presente. O turismo sustentável também significa a prática do turismo que não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, preservando ou melhorando a área qualidade ambiental, mantendo um alto nível de satisfação do turista, de forma a conservar os mercados para o turismo e expandir suas vantagens amplamente pela sociedade.

Segundo Magalhães (2002), a implantação da forma de turismo sustentável respeita os princípios básicos defensores do desenvolvimento da atividade, para que compatibilize os interesses econômicos com respeito a natureza e às comunidades envolvidas.

Rejowski e Solha (2002) relatam a explosão do turismo massivo a partir de 1950, atrelado as grandes transformações políticas, econômicas, sociais, culturais, entretanto, mencionada que os últimos decênios (entre 1974 e 2000) mostram a complexidade do turismo, onde impõem-se duas forças: “globalização” e “sustentabilidade”, elevando a importância do planejamento e gestão estratégica, a formação e capacitação de recursos humanos e ao desenvolvimento de pesquisas e estudos turísticos. Para tanto, questionam se o turismo é um mal ou elemento vital para integração e respeito entre povos; se ele poderá trazer benefícios ao residente e ao mesmo tempo satisfazer os turistas, compreendendo o interesse de todos os agentes e, se poderá contribuir para a sustentabilidade em seu sentido amplo da prática.

Em função destes agravantes, em contraponto do turismo massivo, iniciou ao desenvolvimento da atividade com um caráter mais alternativo, buscando promover o seu desenvolvimento com mais sustentabilidade, promovendo especialmente maior integração e efeitos positivos para a população residente. Pires (2002), afirma que em reação ao turismo massificado, surgem

aspirações de um turismo alternativo, acompanhando movimentos de contracultura, opondo-se a à sociedade tecnológico-industrial e consumista, incluindo as questões ecológicas e ambientais, o antimilitarismo, o pacifismo e os direitos das minorias, emprestando seu caráter contestatório e inovador.

Além disto, Pires (2002, p. 43), também ressalta o desejo dos turistas por novas alternativas turísticas, onde “possam engajar-se em atividades sociais e culturais, dessa forma dando mais sentido à sua auto realização”.

Contudo, o conceito de sustentabilidade se vulgarizou, transformando-se em uma estratégia de captação de turistas. Um exemplo é o caso da Ilha do Mel, como Sperb et. al. (2008) retratam, até 1970 a população local vivia basicamente da pesca artesanal e da agricultura para consumo. A partir de 1980, ocorreram mudanças sociais e alterações na paisagem, em função do início do turismo, que se tornou a principal atividade, contudo, segundo os autores, o destino é falsamente anunciado para “ecoturismo” (que caracteriza-se por um segmento com características de maior sustentabilidade), entretanto, são inúmeros os problemas em existentes no destino, como o consumo de drogas, violência, falta de saneamento (refletindo especialmente em degradação dos recursos hídricos), descaracterização da paisagem, entre outros.

O Parque Nacional Serra da Capivara e a Comunidade Barreirinho

O Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC está localizado no Nordeste do Brasil, na região Sudeste do Estado do Piauí. Sua extensão territorial é de 130.000 ha, com 214 km de perímetro, a cerca de 560 km da capital, Teresina. O Parque foi instituído no dia 05 de junho de 1979, por meio do Decreto

Presidencial nº 83.548 que abrange os municípios de Brejo do Piauí, Coronel José Dias, João Costa e São Raimundo Nonato. Em 1991, o Parque foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial e tombado 1993 como Patrimônio Cultural Material pelo IPHAN, com registro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico. Caracterizando um reconhecimento Nacional e Internacional pela “[...] importância arqueológica do sítio, principalmente pela arte rupestre e as gravuras nas rochas, consideradas como únicas pelo seu magnífico estado de conservação [...]” (JUSTAMAND; FUNARI; ALARCÓN-JIMENEZ, 2018, p. 8).

A partir da criação do Parque, despontou também a necessidade da inserção de um sistema intenso de preservação patrimonial, foi de grande importância no desenvolvimento social e econômico local e na proteção do ambiente o que garantiu o resultado atual. Dentre esses resultados está a infraestrutura interna que conta com trilhas que dão entrada aos sítios arqueológicos, sinalizações, guaritas, centro de visitantes e passarelas com o intuito de possibilitar o uso público dos espaços como, por exemplo, para descanso e piquenique, assim como disponibilizar reservatórios de água e o anfiteatro localizado ao ar livre da Pedra Furada, cartão postal, com capacidade para 1.300 pessoas (BUCO, 2014).

O contexto da região está relacionado com o clima seco e a escassez de água que afeta as circunstâncias de vida da população local (FUMDHAM, 2013). Essa característica vivenciada no cotidiano no sertão piauiense, que historicamente sofre com os longos períodos de seca, e o trabalho braçal na roça por meio da agricultura como meio de subsistência e a partir da criação do projeto da Cerâmica da Serra da Capivara pela FUMDHAM no ano 1990 mudou as perspectivas de vida da comunidade Barreirinho com a oportunidade de permanecer no entorno do

parque, além de desenvolver uma atividade que garante o desenvolvimento econômico e melhorar a qualidade de vida da comunidade.

A seguir, imagens da Cerâmica da Serra da Capivara e do espaço onde são produzidas.

Foto 1-4: Cerâmica Serra da Capivara.

Fonte: Dados do autor, 2018.

Visto o contexto local de determinada comunidade, o desenvolvimento da mesma pode ser avaliado como um processo de modificação, visando ser consistente e sustentável considerando a dinâmica, viabilidade econômica, estimulando e explorando os potenciais locais para melhorar as oportunidades sociais, bem como, garantir a manutenção dos seus recursos e potencialidades (HANAI, 2012).

Metodologia

Na metodologia de análise, foi utilizada a pesquisa exploratória e descritiva. Os dados foram coletados na Serra da Capivara, a partir de pesquisa documental, pesquisa bibliográfica em livros e periódicos nacionais e internacionais, observações em campo e entrevista por meio de roteiro semiestruturado.

Na pesquisa bibliográfica identificam-se referências que embasam a temática utilizada. Dentre os principais autores estão: Sachs (1993, 2002), OMT (2003), Dias (2003), Magalhães (2002), Pires (2001 e 2002), Leroux (2010), entre outros.

A partir dos dados coletados, foi possível realizar a discussão e correlacionar os dados obtidos com as dimensões de sustentabilidade, adotadas por Sachs (1993, 2002), sendo elas: social, econômica, ecológica, cultural, política, ambiental, territorial, política nacional e política internacional.

Em relação ao roteiro de entrevista semiestruturado, foram aplicadas oito entrevistas com os representantes das Associações de Condutores Ambientais que atuam no parque da Serra da Capivara, durante os dias 26, 27 e 28 de julho de 2018. Destes entrevistados, uma gestora, um ceramista, residentes na comunidade Barreirinho que fica no entorno do PNSC e seis condutores ambientais locais.

O questionário teve como meta identificar o potencial da Cerâmica produzida pelos artesãos que residem no território do

parque da Serra da Capivara. No questionário são trabalhadas questões como a caracterização dos entrevistados: a associação que representa, nome, naturalidade, sexo, idade, município e o contato; em relação ao potencial da Cerâmica, o roteiro faz menção ao entendimento que cada um possui sobre o que seria a Cerâmica da Serra da Capivara e o seu potencial para o turismo na região. Desta forma, cada entrevistado pode discursar livremente sobre o tema da pesquisa.

Discussão dos Resultados

A partir das visitas de campo, foram levantadas informações sobre o potencial da Cerâmica produzida pelos artesãos na região da Serra da Capivara que subsidiaram a discussão com as dimensões de sustentabilidade, realizar a discussão e correlacionar os dados obtidos com as dimensões de sustentabilidade, adotadas por Sachs (1993, 2002).

Para tanto, será adotado um quadro com as definições de cada dimensão de sustentabilidade e em seguida, a correlação com o potencial da Cerâmica da Serra da Capivara.

Quadro1: Dimensões da Sustentabilidade (SACHS, 1993, 2002).

Dimensões da Sustentabilidades, Sachs (1993, 2002).	
a) Sustentabilidade social:	Cerâmica Serra da Capivara
É a criação de um processo de desenvolvimento civilizatório baseado no ser e que seja sustentado por uma maior equidade na distribuição do ter, nos direitos e nas condições das amplas massas da população, e	A cerâmica é um empreendimento que teve início como uma cooperativa, incentivada pela FUMDHAM –

achatar a distância entre os padrões de vida dos mais ricos e mais pobres.	Fundação Museu do Homem Americano.
b) Sustentabilidade econômica:	Cerâmica Serra da Capivara
Possibilita uma melhor alocação e gestão mais eficiente dos recursos e por um fluxo regular do investimento público e privado. Esta eficiência é macrossocial, reduzindo os custos sociais e ambientais, bem diferente da lógica economicista.	A empresa Albergue Cerâmica é uma empresa arrendada por uma empresária, só que ela tem uma responsabilidade social. Só contrata de forma com carteira assinada, com as condições boas de trabalho pessoas da comunidade no entorno deste empreendimento.
c) Sustentabilidade ecológica:	Cerâmica Serra da Capivara
Incrementa o aumento da capacidade de recursos naturais, limitando os recursos não-renováveis ou ambientalmente prejudiciais, reduzindo o volume de poluição, autolimitando o consumo material pelas camadas sociais mais privilegiadas, intensificando a pesquisa de tecnologias limpas e definindo	Curso de Conservação de arte Rupestre incentivados pela FUMDHAM – Fundação Museu do Homem Americano.

regras para uma adequada proteção ambiental.	
d) Sustentabilidade espacial:	Cerâmica Serra da Capivara
É aquela voltada a uma configuração rural-urbana mais equilibrada com ênfase nas seguintes questões: diminuição da concentração excessiva nas áreas urbanas e dos processos de colonização descontrolados, promoção de projetos modernos de agricultura regenerativa e agroflorestamento, industrialização centralizada, criação de empregos rurais não agrícolas, e o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteger a biodiversidade.	A cerâmica na comunidade chamada Barreirinha no entorno do Parque surgiu a partir de um projeto da Fundação a vinte quatro anos atrás para que pudesse dar renda e atividade para pessoas que moram na região do entorno do Parque. Foram criados vários projetos para famílias como o de apicultura.
e) Sustentabilidade cultural:	Cerâmica Serra da Capivara
Engloba as raízes endógenas dos modelos de modernização e dos sistemas rurais integrados de produção, respeitando a continuidade das tradições culturais, e até mesmo a	Foi trazido um ceramista de São Paulo para ensinar e iniciar o projeto. Foi coletado as argilas pra testar, e já haviam algumas pessoas em algumas comunidades que trabalhavam com

<p>pluralidade das soluções particulares.</p>	<p>argilas, faziam telha, tijolo e potes, painéis para uso próprio no modo rudimentar. Assim, surge a ideia de uma matéria-prima boa para se trabalhar e produzir uma cerâmica para que pudesse dar renda e atividade na região.</p>
<p>f) Sustentabilidade política:</p>	<p>Cerâmica Serra da Capivara</p>
<p>Privilegia a negociação da diversidade de interesses movidos em questões fundamentais desde o âmbito local ao global.</p>	<p>A cerâmica faz parte do roteiro do Parque, do roteiro turístico e os turistas vem em excursões. Alguns participam e produzem peças de argila, decerâmica.</p>
<p>g) Sustentabilidade ambiental:</p>	<p>Cerâmica Serra da Capivara</p>
<p>Possibilita aos ecossistemas naturais, realizarem autodepuração.</p>	<p>São todos da região do Parque e trabalham de modo sustentável, com a argila, como recurso renovável. As escavações e as ferramentas são manuais.</p>

<p>h) Sustentabilidade territorial:</p>	<p>Cerâmica Serra da Capivara</p>
<p>Eliminar as desigualdades entre o meio urbano e rural, buscando a melhoria do ambiente urbano, a superação das disparidades inter-regionais e as estratégias de desenvolvimento ambiental, voltada aos ambientes frágeis.</p>	<p>Os parques nacionais que são instalados tem muito essa preocupação de fazer a parte social e trazer desenvolvimento para as comunidades do entorno. E como a Cerâmica não deixa de trazer esse desenvolvimento, surge os trabalhos de forma cooperativa.</p>
<p>i) Sustentabilidade política nacional:</p>	<p>Cerâmica Serra da Capivara</p>
<p>Visa alcançar a democracia por meio da apropriação universal dos direitos humanos, o desenvolvimento da capacidade do Estado para implementar o projeto nacional em parceria com outros empreendimentos e a busca de um nível razoável de coesão social.</p>	<p>Os produtos são vendidos para a região e todos o Brasil. O maior centro de vendas é em São Paulo, a já tem pessoas com contrato fixo com a <i>toc stock</i> e o grupo Pão de Açúcar. Destaque também no “Caras do Brasil”, programa de comercialização para pequenos produtores de manejo sustentável.</p>

j) Sustentabilidade política internacional:	Cerâmica Serra da Capivara
<p>Busca garantir a paz e a cooperação internacional, por meio do fortalecimento da ONU, um pacote Norte-Sul de co-desenvolvimento, baseado no princípio de igualdade, um controle institucional efetivo do sistema internacional financeiro e de negócios, da aplicação do princípio da precaução na gestão do meio ambiente e dos recursos naturais, bem como da proteção da biodiversidade biológica, gestão do patrimônio global e cooperação científica e tecnológica.</p>	<p>A Cerâmica que é o ponto principal, e foi fundada pela Fundação do Homem Americano em 1990 com a ideia de implantar cultura de subsistência para a comunidade do entorno, principalmente o Barreirinho. O Parque foi reconhecido pela UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial e tombado 1993 como Patrimônio Cultural Material pelo IPHAN, com registro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.</p>

Fonte: Adaptado de Sachs (1993, 2002) e roteiro semiestruturado elaborado pelo autor, 2018.

Observa-se que a Cerâmica Serra da Capivara favorece o desenvolvimento socioeconômico local da comunidade estudada visto que o contexto em que esta se encontra, onde os moradores sobreviviam da caça de animais silvestres e necessitavam de seus roçados, assim faziam desmatamentos e queimadas para agricultura de subsistência. No entanto, essa situação dificultava na preservação do patrimônio natural, cultural e ambiental

existente no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno. Ou seja, a sustentabilidade estabelecida neste sentido abrange as mais variadas dimensões. Neste sentido, observa-se claramente o atendimento as dimensões da sustentabilidade social, cultural, ecológica, ambiental e econômica.

O reconhecimento pela UNESCO como Patrimônio Cultural Mundial e tombado 1993 como Patrimônio Cultural Material pelo IPHAN, com registro no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, evidência sua importância, inclusive, como produto turístico e pela geração de emprego e renda para as comunidades locais, atendendo as dimensões da sustentabilidade política nacional e internacional.

Considerações Finais

A presente pesquisa, objetivou discutir o potencial da Cerâmica da Serra da Capivara utilizando como base as dimensões da sustentabilidade, adotados por Sachs. Deste forma, conclui-se que o Parque, pela sua complexidade e potencialidade, atende as dimensões, ofertando um vasto campo para maiores aprofundamentos sobre esta temática. O seu reconhecimento nacional e internacional tem atraído turistas de diversas regiões, gerando assim, oportunidade de emprego e renda, além de possibilitar a permanência dos mesmos, por meio de trabalho cooperativo entre os residentes do entorno do Parque. Além disso, a preocupação e a conscientização ecológica e ambiental ficam evidentes à partir do uso de técnicas manuais e de preservação da argila como matéria prima.

Contudo, vale ressaltar alguns pontos negativos levantados durante as entrevistas, em relação a preocupação de alguns residentes com a produção de peças mais exclusivas, sem que haja descaracterização da produção manual, e o fato da empresa de Cerâmica ter sido arrendada por uma empresária.

Por fim, tendo como base as limitações no método de pesquisa adotado, uma vez que, trata-se de um ensaio, sugere-se que as dimensões da sustentabilidade, sejam trabalhadas juntamente com indicadores, a fim de aprofundar a pesquisa e a coleta de dados em campo.

Referências

BENI, C. M. *Política e Estratégia do Desenvolvimento Regional: Planejamento Integrado e Sustentável do Turismo*. Turismo em Análise, São Paulo, v. 10, n. 1, 1999, p. 7-17.

BUCO, C. A. *O caso da Serra da Capivara, vinte anos de socialização do conhecimento através da arte-educação*. Revista ALTER IBI. v. 1, n. 1, 2014, p. 34- 45.

CAMPOS, A. A.; BATISTA, R. D. C.; SANTOS, C. A.; SOUSA, M. F. L. *Educação e percepção ambiental na área do Parque Nacional Serra da Capivara – PI*. Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas. Macapá, 2016, n. 8, p. 107-120.

CAZZELLA, A. A. *Base de serviços rurais estratégicos à promoção do desenvolvimento territorial no Brasil: uma análise prospectiva*. XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural – SOBER, Londrina-PR, 2007.

DIAS, R. Turismo sustentável e meio ambiente / Reinaldo Dias. – São Paulo: Atlas, 2003.

FALCÃO, M. C.; GÓMES, C, P. *Análise da sustentabilidade de destinos turísticos: uma proposta teórica de adequação do modelo de ciclo de vida de áreas turísticas às dimensões da*

sustentabilidade. Revista Turismo Visão e Ação – Eletrônica. V. 14, n. 3, 2012, p. 304–321.

FERREIRA, E. F.; ANJOS, R. S. A. *O território dos maracatusnação de Pernambuco: interpretação preliminar. Revista Eletrônica: Tempo - Técnica - Território, v.3, n.1, 2012.*

FONG, S-F.; LO, M-C. *Community involvement and sustainable rural tourism development: perspectives from the local communities. European Journal of Tourism Research, 2015.*

FUMDHAM. FUNDAÇÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO. *Turismo arqueológico região do Parque Nacional Serra da Capivara. 1ª edição: projeto Abha, 2013.*

HANAI, F. Y. *Desenvolvimento sustentável e sustentabilidade do turismo: conceitos, reflexões e perspectivas. Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional. G&DR, Taubaté, SP, Brasil. v. 8, n. 1, 2012, p. 198-231.*

JIMÉNEZ HERRERO, L.M. *Los procesos de sostenibilidad en España. Ambienta, Madrid, 2006, pp.8-19.*

JUSTAMAND, M.; FUNARI, P, P, A.; ALARCÓN-JIMENEZ, A. *Arqueologia, Turismo e História e o Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI. REVISTA INTERDISCIPLINAR ENCONTRO DAS CIÊNCIAS V.1, N.1. 2018*

LEROUX, E. *Tourisme durable et écotourisme: des méthodes de calcul liées au marketing. Gestion 2000, 2010.*

MACHADO, A. L.; TOMAZZONI, E. L. *A regionalização turística do Rio Grande do Sul e sua contribuição como referência para a gestão regionalizada do turismo no Brasil. Rev. Bras. Pesq. Tur. São Paulo. v.5, n.2, p. 226-247, 2011.*

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. *Diretrizes para o turismo sustentável em municípios*. São Paulo: Roca, 2002.

NIEDZIÓLKA, I. Sustainable tourism development. *Regional Formation and Development Studies*, 2014.

OLCER, C.; EKIZ, E.H. *Community Perception of Sustainable Tourism Development for a Newly Developing Destination: The Case of Baksı*. *Journal of Tourism & Services*, 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO (OMT). *Guia de desenvolvimento sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

PECQUEUR, B. Territoire, territorialite et developpement. In: *Coloque Industrie et Territoire*, IREPD, Grenoble, p. 20-22,1992.

PIRES, P. dos S. (2002). *Dimensões do Ecoturismo*. São Paulo–SP, Editora

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina T. *Turismo em um Cenário de Mudanças*. In.: YASOSHIMA, Jose Roberto; REJOWSKI, Mirian. *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

RODRIGUES, Arlete M. *Desenvolvimento Sustentável e atividade Turística*. In.: RODRIGUES, Adyr B. *Turismo: Desenvolvimento Local*. São Paulo, Hictec, 2000.

RODRIGUES, M. H. S. G. *Parque Nacional Serrada Capivara e Comunidade: Educação, Preservação e Fruição Social: um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí-Brasil*. Dissertação de mestrado Instituto Politécnico de Tomar –Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (Departamento de Geologia da UTAD –Departamento de Território, Arqueologia e Património do IPT), 2011.

RODRIGUES, Maria Lúcia. *O trabalho com grupos e o serviço social*. 4 ed. São Paulo: Moraes, 1984.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. Studio Bobel: FUNDAP, 1993.

SALEH, I.; HERMAWAN, A.; CHOZIN, A. M. *Sustainable Culinary Tourism in Puncak, Bogor*. Journal Manajemen & Agribisnis. v. 10, n. 1, 2013.

SÁNCHEZ. R, E.; FÉLIX. E, C.; ANDRADE. R. D.; CHÁVEZ. R, M, D. “Breve estudio sobre la oferta de las empresas de turismo de naturaleza en el municipio de Cabo Corrientes, Jalisco, México”. *TURYDES* - Revista de investigacion en turismo y desarrollo local. v. 4, n. 10, 2011.

SILVA, P. O. *Responsabilidade socioambiental da empresa cerâmica artesanal serra da capivara: Análise da percepção da comunidade local do entorno do Parque Nacional Serra da Capivara*. Dissertação de mestrado pela Universidade Federal da Bahia Escola de Administração da UFBA Núcleo de Pós-graduação em Administração-NPGA, Salvador, 2016.

SMITH, V; BRENT, M. *Hosts and guests revisited*. Tourism Issues for the century. New York: Cognizant Communication Corporation, 2001.

CAPÍTULO 13

FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO TURISMÓLOGO NO ENSINO SUPERIOR: ANÁLISE DA PERCEÇÃO DA ACADEMIA E MERCADO TURÍSTICO DO RN

Deise Cristina Gomes da Silva
Maria Valéria Pereira de Araújo
Max Leandro de Araújo Brito

Introdução

A complexidade do turismo tornou essencial a busca pelo conhecimento especializado, por meio da perspectiva de diversas áreas que se relacionam de maneira direta ou indireta ao fenômeno turístico, e não somente das que são voltadas aos fatores econômicos ou ambientais. O interesse em prol da compreensão deste acontecimento acabou ganhando notoriedade especialmente no Pós-Guerra, quando a sociedade começou a se reerguer e se estabelecer economicamente. “Mesmo considerando que importantes bases de seu estudo foram assentadas antes da Segunda Guerra Mundial, seu desenvolvimento científico só ocorreu após a mesma” (Rejowisk, 2003, p.53). Por conseguinte, surgiram diversas escolas direcionadas ao estudo do turismo, estimulando, dessa forma, esforços em pesquisa, ensino e extensão. Nesse sentido, “o estudo do turismo descobre novas maneiras de ver o turismo, mapeia novos conceitos, elabora novas teorias e constrói um corpo de conhecimento.” (Tribe, 1997, p.642). Assim, possibilita o entendimento macro sobre o fenômeno e a atividade complexa que lhe pertence.

O surgimento dos primeiros estudos em turismo no meio acadêmico, no Brasil, ocorreu por volta da década de 1970 e no início, as expectativas lançadas sobre esta temática eram as mais positivas possíveis, voltadas especialmente ao desenvolvimento econômico. Esse foco ocorreu devido ao crescente número da prática do turismo e sua conseqüente e gradativa circulação de divisas. O primeiro curso superior de Turismo no Brasil surgiu em São Paulo, na Faculdade de Turismo do Morumbi (hoje Anhembi-Morumbi). No decorrer dos anos, vários outros cursos passaram a existir, estando espalhados por diversas regiões do país, porém ao longo do tempo, o fenômeno de retração de demanda e ofertas de cursos vem se alastrando de maneira significativa.

Segundo dados do Ministério do Turismo (MTUR, 2010) através do Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) até o ano de 2010 existiam cerca de 559 instituições que ofereciam ou já ofertaram cursos em Turismo em todas as regiões do país. Das 559 instituições 326 responderam possuir curso de Turismo; 137 afirmaram que foram fechados o que não possuíam mais o curso; 96 não responderam ou não conseguiram formar turmas.

Por meio deste cenário, observa-se o gradativo declínio dos cursos de Turismo por todo Brasil. Isto posto, subtende-se, segundo Matias (2012) que as graduações na área no país adequam-se ao ambiente mercadológico, seguindo a lei da oferta e demanda, sendo grande parte dos cursos ofertados pela iniciativa privada. Por meio do panorama, alguns fatores podem interferir na evasão dos egressos e queda na procura pelos cursos de Turismo, bem como, a não inserção deste profissional no mercado de trabalho, cujas razões são determinadas por:

características pessoais, exigindo profissionais audaciosos, comunicativos, persistentes, comprometidos, entre outras; 2) tipos de trabalho na área de Turismo (sabe-

se que esta área frequentemente apresenta empregos sazonais, carga horária elevada e remuneração baixa); e 3) características dos cursos (sendo alguns mais teóricos, sem enfoque na praticidade, com ausência de laboratórios que estimulem uma preparação prática para a atividade turística, biblioteca com poucos livros referentes à área e professores despreparados). (Matias, 2012, p. 15)

Assim, tais aspectos como os citados acima, afetam de maneira significativa o interesse pela profissionalização em turismo. Os autores Kolodii, Latysheva e Rodionova (2015) expõem que o turismo configura-se como um dos principais setores econômicos do mundo na atualidade, portanto, necessita de profissionais qualificados para atuarem em seu trade. Porém, muito dos empregadores discorrem que quando contratados, os graduados em Turismo, apresentam competências teóricas de aspectos gerenciais, e não, técnicas operacionais; comentam ainda, sobre a necessidade de tais profissionais apreenderem competências que estejam diretamente relacionadas a praticidade da atividade turística.

Portanto, o mercado demanda colaboradores que sejam capacitados para trabalharem nos diversos setores e funções que compreendem as empresas. No entanto, observam-se desequilíbrios no que tange à estrutura de formação acadêmica e às expectativas das organizações. “O embate empresariado-universidade que está instalado há 30 anos no país significa, na verdade, o embate entre as necessidades ‘do mercado’ e o desejo e o dever da universidade de formar pensadores.” (Barreto, Tamanini & Silva, 2004, p. 45) Ademais, há percepção equivocada por parte dos egressos, pois estes tendem a acreditar que, posteriormente a formação, conseguirão inserção profissional imediata, ocupando cargos de média a alta complexidade, como por exemplo, setores gerenciais. Segundo a

Organização Mundial do Turismo (OMT, 1995), em todo o mundo nos cursos de turismo,

(...) os planos de estudo são inadequados para as exigências do setor (...) esta inadequação dos planos gera certo desânimo entre os estudantes, porque consideram que, ao final dos estudos, não estão preparados para ocupar um posto de trabalho para o qual teoricamente foram preparados. Gera-se, portanto, um gap entre expectativas do aluno que finaliza a carreira e a realidade da indústria que ele encontra. (OMT, 1995, p.88).

Esse cenário acaba criando barreiras que dificultam o interesse pela profissionalização na área, refletindo na baixa demanda e escassez de cursos. Sabe-se que das abordagens que permeiam o universo turístico, a retórica sobre geração de emprego e renda se sobressai perante os demais aspectos. “Um dos enfoques da ideologia do turismo é a sua potencialidade de geração de emprego e renda.” (Tomazoni, 2007, p.197). Porém, nem sempre a afirmativa é aceita por parte de alguns analistas que conhecem a realidade da atividade.

Dessa forma, como transformar o discurso tautológico referente ao turismo sobre geração de emprego e renda? Entende-se que formação profissional pressupõe alternativa ideal para avanços na geração de oportunidades para o mercado de trabalho, necessitando de atualizações constantes para acompanhar o dinamismo do setor. Nesse sentido, o Bacharel em Turismo encaixa-se no mercado de trabalho como profissional habilitado para exercer funções nos diferentes setores e níveis de trabalho, desde o operacional ao gerencial e estratégico dentro do mercado que o absorve, compreendendo instituições públicas ou privadas e terceiro setor.

No contexto social, o impacto de um estudo voltado à formação do Bacharel em Turismo, para o estado do Rio Grande do Norte que visualiza o turismo como uma das atividades que mais gera e arrecada receitas, é bastante significativo para a compreensão da importância do profissional que integra esse mercado.

O turismólogo possui habilidades e capacitação especializada em prol da boa receptividade, influenciando diretamente na relação estabelecida entre o visitante e o residente. Dessa forma, o estudo poderá estabelecer o entendimento sobre as competências adquiridas durante a formação e como são percebidas pelos educadores e gestores do universo turístico, possibilitando novas abordagens no processo educacional e conhecimento do seu futuro colaborador por parte dos gestores.

O autor Tribe (1997) discorre que análises sobre o estudo do turismo proporcionam novas perspectivas ainda não descobertas sobre esse universo. Assim, profissionais capacitados, especializados no estudo do fenômeno, garantem profissionalismo e responsabilidade diante das relações, ajudando igualmente, no processo de planejamento e criação de um destino turístico. Assim sendo o “avançar sobre o fazer-saber direciona uma nova agenda para os estudos turísticos” (Moesch, 2000, p.15), podendo ser apontado à manutenção de equilíbrio entre os anseios do mercado e os da academia. Assim o objetivo central do estudo é compreender a formação do turismólogo, na percepção do mercado turístico, professores e coordenadores do curso de turismo no RN.

Utilizou-se de metodologia de caráter qualitativa, exploratória, por meio análise de conteúdo, utilizando-se de entrevista semiestruturada com os atores da pesquisa composta pela academia, Instituições de Ensino Superior –IES, tais como: a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a

Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e a Universidade Potiguar (UNP) e parte do “*Trade turístico*”, do estado do Rio Grande do Norte compostos por representantes de associações renomeadas no Brasil, lembrando que *Trade* “é o conjunto de agentes, operadores, hoteleiros e demais prestadores de serviços turísticos. Trata-se de palavra inglesa que, nesse contexto, pode ser traduzida por “negócios”. (Ministério do Turismo- Roteiros do Brasil, 2007, p.19) Apresenta-se como população os representantes do mercado turístico, coordenadores e professores destaques dos cursos de Turismo cedidos no RN.

Apontamentos Sobre O Fenômeno Turismo

O turismo é hoje uma das atividades mais marcantes da atualidade e se destaca principalmente por sua força econômica e pelos impactos que ultrapassam esse setor. Sobre esta afirmação, Molina & Rodriguez (2001) declaram que o turismo transformou-se num fenômeno de enorme importância nas sociedades modernas. A origem da prática da atividade não é recente; data-se desde o início da história da humanidade, porém não com a conotação que se tem nos dias atuais. Nos primórdios os interesses dos homens, ao se deslocarem, eram estritamente por razões de trabalho, de estudos, de fé (religiosidade), de saúde e de conquistas, ou por puro instinto, e não pela satisfação pessoal que é a principal motivação observada atualmente. Neste retrato Ruschmann e Solha, (2006) explicam que

Atualmente, o diferencial é que para que esse viajante seja turista, ele precisa realizar uma ação de deslocamento de seu lugar de existência para outro, que lhe seja prazeroso, como uma forma de rompimento com a monotonia dos dias iguais. Por tanto, o turismo é um fenômeno social dessa época, que gera múltiplas inter-relações (sociais

econômicas e culturais, tornando-se uma prática social).
(Ruschmann & Solha, 2006, p. 34).

É importante lembrar que o turismo é uma atividade muito complexa, tendo em vista que as motivações dos viajantes são subjetivas e de difícil mensuração. Porém, há atualmente o desejo infundável de se conhecer novas culturas, através de novas interações sociais ou até mesmo pela obrigação do dever profissional, o que torna tal atividade uma prática universal da atualidade. Ademais, todo o contexto histórico que marcou o fenômeno como um dos símbolos da/na contemporaneidade; como o aumento da qualidade de vida da sociedade, a evolução dos transportes e dos meios de comunicação, e a revolução tecnológica ocorridas nos últimos tempos, proporcionaram um campo favorável para o desenvolvimento da atividade turística.

Turismo E Educação

O Turismo voltado ao conhecimento educacional e científico se configura em uma relação complexa e de difícil definição Tribe (1997), cujo entendimento se dá a partir de uma abordagem multidisciplinar. Desta forma, estudá-lo como ciência é motivo de debates e discussões por aqueles que se envolvem com a atividade. Esta provoca uma relação ampla e complexa dessas várias ciências que conduziram, ao menos no Brasil, para discussões reflexivas do mundo acadêmico em cursos superiores. Cruz, Berberi e Guzela (2008). Por se tratar de um fenômeno que permeia diversas áreas de estudo e que vem sendo estudado em âmbito científico recentemente; essas discussões reflexivas se tornam bastante frequentes no mundo acadêmico.

O ensino superior voltado ao turismo teve seu início nos anos de 1893, na Europa, e em 1922 nos Estados Unidos da América/EUA, antes mesmo do surgimento das graduações em

turismo Formica (1996). Os cursos de graduação na área aconteceram em meados da década de 1970 Seaton (1991) e de lá para cá várias outras graduações foram sendo instaladas por diversos países. Em âmbito internacional, a educação voltada ao turismo tende a acompanhar a evolução constante dentre os diversos setores que compõem a sociedade. A forma como se processa essa educação se ajusta ao cenário de constantes mudanças no mundo contemporâneo, quer sejam de ordem econômica, quer sejam de ordem social, ou cultural. Sogayar e Rejowski (2011)

O primeiro bacharelado em Turismo ocorreu no ano de 1971, sendo ofertado pela Faculdade de Turismo do Morumbi – hoje, Universidade Anhembi Morumbi na cidade de São Paulo, no intuito de estabelecer ensino profissionalizante atendendo as exigências do mercado de trabalho Trigo (1991). Assim como ocorreu no mundo, houve um crescimento vertiginoso de cursos espalhados por todo o país, principalmente em meados dos anos 2000, onde ocorreu uma política nacional o – Programa de Municipalização do Turismo – PNMT, que impulsionou a criação de cursos profissionalizantes, em sua maioria cursos, privados no Brasil. Porém, passada a euforia, porém, ou seja, toda a euforia do “boom” do ensino superior de turismo, hoje se registra o encerramento considerável de diversos cursos relacionados à atividade.

Assim, sabe-se que a formação do especialista em turismo apresenta-se de forma ampla e diversificada, produzindo reflexões sobre aspectos técnico-administrativos, ambientais, socioeconômico, culturais, dentre outros. Dispondo de currículo vasto e multidisciplinar, a formação deve oferecer, nesse sentido, competências e habilidades correspondentes ao fenômeno complexo. Porém, a polivalência apresentada na formação do turismólogo dificulta a compreensão do posicionamento desse

especialista no mercado de trabalho, bem como o entendimento sobre as competências que o envolvem.

O entendimento do problema profissionalizante do turismólogo requer que reconheçamos o grande divisor de sua atuação ao lado de outros profissionais. A organização do Turismo, em seu mais amplo sentido, pode ser dividida em duas grandes esferas: 1) Turismo operacional: Prestação de todos os serviços cabíveis – acesso, hospedagem, gastronomia, produção de eventos, animação, marketing, etc.; 2) Turismo de organização do território: Qualidade ambiental urbana e rural – infraestruturas de todos os tipos; patrimônio material; museologia; manejo de unidades de conservação para visitas; simbologias, etc. (Yázigil, 2011, p. 425)

Por esse ângulo, identificar as capacidades que englobam o profissional de turismo torna-se tarefa difícil, devido à amplitude que envolve a qualificação na profissão e a falta de especificidades nos quesitos que compreendem o estudo desse universo. Para os autores Cruz, Berberi e Guzela (2008), o turismo provoca uma relação ampla e complexa dessas várias ciências que conduziram, ao menos no Brasil, as discussões reflexivas do mundo acadêmico em cursos superiores.

Formação Superior Do Turismólogo

O turismólogo é direcionado a múltiplos saberes: o currículo do curso de Turismo está voltado ao conhecimento multidisciplinar e perpassa por inúmeras disciplinas, porém esta amplitude é questionável, pois se compreende que são necessários muitos anos de estudo para se adquirir todas as competências exigidas na grade curricular. Barreto, Tamanini e Silva (2004) explicam que, com a finalidade de ajustar os cursos

de turismo com a formação acadêmica, as Diretrizes Curriculares Nacionais, elaboradas pelo Ministério da Educação, elencaram uma série de competências e habilidades tão amplas e ambiciosas que acabaram conflitando com as reais possibilidades de formação, dificultando o reconhecimento desse profissional para a sociedade.

Nesse sentido o caráter multidisciplinar do Turismo, o transforma em um fenômeno de conhecimento vasto e plurivalente e por esta razão necessita de análises apuradas para poder ser compreendido em sua totalidade. Através do contexto compreende-se que o entendimento de um dado fenômeno efetiva-se por meio da integração dos saberes que estão envolvidos a realidade que se apresenta, e ainda, pela aplicabilidade desses saberes em escala global. Edgar Morin, famoso educador francês, explica que:

o conhecimento torna-se pertinente quando é capaz de situar toda a informação em seu contexto e, se possível, no conjunto global no que se insere. Pode-se dizer ainda que o conhecimento progride, principalmente, não por sofisticação e abstração, mas pela capacidade de conceitualizar e globalizar (Morin, 2004, p. 24).

Assim, a educação superior em Turismo deve estar preocupada com a análise crítica do fenômeno turístico Panosso Netto (2005), visando à integração dos saberes apreendidos, unindo o exercício prático da formação ao contexto teórico repassado, pois a vivência prática possibilita a real compreensão da conceitualização do estudo à realidade analisada. Por este ângulo, observa-se que a qualificação em Turismo em nível superior no Brasil, por algum instante, não corresponde às exigências impostas pelo mercado de trabalho, já que o dado setor, em muitos casos, demanda profissionais com habilidades e

competências de caráter técnico, porém a academia direciona a formação a níveis de conhecimento de média a alta complexidade, com escasso estímulo a capacidades técnicas, dicotomia que vem sendo debatida na atualidade.

Resultados - Formação Profissional Do Turismólogo No Ensino Superior

A questão da pesquisa procurou avaliar com os respondentes, como eles percebem a formação profissional no ensino superior em turismo. Os depoimentos apresentados, a seguir, descrevem o que pensam os respondentes do mercado turístico sobre a formação do profissional da área.

É uma formação que possibilita a compreensão do mercado turístico, como ele funciona, quem o compõe, bem como os destinos que fazem parte de toda essa cadeia, nós trabalhamos com esse último, mas vejo uma formação pouco envolvida com a prática. Quando entrevisto candidatos turismólogos é incrível como poucos falam outro idioma, olha que estamos falando de turismo, recepção de pessoas, conhecimento de outras culturas, trabalho no setor de serviços, talvez essa seja uma das falhas dos cursos. (Representante do Mercado 3)

Você quer que realmente fale o que eu penso sobre o curso de turismo? olha! Vejo um curso muito aquém da realidade do turismo, turismo minha querida, é economia, é dinheiro, é emprego, o que estão estudando nas universidades? Estão estudando o impacto ambiental causado nas Dunas de Genipabu, estão estudando o impacto da atividade turística nas comunidades lá da Redinha, questões meramente sociológicas, ambientais, pessoais, caprichos de professores que não conhecem a realidade do mercado turístico, as universidades estão

sendo doutrinadas pelo marxismo, socialismo aí e estão deixando de estudar o que realmente é o turismo. Uma formação que divaga muito sobre a teoria e na prática é completamente falha. [...] As universidades se fecham em seus muros e não se articulam com os outros componentes que formam a atividade turística, fica de um lado as universidades, do outro o mercado e do outro a gestão pública, não existe articulação é cada um falando por si. (Representante Mercado 4)

Bem! Posso te responder enquanto empresa na qual estou representando, trabalhamos aqui em busca da qualificação técnica, então direcionamos esse profissional com a formação mais técnica possível. Nós reforçamos o compromisso com a formação integral do ser humano, considerando aspectos relacionados ao mundo do trabalho e exercício da cidadania, buscamos atuar com o foco no resultado. Acredito que nas instituições de ensino superior não sejam muito diferentes, mas percebo que há mais uma visão teórica/científica de como funciona toda a cadeia produtiva do turismo, uma visão mais macro de todo esse sistema, como trabalhamos na perspectiva da formação técnica o foco está na qualificação prática desse profissional visando sempre a estimulação, por parte desses profissionais, ao desenvolvimento do turismo no nosso estado. (Representante Mercado 5)

Observa-se, a partir dos depoimentos apresentados, que a formação concedida nas faculdades/universidades do estado, na visão dos representantes do mercado, sintetiza-se em conhecimento, ensino, teórico/científico que possibilita a percepção macro do fenômeno turismo, porém não caracterizam com clareza quais seriam os aspectos teórico/científicos que compõem a formação em turismo. Discorrem que aplicabilidade das informações apreendidas através do ensino, ou seja, o

desenvolvimento de habilidades técnicas/práticas são, muitas vezes, negligenciadas nos cursos ora ofertados. Estes afirmam que é no conhecimento técnico/prático onde existe a grande lacuna na formação em turismo, quando discursam sobre o pouco envolvimento com a praticidade do estudo, conforme pode ser visualizado no depoimento do representante do mercado 3, e a divagação demasiada sobre a teoria, ressaltado pelo representante do mercado 4.

Estas observações pontuadas por parte do “*trade turístico*” vem ao encontro do que Dias (2016) salientou ao confirmar que existem lacunas entre o ensino superior em turismo e o mercado de trabalho, as propostas de ensino e aprendizagem das faculdades/universidades versus as demandas do mercado destoam-se entre si, o que causa desequilíbrios no que concerne à formação profissional eficiente tanto para o discente quanto ao “*trade*” que lhe absorve. Analisa-se a seguir a percepção do grupo de coordenadores.

Percebo que a formação do turismólogo é muito ampla. O aluno sai do curso com uma visão muito abrangente e analítica sobre o fenômeno. [...] O egresso sai com visão analítica, mas o mercado precisa de pessoas que resolvam seus problemas, para isso é necessário que o profissional seja antes de tudo muito criativo. Não adianta perceber os problemas, mas trazer soluções criativas e viáveis para o mercado, soluções menos “românticas”, como “o governo deve dar as condições”, “a população deve ser inserida”. [...] Percebo que os empresários tem pouco interesse em colocar o turismólogo em sua empresa porque não vê seu diferencial, já que esse profissional não tem habilitações operacionais e sim gerenciais. Fato é: nenhuma empresa vai colocar alguém para gerenciar um setor se essa pessoa não tem experiência, então é fundamental que o profissional comece a trabalhar em cargos menores, para

assim mostrar seu diferencial e chegar aos cargos almeçados. Então, se o que se deseja é ser “gerente de hotel”, o estudante deve se inserir nesse mercado a ali crescer. Vejo como uma utopia outro caminho. (Representante coordenação 1)

Percebo uma formação muito abrangente, formação que envolve a inter/multi/transdisciplinariedade como citado por diversos autores, e complexa muitas vezes de se compreender. Estuda-se um fenômeno bastante complexo que engloba questões sociais, ambientais, econômicas, administrativas dentre outras infinitudes de estudo. Uma formação voltada a criticidade/ ética da atividade turística visando formar um cidadão ético, crítico e compromissado com o turismo. Ela oferece a possibilidade do egresso permear por diferentes áreas do conhecimento o que ajuda a ampliar sua visão de mundo. (Representante coordenação 2)

Vejo uma formação, especialmente aqui na nossa instituição, voltada a atender as necessidades de mão de obra técnica especializada no setor de serviços, além de possibilitar uma compreensão sociológica, vamos dizer assim, dessa atividade tão abrangente que é o turismo. Através do curso você capacita o aluno para atuar em diversos setores da cadeia produtiva do turismo, desde dos setores operacionais de uma empresa, atuando em uma agência de viagens, por exemplo, no setor de hospedagem, setor de AeB e assim por diante, até os setores considerados estratégicos, como atuar na parte administrativa de uma empresa privada ou cargo público. Percebo uma formação transdisciplinar/científica e técnica, por assim dizer. (Representante coordenação 3)

Os depoimentos apresentados pelos coordenadores dos cursos ofertados no RN, de maneira geral, destacam que a formação em turismo dispõe de diversas abordagens do conhecimento técnico/científico, caracterizando uma formação multidisciplinar. Realçam que o fenômeno é compreendido por meio da ótica de diferentes áreas de estudo a partir de disciplinas que englobam aspectos humanísticos, sociológicos, geográficos, antropológicos, administrativos dentre outros. Assim o turismo, na percepção dos coordenadores configura-se como campo científico e não como ciência independente, corroborando com estudos de autores como Dencker (1998). Afirmam ainda que pela disposição multidisciplinar correspondente a formação, possibilita ao bacharel transmutar por diferentes ambientes e perspectivas profissionais, bem como distintos níveis hierárquicos de atuação, seja operacional, estratégico ou gerencial.

No entanto, vale salientar o que um dos entrevistados do grupo de coordenadores, coordenador 1, especificamente, discorreu sobre a abrangência do estudo, onde pontuou que a amplitude de conhecimentos adquiridos no decorrer da formação, concede visão analítica e crítica ao fenômeno, porém não atende de maneira eficaz as demandas exigidas pelo mercado, por estes demandarem uma realidade diferente a que se propõe o bacharelado em turismo. O mercado almeja profissionais, apenas, com habilidades técnicas, já, as Universidades/Faculdades formam trabalhadores que além de apresentarem qualificação técnica, também tenham a capacidade reflexiva sobre o turismo.

Destacou ainda que as habilitações concedidas no bacharelado em turismo direcionam-se ao aspecto administrativo/gerencial e não operacional onde concentra-se a maior parte das demandas do “trade”. Nota-se nesse sentido a identificação de realidades e expectativas diferentes entre a

academia e o mercado turístico, o primeiro proporciona uma formação reflexiva, crítica do fenômeno, para além da capacitação técnica, já, o segundo busca apenas a qualificação voltada a tecnicidade do ensino, bem como a autora Freire (2015) destaca em seu estudo relacionado à formação profissional do turismólogo versus o mercado turístico.

Observa-se ainda que há uma diferença entre a formação ofertada pelas Universidades Públicas, no caso, UFRN e UERN, versus a Universidade Privada UNP. Analisa-se que a ênfase de ensino concedida nas Universidades Públicas é voltada ao conhecimento reflexivo, analítico e crítico do turismo, questões que visam o bem comum de todos os atores envolvidos no desenvolvimento da atividade turística, setor público, privado, comunidade local, turista e visitante, meio ambiente, terceiro setor. No entanto a ênfase de ensino concedida na Universidade Privada é na tecnicidade do estudo, visando a qualificação de mão de obra para atender as necessidades do mercado de trabalho. Apresenta-se a seguir os depoimentos do grupo de professores de turismo, relacionados a formação profissional na área:

Acredito que a formação é pluricultural e Transdisciplinar. E que o profissional para atuar no mercado precisa se empenhar mais e se qualificar mais. Percebo os currículos vitae dos alunos não são competitivos, pois não apresentam sequer um curso de liderança, gestão de equipes, qualidade, informática avançada, inglês avançado, espanhol avançado e libras. Percebo essa responsabilidade sendo jogada na universidade, a culpa sendo do outro. Como se o grande responsável pelo insucesso é o outro, é a instituição que me formou. Na verdade, o grande responsável pelo seu sucesso e insucesso é você mesmo. E hoje as possibilidades de atuação são maiores e melhores do que a 5 anos atrás, fato. (Representante professor 1)

A formação profissional do turismólogo eu não vejo separada de nenhuma outra formação, tá, eu acho que o Brasil hoje, o jovem tá com dificuldade de emprego, né, e claro, vem muito em função dessa formação, porque, a academia brasileira ela não conversa muito, principalmente, e vamos pensar numa perspectiva da educação no ensino superior as empresas elas estão muito isoladas das universidades, né, no processo de internacionalização, isso tem que melhorar porque o que a gente vê lá fora não é isso. A gente vê as empresas participando ativamente do processo nas universidades, os alunos aproveitando muito esse intercâmbio com as empresas, principalmente também no contexto das universidades públicas, e aqui não existe. [...]então você dá uma formação teórica e aí quando o aluno vai pro mundo prático é como se fosse outra coisa que na realidade não existe isso, tá, então isso o Brasil tem que avançar nesse contexto, as empresas tem que participar mais desse processo, aí, vice e versa, eu acho que os IFS eles são mais avançados nesse sentido, os Institutos Federais as antigas escolas técnicas e surgindo aí em um processo anterior as escolas de artífices, foram criadas nessa perspectiva de mercado de trabalho. (Representante professor 2)

Percebo que está formação está se perdendo pelo caminho sem previsão de retorno, temos o exemplo aqui mesmo na universidade, não sabemos se vai ter turma para o próximo semestre, provavelmente não, e o curso provavelmente irá se encerrar por aqui, não tem demanda, não há interesse pelo curso, percebo uma falta de atratividade, algo que chame esse aluno para sala de aula e manter, temos turmas aqui que se uniram a outras pois houve uma evasão muito grande, muitos professores estão sendo transferidos, ocupados em outras áreas por não ter mais alunos nas disciplinas do curso de turismo. Então sinto que se não

houver uma mudança urgente no ensino, na capacitação técnica acredito que a tendência é que os poucos cursos que ainda resistem se encerrem gradualmente. (Representante professor 3)

Os representantes do grupo de professores discorrem no sentido de demonstrar criticidade em alguns aspectos relacionados a formação profissional em turismo no ensino superior, para além do discurso sobre a pluralidade e multiplicidade que corresponde o estudo. Nesse sentido, o professor 1 criticou o posicionamento de alguns estudantes em relação a falta de empenho em busca do melhor, de se destacar profissionalmente, atribuindo toda a responsabilidade da sua ineficiência a formação apreendida. Já o professor 2 discorreu sobre a falta de aproximação das IES com o mercado de trabalho, e o professor 3 criticou a falta de atualização dos métodos de ensino e aprendizagem na formação em turismo. No entanto, constata-se que a maior parte dos discursos proferidos apontam e destacam o pouco comprometimento para o desenvolvimento de habilidades técnicas, de cunho prático, nos cursos ofertados no estado, questionamento também, salientados pelo representantes do grupo do mercado.

Resumindo assim a análise da categoria, por meio dos depoimentos dos três grupos ora entrevistados, analisa-se que a formação profissional ofertada pelas universidades/faculdades em turismo no estado do RN, é percebida de maneira abrangente e diversificada no que concerne às disciplinas que oferecem suporte ao conhecimento em turismo.

Todo o grupo do mercado tem um discurso afinado e bem claro em relação ao que deveria ser priorizado na formação do turismólogo: o domínio da prática. Para esse grupo ainda existe um distanciamento muito grande entre o que as instituições de

ensino valorizam na formação (aspectos teórico/científico), e o perfil profissional desejado (conhecimentos práticos).

O grupo dos coordenadores avaliam que além do teórico/científico, o aspecto técnico também é abordado, porém na visão desses entrevistados, este não deve ser o único aspecto a ser desenvolvido em um bacharelado, assim como pensa o grupo do mercado. Discursam com clareza e especificações algumas das áreas de estudo que formulam o universo turismo. Avalia-se dessa forma que tais representantes compreendem de maneira crítica e minuciosa as diversas nuances que envolvem a complexidade do fenômeno, assim como, a compreensão dos componentes que fazem parte da construção do saber turístico, diferente da perspectiva apresentada pelos representantes do mercado que subjugam os aspectos teórico/científico que envolve o estudo.

Já a maior parte do grupo de professores discorreram sob a mesma perspectiva do mercado, apenas um dos entrevistados comenta que a formação deve ser percebida pelo viés da multiplicaridade. Este grupo avaliou que os aspectos técnicos devem ser priorizados frente aos demais, pois possibilitaria melhor proximidade com o “trade turístico”, bem como uma forma de resgate para o curso de Turismo que encontra-se, na opinião de um dos entrevistados, desatualizado e desconexo com a realidade do mercado.

Este cenário retrata a falta de integração e comunicação entre a academia e o mercado turístico do estado. O “trade”, não compreende as estruturas básicas de ensino que formulam o bacharelado em Turismo, exigindo-se das universidades/faculdades, apenas habilidades técnicas, o foco no saber fazer, sendo que, a academia está formando profissionais pensantes, analíticos, técnicos e críticos, o que acaba não

atendendo as expectativas desse mercado mecanizado. Isto dificulta a aproximação entre essas duas instâncias responsáveis diretos pelo desenvolvimento da atividade turística e inserção profissional do bacharel em turismo no mercado de trabalho. Os resultados da pesquisa estão de acordo com o trabalho apresentado por Fornari (2006), que salienta que as faculdades/universidades priorizam em seus currículos um perfil profissional que o turismólogo deve apresentar, porém não é este o perfil que o mercado demanda.

Outro aspecto destacado nas respostas dos representantes, mercado, coordenadores e professores, relacionam-se as habilidades técnicas desenvolvidas nos cursos ora ofertados. Os grupos Mercado e Professores, afirmam que existem lacunas no que concerne a qualificação prática cedida nas faculdades de turismo, avaliam que os estudos voltados a compreensão do fenômeno e organização do território, sobrepõem-se perante conhecimentos que demandam a aplicabilidade, os chamados teórico-práticos.

Considerações Finais

O presente estudo analisou a formação no ensino superior do turismólogo na percepção de especialistas acadêmicos e representantes do “*trade turístico*” do estado do RN. Nesse sentido constatou-se através da pesquisa que a Formação Profissional em Turismo ofertada no Ensino Superior do RN é percebida pelo viés da multidisciplinaridade, porém, a ênfase é em planejamento e gestão. A pesquisa ainda identificou problemas relativos a falta de integração e comunicação eficaz entre as instituições de ensino superior, públicas ou privadas e o “*trade turístico*” do estado do RN.

Nesse sentido a pesquisa teve como intuito compreender a Formação Profissional do Turismólogo, na percepção do mercado e academia, universos com perspectivas distintas, porém que necessitam de uma articulação entre si, pois são responsáveis diretos no desenvolvimento da atividade turística. Portanto estudos direcionados a essa temática, são relevantes pois, proporcionam uma visão analítica e crítica dos aspectos construtivos da qualificação profissional no Ensino Superior em Turismo, bem como, na identificação das competências do turismólogo e sua identidade profissional, facilitando a compreensão e o reconhecimento do turismólogo, tanto por parte do “*trade turístico*”, quanto aos próprios egressos que, muitas vezes, não conseguem identificar suas competências.

Referências

Barreto, M. Tamanini, E. & Silva, M. I. P. (2004) *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas SP. Papyrus (Coleção Turismo).

Cruz, G., Berberi, C. P. A., & Guzela, T. M. (2008). *Ciência e pesquisa: reflexões sobre a inserção do turismo e do ensino superior frente ao panorama científico*. Passos, vol. 6, N° (1), pp. 109-116. São Paulo.

Dias R. A. (2016). *Internacionalização do ensino superior em turismo*. (Tese doutorado) do Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo.

Fornica, S. (1996). *European hospitality and tourism education: differences with the American model and future trends*. International Journal of Hospitality Management, 15(4), 317-323.

Freire M.A. (2015). *Hospitalidade na Formação Profissional em Turismo no Rio de Janeiro: Em busca de categorias de análise*. (Dissertação de mestrado) defendida na Universidade Anhembi Morumbi

Fornari, I. S. (2006). *Educação superior em turismo: o profissional de turismo frente às competências exigidas pelo mercado de trabalho do setor hoteleiro em Natal*. (Dissertação de mestrado) do Programa de Pós-graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Dencker, A. F. M. (1998). *Pesquisa em turismo. planejamentos, métodos e técnicas*. São Paulo. Futura.

Kolodii, N. A., Latysheva, E. V., Rodionova, E.V. (2015). *The integrative-modular approach in design of modern education standards in the tourism sector*. Procedia Social and Behavioral Sciences.

Matias, M. (2012). *Turismo: o ensino de graduação no Brasil*. Curitiba-PR. Turismo & Sociedade.

Ministério do Turismo. (2007). *Estatísticas Básicas de Turismo*. Brasília, nov. 2010. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 15 de nov/2016

Ministério do Turismo. (2010). *Estatísticas Básicas de Turismo*. Brasília, nov. 2010. Disponível em: <<http://institucional.turismo.gov.br>>. Acesso em: 15 de nov/2016

MOESCH, M. (2000). *A produção do saber turístico*. São Paulo. Contexto.

MOLINA, S., RODRÍGUEZ, S. (2000). *Planejamento Integral do turismo: um enfoque para a América Latina*. Bauru-SP. Edusc.

Organizacion Mundial Del Turismo [OMT]. (1995). *Educando educadores en turismo*. Valência

Panosso Netto, A. (2005). *Filosofia do Turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph.

Morin, E. (2004). *Educação e complexidade: Os sete saberes e outros ensaios*. São Paulo. Cortez.

Rejowski, M. (2003). *Turismo e pesquisa científica*. São Paulo: Papirus.

Ruschmann, D. V. M; Solha, K. T. (2003). *Planejamento turístico*. Barueri-SP. Manole.

Tomazoni, E. L. (2007). *Educação profissional em turismo: cria-se formação pela formação?* Ed. 18. N° 2. Revista Turismo em Análise.

Tribe, J. (1997). “*The Indiscipline of Tourism*”. *Annals of Tourism Research*, 24 (3), pp. 638- 657.

Trigo, L.G.G. (1991). *Cronologia do Turismo no Brasil*. São Paulo.CTI, Terra.

Yázigil, E. (2011). *A new horizon for tourism professionals*. Ed. 3. N° 3. Revista do programa de Pós Graduação em Turismo – Rosas dos Ventos.

CAPÍTULO 14

ENSINO SUPERIOR EM TURISMO NO BRASIL: Currículo, Formação e Prática Profissional

Paula Dutra Leão de Menezes

Introdução

As reflexões sobre os processos de formação no ensino superior de turismo exigem especial atenção no que se refere a formação de este profissional, como também, no debate sobre como esse processo se desenvolve.

Nesse sentido, os currículos específicos nos cursos de graduação são responsáveis tanto pela formação humana como também profissional de um sujeito e, através destes currículos, que se define qual profissional será formado.

Para melhor compreender a realidade do ensino superior em turismo, o presente trabalho traçou um panorama do ensino superior em turismo e hospitalidade, em seguida, abordou o currículo em turismo que reflete na formação recebida pelo egresso, e por fim, realizou-se uma análise da formação e da prática profissional do bacharel em turismo.

O Ensino Superior em Turismo e Hospitalidade

A conjuntura da expansão educacional no mundo e no Brasil, a partir da década de 70, ocorre em um cenário social de mudança na estrutura do capitalismo, dos processos de produção, da organização do trabalho, bem como, da formação profissional. A competitividade, a busca pela qualidade e sobrevivência das empresas passa a ser o centro das transformações e o

conhecimento torna-se também mercadoria na determinação de vantagem competitiva. Nesse período no Brasil havia diversas tribulações políticas e o turismo apareceu como uma atividade de grande oportunidade de crescimento econômico.

Um novo curso para um país promissor que se descobria herdeiro das benesses do futuro, um curso que encontrava sua vocação plena em um paraíso tropical repleto de belezas naturais ainda intocadas; enfim, o país do futuro encontrava a profissão do futuro (TRIGO, 2000, p. 245).

Em 1972 é aberta a Faculdade Ibero-Americana em São Paulo, em 1973 a Faculdade de turismo Guanabara na cidade do Rio de Janeiro, a Faculdade de Ciências Exatas, administrativas e Sociais no Distrito Industrial e a Escola de Comunicação e Artes da USP na cidade de São Paulo. E assim em 1984 o país possuía 23 cursos, sendo 22 em bacharelado em turismo e 1 em bacharelado em administração hoteleira (MATIAS, 2002).

No período de 1979 a 1989 foram abertos cursos de turismo e, observa-se, um crescimento desses cursos. Mas a grande expansão dos cursos de turismo se deu entre 1990 e 2000. Os números de cursos bacharelados de turismo existentes no país chegaram a 476 em 2005, o que demonstra um crescimento quantitativo extraordinário, conforme dados do Censo da Educação Superior - MEC/INEP (2005). No final dos nos 90 e nos anos 2000 acentua também o surgimento de outros cursos da área como, por exemplo, os de Hotelaria.

Entretanto, na década seguinte, observa-se o declínio do número de alunos matriculados nos cursos superiores em turismo em detrimento da sua fragmentação em diversos ramos da hospitalidade tais como gestão hoteleira, eventos, gastronomia e lazer, e também do direcionamento da oferta para os cursos de curta duração. Tal cenário

evolutivo é marcado por problemas e desafios estruturais relacionados ao histórico do ensino superior nessa área, à imagem do curso perante a sociedade, à dubiedade em relação ao foco central de formação, aos aspectos de pressão entre salários e atividades não compatíveis com a formação do bacharel e à formação de um corpo docente capaz de atender a demanda dos cursos. (SOGAYAR; REJOWSKI, 2011, p.295).

Esses cursos gestão hoteleira, eventos, gastronomia e lazer integram a área de Turismo e Hospitalidade que engloba um complexo grupo de atividades econômicas e profissionais bastante inter-relacionadas entre si, a ponto de serem consideradas setorialmente ou, mais frequentemente, como uma só, mais abrangente, sob diferentes denominações.

No que diz respeito aos cursos superiores da área de Turismo e Hospitalidade estes podem ser cursos de Bacharelado e Cursos Superiores de Tecnologia. Os cursos de bacharelado são: Turismo; Hotelaria e Gastronomia. Já os Cursos superiores de tecnologia segundo o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia pertencem ao eixo Turismo, Hospitalidade e lazer, podendo ter as seguintes denominações: Eventos; Gastronomia; Gestão desportiva e de lazer; Gestão de Turismo e Hotelaria (MEC, 2016).

Sobre as denominações e os cursos existentes na área de hospitalidade, essa diversidade também pode ser encontrada em outros países.

Sobre a educação em turismo na Europa, a Agência Nacional de Avaliação da Qualidade e Acreditação (ANECA) elaborou o Livro Branco de Título de Graduação em Turismo (2004) que é resultado do trabalho levado a cabo por uma rede de universidades espanholas com o objetivo explícito de realizar estudos e proposições práticas úteis ao desenho de um Título de

Graduação em Turismo adaptado ao Espaço Europeu de Educação Superior (EEES). Existe uma diversidade de sistemas educativos nas universidades europeias com diferentes propostas de estudos em turismo e diversas orientações profissionais. "Não existe um consenso sobre o planeamento genérico, nem sobre os conteúdos de ensino de diversos modelos segundo os sistemas educativos e das necessidades de cada país"(ANECA, 2004, p. 48).

Apesar da diversidade de sistemas educativos nas universidades europeias, podem distinguir-se três grandes tipologias educativas de abrangência universitária: sistemas educativos com estruturas rígidas, como por exemplo a espanhola; sistemas educativos com estruturas adaptáveis, como a francesa; e sistemas educativos com estruturas flexíveis, como a britânica (ANECA, 2004).

De acordo com a ANECA encontrar similitudes e equivalências entre as titulações europeias de turismo em análise comparativa não tem sido tarefa fácil. A modo de introdução ao problema pode-se estabelecer a seguinte classificação:

- a) generalistas: turismo.
- b) especializadas: em hotelaria (hospitalidade) marcadamente orientadas ao setor hoteleiro, donde se incluem os serviços de catering e restaurantes; em ócio e recreação nas quais o conceito de turismo fica diluído dentro do amplo território da recreação, de tal maneira que a formação para a gestão desportiva, por exemplo, fica contemplada como uma área a mais da gestão do tempo livre, como também do turismo.

Jacqueline Clais (1995 apud ANECA, 2004) em seu estudo sobre a educação turística na França chega à conclusão de que a oferta é tão heterogênea que é difícil chegar a conhecer tudo o que

se oferece em seu país, uma vez que constata-se também essa dificuldade em relação as titulações turísticas realizada pelo Ministério da Educação Nacional francês.

Em Portugal, os cursos superiores de graduação são os de 1º ciclo de estudo e podem ser de licenciatura e politécnico, na área de hospitalidade, além dos cursos de turismo, existem também os cursos de: Turismo e gestão de empresas turísticas; Turismo e lazer; turismo sustentável; Turismo território e patrimônio; Gestão do turismo e hospitalidade; Gestão da hospitalidade; Gestão do lazer e animação turística; Animação turística; Informação turística e Marketing turístico entre outros (DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR, 2015).

Salgado e Costa (2011) explicam que a concepção de um modelo com o objetivo de organizar o ensino do Turismo em Portugal é uma necessidade percebida pelos vários *stakeholders* no sistema de ensino. Este modelo poderia incluir muitas variáveis inerentes à complexidade do sistema turístico.

É importante registrar que o ensino superior na Europa passou por reestruturação e alterações curriculares que ficou conhecido como o Processo de Bolonha a partir da Declaração de Bolonha (1999), que foi assinada por 29 ministros europeus de educação e define um conjunto de etapas e de passos a serem dados pelos sistemas de ensino superior europeu no sentido de construir um espaço de ensino superior harmonizado. A adoção de um sistema facilmente compreensível e comparável, incluído através da implementação de um diploma amplo, para promover o emprego e a competitividade do sistema de ensino superior europeu. Dentre os objetivos da Declaração de Bolonha encontra-se a promoção da cooperação na garantia da qualidade, a fim de desenvolver critérios e metodologias comparáveis a a promoção das necessárias dimensões no ensino superior, particularmente orientadas para o desenvolvimento curricular, a cooperação entre

instituições, os programas de mobilidade e os de estudo, a integração da formação e da investigação.

Na Argentina, em 2013 o Ministério do Turismo e a secretaria de Políticas Universitárias (SPU) do Ministério da Educação construíram uma proposta de nomes para os os cursos de graduação na área de turismo e desenvolveu um documento que tem o objetivo de contribuir para os debates e decisões relacionados às propostas de formação para os Graduados em Turismo. Esse documento é o resultado do surgimento da agenda conjunta entre os Ministérios do Turismo e da Educação, a fim de promover ações de iniciativas conjuntas para promover a melhoria da formação em turismo. De acordo com o documento, o Sistema Universitário Argentino possui uma multiplicidade de denominações para a graduação na área com 15 títulos com nomes diferentes.

No Brasil, de acordo com dados do Censo da Educação Superior - MEC/INEP (2017) existem 484 cursos ativos na área de Turismo e Hospitalidade, sendo que 162 são de Bacharelado em Turismo. Em seguida a oferta de cursos está distribuída da seguinte forma: Tecnólogo em Gastronomia 177; Tecnólogo em Gestão de Turismo 51; Tecnólogo em Hotelaria 29; Tecnólogo em Eventos 37; Bacharelado em Hotelaria 19 e Bacharelado em Gastronomia 9. Ao comparar esses dados com o Censo da Educação Superior - MEC/INEP (2011) evidencia-se que houve uma diminuição tanto do número dos cursos de Bacharelado em Turismo quanto dos demais cursos da área, pois em 2011 eram 285 cursos de bacharelado em turismo e, em 2017, 162 cursos; já os outros cursos da área passaram de 566 em 2011 para 484 em 2017 no total, o que significa uma redução de 14,5% dos cursos de turismo e de 43,2% em cursos da área. Esses dados comprovam uma mudança no que diz respeito à formação na área de hospitalidade, especialmente nos cursos de turismo, que antes

eram a maioria. Sobretudo cristaliza que ao longo dos anos os cursos passaram por inúmeras modificações, a predominância era de cursos de bacharelado em turismo e, atualmente, são oferecidos cursos de bacharelado (com títulos em turismo, hotelaria e gastronomia) e tecnólogos (com títulos em gestão de turismo, hotelaria, gastronomia e eventos).

Esse panorama aponta o crescimento dos demais cursos da área de hospitalidade especialmente dos tecnólogos. Tal fato pode estar relacionado com a formação profissional. Os cursos superiores de tecnologia têm a sua concepção focada no mercado e com especialidade na área de formação, enquanto, os de bacharelado são mais abrangente e prepara o aluno para atuar em diversas áreas dentro de uma determinada profissão e, também, com uma formação científica. O profissional de turismo tem uma formação mais generalista como veremos ao estudar a organização curricular dos cursos de turismo.

Sobre as questões inerentes à educação em turismo, Cooper *et al.* (2001) analisam os princípios gerais da educação em turismo e hospitalidade e apontam que os problemas e as agendas são diferentes em cada país, contudo, que são universais. De acordo com os autores a área possui uma abordagem fragmentada e com uma falta de padronização “Em países desenvolvidos, os cursos de turismo não estavam realmente estabilizados desde os anos 70 e 80. Como não havia estrutura acadêmica ou institucional para tais cursos, eles se desenvolveram de maneira geral e não planejada” (COOPER *et al*, 2001, p. 28).

Vários problemas enfrentados na educação em turismo e pelos educadores da área são elencados na literatura. Dentre eles os de treinamento em turismo e não a educação em turismo; o turismo como meio para um fim, no caso, enriquecer disciplinas tradicionais e matérias de outras áreas; a educação em turismo multidisciplinar (o que pode ser uma desvantagem para estimular

matérias mais tradicionais e faz com que se torne subserviente) sem uma base teórica que faça com que a matéria possa se desenvolver e crescer.

Os cursos de turismo apresentavam características extremamente pragmáticas o que gerava uma preocupação corrente por parte dos educadores em turismo. Nessa premissa, a base teórica em turismo tem sido o debate de autores da área, uma vez que tem relação com a educação em turismo. Desse modo, falar de base teórica e epistemologia permite aclarar onde este se ancora e determinar como se constrói o currículo acadêmico em turismo e, também, como se dá a formação profissional em turismo.

A Organização Curricular Dos Cursos De Turismo

O cenário no Brasil demonstra o fechamento de cursos de bacharelado em turismo em todas as regiões do país e, a problemática da educação superior, está relacionada ao seu desenvolvimento, ao currículo e, conseqüentemente, à formação desse profissional.

Na perspectiva educacional o contexto em que ocorreu a abertura dos primeiros cursos de turismo no país na década de 1970 era de influência do modelo acadêmico norte-americano. Essas ideias harmonizavam-se com as teorias de significado na racionalidade técnica-linear, especialmente de Taba, que teve significativa influência no Brasil. Moreira (2011) expõe que a característica básica do paradigma técnico-linear é a ênfase em objetivos, estratégias, controle e avaliação. O autor esclarece que a tendência tecnicista passou a prevalecer, em sintonia com o discurso de eficiência e modernização. A preocupação principal era a eficácia do processo pedagógico, indispensável ao treinamento adequado ao capital humano do país.

A educação no século XX estava relacionada ao sistema produtivo sendo a formação técnica e comportamental adequada à produção das formas de organização do trabalho. No caso, do ensino superior em turismo, a organização curricular era voltada para a transmissão de conhecimentos aos discentes (MASETTO, 1998; VASCONCELOS, 2000).

Peres, Menezes e Teixeira (2016) explicam que o ensino superior em turismo enfatizava o *saber fazer*, havia uma supervalorização do como fazer, ensina-se saber fazer e os cursos de turismo ensinavam como trabalhar em empresas do segmento turístico, a exemplo de agências de viagens e hotéis, bem como fazer o planejamento turístico de um destino. As agências de viagens, nesse período, tinham um papel fundamental no mercado turístico. E nesse contexto, um exemplo real da transmissão do conhecimento no ensino superior era aprender a fazer reserva e emissão de bilhetes aéreos. Os bilhetes aéreos eram como cheques em brancos que ficavam guardados nos cofres das agências de viagens. Para adquirir um bilhete ou um pacote de viagem o consumidor, no caso o turista, teria que buscar uma agência de viagens para adquirir tais serviços. Ou seja, o ensino por transmissão de ideias dos professores aos alunos que acumulam e reproduzem as informações.

Em relação à política educacional, em 1995 ocorreu um processo de reestruturação da educação superior que destaca elementos da política de currículo para os cursos de graduação. Tais alterações, incluindo as questões inerentes ao ensino e aprendizagem, são justificadas no sentido de preparar o indivíduo para o trabalho no século XXI, as modificações são para se adequar às novas realidades de mercado e às necessidades de acumulação capitalista e, nessa lógica, a educação redefine seu perfil.

[...] vivemos uma conjuntura histórica permeada por cenários complexos e contraditórios, especialmente no que tange às transformações no mundo do trabalho. Dentre os processos sociais e as polêmicas contemporâneas destacam-se, atualmente, aquelas envolvendo a problemática do conhecimento e da formação profissional face ao processo de reestruturação produtiva do capitalismo global. No caso brasileiro, as questões teóricas centrais que informam essa problemática não parecem ter sido suficientemente consideradas pelas políticas educacionais em curso no país, destacando dentre outras a atual política relativa aos currículos dos cursos de graduação que vem sendo implementada pelo Ministério da Educação (MEC), a partir da aprovação da Lei n° 9.131/95 e da LDB (Lei n° 9.394/96) (CATANI, OLIVEIRA E DOURADO, 2001, p. 2).

No que concerne aos currículos de graduação a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), art. 53, inciso II determina que as Instituições de Ensino Superior (IES) devem fixar os currículos dos seus cursos e programas, com o foco nas diretrizes curriculares. As Instituições de Ensino Superior (IES) devem elaborar o Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em consonância com os propósitos da instituição e em sintonia com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Cada curso dispõe de seu projeto pedagógico tendo em vista as especificidades da respectiva área de atuação. O PPC de graduação expressa os principais parâmetros para a ação educativa.

As DCN's do Curso de Graduação em Turismo (RESOLUÇÃO N° 13, de 24 /11/2006) estabelece no Art. 3°:

O curso de graduação em Turismo deve ensinar, como perfil desejado do graduando, capacitado e aptidão para compreender as questões científicas, técnicas, sociais,

econômicas e culturais, relacionadas com o mercado turístico, sua expansão e seu gerenciamento, observados os níveis graduais do processo de tomada de decisão, apresentando flexibilidade intelectual e adaptabilidade contextualizada no trato de situações diversas, presentes ou emergentes, nos vários segmentos do campo de atuação profissional.

Peres, Menezes e Teixeira (2016) enfatizam que o novo contexto da sociedade e as novas políticas educacionais passam a exigir uma nova forma de ensino e aprendizagem. O saber fazer não é mais suficiente, é necessário saber pensar.

Contudo, no que se refere à formação dos currículos nos cursos universitários no Brasil os parâmetros de orientação são bem constituídos pelo MEC, sendo os mecanismos de elaboração curricular previstos nas DCN's.

Em uma análise da estrutura, bem como dos critérios para elaboração das matrizes curriculares dos cursos, constata-se que existe em sua concepção influência da teoria tecnicista especialmente das defendidas por Taba:

Um modelo de organização curricular representa um modo de identificar os elementos curriculares básicos e de estabelecer as relações que entre eles se afirmam, indicando os princípios e formas que estruturam tais elementos num todo curricular e postulando condições de realização prática (TABA, 1962 apud RIBEIRO, 1992, p. 1).

Assim, ressalta-se a importância nesses currículos dos objetivos, da seleção e organização curricular e do sistema de avaliação. O Art. 2º, § 1º institui que o projeto pedagógico do curso deve expressar claramente, na concepção do curso de graduação em Turismo, suas peculiaridades, seu currículo pleno

e sua operacionalização. E no Art. 5º que: deverão contemplar, em seu Projeto Pedagógico e em sua organização curricular, os seguintes campos interligados de formação: Conteúdos Básicos; Conteúdos Específicos e Conteúdos Teórico-Práticos. Deste modo, a matriz curricular deve ser construída a partir da base mínima, indispensável para a formação profissional e a organização curricular do curso, uma vez que estabelecerá expressamente as condições para a sua efetiva conclusão e integralização curricular.

Nesse sentido, a legislação orienta e propaga através das DCN's como deve ser a organização curricular, chamada de estrutura superficial do currículo, ou seja, a matriz curricular que é baseada no modelo de currículo por disciplinas. Sobre currículo observa-se que em geral, e no entendimento comum da maioria dos docentes e discentes, o termo se refere ao conjunto de disciplinas de um curso, geralmente representado por uma matriz ou grade curricular em que se especificam conteúdos, ementas, créditos, obrigatórias ou optativas, as respectivas cargas horárias e sua distribuição pelos períodos do curso, contudo, currículo não significa somente matriz ou estrutura curricular.

Ribeiro (1992) corrobora quando elucida que de acordo com o modelo de organização, os elementos fundamentais do currículo sofrem um tratamento típico. As principais vantagens do modelo de organização disciplinar resultam das características (objetivos, conteúdos, estratégias de ensino e experiências de aprendizagem, avaliação e fatores de execução curricular), situando-se no relativo “sucesso” desta forma tradicional de estruturação curricular - a sua permanência inquestionável no tempo - no pressuposto subjacente de que as disciplinas constituem um processo sistemático e eficiente de transmitir a “herança cultural” bem como desenvolver processos e aptidões intelectuais, no modelo tradicional de formação de professores

que suporta tal modelo e na conveniência ou facilidade de organização escolar que claramente o favorece.

Estes modelos de organização curricular podem contribuir para a fragmentação dos conhecimentos propostos e limitar a integração desses conhecimentos o que pode influenciar um aspecto fundamental determinado para os cursos de turismo, a interdisciplinaridade.

Sob a perspectiva da interdisciplinaridade no ensino superior em turismo é importante destacar a problemática no transcorrer do seu desenvolvimento das questões do conhecimento em turismo, da epistemologia do turismo onde se aporta e determinar como se constrói o currículo acadêmico em turismo.

Panosso Netto (2007) esclarece que a interdisciplinaridade surge como abordagem para o conhecimento na terceira fase teórica do estudo do turismo. Os representantes dessa fase são: Jafari & Richie (1994) e Tribe (1997).

Ainda sobre a educação e a epistemologia do turismo, Moesch (2000) também propõe a abordagem interdisciplinar, e argumenta que a academia não está integrada e não partilha dos conceitos epistemológicos existentes, gerando uma confusão de terminologias que dificultam na elaboração e evolução teórica das pesquisas em turismo.

Nesse contexto, a estrutura da organização curricular comprometem a educação em turismo, tendo em vista no que concerne em edificar a interdisciplinaridade a forma como é definida a estrutura dos cursos, permite pouca flexibilidade dos currículos, contribuindo para que efetivamente essa interdisciplinaridade não ocorra.

Gallo (2007) ao analisar o conceito disciplinar e de árvore do conhecimento e ponderar sobre a interdisciplinaridade expõe que a questão de fundo é se a prática interdisciplinar dá conta de

resgatar essa totalidade ou se ela consegue apenas colocar remendos nos retalhos que a disciplina criou e, propõe pensar o currículo como rizoma.

Por sua vez, Garcia et al., (2015) detectaram que a grade curricular, a multidisciplinaridade das cadeiras, a carga horária, e o tempo de duração da formação universitária são os aspectos que se apresentam negativos no curso. Os alunos mencionaram problemas como disciplinas que possuem pouco aprofundamento de assunto, disciplinas “repetidas” ou que não despertam o interesse, falta de disciplinas de línguas estrangeiras entre outros.

Por outro lado, sob a perspectiva do perfil do egresso também são contemplados na concepção desses currículos o delineamento de um perfil profissional almejado. Conforme texto do documento,

[...] o curso de graduação em Turismo deverá oportunizar a formação de um profissional apto a atuar em mercados altamente competitivos e em constante transformação, cujas opções possuem um impacto profundo na vida social, econômica e no meio ambiente, exigindo uma formação ao mesmo tempo **generalista**, no sentido tanto do conhecimento geral, das ciências humanas, sociais, políticas e econômicas, como também de uma formação **especializada**, constituída de conhecimentos específicos, sobretudo nas áreas culturais, históricas, ambientais, antropológicas, de Inventário do Patrimônio Histórico e Cultural, bem como o agenciamento, organização e gerenciamento de eventos e a administração do fluxo turístico (Parecer CNE-CES 288/2003, p. 4, grifo nosso).

Sobre o que estabelece as DCN's para a formação desse profissional, permite detectar uma dualidade no que concerne à formação humanista X formação tecnicista, em uma relação dialética que recomenda uma mudança de paradigma, em que se

deve passar da transmissão de conhecimentos para gênese da reflexão crítica sobre a realidade em um processo de aquisição de conhecimentos e desenvolvimento humano em sentido amplo.

Sogayar e Rejowski (2011) argumentam que o perfil do egresso parece excessivo e propagam que alguns docentes consideram que não há como atingir esse perfil idealizado de formação, pois seria o mesmo que “produzir um super-homem”. E Barreto, Tamanini e Silva (2004) corroboram dizendo que seria necessário pelo menos quinze anos para que as competências e habilidades que essas diretrizes enfatizam na formação do bacharel em Turismo fossem de fato aprendidas pelos egressos.

Nesse cenário, consolida que os objetivos do curso e perfil do egresso não estão sendo atendidos e que estes se perdem ao longo do caminho em decorrência da própria história da educação brasileira que ainda carrega a base filosófica de sustentação da teoria tecnicista.

Barreto, Tamanini e Silva (2004) esclarecem que vivemos um modelo de educação que é fruto da condição social e histórica da humanidade, que busca superar a dualidade humanista “desinteressada” e tecnicista profissionalizante. Essa polarização se localiza no âmago dos atuais projetos pedagógicos dos cursos de turismo.

A organização curricular dos cursos de turismo reflete na formação profissional e, por conseguinte, na sua empregabilidade, ou seja, na relação entre aspectos da formação e prática profissional.

Formação Profissional e Prática Profissional: Competências e Habilidades

Os currículos nos cursos de turismo são elaborados com competências e habilidades em atendimento as orientações das

DCN's. Essa noção de competências tem levantado muitos debates.

Sacristán et al., (2011) discorrem sobre a falta de acordos no que se refere a educar por competências e afirma que existiriam três grupos distintos de opiniões:

O daqueles que acham que esse sistema nos conduziria a uma sociedade de indivíduos eficientes e competitivos, necessários nesta realidade global; o daqueles que acham que desde esta ótica a educação se transformaria num adestramento que deixaria de lado os grandes objetivos humanos da mesma e um terceiro grupo, daqueles que consideram a possibilidade de reestruturar os sistemas educacionais desde dentro, superando conteúdos antigos e criando uma sociedade não apenas eficiente, senão também justa democrática e inclusiva (SACRISTÁN et al., 2011, p. 8).

Sobre as competências e habilidades em turismo, Mota e Anjos (2012) afirmam que no perfil profissional do egresso, as competências profissionais de ambos os cursos (bacharelado e tecnólogo em turismo) envolvem ensinar, planejar e administrar e saber comunicar. Entretanto, nos cursos de bacharelado a competência para pesquisar aparece de várias formas.

As competências e habilidades devem se encontrar em harmonia com o mercado de trabalho, nesse entendimento, “a aplicação de conhecimentos e habilidades (dentro ou fora de limites da organização) do empregado é o mais importante indicador da empregabilidade. O alcance destas qualidades é decisivo para que a pessoa siga sendo desejável pelo mercado” (PAIXÃO, 2006, p.7). Nesses termos, Minarelli (2003) corrobora ao priorizar que empregabilidade é a capacidade de desenvolver as competências requeridas para encontrar um espaço de contribuição profissional quando e onde seja necessário.

Sacristán et al., (2011) por sua vez esclarecem que o universo semântico sobre o qual se nutre o discurso sobre as competências representa uma forma de entender o mundo da educação, do conhecimento e do papel de ambos na sociedade. Utilizar as competências no discurso educacional é optar por um discurso, por uma forma de entender os problemas, de ordená-los, condicionar o que faremos e também pode ser uma arma contra outros discursos, um motivo para ocultar certos problemas e desqualificar outras estratégias pedagógicas e políticas que ficam escondidas ou são excluídas.

As competências e habilidades que devem ser desenvolvidas ao longo do curso refletem qual é o profissional em turismo, desse modo, a questão está na formação profissional desenvolvida através dos currículos específicos de turismo e a sua adequação ao mercado de trabalho para que esses profissionais ora capacitados atendam a tais exigências e encontrem seu lugar no mundo.

Costa (2005) observa que é crescente a utilização, nos discursos educacionais, de afirmações que defendem que a escola deve dar prioridade ao desenvolvimento de competências e completa que se pode, então, concluir que a noção de competência, enquanto princípio de organização curricular, insiste na atribuição do “valor de uso” de cada conhecimento. Os conteúdos escolares desvinculados das práticas sociais são tratados como “sem sentido pleno”. Ao final o bacharel em turismo deve obter o valor de uso, da prática social nos objetivos e expectativas na formação superior em turismo.

Nessa vertente, dois aspectos devem ser considerados: primeiro, a educação em turismo buscando seu lugar na epistemologia do turismo, da institucionalização científica que pode afetar a formação dos estudantes. E em segundo, o conseqüente afastamento das questões relacionadas à prática

laboral, bem como, a desmotivação do discente/egresso em decorrência do descompasso entre a realidade da formação profissional e o cotidiano de trabalho, ou seja, “a pouca adequação entre aquilo que é proposto pelos cursos de turismo e as reais necessidades do mercado de trabalho resultam na baixa absorção desses profissionais” (GAIO; FERNANDES, 2006, p. 12).

Sobre a institucionalização científica, Momm (2009) afirma que a construção e a consolidação de uma disciplina ou de um campo de estudo podem ser compreendidas pelo grau de sua coalização científica, quando a disciplina ou campo de estudo são considerados institucionalizados. A institucionalização social (está ligada à criação de estruturas formais que dão visibilidade e que estabelecem as bases sociais para os membros da comunidade científica, ou seja, está relacionada com a criação e formalização de cursos e universidades, com o desenvolvimento de sociedades de classe e com os conhecimentos produzidos e publicados) e a institucionalização cognitiva (está relacionada aos conhecimentos que são próprios da área) são duas dimensões da institucionalização científica, pode-se observar que a institucionalização social não se dissocia da institucionalização cognitiva e ambas convergem para que ocorra o desenvolvimento científico. Nessa perspectiva, a autora realizou um estudo em cursos de pós-graduação que investigou os indícios de institucionalização científica do campo de estudo do Turismo e áreas correlatas no Brasil. Os resultados apontaram que, para se consolidar a institucionalização científica do campo de estudo do Turismo no Brasil, é necessário que haja reflexões e reestruturações no campo de estudo; pois, na medida em que se observa a convergência entre o exposto nos resultados e o explicitado nos documentos de área da CAPES, há evidências de

que o desenvolvimento científico do campo do turismo ainda está para ser feito.

Momm (2009) entende que enquanto os indícios de institucionalização cognitiva não se fizeram perceptíveis em concomitância com o social, o campo científico do Turismo no Brasil não se institucionalizará de forma plena. Pelos resultados desse estudo há evidências de que os caminhos percorridos nesse período não foram compartilhados de maneira clara pelos membros da comunidade que atua nesse campo de estudo. Finaliza as considerações ponderando que há indícios de institucionalização social, mas, por outro lado, adverte que como os indícios de institucionalização cognitiva do campo de estudo se apresentam ainda de forma extremamente incipientes, sinalizam para a necessidade de reflexões acerca do desenvolvimento científico do Turismo no Brasil.

A segunda vertente relaciona-se ao afastamento da prática de trabalho e, evidencia-se que emergem alguns temas relacionados à formação profissional e à prática profissional, que, por sua vez, gera uma lacuna entre as expectativas do egresso que conclui o curso e a realidade de trabalho que ele encontra. Esse contexto do ensino superior em turismo e o cenário que se impõe nos últimos anos aparece de forma sensível e requer especial atenção no que se refere à formação desse profissional, que é desenvolvida em currículos específicos.

Nesse aspecto, algumas considerações são fundamentais sobre a formação profissional em turismo e a prática profissional, uma vez que a problemática decorre em compreender quem são esses profissionais e se sua formação tem percorrido o caminho que levará a sua empregabilidade, tendo em vista que, a crise que ocorre no ensino superior em turismo pode ser consequência do descompasso entre formação profissional, identidade profissional e mercado de trabalho.

O bacharel em turismo é formado para trabalhar em empresas que prestem serviços à cadeia produtiva do turismo como: Meios de hospedagem; agências de turismo; transportadoras turísticas; empresas organizadoras de eventos; parques temáticos; acampamentos turísticos, ou seja, pode trabalhar em todas essas empresas de turismo que possuem cada quais suas especificidades e que necessitam de conhecimentos distintos, bem como trabalhar com planejamento turístico em órgãos públicos.

Medaglia e Silveira (2010) explicam que o Planejamento Turístico é considerado uma das principais áreas de atuação profissional dos bacharéis em turismo no Brasil. É importante salientar também que no âmbito da educação superior de turismo a disciplina Planejamento Turístico já era compulsória em 1971, quando o Ministério de Educação (Brasil) controlava mais firmemente os programas superiores.

Aqui começamos a elucidar um ponto de consenso na formação do bacharel em turismo, o de ser planejador turístico. Esse aspecto da formação parece claro para os profissionais egressos desse curso, contudo, comprova-se na prática que os egressos não tem se inserido nessa área de atuação. Nesse sentido, Medaglia e Silveira (2010) analisam que uma constatação é a de que ainda que o Planejamento Turístico seja uma das áreas mais consolidadas no ensino do turismo e, que apesar de ser considerada uma das principais áreas de atuação profissional dos bacharéis em turismo, na realidade esses profissionais são pouco absorvidos nessa área de atuação e apontam que 10% dos bacharel em turismos conseguem trabalhar com Planejamento Turístico exclusivamente ou em conjunto com outras áreas e atividades. Evidenciou-se na comparação das respostas sobre em que área intencionava trabalhar no futuro, na época em que estavam na faculdade, e na época da pesquisa, considerando a

experiência pessoal de cada um, em qual ainda gostariam de trabalhar, demonstrando que a migração dos que desejavam planejar para outras áreas foi maior do que o inverso. Os autores concluem que tal constatação poderia estar indicando a possibilidade do Planejamento Turístico ser mais promissor como área de estudo, no círculo acadêmico, do que como área de atuação profissional.

Barreto, Tamanini e Silva (2004) reconhecem que a universidade forma pensadores e pesquisadores do fenômeno turístico, que terão sem dúvida um campo de trabalho muito restrito no planejamento e na gestão de todo o fenômeno. “Pensar o turismo” é pensar o fenômeno em todas as suas dimensões, o que não é a rigor, competência do *trade*, que não se ocupa do turismo como fenômeno.

Retornando, então, para o setor privado depara-se com as questões inerentes a não institucionalização social e cognitiva, que envolve entre outros aspectos o desconhecimento do papel do bacharel em turismo e a não valorização do *trade* pode representar um dos motivos que levam a não absorção do profissional pelo mercado.

Lima e Silva (2007) avaliam que o mercado turístico, representado pelas agências de viagens, operadoras, cias. aéreas e hotéis, em sua maioria, não conhece as atribuições do bacharel em turismo, conseqüentemente não sente a necessidade de possuir esse profissional nas organizações. O outro motivo são as necessidades profissionais que os sujeitos da pesquisa elencaram como necessárias à organização, uma vez que essas “necessidades” não condizem com a formação oferecida pelo Curso de Turismo. O mercado mostrou necessitar de mão-de-obra técnica para atuar no setor operacional. As competências e habilidades que o *trade* elencou não necessitam ser desenvolvidas em um curso de nível superior.

Nessa perspectiva, Gaio e Fernandes (2006) asseguram que as empresas que atuam no complexo sistema de turismo alegam que a pouca aceitação de profissionais com formação na área reside na falta de adequação do perfil dos mesmos principalmente no que tange ao pouco conhecimento das práticas profissionais (leia-se habilidades técnicas) por parte dos graduados na área.

Ainda sobre a relação entre o bacharel em turismo e o mercado de trabalho, Pequeno (2012) constatou que a maioria dos bacharéis em turismo não tem percepção positiva quando pensam no futuro profissional enquanto bacharéis em Turismo. Muitos, inclusive, se pudessem mudar algo em sua trajetória até o momento, teriam optado por outro curso superior e, os que já trabalharam na área, tem uma visão mais negativa e não acreditam que o curso atenda às necessidades do mercado. Garcia et al., (2015) demonstram também que em primeiro lugar, dentre os mais comentados como aspecto desfavorável do curso, está a desvalorização ou pouco reconhecimento do curso e do turismólogo no mercado de trabalho, e também, a baixa remuneração são os fatores desfavoráveis para o curso.

Ao abordar tais aspectos Mota (2011) reforça que os novos paradigmas exigem um perfil profissional com maior capacidade técnica e gerencial para esse setor. E para conseguir obter essa valorização argumenta que é preciso amadurecer e mostrar qualidade no exercício profissional de atividades ligadas ao turismo para que os bacharéis em turismo tenham o principal reconhecimento de sua força laboral: o reconhecimento do mercado. É importante se fazer absolutamente necessário no mercado de trabalho, devido à formação específica, que é capaz de dar conta da multiplicidade de fatores que envolvem o fenômeno do turismo. Só através de profissionais com uma formação adequada, as atividades que envolvem o turismo poderão atender às exigências de qualidade requeridas.

A grande demanda está na formação profissional desenvolvida através dos currículos específicos de turismo e a sua adequação aos padrões requisitados pelo mercado de trabalho para que esses profissionais ora capacitados atendam a tais exigências e encontrem seu lugar no mundo.

Considerações Finais

O panorama do ensino superior em turismo e hospitalidade apresentado demonstra que existem cursos com diferentes denominações em vários países. Estes podem ser em turismo com formação mais generalistas ou, voltados para determinados segmentos da atividade turística com formação mais especializadas, sendo no Brasil, os mais especializados sobretudo representados pelos cursos superiores tecnológicos.

Sobre enfoque do currículo, a análise realizada sobre o ensino superior em turismo permite demonstrar que entre 1970 e 1990 os processos desenvolvimento e aquisição de conhecimentos tiveram forte influência tecnicista.

A partir de 1995 ocorre uma reforma educacional que passa a ser implantada com a justificativa de preparar o indivíduo para o novo contexto sócio, econômico e cultural, bem como, para se adequar às novas realidades da sociedade e do trabalho.

A organização curricular dos cursos de turismo elaborados seguindo as prerrogativas da legislação educacional, é de um currículo sequenciado, por disciplinas, com formação interdisciplinar e generalista. No entanto, a educação em turismo não possui marco teórico sólido, o que repercute em maior ou menor grau em aspectos relacionados à pesquisa em turismo e, conseqüentemente na educação em turismo, especialmente no ensino superior. Um consenso no ensino do turismo é a interdisciplinaridade talvez porque corresponda a melhor forma

em virtude dos problemas relativos ao turismo como área de estudo.

No que se refere as competências e habilidades são inúmeras as propostas pelas DCN's dos Cursos de Graduação em Turismo (RESOLUÇÃO CNE/CES 13/2006) e, ao realizar uma aproximação entre formação e prática profissional, constata-se que a questão-chave são as incongruências entre a formação recebida e as necessidades do mercado de trabalho e, ao final, o egresso não obtêm o valor de uso, da prática social nos objetivos e expectativas na formação superior em turismo. Nesse sentido, a formação profissional em turismo não tem acompanhado na mesma dimensão as alterações na sociedade e no trabalho e o fechamento dos cursos de turismo podem estar diretamente associados a essa problemática.

Por fim, conclui-se que após quase 50 anos de ensino superior em turismo no Brasil é fundamental o debate sobre os currículos dos cursos para determinar a finalidade e o sentido deles, recriando os elementos constitutivos da formação profissional do bacharel em turismo para desenvolver um currículo apropriado e que atinja as necessidades do egresso.

Referências

ARGENTINA, Ministerio de Turismo y Ministerio de Educación, Secretaría de Políticas Universitarias. 2013. *Lineamientos de Mejora para la Formación de Recursos Humanos en Turismo*. Disponível em: <<http://www.upt.net/upload/Documento%20SPUTurismo%20v2.0.pdf>>. Acesso em: 20 abr. 2014.

BARRETTO, M.; TAMANINI, E.; SILVA, M. I. P. da. *Discutindo o ensino universitário de turismo*. Campinas: Papirus, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação - MEC. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. *Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia 2016*. Brasília: MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/catalogo-nacional-dos-cursos-superiores-de-tecnologia->>. Acesso em: 26 out. 2018.

_____. Ministério da Educação. *Resolução CNE/CES Nº13, de 24 de novembro de 2006 - Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Turismo*. Brasília: Câmara de Educação Superior. 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces13_06.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2014.

_____. *Parecer 288/2003*. 2003. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13241:parecer-ces-2003&catid=323:orgaos-vinculados>. Acesso em: 26 mai. 2014.

_____. Presidência da República. *Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB*. 1996. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2014.

CATANI, A. M.; OLIVEIRA, J. F.; DOURADO, L. F. Política educacional, mudanças no mundo do trabalho e reforma curricular dos cursos de graduação no Brasil. *Educação e Sociedade*. v. 22, n. 75, pp. 67-83, 2001.

COOPER, C.; SHERHERD, R.; WESTLAKE, J. *Educando os educadores em turismo: manual de educação em turismo e hospitalidade*. São Paulo: Roca, 2001.

COSTA, T. A. A noção de competência enquanto princípio de organização curricular. *Revista Brasileira de Educação*. 2005. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/275/27502905.pdf>>. Acesso em: 06 mai. 2016.

ESPAÑA. Agencia Nacional de evaluación de la calidad y acreditación (ANECA). (2004). El libro blanco: Título de grado en turismo. Madrid: ANECA. Disponível em: <www.aneca.es/media/359791/libroblanco_turismo_03.pdf>. Acesso em: 15 set. 2015.

GAIO, C.; FERNANDES, L. R. Perfil do bacharel em turismo: a disparidade entre a realidade da formação profissional e a necessidade do mercado de trabalho. *IV Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul. Anais*. Caxias do Sul-RS: SEMINTUR, 1-13. 2006.

GALLO, S. *Currículo (entre) imagens e saberes*. Palestra proferida no V Congresso Internacional de Educação. São Leopoldo: UNISINOS. 2007. Disponível em: <<http://www.grupodec.net.br/ebooks/GalloEntreImagenseSaberes.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2015.

GARCIA, T. E. M.; ÁVILA, G. D. O. L. D.; STRIEDER, A. C.; PROTAS, J. T. *Aspectos favoráveis e desfavoráveis dos cursos de turismo das universidades federais brasileiras abordadas pelos próprios acadêmicos – Dados preliminares*. 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136208/102_00186.pdf?sequence=1>. Acesso em: 25 out. 2016.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. *Sinopse Estatística da Educação Superior* 2005. Brasília: Inep, 2005.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2016. Brasília: Inep, 2017.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 out. 2018.

_____. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: Inep, 2018.

Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 30 out. 2018.

JAFARI, J. (1994). La cientifizacion del turismo. (V.3, nº1, pp. 7-36). *Estudios y perspectivas en turismo*. Buenos Aires: CIET. Recuperado em: 22/09/2015, de Disponível em: <http://www.franciscohuertas.com.ar/wpcontent/uploads/2011/04/IT_Jafari.pdf>. Acesso em: 30 out. 2018.

LIMA, A. V. de B. e SILVA, S. D. C. de M. *Bacharel em turismo: profissional sem formação de mercado ou mercado sem conhecimento da profissão?* In: Anais: IV Seminário da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo UAM– 27 a 28 de agosto de 2007. Disponível em: <www.anptur.org.br/anais/anais/files/4/27.pdf>. Acesso em: 01 nov. 2018.

MASETTO, M. T. *Docência na universidade*. Campinas: Papirus, 1998.

MATIAS, M. *Turismo: Formação e Profissionalização (30 anos de história)*. Barueri: Manole, 2002.

A MEDAGLIA, J.; SILVEIRA, C. E. Reflexões sobre a atuação profissional dos bacharel em turismos e o planejamento do turismo:

pesquisa com os egressos dos Cursos de Turismo de Curitiba, Paraná, Brasil. *Revista Turismo e Sociedade*. v. 3, nº 2, 2010.

MINARELLI, J. A. *Empregabilidade x Empresabilidade*. São Paulo: Ed. Gente, 2003.

MOESCH, M. M. *A produção do saber turístico*. São Paulo: Contexto, 2000.

MOMM, C. F. *O conhecimento científico em turismo no Brasil: Cursos de Pós-graduação (Stricto Sensu) - período de 2000 a 2006*. 2009. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/ppgci/images/publicacoesdocentes/raimundo/19.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

MOREIRA, A.F.B. *Currículos e programas no Brasil*. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.

MOTA, K. C. N.; ANJOS, DOS F. A. *Bacharelado ou tecnológico como opção de curso superior de turismo no nordeste brasileiro: O caso do Instituto Federal do Ceará*, 2012.

(IFCE). En: *Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)*, 9, 2012, São Paulo/SP. Anais eletrônicos do IX Seminário ANPTUR, Universidade Anhembi Morumbi, 2012. Disponível em: <<http://www.anptur.org.br/ocs/index.php/seminario/2012/paper/downloadSuppFile/1072/68>>. Acesso em: 27 out. 2017.

MOTA, K. C. N. *Educação superior em turismo no Brasil: análise dos cursos no contexto contemporâneo e a oferta tecnológica nos Institutos Federais no Nordeste*. Universidade do Vale do Itajaí. 2011. Disponível em: <<http://siaibib01.univali.br/pdf/Keila%20Cristina%20Nicolau%20Mota1.pdf>>. Acesso em: 02 nov. 2016.

PANOSSO NETTO, A. Filosofía del turismo: una propuesta epistemológica. *Estudios y perspectivas en turismo*. 16(4), 389-402, 2007.

PAIXÃO, D. L. D. *Empregabilidade dos recursos humanos como fator estratégico para as empresas turísticas: o caso da hotelaria na cidade de Curitiba*. Trabalho apresentado ao GT “Turismo e Gestão Organizacional” do IV Seminário de Pesquisa em Turismo do MERCOSUL–Caxias do Sul, 7. 2006.

Pequeno, E. A. (2012). *Ensino superior em Turismo: uma análise da relação dos cursos acadêmicos de Turismo da cidade do Natal-RN e o mercado de trabalho na percepção dos egressos dos anos de 2009 e 2010*. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufrn.br:8080/jspui/bitstream/123456789/18148/1/EdileneAP DISSERT.pdf>> Acesso em: 27/10/2016.

PERES, M. R. H. M.; MENEZES, P. D. L. de; TEIXEIRA, C.R. Reflexões sobre o ensino superior em turismo no Brasil sob o enfoque das teorias psicológicas. En: *Anais do III Congresso Nacional de Educação*. Natal, RN, Brasil, 2016. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/conedu/trabalhos/TRABALHO_EV056_MD1_SA6_ID8051_25072016092554.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2017.

PORTUGAL. Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Direção-Geral do Ensino Superior (DGES). (2015). Disponível em: <<http://www.acesso>>. Acesso em: 20 set. 2015.

RIBEIRO, A. C. Modelos de organização curricular. En: *Teoria e Desenvolvimento Curricular*. 8. ed. Lisboa: Texto Editora, 1992. Disponível em: <http://www3.uma.pt/liliana/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=514&Itemid=26>. Acesso em: 08 mai. 2014.

SACRISTÁN, J. G.; PÉREZ GÓMEZ, A. I.; RODRÍGUEZ, J. B. M.; SANTOMÉ, J. T; RASCO, F. A.; MÉNDEZ, J. M. *Educar por Competências – O que há de novo?.* Porto Alegre: Artmed, 2011.

SOGAYAR, R. L.; REJOWSKI, M. Ensino Superior em Turismo em Busca de Novos Paradigmas Educacionais: problemas, desafios e forças de pressão. *Turismo-Visão e Ação*, v. 13, n. 3, p. 282-298, 2011.

TRIBE, J. The indiscipline of tourism. *Annals of Tourism Research*. v. 24, n. 4, pp. 638-657, 1997.

TRIGO, L. G. G. (2000). A importância da educação para o turismo. In: LAGE, B. 2000.

H. G.; MILONE, P. C. (org). *Turismo: teoria e prática*. São Paulo: Atlas, p. 243 – 255.

VASCONCELOS, M. L. M. C. *A formação do professor do ensino superior*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 2000.

CAPÍTULO 15

O TURISMO NO MUNICÍPIO SERRANO DE PORTALEGRE/RN: ANÁLISE DE DOCUMENTOS OFICIAIS E HIERARQUIAS DE VALORES

Sidcley D'sordi Alves Alegrini da Silva
Gilton Sampaio de Souza
Marcos José de Souza Cipriano

Introdução

Esta pesquisa tem como foco principal, a investigação e discussões relacionadas à atividade do fenômeno turístico sobre o município de Portalegre/RN, situado no Alto Oeste do Rio Grande do Norte, região serrana do Estado do RN. A cidade de Portalegre foi fundada em oito de dezembro de 1971, abrange uma área aproximada de 110,05 km², o que equivale a cerca de 0,21% do território do Estado, a uma distância da capital potiguar, de aproximadamente 366 km por via rodoviária, através da BR-405 (Pau dos Ferros-Mossoró) e da BR-304 (Mossoró-Natal) e uma população de 7.320 habitantes, possuindo assim uma taxa de urbanização de 49,4%. (IBGE, 2010)

A cidade configura-se em seu entorno como um potencial turístico favorecido por um conjunto de montanhas e outros recursos naturais, com características de clima serrano, onde o cenário se compõe de fontes de água natural, cachoeiras, mirantes, predominando-se os atrativos naturais como impulsionadores do turismo, além de manifestações e patrimônios culturais, históricas e lendas que vem se consolidando no contexto do destino turístico nacional.

Nesta perspectiva, percebe-se, ainda que o fenômeno turístico tem se desenvolvido significativamente, favorecido

pelas atividades culturais, ambientais, econômicas e sociais do referido município. É notória a importância da temática do turismo na medida em que os números relativos ao setor são crescentes. Sua importância no conjunto da economia é fato amplamente propagado pelo viés do discurso político como uma alternativa as dificuldades econômicas que assolam os mais diversos territórios, elencando o turismo como uma possível saída e solução para os problemas inerentes do capitalismo moderno, tais como desemprego e má distribuição de renda.

Sendo assim, percebe-se que o turismo vem se posicionando como um importante fenômeno nos contextos econômico, ambiental, social e cultural devido à sua capacidade de desenvolvimento internacional, nacional, regional e municipal (SILVA, 2011). Nessa conjuntura, existe uma diversificação de segmentos turísticos, onde se destaca o ecoturismo, turismo de sol e praia, turismo de aventuras, de eventos, de compras, enoturismo, turismo gastronômico, dentre outros.

Assim, nesse viés, considera-se relevante identificar as hierarquias de valores do turismo de Portalegre/RN, diante dos documentos oficiais, que possibilita um conhecimento indispensável na divulgação, registro e no fomento da atividade turística, em defesa e constituição dos atrativos turísticos culturais ou naturais, pensada de tal modo, para que se possa garantir os efeitos positivos do turismo, que segundo Silva (2011), são: equidade socioambiental, desenvolvimento econômico e sustentabilidade ambiental.

Logo, o objetivo geral de estudo é: analisar a atividade turística de Portalegre/RN em consonância com os valores hierarquizados dos documentos oficiais, de registro do poder executivo em Portalegre/RN.

Para subsidiar o objetivo geral proposto, delineiam-se os seguintes objetivos específicos: a) Identificar os documentos

oficiais sobre o turismo no município de Portalegre/RN; b) apresentar as principais ações de natureza turística compreendida através dos documentos oficiais; c) interpretar os valores hierarquizados nos documentos oficiais de importância turística.

Referencial Teórico

Turismo: Definições e Cenários

A indústria tecnológica tem fomentado o cenário global, possibilitando uma aproximação e acesso no cotidiano coletivo da sociedade, instituições privadas e governos, propiciando o fim de barreiras geográficas e um elevado índice de informações. Acompanhar esta mudança requer planejamento de ações sistemáticas, vislumbrando posicionamentos no futuro, ou seja, reconfigura-se como indispensável para vida útil das organizações.

Essa realidade tem favorecido o fortalecimento do turismo como atividade econômica e que vem se consolidando em diversos países, inclusive no Brasil, como importante setor na geração de riquezas. A crescente demanda turística representa os valores culturais e os padrões de consumo da sociedade pós-industrial, sendo um meio determinante para o aumento de divisas e para o desenvolvimento de diversas regiões.

O fenômeno turístico está sujeito a mudanças de seu ambiente mais rápida e profundamente do que outros. Corrobora este posicionamento o fato da competição nesta atividade dar-se não só no nível local, como no regional e global. Ademais, as forças dentro do setor se alternam entre competição e cooperação.

Para conduzir o turismo como atividade econômica em maior desenvolvimento no mundo, faz-se necessário uma

construção coletiva com uma visão compartilhada e uma prática constante de planejamento, análise, desenvolvimento de estudos e pesquisas, onde ações de execução imediata se combinem com ações de médio e longo prazo, para viabilizar o desenvolvimento e a consolidação do município no mercado turístico nacional e internacional.

Assim, é interessante definir realmente o que vem a ser Turismo. Para tanto, Burkart e Medlik (1981) entende que são os deslocamentos curtos e temporais das pessoas para destinos fora do lugar de residência e de trabalho e as atividades empreendidas durante a estada nesses destinos.

Nessa definição, conceitos como deslocamentos fora do lugar de residência e de trabalho introduzem positivamente a conotação de viagens de férias/lazer, em contraposição a residência e ao trabalho, mas, ao mesmo tempo, deixa fora conceitos modernos de turismo como são as viagens por motivos de negócios, com ou sem complementos de lazer ou as férias em segundas residências.

Sendo assim, o turismo como matéria de estudos universitários começou a ser fomentado no período compreendido entre as duas guerras mundiais (1919 e 1938). Durante esse período economistas europeus começaram a publicar os primeiros estudos na área, cabe destaque a chamada Escola de Berlim com autores como Glucksmann, Schwinck ou Bormann. (SILVA, 2011)

Em 1942, os professores da Universidade de Berna, da Suíça W. Hunziker e K. Krapf definiram o turismo como: a soma de fenômenos e de relações que surgem das viagens e das estâncias dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma atividade remunerada. (SILVA, 2011)

Mathieson e Wall (1982), por sua vez, utilizaram uma definição muito semelhante à anterior, ainda que com algumas modificações, onde o turismo pode ser compreendido enquanto um movimento provisório de pessoas por períodos inferiores a um ano para destinos fora do lugar de residência e de trabalho, com isto, as atividades empreendidas durante a estada e as facilidades são criadas para satisfazer as necessidades dos turistas. Como se pode observar destaca-se o caráter temporário da atividade turística ao introduzir o tempo/período inferior a um ano. Os mesmos autores, também, introduzem duas principais inovações conceituais: de um lado a perspectiva da oferta quando se mencionam as facilidades criadas, de outro introduzem na definição o fundamento de toda atividade turística: a satisfação das necessidades dos turistas e ou clientes.

Assim, há que se destacar a definição que foi adotada pela Organização Mundial do Turismo (OMT, 2001) que une todos os pontos positivos das exposições anteriormente, e por sua vez, formaliza os aspectos da atividade turística. Para elucidar tal perspectiva apresenta-se a seguir a seguinte definição do fenômeno turístico:

O turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante as viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer negócios ou outras. (OMT, 2001)

Trata-se de uma definição ampla, flexível, porém não universal, uma vez que o turismo não possui um objeto de estudo definido e não pode ser caracterizado como ciência, por isto são tentativas conceituais que trazem alguns elementos importantes do fenômeno que deverão ser considerados, como: introdução dos possíveis elementos motivadores de viagem: lazer, negócios ou outros; nota temporária do período por um ano, período realmente amplo, máximo se comparado com o tempo normal de duração

dos vistos de viagem para turismo dados pelos governos, três meses, ou com a periodicidade prevista por algumas legislações para delimitar o que se considera habitual, seis meses; delimitação da atividade desenvolvida antes e durante o período de estada; localização da atividade turística como atividade realizada fora do seu entorno habitual.

Produtos e Atrativos Turísticos

É comum notar entre leitores não iniciados no estudo do turismo dificuldade em diferenciar os conceitos de produto e de atrativo. Sendo assim, para compreender o conceito de produto turístico, é necessário distingui-lo e definir também o que seria atrativo turístico, compreendendo a relação com o destino turístico.

Desse modo, um destino turístico é formado “de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar” (VALLS, 2006, p. 26). Um atrativo turístico é constituído de locais, objetos, equipamentos, pessoas, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los, ademais os atrativos turísticos podem ser naturais; culturais; atividades econômicas e eventos programados. O atrativo “é o elemento que desencadeia o processo turístico” (VALLS, 2006, p. 27), ou seja, a matéria-prima do turismo sem a qual um país ou uma região não poderiam empreender o desenvolvimento turístico.

Produto turístico, de acordo com o MTur é “o conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço” (BRASIL, MTUR, 2007, p. 17).

Esta concepção pode ser reforçada pela afirmação de Ruschmann (2000), que entende o produto turístico como o resultado de uma combinação de bens e serviços disponíveis ao consumo do turista. Segundo a autora, o produto turístico, apesar de compor um todo, pode ser adquirido na sua totalidade ou de forma parcial por parte do turista.

Assim, um produto turístico é composto de atrativos turísticos acrescidos de infraestrutura, serviços e equipamentos, comercializados de forma organizada, a fim de satisfazer às necessidades e aos desejos do turista.

Já os atrativos turísticos são concebidos como um recurso natural ou cultural formatado em negócio, que atenda todas as especificações necessárias para comercialização e recepção dos turistas, perfazendo a atividade turística de forma sustentável com responsabilidade social, ambiental e cultural. Os atrativos turísticos são únicos e cada um deles possui valor e capacidade de atração específica. Portanto possuem diferentes características, potenciais e estruturas para a recepção de turistas.

Na mesma perspectiva de pensamento, a MTUR (2007), conceitua atrativos turísticos como todo elemento material ou imaterial com capacidade própria ou em combinação com outros de atrair visitantes a uma determinada localidade, relacionados às condições naturais e aos aspectos socioculturais.

Braga (2007, p. 79) deixa clara a definição de atrativo turístico quando diferencia esta categoria dos recursos turísticos, que tem como característica sua potencialidade ainda não despertada: “Atrativo turístico é um elemento que efetivamente recebem visitantes e tem estrutura para propiciar uma experiência turística.”

Os atrativos turísticos constituem a oferta turística diferencial de uma determinada região turística, pois são responsáveis por promover os fluxos turísticos. O consumidor

escolhe o destino que irá visitar, em função da experiência turística que esse destino oferece. Ele primeiro decide se deseja praticar atividades de aventura ou vivenciar atividades rurais, ou ainda, visitar monumentos históricos e culturais e etc, entre outras inúmeras possibilidades. Na sequência, ele opta pelo destino turístico que proporcione as atividades e experiências escolhidas.

Sendo assim, os atrativos turísticos naturais e culturais, responsáveis pela escolha do turista por determinado destino, é aquilo que atrai o fluxo turístico, que motiva a viagem.

Um determinado circuito ou roteiro turístico consegue se diferenciar dos demais por meio de seus atrativos turísticos, que constituem a oferta turística diferencial, pois possuem características naturais e culturais próprias, que determinam a identidade do destino no mercado.

Os atrativos turísticos funcionam como a ‘mola propulsora’ que leva as pessoas a viajarem. Quando chegam ao destino, os turistas consomem diversos produtos e serviços e todo o sistema produtivo do turismo receptivo é acionado. O turista utiliza serviços dos mais variados, como: meios de hospedagem (hotéis, pousadas, *flats* etc.), meios de alimentação fora do lar (restaurantes, lanchonetes, bares, padarias, sorveterias), agências de turismo receptivo (passeios, *transfers*), dentre outros serviços oferecidos no destino.

Para tanto, os turistas utilizam da oferta turística técnica, um conjunto de equipamentos, bens e serviços de alojamento, de alimentação, de recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, capazes de atrair o visitante durante um período determinado de tempo (BENI, 2007). Ou seja, são os equipamentos e serviços existentes em uma determinada localidade, como as infraestruturas básica e turística.

Diante do exposto, o desenvolvimento de um destino turístico depende da oferta turística diferencial (atrativos), que

tem capacidade de atrair os turistas, e também, da oferta turística técnica, uma vez que os serviços complementares são essenciais para recepção e permanência dos visitantes na localidade.

Figura 1 *Oferta turística*



Fonte: SEBRAE (2018)

Sendo assim, a oferta turística diferencial é decisiva para atrair os turistas e iniciar a ‘engrenagem’ que movimenta esse sistema. As características do conjunto de atrativos turísticos influenciam diretamente na identidade e vocação turística do destino (turismo rural, cultural, de aventura, de natureza, entre outros), indicando possibilidades de constituição de negócios e das tipologias de turismo que podem ser implementadas e consolidadas.

É a partir da oferta de atrativos turísticos formatados que o destino vai se posicionar no mercado e captar o fluxo turístico.

Assim, as características dos atrativos naturais e/ou culturais, a qualidade das atividades e experiências oferecidas, a gestão, promoção e comercialização desses empreendimentos são determinantes para o desenvolvimento e o estabelecimento do nível de competitividade do destino.

É importante salientar que os recursos naturais, culturais e sociais são de suma importância na constituição de um atrativo turístico, porém se não houver infraestrutura urbana e turística o atrativo não se materializa, ficando apenas definido como um ‘recurso’, que poderá ser utilizado no futuro pelo turismo.

Como já subdividido o ‘recurso’ pode ser de origem natural, cultural e social e estar localizado em propriedades públicas e/ou privadas. Sua capacidade de atrair turistas, em nível regional, nacional e/ou internacional, determinará a possibilidade de se constituir em negócio, ou seja, de ser formatado em atrativo turístico.

O conjunto de ‘recursos’ é que determina a identidade e a vocação turística da localidade, indicando possibilidades de constituição de negócios e das tipologias de turismo que podem ser implementadas e consolidadas.

Diante do exposto, o ‘recurso’ para se transformar em atrativo turístico, deve receber intervenções públicas e privadas no que se refere à infraestrutura, gestão, segurança, promoção e comercialização, tornando-os um produto turístico comercializável.

Para efeito de esclarecimento, os atrativos turísticos podem ser classificados em três categorias: atrativo turístico natural, cultural e artificial.

Os atrativos turísticos naturais são oriundos da natureza, como a fauna e a flora em relação à característica física da

paisagem de uma localidade e devem ser levadas em consideração como: as planícies, montanhas, rochedos, grutas, nascentes de águas, riachos, cachoeiras, rios, lagos, praias e ilhas, entre outros. (CASTRO; MENDONÇA, 2010)

Os atrativos turísticos culturais são os bens de natureza material e imaterial que expressam ou revelam a memória e a identidade das populações e comunidades. São bens culturais de valor histórico, artístico, científico, simbólico, passíveis de se tornarem atrações turísticas, como: arquivos, edificações, conjuntos urbanísticos, sítios arqueológicos, ruínas, museus e outros espaços destinados à apresentação ou contemplação de bens materiais e imateriais; manifestações como música, gastronomia, artes visuais e cênicas, festas e celebrações. Os eventos culturais englobam as manifestações temporárias, enquadradas ou não na definição de patrimônio, incluindo-se nessa categoria os eventos gastronômicos, religiosos, musicais, de dança, de teatro, de cinema, exposição de arte, de artesanato e outros. (BRASIL, 2010)

Já os atrativos turísticos artificiais são aqueles produzidos pelo homem com vistas a uma determinada possibilidade de atração turística. Em muitos casos, os mesmos, não consideram as peculiaridades do território local, no que se denomina ‘turismo sem território’ (SILVA, 2011). Neste grupo, pode-se citar como exemplos: lagos e praias artificiais, parques temáticos, dentre outros.

Turismo no RN e em Portalegre: Característica, Atrativos e Potencialidades

O turismo, como fator de desenvolvimento deve está condicionado à presença de elementos mínimos de infraestrutura, de investimentos, de políticas públicas de regulamentação, e

principalmente, não deve trazer prejuízos à qualidade de vida da comunidade autóctone receptora. (RUSHMANN, 1994)

Com isto, o aproveitamento das potencialidades turísticas da cidade de Portalegre deverá levar em consideração os aspectos ligados à sustentabilidade dessa atividade, integrando as políticas públicas e as ações governamentais municipais, estaduais e federais. O estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com a comunidade local, nas áreas de indústria, cultura, comércio e prestação de serviços deverá resultar, especialmente, na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos portalegrenses para que a atividade turística seja efetivamente fortalecida de forma integrada, criando-se uma imagem positiva do destino e conseqüentemente impactos econômicos promissores.

Neste contexto, o turismo no Rio Grande do Norte apresenta-se como uma das principais atividades econômicas e sociais, com aportes significativos na geração de emprego e renda do Estado. (SILVA, 2011)

De acordo com a FECOMERCIO (2015) a atividade turística gera, atualmente, 140.000 empregos diretos e indiretos no RN, com um crescimento no primeiro semestre de 2015 na ordem de 200%, atraindo pouco mais de 2,6 milhões de turistas/ano, entre brasileiros e estrangeiros, representando 6,5% do PIB estadual.

No que diz respeito aos gastos médios no RN, incluindo-se, hospedagem, alimentação, compras, dentre outros, verifica-se que os turistas gastaram em média em 2015, R\$ 5.514, 82 (cinco mil quinhentos e quatorze reais e oitenta e oitenta e \dois centavos), com uma média de dias de permanência no Estado na ordem de 10 dias. (FECOMERCIO, 2015)

Já em 2018 de acordo com a pesquisa encomendada pela Federação do Comércio do RN na qual foi executada pelo Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento do Comércio e pelo

Observatório de Turismo do RN. Segundo a pesquisa, o perfil do turista que visita o Estado potiguar é de maioria masculina, entre 25 e 44 anos, viaja em família, possui renda mensal entre R\$ 3 mil e R\$ 6 mil e que programou a viagem três meses antes. Praticamente todos eles, ou 94%, buscam o RN por motivação de sol e praia. Entre os turistas brasileiros, o gasto médio foi de R\$ 308,00 ao dia, e o estrangeiro apresentou gasto médio na ordem de R\$ 343,00. Um dos dados mais importantes foi o percentual de 98% de satisfação do turista com relação ao destino turístico RN e 99,8% pretendem voltar do Estado. (FECOMERCIO, 2018)

Com isto, é possível aferir que este importante vetor de desenvolvimento econômico potiguar está em pleno crescimento, ativando, segundo o Mtur (2015), 52 diversos setores da economia, no que se entende por efeito multiplicador, contribuindo-se para a melhoria da infraestrutura urbana dos principais destinos turísticos do RN, a saber: Natal, Tibau do Sul (Pipa) e Mossoró. Porém tais impactos se estendem, também, para o interior do Estado, diante da Política Nacional de Turismo que se alinha com a Política Estadual de Turismo (Lei 9.931 de 14/01/2015), cujo objetivo é a interiorização desta atividade nos diversos *clusters* turísticos no RN, como o Agreste-Trairi, Costa das Dunas, Costa Branca, Seridó e Serrano, este último onde está localizado o município serrano de Portalegre.

Assim como outros municípios potiguares, Portalegre surgiu do avanço de fazendas de gado que se aproximaram da várzea do rio Açu/Apodi no século XVIII. A primeira fazenda de gado do município foi erguida por Manoel Nogueira Ferreira em 1715, denominada Fazenda Real. Este, juntamente com sua família, subiu a Serra dos Cabeços do Podi (antiga denominação de Portalegre) em busca de paz e tranquilidade. Porém, seus legítimos fundadores foram os irmãos portugueses Carlos Vidal Barromeu (casado com Margarida de Freitas, filha de Mor

Manuel) e Clemente Gomes de Amorim em 1740, uma vez que o senhor Manoel Nogueira Ferreira falecera antes de conseguir do governador geral da capitania a concessão das terras. E em 8 de dezembro de 1761 o Juiz de Fora Miguel Carlos Caldeira de Pina Castelo Branco fundou oficialmente a vila de Portalegre, sendo a terceira vila do Estado. As primeiras foram Extremoz e Arês. (BARRETO, 1988)

A oficialização do nome Portalegre data de 11 de abril de 1833, através do conselho presidencial e da Lei Provincial de 6 de março de 1835 (LIMA *apud* MAGALHÃES, 2001). Existem duas versões para a escolha do nome: a primeira deriva da lendária exclamação do Juiz Carlos Caldeira que ao subir a serra e deparar-se com a vista panorâmica, teria dito ‘é uma porta alegre do sertão’; a outra versão decorre do costume existente naquela época de nomear vilas e povoados com nome de cidades existentes em Portugal. Coincidência ou não, em Portugal existe, na região do Alentejo, a mais vasta e rica província desse país, uma cidade serrana chamada Portalegre.

Em 29 de março de 1938 Portalegre passou a condição de cidade. A área territorial do município primitivamente abrangia uma superfície de aproximadamente 5.000 Km², incluindo praticamente toda a Microrregião Serrana. Porém, com o passar dos anos, o município foi subdividido em várias outros. Em 1963 ocorreu o último desmembramento do território de Portalegre, dando origem a Francisco Dantas, Riacho da Cruz, Viçosa, São Francisco do Oeste e Rodolfo Fernandes, do qual se desligou Taboleiro Grande.

O ponto mais alto da serra mede 713 metros e está localizado no Sítio Serrinha (a treze quilômetros do centro da cidade), sendo, no entanto, a altitude média da serra é de 642 metros. O clima é ameno, principalmente nos meses de maio, junho e julho, os termômetros chegam a marcar 16°C. Nos meses

de setembro e outubro as temperaturas se elevam podendo atingir 28°C.

A base econômica do município de Portalegre está fundamentada no cultivo de lavouras permanentes e temporárias, sendo o setor primário baseado na pequena produção. O caju, a mandioca, o milho, a cana-de-açúcar e o feijão são os principais produtos agrícolas (mas também se produz banana, manga, pinha, laranja, entre outras frutas). Na pecuária destaca-se a criação de bovinos e caprinos. O setor secundário tem se desenvolvido nos últimos dez anos, observa-se à existência de uma casa de farinha mecanizada, fábricas de beneficiamento do caju e da castanha e também uma mini fábrica de polpas (inaugurada em 2008). Já o setor terciário é composto basicamente pela atividade comercial e turística.

No caso do PIB gerado pelo setor de serviços, um dos fatores responsáveis por este crescimento (passando de R\$ 7.049.874,00 em 2001 para R\$ 15.080.00,00 em 2006) é a expansão da atividade turística no município que, embora recentemente implantado, já vem dinamizando a economia local, elevando o consumo de bens e serviços, contribuindo para manutenção e viabilidade dos negócios locais (ao possibilitar um aumento nos lucros) e ao mesmo tempo estimulando novos investimentos privados e públicos como: hotéis, pousadas, casas de artesanato, restaurantes, ampliação na infraestrutura básica, que por sua vez geram rendimentos para o setor de serviços, constituindo-se uma nova fonte de emprego, renda e receita. Associadas ao turismo estão às novas contratações públicas municipais que ocorreram durante os anos de 2001 a 2006, que também explicam o incremento apresentado pelo PIB do setor de serviços.

O município de Portalegre vive, ainda, outros bons momentos com relação ao turismo, com relação ao patrimônio

ambiental, apresentando uma gama de recursos naturais e culturais bastante diversificados, merecendo destaque para a sua serra, seus recursos hídricos, sua fauna e flora. Na serra de Portalegre, o patrimônio ambiental está sendo aproveitado como recurso econômico, através do turismo ecológico ou ecoturismo, em ambos, o clima tem despertado iniciativas como festivais de inverno, de gastronomia e de cachaça, destacam-se, ainda, em Portalegre, os aspectos de infraestrutura turística, como por exemplo, o setor de meios de hospedagem como hotéis e pousadas.

Neste viés, pode-se citar como exemplo o Hotel Portal da Serra com 41 apartamentos, 170 leitos, salão para eventos, piscinas, bar, salão de jogos e restaurante.

Outro destaque são as pousadas como a Boa Vista, Brisa da Serra e Recanto Alto da Serra, onde os aspectos naturais e cênicos merecem destaque e é possível visualizar atrativos turísticos naturais como a Cachoeira do Pinga, a Bica, apresentando uma oferta de serviços de bar e restaurante e o mirante onde se observa uma privilegiada visão panorâmica da região, que seguramente atrai mais turistas e fortalece a economia local.

Portalegre apresenta, ainda, um relevo de serras, paisagens únicas, de clima ameno mesmo no verão e que, no inverno, apresenta temperaturas médias de 15°C, uma motivação a mais para o turismo usual no RN. Situado no semiárido nordestino, o município insere-se no Polo Serrano no qual vem atraindo visitantes/turistas com interesses em experimentar o segmento do ecoturismo, com um recorte geográfico proporcionado por montanhas e grutas. As condições climáticas da serra e a gastronomia fazem da região um lugar de destaque para contemplar a experiência do 'inverno nordestino'.

O Polo Serrano é o nome da zona turística do Estado do Rio Grande do Norte, onde se localiza a Serra Potiguar. Fazem parte

do Polo: Pau dos Ferros, Martins, Alexandria, Antônio Martins, Luís Gomes, Doutor Severiano, Portalegre, São Miguel, Coronel João Pessoa, Serrinha dos Pintos, Venha Ver, Caraúbas, Frutuoso Gomes, José da Penha, Patu, Viçosa e Riacho da Cruz.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se como exploratório-descritivo. As pesquisas exploratórias têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores. Assim, de acordo com Gil (2012) as pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar uma visão geral, do tipo aproximativo, acerca de determinado fato.

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis, ou seja, um fato é descrito através de levantamento de características conhecidas com o intuito de observar fenômenos, procurando descrevê-los, classificá-los e interpretá-los.

Para a análise dos dados obtidos verifica-se que esta pesquisa é de caráter qualitativo, visto que, partindo-se do problema é possível uma maior e melhor visão e compreensão das ideias e conhecimentos contidos diante do contexto do problema e do tema de estudo.

Segundo Lakatos e Marconi (2002, p. 35), “o estudo qualitativo é o que se desenvolve em uma situação natural; é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”.

As características da pesquisa qualitativa são: objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender e explicar; precisão das relações entre o global e o

local em determinado fenômeno; busca de resultados os mais fidedignos possíveis, entre outras.

Diante do exposto, foi utilizada por esta investigação, enquanto técnica de averiguação, a pesquisa bibliográfica, que permitiu entender e explicar o problema através do levantamento de informações na literatura disponível. Também se fez uso da pesquisa documental, através de consultas na Prefeitura Municipal de Portalegre que abordavam o tema discutido.

Assim, a pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (FONSECA, 2002)

Quanto ao método de estudo deste trabalho, foi utilizado o dedutivo. Tal método, proposto por Popper no século XX, tem por princípio basilar, colocar os conhecimentos já existentes em questionamento para surgirem novos conhecimentos. O método dedutivo consiste na aquisição de uma linha de raciocínio, onde os conhecimentos que já existem sobre um determinado tema não são suficientes para explicar um fenômeno, surgindo então o problema. (VERGARA 2004)

Os documentos oficiais investigados, que compuseram a pesquisa, foram obtidos através do senhor Marcksuel Oliveira, diretor da Casa de Câmara e Cadeia da Vila de Portalegre e chefe do departamento de marketing e eventos da prefeitura municipal de Portalegre, no qual foi realizada a visita, em 02 de abril de 2017, no referido museu. O secretário disponibilizou os arquivos e registros documentais de modo a auxiliar e a colaborar para a investigação, bem como reservou uma sala com acesso a computador, impressora e scanner, no qual foi possível escanear alguns documentos de interesses específicos para assim embasar

e fundamentar a pesquisa, sendo autorizado o seu uso por esta investigação.

Análise e Discussão dos Resultados: Valores Hierarquizados Em Documentos Oficiais de Importância Turística, Surgimento e Evolução

Na averiguação para esta investigação foram identificados alguns documentos oficiais que comprovam que o turismo começou a ser discutido e desenvolvido em Portalegre/RN no ano de 2000, quando o então prefeito Euclides Pereira de Souza, reconhecendo o potencial turístico desse município e pensando o turismo como uma atividade que, agregada às outras já existentes, poderia trazer benefícios e melhorias à população autóctone, solicitou formalmente junto à Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Norte (SETUR/RN) a inclusão de Portalegre no Programa Nacional e Municipalização do Turismo (PNMT), que dentre suas diretrizes é regido como um processo de conscientização, sensibilização, estímulo e capacitação dos vários agentes de desenvolvimento que compõem a estrutura do município, para que despertem e reconheçam a importância e a dimensão do turismo como gerador de emprego e renda, conciliando o crescimento econômico com a preservação e a manutenção do patrimônio ambiental, histórico e da herança cultural, tendo como resultado, a participação e o gerenciamento da comunidade no Plano Municipal de Desenvolvimento do Turismo Sustentável participando nas decisões dos seus próprios recursos.

Para efeito de hierarquização, esta subseção, considerou para este estudo, o critério da anterioridade. Sendo assim, os valores hierarquizados em documentos oficiais discutidos foram organizados e apresentados desde o surgimento até o desenvolvimento do fenômeno turístico em Portalegre. Para

tanto, os mesmos, foram hierarquizados seguindo a organização: dos mais antigos para o mais recentes, uma vez que facilita a compreensão holística da atividade turística na localidade e suas respectivas evoluções históricas das políticas públicas empreendidas pelo município, além de sistematizar a análise dos referidos documentos.

Assim no que lhe concerne, a SETUR/RN encaminhou um documento de requerimento à EMBRATUR, que naquele mesmo ano enviou ao município o Relatório de Informações Turísticas (RINTUR), sendo o mesmo respondido e encaminhado novamente para esse órgão. Em consequência disso, Portalegre foi contemplado com o primeiro selo turístico, ou seja, como uma certidão de nascimento em termos turísticos, do município perante a EMBRATUR. O documento foi obtido por esta investigação de campo mediado pelo diretor da casa câmara e cadeia.

De posse desse relatório, a EMBRATUR através da Deliberação Normativa Nº 417/2000, reconheceu Portalegre como um dos 1.529 municípios brasileiros prioritários para o desenvolvimento do turismo no país. Sendo este um município com potencial turístico em desenvolvimento, portanto, possuidor de recursos naturais e culturais consideráveis, encontrando no turismo, diretrizes para o seu desenvolvimento socioeconômico.

O referido selo conferido ao município de Portalegre/RN pode ser visualizado na Figura 2, ainda quando a atividade turística não possuía um Ministério próprio, fato que só ocorreu durante o primeiro governo do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva.

Figura 2 Selo de Município Prioritário para o desenvolvimento do Turismo



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

Já em 16 de março de 2001 na administração do senhor Manuel de Freitas Neto, objetivando desenvolver o turismo de forma sustentável no município de Portalegre, de modo a fomentar a economia local, onde a comunidade pudesse ter novas opções de renda e empreendedorismo, bem como aproveitar e desenvolver o potencial turístico local existente foicriada através da Lei N° 056/2001 a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente de Portalegre (SEMATUR), primeiro órgão gestor do turismo municipal. A esta caberia gerir e planejar a atividade turística e as questões ambientais do município, de modo a permitir que o desenvolvimento turístico estivesse em consonância com a preservação dos patrimônios naturais e culturais e trouxesse benefícios à população local. (SEMATUR, 2001)

Nesse mesmo ano, a EMBRATUR enviou o RINTUR 2001, que foi novamente respondido, pela secretária de turismo do município, Maria Aucely Costa, e remetido a este órgão. No entanto, devido à mudança de governo a nível federal, o relatório

deixou de ser enviado aos municípios e o PNMT foi extinto. Portalegre, por já ter sido engajado neste programa, quando o mesmo já estava no fim, não chegou a receber oficinas do PNMT, mesmo assim, a secretária de turismo ainda participou de uma oficina realizada no município Baía Formosa/RN (SEMATUR, 2001).

Ainda em 2001, a recém-criada SEMATUR, juntamente com o Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (PDLIS) (SEBRAE) começaram a realizar campanhas de sensibilização/conscientização da comunidade, das autoridades e dos segmentos empresariais locais para a importância do turismo como uma atividade propulsora do crescimento econômico, procurando assim envolver todos os segmentos que compõem a sociedade civil organizada no processo de planejamento e implantação da atividade turística em Portalegre.

O resultado do PDLIS foi à criação, através da Lei Municipal Nº 073/2001, do Conselho Municipal de Turismo, composto por representantes do executivo, legislativo, judiciário, segmentos empresariais, religiosos e da comunidade, cabendo a este conselho elaborar estratégias para a promoção do desenvolvimento sustentável do turismo no município e da Comissão dos Amigos do Meio Ambiente de Portalegre (COMAP), órgão formado por voluntários que visava chamar a atenção da população para a necessidade de proteção ambiental, a fim de garantir a qualidade dos recursos naturais e com isso tornar a cidade atrativa para o turista. Surge-se, neste contexto, o Primeiro Plano Municipal do Turismo de Portalegre. (SEMATUR, 2001)

No entanto, como já foi exposto, a simples existência de atrativos turísticos não faz de uma cidade, uma localidade turística. Agregado a isso deve haver uma infraestrutura básica e

turística destinada a satisfazer as necessidades do turista e atrair a iniciativa privada.

Nesse contexto, o Estado (leia-se RN e Município de Portalegre) desempenha um papel de suma importância, por ser este o responsável pela realização de obras de infraestrutura básica (pavimentação, construção de estradas, praças, saneamento básico) e na captação de novos investidores.

Sendo assim, surge à necessidade da construção de um hotel no município de Portalegre, destinado a atender os visitantes que começavam a chegar, o prefeito da época, 'Neto da EMATER', tratou logo de estabelecer um contato com o hoteleiro João Sabino (dono da Rede de Hotéis Sabino Palace), convidando-o para conhecer o Potencial Turístico de Portalegre.

Em sua visitação ao município, o hoteleiro estabeleceu algumas condições para investir na cidade: ter um terreno adequado para a construção do hotel; a construção de uma infraestrutura de acesso ao hotel; que o município dotasse o local de água e energia; que o município aprovasse por meio de uma lei municipal a concessão de incentivos fiscais pelo prazo de vinte e cinco anos. O prefeito aceitou as condições do empresário, mas em troca exigiu que durante esses vinte e cinco anos de isenções fiscais, o hotel só poderia empregar mão-de-obra da cidade, bem como, ter como fornecedores comerciantes locais. Com isso, o prefeito pretendia expandir o mercado de trabalho local e geração de recita para o município, o que permitiria dinamizar vários segmentos direta ou indiretamente impactados pelo turismo.

Para atender as exigências do hoteleiro, a Câmara Municipal de Portalegre aprovou a Lei Municipal de Incentivos Econômicos e Isenções Fiscais para empresas vinculadas ao Setor Turístico, Nº 073/2001.

A prefeitura também comprou, com recursos próprios, um terreno no valor de R\$ 23.000,00 e fez a doação para a construção

do Hotel. A Companhia de Água e Esgotos do Rio Grande do Norte – CAERN e a Companhia Energética do Rio Grande do Norte – COSERN se comprometeram de cuidar, respectivamente, do abastecimento d'água e do fornecimento de energia para o hotel.

No final de 2001 iniciaram as obras para a construção do Hotel Portal da Serra (SEMATUR, 2001). Ainda em 2001, o poder público municipal pleiteou junto a EMBRATUR um financiamento no valor de R\$ 260.493,75 para a construção de um Mirante e um Terminal Turístico na Bica, constituindo-se novos atrativos de lazer e proporcionando ao turista um maior contato com a natureza, onde este poderia observar águas brotando da terra, as ‘casinhas de João de Barro’, conhecer um pouco da Mata Atlântica e ter uma vista panorâmica do sertão e de algumas cidades circunvizinhas. A EMBRATUR liberou 99% dos recursos e a prefeitura entrou com uma contrapartida de 1% (Pesquisa de Campo, 2018).

Assim, para uma completude de conhecimentos e uma análise minuciosa, constata-se a viabilidade de realizar entrevistas para apreciação e averiguação do discurso do prefeito Manoel de Freitas Neto e a jornalista Bernadete Cavalcante (ex-secretária de comunicação) de modo a legitimar e comparar com todos os dados já citados e ter uma maior clareza e compreensão para o embasamento sistemático desta investigação científica.

Considerações Finais

Nesta pesquisa evidenciou-se que os fatores-chave do desenvolvimento do turismo são diversos e inter-relacionados dos quais se destacam os seguintes: a conquista temporal do ócio e o turismo, a conquista do espaço (redução de distâncias e superação de barreiras); o aumento de renda e a capacidade de gasto turístico

e, a transformação das férias e da viagem turística em necessidades básicas.

Além disso, o turismo também se apresenta como um efeito multiplicador, pois é definido como um conjunto de diversas atividades econômicas (geração de renda e divisas), sociais (geradoras de emprego) e comerciais (como geradoras de vendas), e incluindo atividades locais, regionais ou mesmo nacionais e internacionais, como agenciamento de viagens, transportes e práticas de lazer, além de outras ações que produzem riquezas e geram qualidade de vida para o destino turístico.

Assim o turismo têm-se mostrado como uma provável fonte de divisas de receitas para os municípios, como por exemplo, Portalegre, pois apresenta um impacto direto sobre mais de 52 setores da economia, sejam na atuação formal ou na informalidade, no qual se infere a importância de otimizar e aperfeiçoar os negócios por meio de uma melhoria dos atrativos, sejam naturais ou transformados, e infraestrutura sustentável, para atender a crescente demanda por bons produtos e serviços para consumidores/turistas cada vez mais exigentes.

Diante do exposto, verificou-se uma clara dificuldade de coleta de documentos oficiais por este estudo, pois a própria Prefeitura Municipal não os possuíam, em sua totalidade, tais documentos, geraram possíveis lacunas de interpretação e temporalidade na referida investigação científica, mas que foram sanadas em seu percurso.

Todavia, é perceptível diante desta investigação, que os atores do processo, a população e iniciativa pública e privada têm interesse em desenvolver a atividade turística. A comunidade portalegrense deseja a inserção de novas atividades econômicas em sua região, constatando-se que existe uma valorização e reconhecimento da importância da atividade turística e são conscientes do potencial de seu município para tal atividade, no

entanto, não se sentem motivados a participar do processo, mediante um conjunto de fatores e motivos entre os quais se destacam: limitações políticas e de recursos financeiros, sem autonomia orçamentária para o turismo, falta de capacitação de mão de obra, lacuna de um calendário de eventos e, conseqüentemente a frágil e pequena divulgação do município dentro do próprio Estado do RN, além da dificuldade de se mostrar e competir com outros destinos turísticos brasileiros.

Foi possível perceber, ainda, que o governo municipal desenvolve o turismo de acordo com os recursos limitados que se dispõe, mas falta preponderantemente o apoio e incentivo da esfera estadual e federal, gerando dessa forma problemas no decorrer do processo do fomento turístico local. Apesar da atividade não ser amplamente desenvolvida, a estrutura básica de equipamentos turísticos existentes no município é viabilizada por elementos significativos, como hotéis de médio porte, pousadas, restaurantes, lanchonetes, clubes, áreas de lazer, entre outros.

Logo, percebeu-se, também, que a instância municipal de governança possui fragilidade no que concerne a participação e autonomia no processo de tomada de decisão, em razão das deliberações ainda serem em sua maioria pensadas em função de questões políticas, sem observar o cenário do todo no turismo em Portalegre.

Portanto, conclui-se que as hierarquias de valores dos documentos oficiais de importância turística permitiram sanar uma lacuna existente no processo de desenvolvimento do turismo em Portalegre e contribuir eventualmente para a efetiva consolidação turística do município serrano estudado.

Referências

BENI, M. C. Colecionando Destinos: viagens, percepção, imaginário e experiências. Editora Senac São Paulo, 2007.

BRAGA, Debora Cordeiro. Planejamento Turístico: teoria e prática. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

BRASIL. MTUR. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo. Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7. Roteirização Turística / Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.

BURKART, A.J and MEDLIK,S. Tourism: past, present and future. London: Heinemann, 1981.

CASTRO, Regiane Campos; MENDONÇA, Arminda. A importância dos recursos/atrativos naturais e artificiais. Revista eletrônica Aboré. ed. 5 p. 04, 2010.

FECOMERCIO RN. Pesquisa do perfil do turista que visita Natal 2018. Disponível em: <http://www.fecomerciorn.com.br/portal/pdf/pesquisa.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2018.

_____. Pesquisa do perfil do turista que visita Natal 2015. Disponível em: <http://www.fecomerciorn.com.br/portal/pdf/pesquisa.pdf>. Acesso em: 30 Jan. 2015.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico de 2010. Portalegre: IBGE, 2010. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=241020&search=rio-grande-do-norte|portalegre>. Acesso: em 10 mar. 2017.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Fundamentos metodologia científica. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MATHIESON, A; WALL, G. Tourism: Economic, Physical and Social impacts. Longman: London. 1982.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Introdução ao turismo. São Paulo: Roca, 2001.

RUSCHMANN, Doris. Marketing turístico: um enfoque promocional. Campinas/SP: Papirus, 2000.

SEMATUR. Portalegre: dados do turismo. Disponível em: <http://www.portalegre.rn.gov.br>. Acesso em: 20 Jan. 2001.

SILVA, Sidcley D'sordi Alves Alegrini da Silva. El turismo rural en Currais Novos/RN – Brasil: propuestas estratégicas para su desarrollo y expansión. Tesis doctoral. (Programa de doctorado en turismo integral, interculturalidad y desarrollo sostenible). Universidad de Las Palmas de Gran Canaria. 2011.

VALLS, Josep-Francesc. Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis. Tradução: Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

VERGARA, S. C. Projetos e relatórios de pesquisas em administração. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2004.



Sobre os organizadores e autores

SOBRE OS ORGANIZADORES

Anderson Pereira Portuguesez

Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo, Mestre em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo e Doutor em "Geografia e Desenvolvimento: Território Sociedade e Turismo?" pela Universidad Complutense de Madrid (Espanha). Estágio pós-doutoral em Geografia Cultural pela Universidade de Brasília. Trabalha com pesquisas em Geografia Cultural, Geografia do Sagrado e Geografia do Turismo. Também estuda temas como diversidade e direitos humanos; desenvolvimento com base local e comunidades. É professor Associado I do Curso de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Uberlândia, assim como do Programa de Pós-Graduação em Geografia do Pontal PPGEP/UFU. É Presidente do Instituto Ganga Zumba, Seção Minas Gerais desde 2015. Fundador da Sociedade Cultural Asé Tobi Babá Olorigbin (Ituiutaba, MG). Autor/organizador de diversos livros, capítulos de livros e mais de uma centena de artigos científicos publicados em congressos e revistas científicas. Homenageado duas vezes pela Câmara dos Vereadores de Uberlândia por seus esforços em favor da proteção da memória religiosa afro-brasileira no Triângulo mineiro. contato: portuguez.andersonpereira@gmail.com.

Ricardo Lanzarini

Doutor em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), com Pós-doutorado em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo (USP). É Mestre em Geografia e Bacharel em Turismo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente desenvolve pesquisas sobre o mercado de eventos, hospitalidade, lazer, gênero e sexualidades em destinos turísticos no Brasil e no exterior, sendo membro do

Grupo de Pesquisa CNPq: Planejamento e Organização do Turismo (GEPPOT/UFRN) e da Academia Internacional para o Desenvolvimento da Pesquisa em Turismo no Brasil (ABRATUR). É Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN/Campus Natal) e Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da UFRN.

E-mail: ricardolanzarini@ccsa.ufrn.br.

Rossvelt José Santos

Geógrafo e Professor Titular do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Orientador Permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia. Coordenador do Laboratório de Geografia Cultural. Pesquisador da CAPES, CNPq, FAPEMIG e UFU. Desenvolve projetos de pesquisa e extensão em Assentamentos de Reforma Agrária, Comunidades Rurais, Quilombolas e indígenas envolvendo os Lugares, os territórios, as territorialidades e os vínculos territoriais das populações tradicionais no bioma Cerrado. A agricultura camponesa é estudada a partir das suas resiliências; residualidades e do uso d'água envolvendo disputas territoriais. Atua nas áreas de Geografia Cultural, Geografia Agrária e Ensino de Geografia. É Diretor de documentários originados de projetos de pesquisa e extensão sob sua coordenação. E-mail: rossvelt.ufu@gmail.com.

SOBRE OS AUTORES

Adriana Sartório Ricco

Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2009), possui especialização em Gestão Ambiental pela Faculdade de Ciências Aplicadas Sagrado Coração (2001) e é graduada em Turismo pela Faculdade Padre Anchieta (1994). Coordenou o Curso de Turismo da Faculdade Estácio de Sá de Vitória e atualmente é professora e pesquisadora nos cursos de Turismo, Administração, Comunicação Social e Pedagogia ministrando disciplinas relacionadas à metodologia de pesquisa, TCC, Fundamentos das Ciências Sociais, Antropologia, Cultura Brasileira, Patrimônio Histórico Cultural Brasileiro, Gestão da Qualidade, Gestão de Recursos Humanos e disciplinas afins. Coordenou o curso de pós-graduação em Gestão de Projetos da Faculdade Estácio Vitória e é professora em nível de pós-graduação nas disciplinas relacionadas à pesquisa nas áreas das ciências sociais aplicadas. Tem experiência na área de Turismo e Gestão, atuando principalmente nos seguintes temas: cultura e identidade, turismo de base local e comunitária, diversidades humanas e comunidades tradicionais, gestão e negócios. E-mail: adrianasartorio@hotmail.com.

Almir Félix Batista de Oliveira

Possui graduação em Administração pela Universidade Federal da Paraíba (1996), especialização em Gestão da Qualidade & Produtividade também pela UFPB (1996), mestrado em História pela Universidade Federal de Pernambuco (2002) e doutorado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2016). Atuou na área de Gestão de Pessoas e implementação de Programa de Qualidade. Tem experiência na área de História, com ênfase em História, atuando principalmente nos seguintes temas: patrimônio cultural, ensino de história, história, livros

didáticos e memória. Tem experiência também na área de Turismo e sua relação com a apresentação –preservação–manutenção do patrimônio cultural. Possui livros e artigos publicados discutindo a temática do patrimônio cultural, as políticas públicas de preservação do patrimônio e do livro didático, a educação patrimonial, o turismo, entre outros. Atualmente desenvolve Estágio Pós-Doutoral no Programa de Pós-Graduação em Turismo da UFRN, onde tem ministrado disciplinas, realizado pesquisas e co-orientado trabalhos de mestrado e doutorado. Colaborou e tem colaborado na implementação de memoriais no RN, como o Memorial do Ministério Público do Estado e o do Programa Nacional do Livro Didático (Memorial do PNLD) e na organização de arquivos como o do Ministério Público do Estado do RN e da Arquidiocese de Natal.

E-mail: almirfbo@yahoo.com.br.

Cleber Augusto Trindade Castro

Doutorando em Turismo (Área: Turismo, Desenvolvimento e Gestão) (UFRN), com estágio doutoral na Universitat de Girona (UdG), Espanha; Mestre em Geografia (Área: Organização e Gestão do Território) (UFPA); Especialista em Estudos Culturais e Bacharel em Turismo (UFPA). Pesquisador Colaborador do Grupo de Pesquisa em Planejamento e Organização do Turismo (UFRN), do Laboratório Multidisciplinar de Pesquisa em Turismo (UdG) e do Grupo de Pesquisa em Geografia do Turismo (UFPA). Professor Substituto na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Tem experiências nas áreas de gestão, hospitalidade e lazer.

E-mail: cleber.at.castro@gmail.com.

Daene Silva de Morais Lima

Mestranda em Turismo (UFRN). Bacharel em Turismo (UnP). MBA em Gestão de Pessoas (ESAB). MBA em Marketing (ESAB). Tecnologia em Gestão Pública (IFRN).
E-mail: daenesmorais@hotmail.com.

Deise Cristina Gomes da Silva

Possui graduação em Turismo pelo Centro Universitário Unifacex (2014). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Turismo. Mestre pelo Programa de Pós Graduação em Turismo - PPGTUR 2018, pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.
E-mail: deisewilliam@outlook.com.

Eustógio W. C. Dantas

Professor Titular da Universidade Federal do Ceará. Doutor em Geografia e Planejamento - Université de Paris IV (Paris-Sorbonne) (2000). Exerce trabalhos de orientação na Pós-Graduação em Geografia, na qual foi coordenador de 2004 a 2008, e no Doutorado e Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). Atuou como Professor Visitante na Université de Paris IV - Sorbonne (Institut de Géographie) (2008) e na Université d'Angers (UFR ESTHUA, Tourisme et Culture) (2018). Indicado Coordenador de Área da Geografia na CAPES para o quadriênio 2014-2017. Eleito sócio efetivo do Instituto do Ceará (Geográfico, Histórico e Antropológico) em 2013. Atuação como editor de periódicos (MERCATOR, 2004/atual e da Revista da ANPEGE, 2003/2005 e 2010/14) e de Coleção de Livros (da SPRINGER - "The Latin Studies Book Series" e "SpringerBrief in Latin American Studies", 2016/atual e da UFC - Coleção Estudos Geográficos, 2009/atual). Compõe a Comissão Editorial dos Cadernos das Metrôpoles (IPPUR-UFRJ, 2011-atual) e participa do Conselho Científico de

periódicos na área da geografia e afins: Revista Franco-brasileira CONFINS, Revista GOT (Portugal), GEOUSP, Ateliê Geográfico, Vivência (2002-2011), Revista Eletrônica Caminhos da Geografia, Geotextos, etc. Atua na área de Geografia e Estudos multidisciplinares, com ênfase na temática urbana: comércio, emprego informal, maritimidade e urbanização litorânea.

Frederico do Nascimento Rodrigues

Mestrado em Geografia pela Universidade Federal do Ceará, Brasil(2016). Doutorando da Universidade Federal do Ceará da Universidade Federal do Ceará.

E-mail: fredericonettur@gmail.com.

Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Possui graduação em Geografia Licenciatura Plena pela Universidade Federal de Uberlândia (1993), graduação em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal de Uberlândia (1995), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília (1998) e doutorado em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (2008). Atualmente é membro do núcleo docente estruturante do Departamento de Geografia da Universidade de Brasília, professor associado I da Universidade de Brasília e coordenador geral do curso geografia ead uab da Universidade de Brasília. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente nos seguintes temas: geografia, turismo, geografia do distrito federal e entorno, desenvolvimento urbano e Brasília. E-mail: flasobrinho@gmail.com.

Gilton Sampaio de Souza

Doutor e Mestre em Linguística e graduado em Letras, Língua Portuguesa e Língua Inglesa. Pós- Doutorado em Estudos Comparados, Língua Portuguesa e Língua francesa. Professor na

área de Linguística da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e professor do PPGL/UERN.

E-mail: giltonssouza@gmail.com.

Henrique Clementino de Souza

Graduado em Geografia (Bacharelado e Licenciatura Plena) pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduação em Administração pela Universidade Estácio de Sá. Técnico em Geologia e Mineração pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio Grande do Norte. Mestrado em Geociências pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2006). Especialização em Gestão e Perícia Ambiental pela FARN. Especialização em Ciência e Engenharia do Petróleo pela UFRN e MBA em Logística Empresarial pela UNIRN. Lecionou nos cursos de graduação em Administração, Engenharia de Produção, Engenharia Civil e Gestão de Recursos Humanos e nos cursos de pós-graduação (especialização e MBA) em Engenharia de Segurança do Trabalho, Petróleo e Energias, Gestão Empresarial e Gestão Estratégica de Pessoas da Faculdade Estácio de Natal. Leciona nos cursos de graduação em Administração e Turismo na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

E-mail: hcsrn@yahoo.com.br.

Idiamara Nascimento de Freitas

Mestranda em Turismo no Programa de Pós Graduação em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2017). Aluna Especial no mesmo Programa em 2016, com graduação em TURISMO pela mesma Universidade (2015). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em Turismo e Hotelaria.

E-mail: Idiamara_mara@hotmail.com.

Marcos Antônio do Nascimento

Possui graduação em Geologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1998), com mestrado (2000) e doutorado (2003) em Geodinâmica pela UFRN. Foi geólogo do Serviço Geológico do Brasil - CPRM entre 2007 e 2009, onde coordenou o Projeto Monumentos Geológicos do Rio Grande do Norte e foi membro suplente da CPRM na Comissão Brasileira de Sítios Geológicos e Paleontológicos - SIGEP. Atualmente é Professor Associado I do Departamento de Geologia da UFRN. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Petrologia Ígnea, Geologia de Campo, Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo. Pesquisa em temas como Levantamento do Patrimônio Geológico Potiguar com fins a Geoconservação; Projeto Geoparque Seridó e Magmatismo Ediacarano no Rio Grande do Norte. É autor de vários artigos científicos nacional e internacional, publicou o primeiro livro brasileiro dedicado ao tema "Geodiversidade, Geoconservação e Geoturismo: trinômio importante para a proteção do patrimônio geológico, além do livro "Geodiversidade na Arte Rupestre no Seridó Potiguar".

E-mail: marcos@geologia.ufrn.br.

Marcos José de Souza Cipriano

Mestre em Letras pela Universidade de Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Bacharel em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduando em Licenciatura Letras Português pela Universidade Estácio de Sá.

E-mail: marcoscipriano34@hotmail.com

Maria Goretti da Costa Tavares

Concluiu a graduação em Licenciatura Plena em Geografia (1988) e Bacharelado em Direito (1987) pela Universidade Federal do Pará. Concluiu o curso Especialização em Instrumentação Específica à Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1989) pela Universidade Federal do Pará. Concluiu o Mestrado em Geografia (1992) e o Doutorado em Geografia (1999) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Realizou Pós-doutorado na área de Geografia do Turismo no Laboratório MIT (Mobilités, Itinéraires, Tourismes) no Instituto de Geografia da Universidade de Paris 1, Panthéon-Sorbonne, Paris-França (2006 - 2007); e Pós doutorado no Programa de Pós Graduação em Turismo da Universidade Federal do Paraná (2017 - 2018). Desde o ano de 1991 é docente da Universidade Federal do Pará, sendo atualmente Professora Associada IV da Faculdade de Geografia e Cartografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará, onde desenvolve atividades de ensino, pesquisa, extensão e orientação acadêmica na graduação e pós-graduação. Exerceu o cargo de Coordenadora do curso de graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará por duas gestões (1991-1993 e 2000-2002) e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (2004-2006) da Universidade Federal do Pará. Atualmente coordena 1 projetos de pesquisa e 1 projeto de Extensão na área de Geografia do Turismo. Atua na área de Geografia, com ênfase nas linhas de pesquisa: Turismo, Geografia e Patrimônio; Turismo e Produção do Espaço na Amazônia; Turismo de Base Comunitária; Políticas de Turismo na Amazônia e Redes e Organização do Território na Amazônia. Coordena o Projeto de Extensão Roteiros Geo-Turísticos, ganhador do Premio Rodrigo Melo Franco, IPHAN 2016, Ação de Educação Patrimonial e recebeu em abril de 2018 a Medalha de Direitos Humanos Paulo Frota, concedida às personalidades e

organizações não governamentais, sem fins lucrativos, que se destacaram por ações, condutas ou atividades de promoção ou defesa dos Direitos Humanos no Estado do Pará.

E-mail: goretta@ufpa.br.

Maria Rafaella Marques de Paiva

Graduanda em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

E-mail: paivamrafaella@gmail.com.

Maria Valéria Pereira de Araújo

Doutora em Administração pela Universidade Federal da Paraíba.

E-mail: valeriarajoufpa@gmail.com.

Marinês da Conceição Walkowski

Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina (2005), Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina CAPES (2008). Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina CAPES (2014). Realizou estágio de doutorado no exterior como pesquisadora na Universidade de Lisboa - Doutorado sanduíche CAPES (2013). Tem experiência na área de Turismo com ênfase em planejamento em diferentes segmentos e organização de eventos. Lecionou no curso de Turismo da Faculdade Estácio de Sá de Santa Catarina, em diversas disciplinas presenciais e no EaD. Foi sócia e atuou como consultora na empresa Okanagan - Consultoria em Turismo e Gestão Ambiental. Atuou como professora de Graduação, Pós-graduação e Coordenadora do curso Superior de Tecnologia de Gestão de Turismo na Faculdade Municipal de Palhoça, Santa Catarina. Atuou como coordenadora de Eventos da Secretaria de Estado da Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina. Atua como consultora em projetos de Turismo de Base

Comunitária (Rede Acolhida na Colônia), Processos Participativos e na área de Planejamento e Gestão de Turismo. Atua como professora do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Turismo e Hotelaria da Univali (CAPES PNPD). Atua em dois grupos de pesquisa da Univali: Turismo, Espaço e Sociedade e Turismo, Hospitalidade e Gastronomia. Atua como professora no Instituto Federal de Santa Catarina - Florianópolis Continente. Revisora das Revistas Visão e Ação e Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo. E-mail: marinesw@gmail.com.

Max Leandro de Araújo Brito

Pós-doutor em Políticas Públicas e Doutor em Energia pela Universidade Federal do ABC.

E-mail: maxlabrito@gmail.com._

Miguel Ângelo Portela Pinheiro

Advogado (OAB/RJ 220.946) graduado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Bacharel em Turismo pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).

Natalia Petri da Silva

Bacharel em Turismo pela Faculdade Estácio de Sá de Vitória (FESV) e graduanda em licenciatura e bacharelado em Geografia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Atualmente é bolsista no Programa de Residência Pedagógica pela Universidade Federal do Espírito Santo.

E-mail: nati_petri@yahoo.com.br.

Paula Dutra Leão de Menezes

Possui graduação em Bacharelado em Turismo pela Universidade Católica de Pernambuco (1995), mestrado em Ciências da Sociedade pela Universidade Estadual da Paraíba (2002) e

doutorado em Humanidades e Artes (Educação) pela Universidade Nacional de Rosário. Atualmente é professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal da Paraíba (Campus I - João Pessoa). Tem experiência na área de Turismo, com ênfase em gestão hoteleira. Avaliadora Ad Hoc do Mec/Sesu/Inep para cursos de turismo e hotelaria.

Paulo dos Santos Pires

Graduado em Engenharia Florestal pela Universidade Federal de Santa Maria (1982), com mestrado em Engenharia Florestal (Área de Conservação da Natureza) pela Universidade Federal do Paraná (1993) e com doutorado em Ciências (Área de Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1999). É docente e pesquisador da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI no Programa de Pós Graduação em Turismo e Hotelaria onde atua nos seguintes enfoques: Sustentabilidade Ambiental do Turismo; Ecoturismo; Turismo em Áreas Naturais; Capacidade de Carga Turística; Recursos Naturais do Turismo; e Análise Visual da Paisagem em Destinos Turísticos. Na graduação é docente atualmente vinculado à Escola de Artes, Comunicação e Hospitalidade com a disciplina digital Metodologia da Pesquisa. É, também, consultor ad hoc da Fundação o Boticário de Proteção à Natureza desde 1996, membro de comitê científico em periódicos científicos da área de turismo no país e bolsista produtividade CNPq desde 2016.

Sidley D'sordi Alves Alegrini da Silva

Possui Doutorado em Turismo Integral, Interculturalidade e Desenvolvimento Sustentável - ULPGC, Mestrado Internacional de Turismo - Universidad de Las Palmas de Gran Canaria - ULPGC e Graduação em Turismo pela Universidade Potiguar (2003). Atualmente é professor adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte - UERN e Conselheiro de

Turismo do RN. Líder do Grupo de Pesquisa em Estudos Turísticos - GET, membro dos grupos de pesquisa em Gestão e Planejamento Sustentável do Turismo e de Estudos da criança e adolescência. Tem experiência na área de turismo, atuando principalmente nos seguintes temas: turismo, ruralidade, desenvolvimento, sustentabilidade, planejamento e eventos.
E-mail: sidcleylegrini@uern.br.

